

**CRISTIANE HENGLER CORRÊA BERNARDO**

**EDUCAÇÃO JORNALÍSTICA: ENTRE A CRUZ DA  
ACADEMIA E A ESPADA DO MERCADO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CAMPO GRANDE/MS  
2010**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Bernardo, Cristiane Hengler Corrêa.  
Educação Jornalística: entre a cruz da academia e a espada do mercado /  
Cristiane Hengler Corrêa Bernardo – Campo Grande, MS, 2010.  
195 f. ; 30 cm

Orientador: Inara Barbosa Leão  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Centro de  
Ciências Humanas e Sociais

1. Educação Jornalística, 2. Controles sobre o jornalismo. 3. Jornalista e  
Mercado– Pesquisa I. Leão, Inara Barbosa. II Título

**CRISTIANE HENGLER CORRÊA BERNARDO**

**EDUCAÇÃO JORNALÍSTICA: ENTRE A CRUZ DA  
ACADEMIA E A ESPADA DO MERCADO**

Tese apresentada como exigência final para obtenção do grau de Doutora em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Inara Barbosa Leão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CAMPO GRANDE/MS  
2010**

## **COMISSÃO JULGADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inara Barbosa Leão - UFMS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alda Maria do Nascimento Osório -  
UFMS

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Fabiany de Cássia Tavares Silva –  
UFMS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Maria Lima – UNESP

---

Prof. Dr. Álvaro Moreira Hypolito – UFPEL

## DEDICATÓRIA

A arte de dedicar algo a alguém não é tarefa das mais fáceis, principalmente quando o que se vai dedicar foi responsável por tantas ausências, tantas horas de leituras e de redação frente ao computador, quando o marido precisava de um carinho, os filhos de um colo e os amigos de uma atenção especial. Por isso, essa difícil arte da dedicatória torna-se um momento muito especial na elaboração de uma pesquisa científica. Um momento em que se tem um encontro marcado com você mesmo. Torna-se então inevitável uma reflexão pessoal sobre a sua vida, sobre o quanto você tem colaborado com a sociedade, com a sua profissão, com a ciência, com a sua família e com você mesmo.

Durante essa reflexão percebemos o quão tantas e tantas pessoas nos são caras. O quanto o apoio, a abnegação, o carinho, a atenção de cada uma delas contribuiu de alguma forma para o nosso trabalho. Diante disso só posso dedicar o meu trabalho às pessoas que são mais importantes para mim, que estão mais próximas e, por isso mesmo, tiveram uma cota de sacrifício maior para que eu pudesse concluir essa etapa do meu trabalho: o meu marido, Roberto Bernardo, meu filho Roberto e minha filha Fernanda.

Entretanto, não posso deixar de dedicar também esse trabalho a todos aqueles que lutam pelo ensino de jornalismo no Brasil e que têm importância fundamental na pesquisa que deu origem a essa Tese. São autores, coordenadores, professores, acadêmicos, jornalistas, enfim todos aqueles que, de forma direta ou indireta, tornaram possível a minha parcela de contribuição para a formação do jornalista brasileiro.

## AGRADECIMENTOS

O ato do agradecimento apesar de não ser uma arte tão difícil quanto a dedicatória é também um momento tão especial quanto, pois quando pensamos em todas as pessoas que temos a agradecer percebemos como somos felizes. Dizer obrigada, por si só, já é um momento de felicidade plena, pois quando temos o quê ou a quem agradecer é que percebemos como fomos ajudados.

Uma pessoa em especial tornou possível o desenvolvimento desse trabalho, a amiga e jornalista Cláudia Durand Zwarg, que praticamente às vésperas do processo seletivo para o Doutorado me incentivou a me inscrever e varou noites comigo me auxiliando na elaboração do meu pré-projeto. Se por um lado Cláudia foi importante para o meu ingresso no Doutorado, Suzan Lewis foi imprescindível para que eu não desistisse e, com muita dedicação e crítica construtiva leu todos os capítulos desta Tese com uma colaboração inestimável.

Agradeço também a minha mãe e meu pai (*in memoriam* que tanto sonhou em me ver concluindo mais essa etapa), aos meus irmãos, sobrinhos (em particular a minha sobrinha Roberta H. C. Chaves que tanto me ajudou na fase de tabulação dos dados) e aos meus cunhados. A minha funcionária Iraci do Nascimento que largou a sua terra Natal (Recife) para me acompanhar a São Paulo para que eu pudesse concluir esse trabalho e a grande amiga Maria da Graça Cintra que cuidou do meu filho que permaneceu em Recife para concluir os seus estudos.

Aos amigos, em especial Juliana Valle e Silvana Teves, aos colegas do doutorado, a secretária do Programa, Jacqueline Mesquita, que sempre nos atendeu com o maior profissionalismo, e principalmente com amizade e respeito. A todos os professores que integram o corpo docente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em especial aqueles que tivemos maior contato: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório; Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alda Maria do Nascimento Osório; Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eurize Caldas Pessanha; Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alexandra Ayach Anache e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sônia da Cunha Urt. E também aos professores que, além dos já citados, participaram na minha banca: Prof. Dr<sup>ª</sup>. Fabiany de Cássia Tavares Silva; Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Maria Lima e Prof. Dr. Álvaro Moreira Hypólito. Para finalizar os agradecimentos reservo um espaço especial para agradecer a minha orientadora. Sem ela, a sua dedicação, apoio, compreensão e

profissionalismo indiscutível, não teria sido possível chegar até aqui. Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Inara Barbosa Leão aprendi muito com você e, tenho certeza que tudo o que me ensinou jamais será esquecido, pois todo o conteúdo foi fortalecido pelo enorme respeito que tenho por você e pelo seu trabalho. Muito Obrigada.

## RESUMO

A tese defendida nesta pesquisa é a de que as divergências entre o mercado de trabalho para os jornalistas e a educação oferecida a estes, decorrem das funções atribuídas à educação na sociedade capitalista. Como hipótese, localizamos a ruptura entre a educação do jornalista e as exigências da prática profissional subsumidas nos instrumentos de controle apreensíveis como conteúdos históricos superestruturais. Nosso objetivo foi o de efetuar uma análise sobre os preceitos teóricos da educação do jornalista e suas relações com o mundo do trabalho, visando apreender a situação atual da profissão, confrontando-a com a formação de nível superior oferecida. A pesquisa se apoiou teórica e metodologicamente nos princípios do materialismo histórico-dialético e como base para a construção da materialidade utilizou a trajetória da formação acadêmica do jornalista e documentos que nortearam essa formação ao longo da história. As sínteses possíveis nos levam ao fato de que o controle excessivo ocasionou não só a ruptura entre o ensino e a prática, como tirou do jornalismo sua identidade, cuja base se calcava na obrigatoriedade do diploma; essa crise de identidade não teve apenas o controle como fator desencadeante, mas também as próprias condições mercantis que deram origem ao jornalismo; o controle sofrido pelo jornalista incorpora instrumentos e culturas reguladores da sua educação, da legislação, do mercado de trabalho e da autocensura; o jornalista não encontrará possibilidades de emancipação junto à imprensa capitalista, assim apontamos a imprensa alternativa como possibilidade emancipatória.

Palavras Chave:

Educação Jornalística

Controles sobre o jornalista

Jornalista e Mercado

## ABSTRACT

The argument in this research is that the differences between the journalist's job market and the education that is offered derive from the functions assigned to education in a capitalist society. As a hypothesis, we located the rupture between the journalist's education and the demands of professional practice subsumed in control instruments graspable as super structural historical content. Our goal was to make an analysis of the theoretical education of the journalist and his relations with the work world, aiming to understand the current status of the profession, comparing it to the offered post-secondary education. The research finds its support in the theoretical and methodological principles of dialectical and historical materialism and, as a basis for the materiality construction, it used the journalist's academic formation trajectory and documents that has guided this training throughout history. The possible syntheses lead us to the fact that the over controlling not only caused the split between teaching and practice of journalism as he took out his identity, whose base used to be grounded in the diploma obligation by law; this identity crisis had as triggering factor not only such controlling, but also the very conditions that gave rise to commercial journalism; the control suffered by the journalist incorporates instruments and regulatory cultures of their education, legislation, labor market and self-censorship; the journalist shall not find emancipation possibilities within the capitalist press, thus we pointed out the alternative press as the emancipator possibility.

Keywords:

Journalistic education      Journalist control      Journalist and market

## **LISTA DE TABELAS OU QUADRO**

Quadro 01- Pareceres e Resoluções..... 73

Quadro 02- Quadro comparativo de disciplinas ..... 81

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 – Expansão dos Cursos de Jornalismo no Brasil .....	108
Gráfico 02 – Concentração geográfica dos cursos de jornalismo.....	109

## **LISTA DE SIGLAS**

- AAB** – Aliança Anticomunista Brasileira
- ABECOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação
- ABEPEC** - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação
- ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- ABMS** - Associação Brasileira de Mantenedores
- ALAIC** – Associação Latino-Americana de Pesquisa em Comunicação
- ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- AI** – Ato Institucional
- AIs** – Atos Institucionais
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- CMI** – Centro de Mídia Independente
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CSE** – Conselho Superior de Educação
- CIESPAL** - Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo
- COBRECOS** - Congresso Brasileiro dos Estudantes de Comunicação Social
- COMPÓS** – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
- DCN** – Diretrizes Curriculares Nacionais
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda
- ECA** – Escola de Comunicação e Artes
- ENADE** - Exame Nacional de Cursos
- ENECOS** - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
- ENC - PROVÃO** - Exame Nacional de Cursos
- ENDECOM** – Encontro Nacional em Defesa da Qualidade do Ensino de Comunicação
- EUA** – Estados Unidos da América
- FENAJ** – Federação Nacional de Jornalistas
- FNPJ** - Fórum Nacional de Professores de Jornalismo
- FITTERT** - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão
- GT** – Grupo de Trabalho
- IBOPE** – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

**IES** – Instituição de Ensino Superior  
**IESs** – Instituições de Ensino Superior  
**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira  
**INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
**JB** – Jornal do Brasil  
**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil  
**PROUNI** - Programa Universidade para Todos  
**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro  
**PUC** – Pontifícia Universidade Católica  
**SIEdSup** - Sistema Integrado de Informações da Educação Superior  
**SINAES** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
**STJ** – Supremo Tribunal Federal  
**TV** - Televisão  
**UDN** - União Democrática Nacional  
**UFRJ** – Universidade Federal do Rio De Janeiro  
**UNE** – União Nacional dos Estudantes  
**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
**USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO: O JORNALISMO E A IMPRENSA NO BRASIL E AS INFLUÊNCIAS QUE OS CONFIGURARAM .....	15
CAPÍTULO II – AS CONDIÇÕES SUPERESTRUTURAIS DA PROFISSÃO: A FORMAÇÃO ACADÊMICA, A LEGISLAÇÃO DA PROFISSÃO E DA EDUCAÇÃO E AS IES .....	58
CAPÍTULO III – AS CONDIÇÕES MATERIAIS DO JORNALISMO: O MERCADO DE TRABALHO .....	145
AS SÍNTESES POSSÍVEIS .....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	185

## INTRODUÇÃO

Este texto introdutório tem como objetivo fazer um convite à leitura e, para isso, traz a apresentação da tese, da hipótese, dos objetivos, dos métodos de pesquisa e de análise utilizados, as discussões e, por fim, as sínteses a que cheguei neste relatório.

A tese, explicitada e defendida neste relatório de pesquisa, é a de que as divergências entre o mercado de trabalho para os jornalistas e a educação oferecida a estes, decorrem das funções atribuídas à educação na sociedade capitalista. Para a tese proposta apresentamos como hipótese a ruptura entre a educação do jornalista e as exigências da prática profissional subsumidas nos instrumentos de controle apreensíveis como conteúdos históricos superestruturais.

Nosso objetivo geral foi o de efetuar uma análise sobre os preceitos teóricos da educação do jornalista e suas relações com o mundo do trabalho, que marcam o desempenho da profissão, devidas aos controles político e econômico que atuam sobre currículos dos cursos de jornalismo e a imprensa; através da legislação que regulamenta a profissão e a que oferece as diretrizes para educação do jornalista no Brasil. Tal objetivo pretendeu apreender a situação atual da profissão e confrontá-la com a formação de nível superior oferecida.

Entendemos a educação como a constituição do ser humano e que se dá em várias instâncias, entre elas a educação formal ou ensino. Todavia, o ensino surge, para esta tese, como consequência das relações estabelecidas pela educação e não como objeto de análise, mesmo que em alguns momentos tenhamos nos debruçado sobre alguns elementos próprios de sua constituição.

É imprescindível pontuar que a pesquisa foi estruturada às vistas do Materialismo Histórico Dialético e, por isso, percorreu um caminho que apresenta diferentes elementos constitutivos da realidade histórica na criação do que, usando a concepção de Marx (1974), chamamos de forças produtivas e das relações de produção.

Por isso, a estrutura desse relatório de tese está organizada em uma seqüência que apresenta como objeto de estudo – a formação acadêmica do jornalista como um dos elementos de controle sobre o trabalho do jornalista, situando-a de acordo com os movimentos históricos da sociedade brasileira.

# CAPÍTULO I

## **A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO: O JORNALISMO E A IMPRENSA NO BRASIL E AS INFLUÊNCIAS QUE OS CONFIGURARAM**

Como já antecipamos na introdução deste relatório, o objetivo deste capítulo é o de reconstituir e analisar o contexto em que a imprensa e o jornalismo se desenvolveram no Brasil e as influências que sofreram de outros países. Através dessa abordagem histórica explicaremos o processo pelo qual a situação contemporânea se configura como síntese.

Essa contextualização torna-se fundamental, para a compreensão dos conflitos de interesses políticos e econômicos que determinaram a configuração histórica dessa profissão, e que, conseqüentemente, introduziram o controle sobre a atuação do profissional que a exerce. Revela-nos também como as mudanças técnicas alteraram a sua base material de produção e, necessariamente, geraram novos conceitos, que compuseram a sua superestrutura nos diferentes períodos sociais, econômicos e políticos, tornando possível observar os objetivos relacionados a tais mudanças.

É imprescindível fazer aqui uma breve intervenção para apresentar uma distinção necessária entre jornalismo e imprensa, de forma que possamos ter clareza das suas relações e, até mesmo, de suas contradições. Segundo Genro Filho (1987), a imprensa é o corpo material do jornalismo, o processo técnico do jornal - que tem sua contrapartida, por exemplo, na tecnologia do rádio, da televisão, da internet, resultando um produto final, que pode ter linguagens distintas, de acordo com o veículo de comunicação ao qual se destina.

O jornalismo, por sua vez, é uma modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades histórico-sociais. Para Genro Filho (1987), os meios de comunicação expressam uma ambivalência entre a particularidade dos interesses burgueses e a universalidade do social em seu desenvolvimento histórico. Ou seja, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social.

A escolha da imprensa como um dos espaços a serem analisadas nesse capítulo se justifica pelo fato da mesma se configurar como o local de exercício do jornalismo. É necessário que possamos localizar o jornalista enquanto sujeito histórico ao longo das

etapas de desenvolvimento dessa imprensa, pois só assim conseguiremos analisar não só a prática profissional, mas, principalmente, os contextos sócio-políticos e econômicos pelos quais atravessou a profissão e, que, conseqüentemente, refletiram e sofreram reflexos da formação deste profissional.

Apesar da clara distinção que há entre imprensa e jornalismo a história de ambos se confunde. Partindo da premissa que a história do jornalismo se evidencia para o problema analisado nesta tese, apresento a seguir alguns aspectos fundamentais sobre o desenvolvimento do jornalismo e as suas correlações com a imprensa.

Tem-se que ter claro ainda que, o sentido de imprensa aqui, não se refere estritamente ao jornal impresso, mas a imprensa como um todo. Ocorre que, num primeiro momento, ficaremos mais focados no jornal impresso, pois o mesmo se configura como o primeiro veículo de comunicação de massa constituinte da imprensa. É importante ainda ressaltar que

[...] o jornalismo, aqui tratado como modalidade social do conhecimento, aparece com os meios de comunicação da era industrial, com base na imprensa. Mais tarde, ela vai originar os modernos diários impressos. Porém, essa identificação do jornalismo com a imprensa e o jornal é apenas de caráter histórico. A produção social do conhecimento jornalístico não está incorporada fixamente a um único ou principal veículo. O jornal impresso, notadamente o moderno diário, é o veículo que tipifica inicialmente o jornalismo, o suporte técnico originário no qual ele adquire suas características essenciais. À medida que vão surgindo outros veículos adequados ao jornalismo, vai se configurando uma totalidade articulada e em constante desenvolvimento, na qual cada veículo vai ocupando um determinado papel. Assim, com a televisão hegemonizando o sistema jornalístico, o jornal e o rádio tendem a uma reacomodação buscando suas novas funções, cada vez mais adequadas aos seus potenciais específicos no terreno do jornalismo. (GENRO FILHO, 1987, p.204).

Como podemos observar na citação de Genro Filho (1987), o jornalismo atual, teve a sua evolução marcada pelas novas tecnologias que, por sua vez, resultaram novos meios de comunicação e, conseqüentemente novas linguagens. Falo evolução no sentido de ganhar outros espaços para o exercício profissional, assim como novas linguagens e papéis. Essa evolução, entretanto, não pode ser tomada como adjetivo, mas sim como substantivo no sentido de transformações sucessivas, pois no âmbito do adjetivo poderíamos utilizar evolução e involução em diversos aspectos, de acordo com os conceitos e pré-conceitos de cada sujeito que elabora a análise.

Anteriormente, presente apenas nos jornais impressos, o jornalismo foi ganhando espaço nas rádios, na televisão, nas revistas, nas assessorias de imprensa e mais recentemente na internet.

Ao confrontarmos o jornalismo atual, percebemos que as transformações se deram no lócus material por intermédio dos novos meios de comunicação, todavia, este não foi o único local de transformação. Também está presente, com uma transformação quase que regular, na superestrutura, no que tange aos objetivos da sociedade capitalista e daqueles que são os detentores do poder, uma vez que esta é determinada pela infraestrutura.

Para que possamos compreender as contradições que foram responsáveis por essa evolução, no sentido já mencionado, não com intenção de suporte teórico ou metodológico, mas sim para corroborar com a discussão sobre o fato de que o controle sobre a profissão de jornalista sempre esteve presente ao longo da história, cito Neveu (2001), sociólogo francês, que apresenta uma história do jornalismo mundial dividida em sete etapas. Esta pode ser resumida em: a gênese da profissão; a evolução da sua morfologia; os quadros e os constrangimentos organizacionais em que se desenvolve o exercício do jornalismo; a escrita jornalística como forma específica de discurso; os poderes do jornalismo e, finalmente, as crises e a renovação do jornalismo.

Essa divisão em tópicos nos dá uma idéia de que a profissão, desde os seus primórdios, sempre foi objeto de preocupação e de controle por parte da classe detentora do poder. Basta dizer que o autor destinou duas das etapas, apenas à discussão dos poderes no jornalismo e, ainda outro, às crises da profissão.

As questões das práticas da profissão podem também ser visualizadas em Neveu apud Serrano (2003). Referem-se às técnicas jornalísticas e aos conceitos originários da Grã-Bretanha e, sobretudo, dos EUA e que, como veremos adiante, influenciaram de sobremaneira o jornalismo brasileiro.

[...] a norma de referência no sector, referindo cinco aspectos caracterizadores do modelo anglo-americano: em primeiro lugar, a centralidade do factual que Neveu liga a um segundo traço do jornalismo anglo-saxônico: o predomínio do discurso da objetividade, construído à volta da idéia de restituição dos fatos, separando informação e comentário. Em terceiro lugar, o utilitarismo, desenvolvido desde o século XIX, nos EUA, através de uma imprensa que responde a necessidades práticas e quotidianas, inclinada para o mundo agrícola, em particular. Um quarto traço do jornalismo anglo-americano decorre do estatuto da imprensa como atividade empresarial. A concentração da imprensa reflete o desenvolvimento mais rápido do capitalismo nos países anglo-saxônicos. Finalmente, a profissionalização, ligada à consolidação da liberdade de imprensa e à lógica empresarial contribui, segundo Neveu, "para uma profissionalização forçada". (SERRANO, 2003, p.88. Grifo do autor).

As práticas e essa profissionalização forçada a que o autor se refere, nascem conjuntamente à visão da informação como mercadoria e, de sua autonomia, enquanto

atividade social no século XIX. É nessa ordem que surge um novo tipo de discurso no jornalismo: a notícia, presente ainda nos dias atuais. A notícia, um produto à venda, como define Medina (1978), é fruto do sistema capitalista e todas as suas transformações, portanto, acompanha as próprias transformações desse sistema.

Nesse sentido, pode-se constatar que com a industrialização, o crescente êxodo rural e, com o conseqüente crescimento urbano, os jornais, enquanto primeiros representantes da chamada comunicação de massa, tornam-se produtos altamente comerciais e fazem surgir então, a atividade profissional do jornalista. É ainda nesse contexto que as instituições democráticas abraçam um discurso sobre a responsabilidade social da imprensa. Ou seja, a informação como mercadoria passa a ocupar o lugar do paradigma da imprensa como instrumento de lutas ideológicas e políticas. Genro Filho (1987) reforça essa análise quando diz que:

[...] alguns inventos e inovações tecnológicas, como o telégrafo (1840), a rotativa (1864), o cabo submarino (1850), a expansão das linhas férreas (1928-1850), a linotipo (1886), o aperfeiçoamento da fotografia (1897), permitiram melhorar o jornalismo e produzi-lo em menos tempo. O crescimento da população urbana, a diminuição do analfabetismo e o desenvolvimento do correio contribuíram para aumentar o número de leitores. A utilização dos avanços técnicos e o aumento da circulação, que foi impulsionado com a baixa do preço do exemplar, aumentaram sensivelmente os gastos. O próprio desenvolvimento do capitalismo mostrou a solução através da publicidade. Os anunciantes se encarregariam de financiar os custos. (GENRO FILHO, 1987, p.165)

As técnicas promovidas, a partir de então, no jornalismo, transformam o texto, anteriormente opinativo, em um texto neutro, imparcial, com base na objetividade, uma aproximação com o Método Positivista, doutrina filosófica, sociológica e política que propõe à existência, valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica, e que predomina ainda hoje. Esse padrão norte-americano e inglês de um jornalismo informativo, com demarcações claras através da divisão das notícias em editorias, delimitando o que é opinião e o que é informação, passa a ser preponderante no século XX, e faz nascer

[...] o *jornalismo informativo* ou, se preferirmos, o "jornalismo por excelência". A idéia simplista de que "os fatos são sagrados" e de que a opinião pertence a uma órbita autônoma, tornou-se a expressão prosaica do que viria a ser a "ideologia da objetividade", marcando o fim de uma época na qual a notícia sempre se escrevia entremeada de comentários e salpicada de adjetivos. Também os temas da notícia vão mudando gradualmente. Ao lado das questões políticas, econômicas, literárias ou científicas, surgem as informações sobre acontecimentos banais que, cada vez mais, despertam interesse nos novos

leitores e ocupam um espaço crescente nos jornais. (GENRO FILHO, 1987, p.167. Grifo do autor).

A análise feita por Traquina (2005), que também se refere à criação de um novo jornalismo no século XIX, aborda mais um aspecto: o público. Os jornais norte-americanos aderiram o conceito de Penny Press (que significa baixo valor de venda) e passaram a vender um exemplar a um centavo, conseguindo assim aumentar a circulação dos jornais a preços irrisórios e, com isso, angariaram um público mais amplo e generalizado. É assim que surgiu nos Estados Unidos, em 1833, aquele que é considerado o primeiro jornal de massa: o New York Sun, seguido em 1935 pela criação do New York Herald e, posteriormente, em 1936, na França, pelo La Presse.

Todos estes jornais publicavam notícias cotidianas, como: crimes, processos de justiça, catástrofes e outros temas do dia-a-dia das cidades, sem uma linha sequer de opinião. Consolidaram assim o jornalismo informativo como sendo o discurso da imprensa no século XX.

O La Presse, que era conhecido por sua tradição de longos artigos de cunho político, passou a oferecer ao público francês um jornal com notícias da moda, furos de reportagem, culinária, mas a principal inovação do periódico foi à introdução dos folhetins, que proporcionavam uma leitura de entretenimento, diversão e que causaram muito entusiasmo no leitor da época. Em suma, o La Presse contribuiu decisivamente para consolidar esse novo conceito de jornalismo, que promove uma valorização do fato em detrimento da opinião. Conseqüentemente, colaborou para o surgimento de uma função muito específica dentro do jornalismo: o repórter, que passa a ser caracterizado como o detentor de técnicas objetivas e neutras para o relato dos fatos.

Esse modelo ganhou espaço não apenas no jornalismo norte-americano e europeu, mas foi absorvido pelo jornalismo mundial como sinônimo de melhor prática jornalística e, dessa forma, produziu novos formatos jornalísticos, como, por exemplo, a reportagem da Guerra Civil Norte-Americana (1861 a 1865), em que o New York Herald, enviou para fazer a cobertura mais de sessenta correspondentes.

A Entrevista, nessa fase, também ganhou as páginas dos jornais e, tornou-se uma prática comum, assim como a simples comunicação dos fatos. Este jornalismo, puramente informativo, passa a ser arduamente defendido, principalmente, pelas agências de notícias como a Associated Press e a Reuters, fundadas, respectivamente, nos Estados Unidos em 1844 e na Inglaterra em 1851.

O jornalismo, com base nesse novo modelo, oferta ao público informações mais

diversificadas e que, por irem ao encontro dos anseios do leitor da época, mostram-se como mais atraentes. De acordo com Elliott; Golding (1979) se tornam notícias interessantes aquelas que buscam narrar um fato com base no interesse humano. “Esse é o critério da importância, notícia interessante é aquela que potencializa a diversão, o entretenimento e entre em contradição com a própria importância do acontecimento” (ELLIOTT; GOLDING 1979, p.114).

Essa contradição, segundo os autores, pode ser resolvida quando se faz uma associação dos dois valores, ou seja, para informar o leitor é imprescindível um jornal que o atraia, não havendo nenhuma utilidade um jornalismo mais profundo sem leitor. Ora, essa análise dos autores não deve ser entendida de forma tão simplista como estes expõem, pois como já dissemos anteriormente, a notícia é constituída no seio da sociedade e representa suas vozes dominantes. Assim, passa ser cômodo para o poder hegemônico que o jornalismo adquira um caráter de entretenimento ao invés de formador de opinião pública em questões relativas à ordem política e organização social.

Dessa forma, a notícia transformada em mercadoria, como aborda Marcondes Filho (1986), recebe mais investimentos com o objetivo de aprimorar o seu valor de uso. Surgem assim, as capas de jornais mais trabalhadas, a manchete como instrumento de atratividade e, ocorre ainda, uma melhoria estética na editoração dos jornais. “O jornal deve vender-se pela sua aparência” (MARCONDES FILHO, 1986, p.66).

Traquina (2005) reforça a abordagem de Marcondes Filho (1986) e acredita que a utilização da primeira página para a publicação de notícias é um dos grandes indícios das transformações ocorridas no jornalismo. Só para se ter uma idéia do que significou a utilização da primeira página para a publicação de notícias, não precisamos ir muito longo, é só voltarmos a 1829, “[...] quando um dos jornais norte-americanos mais vendidos em Nova York pediu desculpas ao seu público leitor por utilizar a primeira página para a publicação de notícias” (TRAQUINA, 2005, p.61). Antes a mesma era destinada apenas às ilustrações e à publicidade.

As manchetes e demais chamadas de primeira página, para Traquina (2005), além de servirem como vitrines dos fatos que se tornavam notícias, funcionavam como elemento de fascinação no intuito de atrair o leitor. Para propiciar essa atratividade utilizavam a linguagem jornalística com o objetivo de vender um produto industrial: o jornal. O que ainda é feito nos dias de hoje.

É nesse período também que a imprensa sensacionalista ganha espaço e, segundo Traquina (2005), esse modelo passa a ser utilizado como verdadeiro instrumento de socialização na tarefa de agregação da sociedade norte-americana. Ou seja, no intuito de

promover a socialização, o ajustamento das pessoas ao grupo social em que se deve inserir, principalmente dos negros libertos e dos imigrantes europeus, a imprensa passa a investir em estratégias de comunicação que pudessem atingir um público semi-alfabetizado ou que tinha pouco domínio da língua inglesa. O jornal ganha um cunho mais popular e com conteúdos voltados para um público hoje classificado como classe D e E, ou melhor, um público de menor poder aquisitivo, menor conhecimento, mas ao mesmo tempo ávido por sentir-se integrado a uma sociedade.

Com esse mesmo objetivo surgem as técnicas do Lead<sup>1</sup> e da Pirâmide Invertida<sup>2</sup>, utilizadas, pela primeira vez, em 1861 pelo New York Times e, prontamente apropriadas pelos jornais sensacionalistas e pelas agências de notícias. Hoje, são técnicas utilizadas em todo mundo e, elementos considerados imprescindíveis pela imprensa capitalista às vistas da produção de um jornalismo informativo.

De acordo com Kovach; Rosenstiel (2003, p.252), “[...] os chamados barões da imprensa popular transformaram os imigrantes em seu público alvo. Escreviam com uma linguagem simples, de forma que os imigrantes pudessem compreender”. A mensagem dos editoriais era voltada a explicações de como se tornarem cidadãos norte-americanos.

Os imigrantes, por sua vez, se reuniam após o trabalho para conversarem sobre o que tinham lido nestes jornais. Esse é o mesmo princípio que constitui hoje o que denominamos de agenda setting<sup>3</sup>.

Essa visão histórica da imprensa nos permite enxergar claramente a forma como o capital utiliza seus recursos materiais e superestruturais de maneira coordenada e complementar com o intuito de aumentar sua margem de lucro. De um lado, tem-se a industrialização atrelada à urbanização e ao processo de alfabetização e do outro uma maior produção de jornais, possibilitada pelas novas tecnologias e menores custos.

Fica claro também o objetivo de utilização da imprensa como instrumento de controle. O Estado Americano se deparava com situações novas, a população negra liberta e o grande número de europeus que imigravam para o novo mundo em busca de

---

<sup>1</sup> O *lead* (ou, na forma aportuguesada, **lide**) é, em jornalismo, a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa "guia" ou "o que vem à frente". Na teoria do jornalismo, as seis perguntas básicas do lead devem ser respondidas na elaboração de uma matéria; São elas: "O quê?", "Quem?", "Quando?", "Onde?", "Como?", e "Por quê?".

<sup>2</sup> A pirâmide invertida é uma metáfora utilizada para demonstrar como a informação deve ser arranjada ou apresentada num texto, particularmente em técnicas de redação. Tornou-se a técnica mais comum de construção das notícias e segue-se naturalmente da elaboração de um lead direto. Isso significa que esse tipo de redação jornalística privilegia a disposição das informações em ordem decrescente de importância. Assim, os fatos mais interessantes são utilizados para abrir o texto jornalístico, enquanto as de menor relevância aparecem na sequência

oportunidades ou fugindo das grandes guerras. Essas duas parcelas da população, sentindo-se marginalizadas poderiam insurgir contra a organização estatal e atentar contra o discurso em prol da democracia.

Desta forma, a imprensa serviu-lhes como luvas. O discurso oficial, tanto da mídia quanto do governo, era de que a imprensa estava sendo utilizada como mediadora entre governo e sociedade visando à inclusão social. Todavia, o que se esconde atrás desse discurso é a mídia utilizada como instrumento de controle.

O discurso da inclusão, na verdade, era utilizado como argumento democrático contra as possibilidades de surgimento de uma contra-hegemonia. Como os interesses políticos de controle social ofereciam à mídia vantagens lucrativas com um aumento na venda dos jornais, a imprensa americana, sem questionar, se deixou utilizar e ao mesmo tempo fez uso disso para aumentar as suas possibilidades de ganho.

O mercado da comunicação de massa incrementa a indústria da publicidade e, esta se torna o principal sustentáculo das empresas jornalísticas. Os jornais têm que vender e ampliar cada vez mais o seu público e, para isso, são utilizadas estratégias de comunicação, e, sem dúvida alguma, o sensacionalismo é um dos exemplos mais bem sucedidos na tarefa de vender jornais.

As estratégias utilizadas, no entanto, se contrapõem constantemente à vertente educativa da imprensa e à função social do jornalismo de informar, educar e denunciar os abusos do poder público, das organizações e da sociedade de maneira geral, mas vão ao encontro do modelo industrial adotado pela imprensa na produção do jornal. Genro Filho (1987) reforça essa idéia quando diz que:

[...] o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza. De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos "aparelhos ideológicos de Estado", como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas - tipicamente funcionalistas - em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como "crítica responsável" baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma "função social" voltada para "o aperfeiçoamento das instituições democráticas". Na linguagem mais direta do mestre (Dürkheim), "uma atividade voltada para a denúncia e correção das patologias sociais",

---

<sup>3</sup> De acordo com este pensamento, a mídia determina a pauta (em inglês, *agenda*) para a opinião pública ao destacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos.

portanto, para a coesão e a reprodução do estado "normal" da sociedade, ou seja, o capitalismo. (GENRO FILHO, 1987, p. 37. Grifo do autor).

Nesse modelo de jornalismo a pergunta se torna inevitável: qual é o jornalista que se cria a partir de então? Para Neveu (2001), esse jornalista moldado no modelo americano, não é o que ele chama de artista ou mesmo um integrante de partidarismo político, mas sim um profissional assalariado que recebe por seu rendimento.

A história recente de escândalos na imprensa norte-americana, provocados por jornalistas que inventavam notícias, as fontes e os personagens figurantes, retrata muito bem esse tipo de jornalismo mais comprometido com a publicidade que a sua notícia receberá, mesmo que esta seja falsa. Falta para ele o compromisso com a verdade e com a responsabilidade de instrumento democrático que o jornalismo deve representar.

Através de uma análise histórica da imprensa e do jornalismo podemos encontrar algumas respostas de como chegamos a esse modelo de jornalista atual, pois o antecessor do jornalista moderno surgiu muitos anos antes, na Itália, no século XIII. Período em que o povo que vivia na Costa Ocidental, rico pela mercantilização do comércio com os Árabes, criou uma nova forma de organização social baseada na aglutinação urbana, no comércio de troca e em lutas de classe que, depois também atingiram todo Continente Europeu, conhecida como Burguesia.

Com o mercantilismo surgiu a necessidade de divulgar os produtos comercializados e os interesses dos grandes comerciantes e banqueiros e, então para atender esses objetivos, foram criados os chamados Avisis<sup>4</sup>. Estes são considerados os antecessores dos anúncios publicitários de hoje e, eram redigidos em folhas de papel de forma manuscrita. Os redatores de Avisis fizeram disso profissão e nasceu, então no Continente Europeu, o modelo que antecede o jornalismo moderno, com enfoque na publicidade e, conseqüentemente, em interesses econômicos.

Podemos dizer que nasceu junto com esse modelo que antecede o jornalismo moderno a principal contradição sobre a função do jornalismo. Ora, se a atividade jornalística surge para atender as necessidades do mercantilismo, o que se configurou na verdade foi atividade publicitária, na sua forma mais pura de ideologia mercantil. Assim o jornalismo se desenvolve, trazendo no seu bojo, características próprias do livre comércio, ao mesmo tempo em que, o discurso ideológico tenta revesti-lo com uma roupagem de prestador de serviço e de atividade que representa o interesse público,

---

<sup>4</sup> Os Avisis eram pequenos textos, semelhantes em objetivos aos anúncios publicitários distribuídos em folhetos hoje, entretanto, sem a evolução gráfica e de arte da atualidade. Eram manuscritos e divulgavam informações de interesse da classe dominante, entre elas os produtos comercializados.

independente dos interesses das classes dominantes.

Nasce assim, junto com esse modelo de relações sociais do século XIII, não apenas o antecessor do jornalismo moderno, mas principalmente a sua maior crise de identidade que irá acompanhá-lo até os dias de hoje.

Em solo Alemão (antiga Prússia) também surgiu, quase que ao mesmo tempo, as *Zeitungem*<sup>5</sup>, um trabalho considerado na época como intelectual, assalariado, -se que a grande contribuição da imprensa do mercantilismo foi a de acarretar uma maior necessidade do domínio da leitura e da escrita, tanto para que mais pessoas realizassem os registros comerciais, como para que se dedicassem às novas profissões surgidas com os *Avisis e Zeitungens* e, também, para que a mensagem escrita nos mesmos pudesse atingir o público destinatário.

Os registros históricos do jornalismo, pesquisados por Lage (2001), mostram que os jornais mais antigos publicados de forma periódica surgiram na Alemanha em 1609, mas não se sabe ao certo as cidades de publicação, ainda que haja indicação que tenham saído de Bremen. Seguem registros posteriores a 1609 na Bélgica com a publicação do *Nieuwe Tijdingen* de 1616, a França em 1631 publicou o *Gazzete* e a Inglaterra publicou em 1665 o *London Gazette*, que ainda hoje circula como diário oficial do poder judiciário. De acordo com Genro Filho (1987), as *Gazetas Semanais* começam a se espalhar pela Europa com a invenção de Gutemberg<sup>6</sup>.

[...] Embora tenham nascido, de fato, à sombra do interesse dos banqueiros e mercadores, essas gazetas semanais que se espalharam pela Europa (e foram precursoras do nascimento, ainda no século XVII, dos primeiros jornais diários) já apontavam para uma vocação emergente do jornalismo. "Para estes novos jornais, não se trata já unicamente de informar, mas de distrair e divertir um leitor mundano, cada vez mais culto e curioso. Promoções, anúncios e críticas de espetáculos, nomeações, poesias, enigmas e discursos acadêmicos, misturam-se aí, de uma página a outra". A diversificação indica a razão de fundo do sucesso dos jornais, que é aquilo que nos interessa situar. O público é cada vez mais "mundano" e curioso. É que esse público, com a universalização progressiva das relações mercantis e capitalistas, está cada vez mais ligado, efetivamente, a uma multiplicidade de fenômenos que ocorrem em todos os lugares e, de diferentes maneiras, passam a interferir na vida das pessoas. (GENRO FILHO, 1987, p. 168. Grifo do autor).

Esses periódicos publicavam notícias da Europa e, eventualmente, incluíam algumas informações trazidas da Ásia ou da América. Os temas recorrentes dos jornais

---

<sup>5</sup> Assim como os *Avisis* as *Zeitungens* eram uma espécie de pequeno folheto manuscrito em que só eram publicadas informações e avisos da classe dominante. Os trabalhadores que redigiam as *Zeitungens* apenas reproduziam, de forma manuscrita, em várias cópias para distribuição, principalmente aos colonos, texto que já vinha pronto.

franceses eram sobre os escândalos da família real inglesa e os jornais ingleses, por sua vez, relatavam as derrotas militares da França.

Os conteúdos dos jornais começaram a se voltar mais para assuntos cotidianos e locais a partir da segunda metade do século XVII, entretanto, já estavam sob os olhares da censura e, raramente, podiam abordar temas que fossem considerados perigosos para o governo ou que incitassem o povo a ações oposicionistas.

A censura, nessa época, se deu a partir do momento em que os governantes passaram a ver a imprensa como um forte instrumento de controle e de manutenção do poder político e econômico. Assim, tentavam impedir a circulação de jornais que lhes eram desfavoráveis e, estes só circulavam na clandestinidade. De acordo com Duarte (2009), os mecanismos aplicados na época como instrumentos de censura, variavam entre as altas taxas para a publicação de jornais, licenças prévias, censura civil, e até mesmo eclesiástica.

Foi exatamente nesse século que começaram a se delinear alguns traços da imprensa moderna. Esta passou a oferecer um maior número de gêneros, e, apesar da interferência dos governos, principalmente das monarquias européias, ocorreram indícios de discussão acerca da censura entre os jornalistas e a classe dominante. Essas discussões duraram até o século seguinte.

A burguesia fez uso dos jornais para difundir a idéia de livre comércio e livre produção e o Estado para transmitir sua ideologia. Além de instrumento da ideologia burguesa e de proteção dos interesses do Estado, a defesa da livre expressão ganhou força em outro período histórico, devido a novos acontecimentos, como se pode constatar na citação a seguir.

Dois acontecimentos tornaram possível essa liberação, após mais de um século de restrições e constrangimentos: a) Revolução Industrial e b) o papel particular que a publicidade assumiria na vida dos jornais. A Revolução Industrial representou a etapa mais avançada do processo do capitalismo. Coincidiu com o esvaziamento dos campos da Europa e a liquidação do setor feudal remanescente; promoveu rápido crescimento e mudou o aspecto humano das cidades, fazendo surgir, por sobre a multidão proletária miserável, camadas intermediárias de administradores e trabalhadores qualificados ou técnicos necessariamente voltados para a leitura, interessados em notícias e capazes de se identificarem com a classe no poder. Mesmo para empregos sem maior qualificação a alfabetização tornou-se conveniente, necessária e, por fim, obrigatória. (LAGE, 2001, p.25-26).

Se visto pelo ângulo da contribuição para o desenvolvimento intelectual da

---

<sup>6</sup> João Gutenberg, inventor alemão, famoso pela sua contribuição para a tecnologia da impressão e tipografia. Atribui-se a ele a invenção dos tipos móveis utilizados para a impressão de jornais.

sociedade, pelo menos no que tange à alfabetização, observa-se assim, que o jornalismo representa um dos mais importantes instrumentos daquele período. Além disso, também recebeu a contribuição da Revolução Industrial com a mecanização da produção de jornais, ampliando, sobremaneira, a divulgação das informações com as tiragens multiplicadas pela industrialização.

Entretanto, a Revolução Industrial não trouxe apenas bônus ao jornalismo, houve também a exigência de mais investimento financeiro, o encarecimento da produção e a redução da mão-de-obra artesanal. A publicidade passou a oferecer aos veículos de comunicação os recursos para as suas sobrevivências econômica e, conseqüentemente, financiar a atividade jornalística. Essa realidade permanece, com pequenas alterações, até os dias de hoje. Quanto ao ônus trazido pela Revolução Industrial à imprensa e, conseqüentemente, ao jornalismo, podemos, de maneira geral, exemplificá-lo pela enorme dependência econômica a que a submeteu.

Lage (2001) corrobora com tal análise ao dizer que “[...] a Revolução Industrial inseriu a imprensa em um quadro econômico delimitado pela total dependência da publicidade, das tecnologias e dos financiamentos” (LAGE, 2001, p.5). Todavia, podemos dizer que a Revolução Industrial apenas aumentou as proporções dessa dependência, à medida que esta, também aumentou sua tiragem e, conseqüentemente, seu alcance público.

Essa dependência, como analisada anteriormente, já nasce com os interesses mercantis que originaram as atividades da imprensa e, em tempo algum, poderemos julgá-la independente destes. O que ocorrerá posteriormente serão iniciativas emancipatórias e que, se não visam atender os interesses do capital, terão como função estabelecer um poder contra-hegemônico.

Por esse motivo, quando se pretende relatar a história da imprensa, não se pode, como afirma Lage (2001), deixar de relacioná-la às invenções próprias do desenvolvimento industrial e da forma de produção do capitalismo. A imprensa evoluiu juntamente com a indústria e, absorveu como modelo para sua produção, o capitalismo. Entretanto, apesar do potencial ideológico trazido pela imprensa, somente nos séculos XVIII e XIX, os líderes políticos se aperceberam do grande poder que os jornais poderiam ter para influenciar a população e, assim, proliferaram os jornais de facções e partidos políticos.

A notícia, enquanto mercadoria, produto de uma sociedade capitalista, passa a ser retratada pelo jornalismo na imprensa com visões pré-concebidas por essa mesma sociedade dominante. Ao longo dos séculos, até se chegar ao formato que atingiu hoje, o

jornalismo pode ser visto como um instrumento que tem de um lado a propriedade privada dos meios de comunicação e de outro a ideologia burguesa, e, portanto, irá servir sempre para reforçar a visão da classe dominante.

Genro Filho (1987, p. 216) acredita que o jornalismo “[...] volta-se a ideologia burguesa, patrocinando formas cada vez mais intensas e sofisticadas de controle e manipulação do processo informativo”. Nesse sentido, analiso que esse chamado jornalismo burguês, traz em seu discurso a ocultação do sujeito que produz a informação, como se não houvesse intermediação entre o fato e o público. Existe uma crítica política recorrente que afirma que o sujeito oculto no jornalismo, através da objetividade do discurso, possui intenções, estritamente, voltadas à manipulação.

Como afirma Genro Filho (1987), a proposta dessa crítica é a revelação do sujeito. Entretanto, no jornalismo moderno, com base na produção coletiva e industrial da informação, não há espaço para o sujeito individual. De fato, o jornalista aqui detém a voz do sujeito social que, só pode ser identificado nas contradições de classe e nos interesses de grupos.

[...] à medida que o público vai compreendendo essas contradições e a lógica dos interesses, os veículos são progressivamente identificados em sua postura ideológica e política, especialmente de parte dos setores mais participantes e politizados. O sujeito é "desvendado" tal qual sua natureza social, ou seja, como sujeito que corresponde a classes sociais ou grupos econômicos e políticos. A personalização dos indivíduos que elaboram diretamente as informações é secundária, pois não corresponde na verdade aos sujeitos que concretamente estão se expressando pelos meios de comunicação. Em síntese, a impessoalidade das informações jornalísticas não constitui empecilho para a descoberta dos verdadeiros sujeitos. Ao contrário, até facilita a identificação dos interesses mais amplos das classes e grupos sociais (GENRO FILHO, 1987, p. 211. Grifo do autor).

Esse jornalista que veio caminhando a passos largos, juntamente com as mudanças sociais e políticas do sistema Capitalista, chega ao século XX, segundo Neveu (2001), como um jornalista mitológico. Ele ocupa funções que variam entre confidentes de políticos e artistas, investigador, e atinge por inúmeras vezes o prestígio de escritor de grandes biografias e reportagens ampliadas. Existe ainda hoje um prestígio que envolve a figura do jornalista, além do medo que se cria com relação a sua atividade no que se refere às coberturas jornalísticas que envolvem denúncias políticas, evidenciam quebra de sigilo bancário, cobertura eleitoral, e exposição de figuras públicas na mídia.

Hoje a imprensa não se configura apenas pelos jornais impressos. As novas tecnologias trouxeram também novos veículos de comunicação como o rádio, a fotografia, a televisão, as revistas e a internet. Entretanto, no contexto histórico sobre a

imprensa, foi no jornal impresso que se deu a mais importante configuração da imprensa, do jornalismo e da notícia enquanto mercadoria a ser comercializada. Todas as mudanças que ocorreram após, foram de ordem muito mais técnica e de linguagem que propriamente de conteúdo e, principalmente, de objetivos.

Mais do que caracterizar o jornalismo e a imprensa brasileira historicamente, torna-se importante que tenhamos claros alguns aspectos marcantes na nossa cultura e os reflexos que trarão para o pensamento jornalístico ao longo da sua evolução. Para que possamos entender como se dão essas transformações e as contradições que as originam vamos partir da afirmação de Morse apud Marques de Melo (2007) ao dizer que, nós os brasileiros, temos uma vocação macunaímica, ocasionada, como diz o autor, pela nossa “[...] capacidade antropofágica de deglutir os modelos importados, transformando-os em sucedâneos mestiços, duráveis, resistentes e utilitários” (MARQUES DE MELO, 2007, p.17).

Essa característica cultural da sociedade brasileira que nos permite importar, copiar ou transformar modelos estrangeiros, sem nenhum tipo de restrição, também está presente no pensamento jornalístico nacional, assim como no seu corpo material: a imprensa.

Tomando o conceito proposto pelo autor vamos iniciar nossa discussão partindo do período denominado por ele de autonomização e, portanto, o atual, que corresponde ao século XXI. A afirmação de Marques de Melo (2007, p.31) de que “[...] não obstante o pensamento jornalístico brasileiro venha demonstrando vigor analítico e vigilância crítica, no início do século XXI, o clima reinante no interior da academia, revela-se distante, defasado, descompassado” com relação ao que ocorre no âmbito da sociedade. Essa afirmação nos aponta para as nossas discussões sobre a ruptura entre a teoria e a prática no ensino do jornalismo no Brasil.

Para o autor esse clima foi favorecido pela crise de identidade vivenciada pela profissão acuada pelas forças sociais contrárias à reserva de mercado aos jornalistas que tivessem a formação universitária. Algumas iniciativas, como a criação da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo em 2003 e a realização de congressos anuais, tentam resgatar o que chama de espírito de corpo. Sabemos que essas tentativas às quais se refere Marques de Melo (2007), estão agora ameaçadas com o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

Todo esse clima de desvalorização profissional do jornalista e a chamada crise da imprensa a que se referiu Sodré, Nelson (1999) encontram na história da profissão e, da própria imprensa, os seus principais motivadores. Também, de igual forma, encontra

seus principais motivos e objetos da censura política ou econômica ao longo da sua história e, de acordo, com os interesses e instrumentos da classe social dominante nos determinados períodos históricos.

Constatamos também que os instrumentos de censura mudam de acordo com a época, com o sistema político e com o modo de organização da sociedade. Entretanto, a censura, tal qual a localizamos hoje, encontra seus correspondentes em várias outras etapas de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Tomando como ponto de partida a chegada da imprensa ao Brasil, já encontramos duas contradições. A primeira se refere ao fato do seu início tardio (até mesmo comparada a outros países da América Latina) e, a segunda pelas próprias características macunaímicas da cultura nacional, que permitiram a influência européia e norte-americana na imprensa e no jornalismo brasileiro. Ressaltamos mais uma vez que, a imprensa como já definimos, não é sinônimo de jornalismo e, este último não começou no país juntamente com a imprensa.

Essa teoria é clara na afirmação de Fonseca (2004) quando a autora argumenta que pode haver imprensa literária, sindical, religiosa e até mesmo humorística sem o exercício do jornalismo. Todavia, o inverso não é possível, pois como conceituamos no início desse capítulo, a imprensa representa o corpo material do jornalismo. Com base nesse conceito é que iremos explorar mais os períodos históricos em que jornalismo e imprensa coexistam. O que, definitivamente, não ocorreu do Primeiro Reinado até a Primeira República, período em que retratamos os aspectos históricos da imprensa, de maneira breve e, somente para oferecer elementos para a reconstrução histórica do período em questão.

A história do jornalismo e da imprensa no Brasil e suas facetas ao longo de todos esses períodos, são temas de estudos de muitos historiadores, sendo que alguns autores tornam-se indispensáveis. Sodré, Nelson (1999) é um deles e, dividiu essa história em seis etapas distintas: imprensa colonial; imprensa da independência; o pasquim; imprensa do império; a grande imprensa e, finalmente, a crise da imprensa.

Já Lage (2001) distribui a história do jornalismo brasileiro em quatro etapas distintas, entretanto, seqüenciais. A primeira de ordem panfletária e polêmica, equivalente em processo e não em contemporaneidade a dos Avisis na Itália, entretanto, com objetivo distinto. A atividade panfletária foi desenvolvida no Primeiro Reinado e nas Regências (1822-1831); depois encontramos as atividades classificadas como literárias e mundanas no Segundo Reinado (1840-1848), pois eram compostas de publicações de contos, poesias e outras narrativas literárias.

Embora as classificações feitas pelos dois autores sejam diferentes se completam em muitos aspectos e, por isso, utilizaremos ora Sodré ora Lage em nossas análises e exposições, muitas vezes entremeadas ainda de outros autores.

Sodré, Nelson (1999) parte seu relato da Imprensa Colonial, a primeira do país, que chega, oficialmente, com a vinda da corte de D. João VI ao Brasil e, que, segundo ele, já nasce sob o olhar rigoroso de Portugal e do Governo instituído em terras brasileiras com a Família Real.

A Imprensa Colonial foi marcada pela censura. Uma gráfica oficial, com equipamentos trazidos de Portugal na vinda da Família Real para o Brasil, publicou, pela primeira vez, em 10 de setembro de 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro. O jornal que nascia em solo brasileiro era na verdade uma adaptação da Gazeta de Lisboa, com a publicação de traduções de artigos da imprensa européia.

D. João VI lia todas as matérias antes de irem ao prelo e absolutamente tudo o que era impresso no Brasil passava por essa censura, que determinava o que podia ou não ser publicado de acordo com os interesses do país colonizador e, portanto, da família real. Assim, podemos considerar que a pedra fundamental da imprensa no Brasil se dá com a chegada da corte de D. João VI ao Brasil. Anteriormente a isso a atividade da imprensa na Colônia era proibida. A relação entre o Brasil Colônia e Portugal enquanto país colonizador era de total submissão e, isso se estendia a todas as atividades intelectuais que pudessem ter qualquer cunho político ou institucional.

Os intelectuais que se apresentaram no Brasil para a atividade jornalística receberam forte influência européia, sobretudo portuguesa, uma vez que grande parte deles frequentou os bancos das universidades em Portugal. Além desse fator, o poder político e econômico estava nas mãos dos beneficiados pela corte portuguesa e, estes não tinham intenção de se indispor com os colonizadores.

Esses fatos evidenciam o caráter econômico e político já delimitando a imprensa brasileira desde os seus primórdios. Essa tradição de interesses da classe detentora do poder se faz presente na imprensa em toda a sua história na sociedade capitalista e, como não poderia deixar de ser, no Brasil esse fator teve como agravante a opressão do povo pelo colonizador; assim como a influência oriunda da Europa que chegava com os que vinham para a nova terra em busca de fortuna.

Ferreira, Jorge (2004) aborda essa questão e, expõe as preocupações de Portugal com relação a sua Colônia, no que tange ao acesso à informação e ao conhecimento. Não apenas a imprensa era censurada, havia censura também nas bibliotecas e em qualquer comunicado que fosse divulgado.

Tanto é fato que, o Correio Brasiliense, cuja primeira publicação se deu em 01 de junho de 1808, e, portanto, anterior a Gazeta do Rio de Janeiro, editado na Inglaterra por Hipólito José da Costa, considerado hoje o patrono da imprensa brasileira, desde as primeiras edições que circularam em terras brasileiras, veiculou traduções do escritor alemão Johann Benzenberg e, que abordava a necessidade da liberdade de imprensa.

Podemos, de fato, afirmar que a imprensa surge no Brasil já prevendo a censura que iria encontrar pela frente e, mesmo, editado em terras estrangeiras, o Correio Brasiliense introduziu no país o discurso sobre a necessidade de uma imprensa livre. Ideais esses que estavam sendo amplamente discutidos nessa época em terras européias e norte-americanas.

Não demora muito, cerca de três meses após a circulação do Correio Brasiliense, surgiu então, já no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, A Gazeta, considerado órgão oficial do Governo, sob a direção de Frei Tibúrcio José da Rocha. O Jornal cujo conteúdo era avaliado pelo Conde de Linhares, censor oficial do governo, tinha como objetivo publicar apenas as informações de interesse do colonizador. Apesar do Frei, representar a opinião do governo português havia sempre o temor, senão dizer o cuidado, para uma certificação de que apenas seriam publicados os temas de interesse do governo. Por isso, se justifica a censura ao próprio jornal do governo e, que era feito, muitas vezes, pessoalmente por Dom João.

A Gazeta, a partir de 29 de dezembro de 1821, passou a se denominar Gazeta do Rio e com a Proclamação da Independência deixou de circular, surgindo em seu lugar, com o mesmo objetivo, o Diário Fluminense, de propriedade do governo de Pedro I e, posteriormente, o Diário do Governo, do de Pedro II. Todos como órgãos da imprensa oficial tal qual é hoje o Diário Oficial da União.

Ainda no ano de 1821, a publicação de um panfleto, sem autoria, embora se soubesse que fora escrito pelo comendador e coronel francês F. Caille de Geine, com ciência de D. João VI, argumentando que a família real deveria ficar no Brasil, causou tanta polêmica que acabou sendo recolhido. Entretanto, o episódio serviu como incentivo à publicação de impressos com opiniões sobre a política do Brasil e a defesa de sua Independência de Portugal. O Folheto de Caille, como ficou conhecido, foi o inspirador de muitas publicações do gênero que vieram posteriormente, também com a mesma defesa.

O fato de o texto ter sido atribuído a um cidadão comum estimulou novas publicações e foi entendido como indício da liberdade de Expressão. “Qualquer um, no novo sistema, poderia vir a público dar o seu palpite na condução dos negócios do

Estado” (LUSTOSA, 2000, p. 92).

Podemos fazer uma analogia entre o sentimento despertado na sociedade na década de 1820 com relação à liberdade de expressão ao que ocorre hoje, principalmente, através do que está sendo denominado de Jornalismo Cidadão ou Jornalismo das Fontes, já definido na introdução deste relatório de tese. O fim da exigência do diploma para o exercício profissional de jornalismo, hoje, também desperta na sociedade o mesmo tipo de sentimento com relação à liberdade de expressão que marcou a década já mencionada. Ou seja, qualquer cidadão comum, como disse Lustosa (2000), pode vir a público emitir sua opinião. É o direito à liberdade de expressão, uma garantia constitucional do texto de 1988.

O que nos chama atenção nessa analogia entre ambos os períodos históricos é que, tanto na década de 1820 quanto na sociedade atual, o anonimato aparece como uma marca presente em grande parte dessas publicações. Podemos entender o objetivo desse anonimato no passado, o qual se configurou como instrumento em busca da Liberdade de Expressão e, portanto, de imprensa. Todavia, a permanência ou ressurgimento deste nos dias atuais, aparentemente, não faz muito sentido à medida que se configura como uma contradição ao sistema democrático em vigor.

Targino; Carvalho; Gomes (2008), ao fazerem a análise do Jornalismo Cidadão também denominado Jornalismo das Fontes, chamam a atenção para a presença constante do anonimato que se constituiu em 87,26% dos comentários feitos a 157 notícias analisadas por eles. Esse posicionamento de indivíduos atrás do anonimato impede que se estabeleça “[...] um diálogo mais democrático e verdadeiro, como apregoado pelos defensores do jornalismo cidadão” (TARGINO; CARVALHO; GOMES, 2008, p. 50).

A análise dos autores foi efetuada a partir do site CMI Brasil que se conceituou como uma “[...] rede de produtores independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente” (CMI Brasil, 2007). O editorial do CMI Brasil prossegue ainda dizendo que seu objetivo é “[...] dar voz à (sic) quem não têm (sic) constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente (sic) distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais” (CMI Brasil, 2007).

Portanto, o objetivo do site e, do próprio Jornalismo Cidadão como um todo, de dar voz a quem não a tem, não se compatibiliza com o anonimato. Apreendemos esse anonimato, presente em uma sociedade democrática, como sendo a má utilização de um espaço aberto, apropriado para a materialização das ideologias de forma a organizar as

representações sociais do grupo ao qual pertencem e que, conseqüentemente, deverão orientar suas práticas e sua produção social.

A má utilização se justifica pelo fato de que, apesar de mesmo anonimamente, emitir conceitos, estes são facilmente destruídos pela falta de credibilidade que está hoje vinculada a opinião emitida de forma anônima em uma sociedade democrática. Diferentemente do que constituiu a presença do anonimato nas sociedades sob o domínio da censura política. Neste último caso, o público estava preparado para ler nas entrelinhas o anonimato, em virtude da coerção física e psicológica que poderia ser imposta ao jornalista que, no exercício do seu trabalho, ferisse, de alguma forma, os interesses do Estado.

Em 1821, com o fim da censura prévia à imprensa, multiplicam-se os números de publicações a circular no Brasil, como um reflexo das condições políticas que rumavam para o processo de Independência do país. Houve uma verdadeira epidemia de panfletos e pequenos jornais publicados e, que mais tarde, no Primeiro Reinado – exacerbaram a participação e militância apenas das elites e de alguns setores das classes médias urbanas.

Apesar de não ter evoluído muito, o jornalismo produzido no Período Colonial, foi de extrema importância no processo da Independência Brasileira. De maneira bastante conflitante, a imprensa passou da Fase Colonial para a da Independência. O conflito refletia as diferenças de opinião acerca da Independência e trazia para as páginas dos jornais esse confronto, muitas vezes com acusações e censura acirrada. Apesar do nome, a Imprensa da Independência não foi sinônima de liberdade para a imprensa, como, aliás, não ocorreu em época alguma da sua história até os dias de hoje.

Ao longo de toda a nossa tese mostraremos a presença da censura como instrumento de controle à atividade jornalística. Em momento algum que abordarmos a questão da liberdade de imprensa no Brasil faremos referência a ela, como possibilidade total dentro do sistema capitalista.

O movimento de 1820, conhecido como a Revolução do Porto, apresentou, entre outras reivindicações, a da volta da Família Real para Portugal e influenciou o desenvolvimento da imprensa brasileira. Foi em função dele que, o processo de Independência do Brasil teve andamento e, com isso, o desenvolvimento da imprensa em território nacional, uma vez que na elaboração da Constituição de Portugal um dos itens defendidos pelas Cortes Constituintes, era a liberdade de imprensa extensiva ao território brasileiro.

Todavia, antes de voltar a Portugal, D. João VI ainda promulgou uma Lei datada

de 02 de Março de 1821 determinando que,

[...] todo impressor será obrigado a remeter ao diretor dos Estudos, ou a quem suas vezes fizer, dois exemplares das provas que tirarem de cada folha na imprensa sem suspensão dos ulteriores trabalhos, a fim de que o diretor dos Estudos, distribuindo um deles a algum dos censores régios e ouvido o seu parecer, deixe prosseguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura, ou a faça suspender, no caso unicamente de se achar que contém alguma coisa contra a religião, a moral e bons costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a pública tranqüilidade, ficando ele responsável às partes por todas as perdas e danos que de tal suspensão e demoras provierem, decidindo-se por árbitros tanto a causa principal da injusta censura, como a secundária de perdas e danos. (SODRÉ, Nelson, 1999, p.35).

Durante o processo da independência do Brasil, a valorização da palavra impressa fez com que, através de iniciativas independentes, proliferassem os pequenos jornais, panfletos, manifestos e proclamações. A questão principal discutida por esses impressos era basicamente sobre a posição que o Imperador deveria ter frente às exigências de Portugal e também sobre a permanência da família real no Brasil. Na seqüência veio um discurso em defesa da Independência do país.

O jornalismo da época profundamente ideológico e militante, que se configurou como um dos principais instrumentos políticos e revolucionários era, estritamente, de opinião. A princípio, esse tipo de jornalismo não tinha características próprias, mas sim do momento histórico que refletiam. Sodré, Muniz (1983) relata que os jornais publicados eram um reflexo do debate político que se travou primeiro em torno da questão da Independência e, em seguida, sobre a estrutura do Estado- Nacional a ser construída a partir da separação de Portugal.

Um exemplo disso pode ser visto, de acordo com Sodré, Muniz (1983), em Hipólito da Costa, considerado um dos primeiros jornalistas brasileiros. Confesso monarquista, Hipólito era contrário às idéias da Revolução Francesa, entretanto, favorável ao fim da escravatura. Contrário também à Independência do Brasil, o jornalista refletia essa opinião em seu jornal, todavia, teve que voltar atrás e publicar artigos em defesa do movimento para não perder o seu público leitor, amplamente favorável ao processo de Independência do país.

As dificuldades dos transportes e do Correio prejudicavam a chegada de jornais da Corte nas Províncias, o que provocou o aparecimento de mais periódicos no interior. Os ideais republicanos conquistaram a imprensa. Jornais defendiam a República e a libertação dos escravos. O movimento abolicionista era cada vez mais forte. Quintino Bocaiúva, um jornalista republicano, fez do jornal O Paiz, do Rio de Janeiro, palco para

debate contra a manutenção do regime monárquico no Brasil.

Essa época marca um jornalismo mais idealista, que se divide entre republicanos e abolicionista. Esse idealismo surge em função dos jovens de famílias ricas que iam estudar na Europa e voltavam ao Brasil com idéias novas e liberais, ou seja, idéias republicanas. Reforçam-se também nas mãos dos colonos europeus que começavam a substituir os escravos nas lavouras brasileiras e pela ideologia dos imigrantes deportados de vários países europeus, mas, sobretudo, portugueses, por motivos políticos.

Apesar disso, Sodré, Muniz (1983) sustenta que o período Regencial constituiu um momento de ascensão liberal entre o Primeiro e o Segundo Reinado. Período este em que os valores nacionais se afirmavam; uma época em que prevaleceram algumas características de regime republicano, como: as eleições, a primazia do legislativo sobre o executivo e uma parcial liberdade de imprensa.

Ribeiro, Ana Paula (2007) nos alerta que a evolução da imprensa não pode ser considerada crescente. Segundo a autora, o crescimento da imprensa a partir de 1821 foi resultado da liberdade de expressão surgida com o constitucionalismo e o fim da censura prévia. Sem dúvida, foram esses os fatores que possibilitaram o crescimento da imprensa periódica no Brasil. “É importante sublinhar que a liberdade de imprensa no país não seguiu uma evolução linear nesse período” (RIBEIRO, Ana Paula, 2007, p.5), pois, as alterações na legislação significaram ora momentos de recuo, ora de avanço.

A autora completa ainda que, além disso, no início do século XIX, os homens que se dedicavam à atividade da imprensa, os jornalistas, eram constantemente submetidos às mais variadas arbitrariedades. “Era comum jornais serem empastelados e jornalistas, ameaçados, espancados ou presos” (RIBEIRO, Ana Paula, 2007, p.7).

Havia, nessa época, um número variado de publicações, entretanto, a grande maioria possuía estrutura de produção ainda bastante artesanal, utilizando prensas tipográficas rudimentares. Eram jornais de formato pequeno, podendo ser comparados aos folhetins e que tinham uma periodicidade muito irregular. “Era comum jornais tirarem um ou dois números e, depois, desaparecerem. Ou saírem durante algum tempo, sumirem e, anos depois, voltarem a circular” (RIBEIRO, Ana Paula, 2007, p. 05).

Ressalta ainda Ribeiro, Ana Paula (2007) que a irregularidade e efemeridade eram características dos veículos de comunicação daquela época. Como estavam ligados às lutas do seu tempo, os jornais seguiam a dinâmica dessas lutas. “Os periódicos apareciam e desapareciam, conforme os conflitos nos quais estavam envolvidos iam se configurando ou re-configurando” (RIBEIRO, Ana Paula, 2007, p.2). Ou seja, a imprensa representava um determinado discurso político e/ou militante e, tão logo esse

discurso não mais fosse necessário, o jornal ou deixava de existir ou passava a apoiar outro movimento político-social.

O fim da Censura Prévia também ofereceu oportunidade ao desenvolvimento de outras publicações. Tratava-se de jornais que foram denominados de Pasquins e, que marcaram o estilo da imprensa brasileira na época, por representarem um jornal feito por uma única pessoa, na maior parte das vezes anônima.

Os Pasquins que permaneceram sendo publicados da Regência até o final da primeira metade do século XIX, surgiram num contexto de lutas em defesa da Independência do Brasil. Entre suas principais características estão uma linguagem panfletária, virulenta, difamatória; periodicidade irregular e produção artesanal, próprias da fase histórica que a imprensa refletia. Apesar de tratar-se de um tipo de jornalismo político, era composto de vozes desconexas, sem uma causa a lhes unificar a ação.

Tais características se davam por absoluta impossibilidade de apresentarem outras, uma vez que serviam a público pequeno e de baixo nível de escolarização. Os pasquins,

[...] usavam as armas que a época oferecia e permitia – a injúria e a difamação.” A educação estava em estado rudimentar, o ensino era pouco difundido, havia uma massa de analfabetos e os que sabiam ler não compreendiam as questões públicas. Eram formais e vazios, numa época em que a educação era tida como adorno. A única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria” (SODRÉ, Muniz, 1983, p. 157. Grifo do autor).

Um dos Pasquins mais conhecidos por essa característica foi o Malagueta, cujo redator, Luís Augusto May, foi espancado por ter criticado o Ministério Imperial liderado pelos irmãos Andrada (eram chamados assim os irmãos Martim Francisco Ribeiro de Andrada e José Bonifácio de Andrada e Silva). O jornalista teve suas mãos aleijadas.

Os Pasquins, diante dessa censura mais incisiva, na maioria das vezes, passaram a ser editados por jornalistas que não se identificavam. De forma anônima, os jornalistas conseguiam certa proteção, que lhes dava coragem de expressar os seus pensamentos sem sofrerem represálias. A linguagem picante, as caricaturas e a crítica exacerbada criaram um jornalismo mais opinativo que o do período anterior, denominado Imprensa Colonial. Estes pequenos jornais, muitas vezes de apenas uma folha, se estenderam do período que marca a luta pela Independência até a segunda metade do século XIX.

Ao lado dessa imprensa considerada político-panfletária (imprensa que surge com objetivo de protesto ou de militância) surgiram também alguns pequenos jornais independentes, mas já organizados a partir da lógica empresarial, que objetivava o

jornalismo imparcial e visava à venda de publicidade e jornais, além da organização da própria imprensa em uma empresa. Esses periódicos podiam ser liberais ou conservadores, mas objetivavam mostrar uma imparcialidade que chegava a parecer na época, uma indiferença diante dos acontecimentos.

Em 1831, a imprensa ajudou a preparar um momento favorável ao afastamento do imperador. Exerceu, nessa época, uma função de agitadora nos momentos mais tensos e decisivos. Nos jornais de oposição ao governo, as críticas não se destinavam apenas a figura do Imperador; também se dirigiam a deputados, ministros e altos funcionários do governo.

O período seguinte, por volta de 1840, foi marcado por uma conciliação entre conservadores e liberais que se unem em torno da figura de D. Pedro II para apoiá-lo. Os reflexos na imprensa foram visíveis: esta recuou em seu discurso político e aproximou-se do texto literário. Muitos dos principais autores do Romantismo Brasileiro tornaram-se conhecidos e se consagraram como grandes escritores pelo seu trabalho nas oficinas artesanais onde se produziam os jornais da época. Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo são alguns exemplos desses autores.

A partir da segunda metade do século XIX o Império estava estruturado e, o jornalismo político, representado principalmente pelos pasquins enfraqueceu e, passou a refletir outros temas da organização urbana. A imprensa acompanhou as transformações da época, como por exemplo, o aparecimento da mulher como público leitor e com isso as sessões dedicadas a ela, com sonetos, moda e cartas de amor. Em 1852 passou a ser editado o *Jornal das Senhoras*, cujos temas já citados dispensam comentários e refletem a sociedade machista da época.

A Linguagem Jornalística passou a ser mais leve e não carregava mais a criticidade e a ironia como marca, tornou-se uma linguagem mais literária. Aumentou nesse período também a imprensa abolicionista e passaram a tomar corpo os primeiros jornais com idéias republicanas, em destaque a seguir. Os anos de 1850 marcaram o estilo de um jornal mais conservador. Essa época é marcada por nomes de destaque na imprensa brasileira, tais como Monteiro Lobato, Rui Barbosa, Gusmão Lobo, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, entre outros tantos. Todos eles eram escritores e não jornalistas por formação, assim como nos períodos anteriores. A grande maioria deles havia cursado, em Lisboa, a Faculdade de Direito e passaram a escrever nos jornais.

Em 1875, nascia A Província de São Paulo, que mais tarde passou a chamar-se O Estado de S. Paulo. A chamada imprensa republicana já veiculava setenta e quatro jornais no país, sendo vinte deles no Norte e Nordeste e outros cinquenta e quatro no Sul

e Sudeste. De acordo com Fonseca (2004), o jornal A Província de São Paulo foi o primeiro jornal brasileiro a ser organizado como empresa. Essa empresa foi o resultado da iniciativa de um grupo de comerciantes, fazendeiros, empresários e jornalistas de São Paulo.

Apesar do fato dos seus fundadores terem fortes vínculos com o Partido Republicano, o jornal foi apresentado ao público como independente e comprometido com uma organização empresarial. O mesmo ocorreu com o Jornal do Brasil, de 1891, no Rio de Janeiro, e com o Correio do Povo, de 1895, no Rio Grande do Sul. Desta maneira podemos dizer que as raízes da grande imprensa brasileira foram plantadas no final do século XIX, embora só se consolidem no século XX.

Com a Proclamação da República Brasileira (1889) o desenvolvimento da imprensa continuou a acompanhar as mudanças sociais e políticas da época. A grande imprensa continuou com a mesma força, dividindo-se em republicana, com mais prestígio e, em monarquista mais combatente, como afirma Sodré, Nelson (1999).

É nessa época, ainda na Primeira República, que ocorre a fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cujo objetivo era assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação. De acordo com Gustavo Lacerda, seu fundador, a associação deveria ser um campo neutro em que se pudessem abrigar todos os trabalhadores da imprensa.

Com a Abolição da Escravatura, ocorrida no Brasil em 1888, a mão-de-obra começou a ser substituída nas lavouras brasileiras. Os imigrantes europeus chegavam ao país, como alternativa ao trabalho escravo dos negros. Esse fato histórico nos proporciona um elemento importante para a análise do jornalismo nesse período. O jornalismo brasileiro, tal qual ocorreu nos EUA anteriormente, ganha uma função educativa, no sentido didático e doutrinário.

É exatamente usando a função de educação política de seus membros e espalhar seu ideal na comunidade que os anarquistas passam a utilizar os jornais e impressos para divulgar suas doutrinas. No anarquismo, os jornais eram fatores imprescindíveis para os movimentos operários. Eram verdadeiros instrumentos de ampliação da consciência de classe operária e da divulgação dos seus debates.

Com isso, a missão do jornalismo não se limitava a difundir idéias, a educar politicamente ou a atrair aliados políticos. Na concepção do anarquismo, o jornal não era somente um agente coletivo de propaganda, mas também um organizador social.

Uma característica marcante para esta tese é o fato de que na imprensa anarquista não existia a figura do repórter, pois suas matérias eram colaborações, quase

sempre de trabalhadores, associações e sindicatos. Esses jornais, geralmente tablóides, veiculavam cartas, relatórios, denúncias. Como nem sempre tinham publicidade, eram mantidos por contribuições dos trabalhadores. Configuravam o que hoje está sendo conhecido como Jornalismo das Fontes e já foi conceituado na introdução deste trabalho.

A imprensa anarquista se constituiu como uma alternativa à imprensa capitalista, e mesmo diante da dificuldade de mantê-la, com pouca ou nenhuma publicidade, a ideologia anarquista foi uma fonte para a manutenção dessa imprensa. Infelizmente, o jornalista, enquanto profissional da imprensa, não participou desse momento tão importante do jornalismo brasileiro, pois os veículos anarquistas, como vimos, eram feitos, em sua maioria, por colaboradores. Claro que muitos jornalistas eram simpatizantes das idéias anarquistas e, desta forma, alguns também participaram desses movimentos, mais pelos seus ideais que pela sua atividade profissional propriamente dita.

Outra característica está na irregularidade de suas periodicidades, uma vez que viviam em dificuldades financeiras sem o patrocínio da publicidade. Além disso, a polícia, a todo o momento, apreendia material nas gráficas, prendia os responsáveis pelo jornal e danificava máquinas. Essas dificuldades de financiamento de suas atividades, encontradas pelo anarquismo, foram suplantadas no Jornalismo das Fontes praticado hoje, principalmente, através da internet.

Em 1900, a República e a imprensa estavam consolidadas e, esta última, adquiriu, definitivamente, características empresariais. O jornalismo individual acabou e deu lugar à grande empresa, entretanto, com esse fato a imprensa ficou sob o domínio total do Estado e do capital.

A evolução da imprensa, pós-proclamação da República, acompanhou a filosofia do mundo ocidental. Os jornais se multiplicaram, aumentando as tiragens devido à maior generalização da instrução, ou pelo menos da alfabetização; uma maior democratização da vida política; a urbanização crescente; o desenvolvimento dos transportes e, a redução do preço de venda dos jornais, devido ao barateamento da produção.

O aprimoramento das técnicas para elaboração dos jornais em função das necessidades de ampliação do capital foi determinante para o desenvolvimento da imprensa tal qual a conhecemos hoje. Destacamos nesse período a invenção de uma tinta para impressão com secagem mais rápida e o barateamento do papel com as novas técnicas para produzi-lo. Houve ainda a mecanização do sistema de composição dos tipos gráficos com a invenção da estereotipia, que transformava a página em lâminas de papelão, diminuindo a quantidade de prensas e com isso a ampliação das tiragens dos jornais.

A popularização do telégrafo também contribuiu para mudanças na imprensa e conseqüentemente no trabalho jornalístico. Houve um favorecimento na transmissão mais rápida das informações, facilitando assim, a transmissão a longa distância. Consolidam-se nessa época as sucursais, filiais de empresas jornalísticas fora da sua sede empresarial e os correspondentes internacionais.

No fim do século XIX, os jornais de estrutura artesanal começaram a ser, definitivamente, substituídos por empresas jornalísticas com organizações mais complexas, providas de equipamentos gráficos mais modernos e sofisticados. Os processos de produção da imprensa foram modernizados e as tipografias perderam suas características artesanais com objetivo de tornarem-se uma indústria gráfica.

Houve, nesse momento, uma redução considerável no número de jornais impressos. Muitos veículos pequenos desapareceram e os poucos que ficaram assumiram características mais regulares e estáveis. Começaram a surgir, a partir daí, os conglomerados de comunicação, ou seja, as grandes empresas de comunicação, muitas das quais existem até os dias atuais.

O objetivo principal em se organizar a imprensa em uma estrutura empresarial que, partiu primeiramente dos jornalistas e depois de alguns empresários da comunicação, era para se verem livres do controle que os grupos políticos exerciam sobre a imprensa e, ainda, do aparelhamento dos jornais na disputa do poder.

São exemplos clássicos dessa estruturação os jornais A Província de São Paulo, que após a proclamação da República se transforma em O Estado de S. Paulo; Jornal do Brasil e Correio do Povo. Esses impressos são representantes do esforço de se produzir jornais comprometidos apenas com os interesses do público, ainda que esse fosse um objetivo apenas retórico. No caso de O Estado de S. Paulo, como analisam alguns críticos da imprensa, seu discurso de independência tinha como objetivo dar maior credibilidade às lutas do Partido Republicano já na fase das reformas. “O Jornal do Brasil, por sua vez, refletia o pensamento conservador de Joaquim Nabuco, este um notório monarquista, na primeira fase do Regime Republicano” (BAHIA, 1990, p.41). E o Correio do Povo, como observa Rüdiger (2003), foi resultado da visão de Caldas Júnior, fundador do jornal, de que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito.

A organização empresarial, entretanto, contribuiu para dar viabilidade econômica às publicações e, concomitantemente, para instituir um conceito para a atividade jornalística, ou seja, de que o jornalismo significa fornecer, periodicamente, informação da atualidade e sem partidarismo. Entretanto, esse conceito que é pregado até os dias de hoje, faz parte apenas do discurso teórico e não da sua práxis.

Da década de 1920 em diante, com o fim da imprensa anarquista, surgem vários outros jornais como O Globo, Folha de S. Paulo e revistas como O Cruzeiro e Revista do Globo, configurando, definitivamente, o ingresso do jornalismo brasileiro numa fase empresarial.

O desenvolvimento técnico e a organização marcam a imprensa das primeiras décadas do século XX e, que é considerada como representativa dos primórdios de uma indústria cultural, como assegura Fonseca (2004). Essa imprensa vai acompanhar os avanços e os recuos da ordem capitalista nos demais setores da economia nacional. Os jornais eram graficamente feios e editorialmente desinteressados das questões políticas, mais ocupados da própria sobrevivência do que com a formação de uma opinião pública.

À medida que o desenvolvimento capitalista vai se acentuando, depois que se começam a colher os resultados das políticas inspiradoras da Revolução de 1930, como uma Estrutura Estatal modificada pelo regime centralizador e pelo estímulo à expansão das atividades urbanas, deslocando o eixo produtivo da agricultura para a indústria, que se estabeleceu a base da economia brasileira moderna.

Essas políticas, aprofundadas nos governos posteriores, também se refletiram na organização das empresas jornalísticas e na qualidade dos jornais. Passou-se a preocupar-se mais com a estética, as primeiras páginas se tornaram atraentes e, os jornais, buscam o furo de reportagem.

Mais tarde, já no governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937–1945), a imprensa brasileira, deixou totalmente os objetivos ideológicos do jornalismo político e ampliou o espaço para uma intensa corrupção de jornais e jornalistas. Com a instituição do Estado Novo<sup>7</sup>, Vargas criou, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, cuja função era a de controlar a imprensa, mas também abrangia a literatura, o teatro, o cinema, o esporte, a recreação, a radiodifusão e quaisquer outras manifestações de cultura.

O DIP teve forte atuação junto a todos os meios de comunicação, sobretudo o rádio e a imprensa (escrita). Cabia ao departamento a tarefa exclusiva de cuidar de toda a publicidade e propaganda dos órgãos do governo e da administração pública federal, assim como de todas as suas autarquias. O Estado Novo controlava, com mãos de ferro, qualquer crítica ao sistema político.

A imprensa passou a ser declarada como instrumento de utilidade pública, o que

---

<sup>7</sup> Estado Novo é o período da história republicana brasileira que vai de 1937 a 1945, quando Getúlio Vargas foi Presidente do Brasil. Recebeu esse nome devido à influência da ditadura de António de Oliveira Salazar em Portugal, e durou até 29 de outubro de 1945, quando Getúlio foi deposto pelas Forças Armadas.

obrigava os jornais a publicar os comunicados do governo. Este foi um dos períodos mais importantes para a história do jornalismo brasileiro no que diz respeito à censura e utilização política da imprensa pelo governo.

Com o intuito de aumentar ainda mais a fiscalização sobre os meios de comunicação, o DIP passou a exigir o registro dos jornais e dos jornalistas. O papel do DIP não era apenas de cercear a liberdade de expressão, mas também o de difundir a ideologia do Estado Novo junto à população e, para isso, era responsável por toda a propaganda interna, externa e pela organização de manifestações cívicas e patrióticas. Foi pelas suas mãos que nasceu o programa de rádio, até hoje existente, denominado: A Hora do Brasil.

Os meios de comunicação oficiais associavam a figura de Vargas a feitos de grande interesse dos trabalhadores. As práticas do Governo, da mesma forma, divulgavam os benefícios para essa classe. A Legislação Trabalhista e a organização do mercado de trabalho acabaram com os regimes de exploração laboral no Brasil, pelo menos da forma como ocorria até então. As cargas horárias de trabalho, que antes de seu governo eram comumente de quatorze até dezesseis horas diárias, passaram a ser de quarenta e quatro horas semanais. As férias remuneradas foram instituídas. Tais medidas, com efeito, têm caráter semelhante a feitos do Estado de Bem-Estar Social, desenvolvido em décadas subseqüentes na Europa. Assim o DIP para moldar

[...] a imagem de um Brasil moderno e moralizado aliada à imagem de Vargas como um governante justo e firme, consumia avultadas quantias e envolvia um aparato estatal de grande envergadura. Em alguns períodos o DIP chegou a ser responsável por 60% dos artigos publicados em revistas e jornais por todo o Brasil. Era uma máquina de propaganda governamental como nunca se vira em terras brasileiras, certamente o órgão civil mais preponderante na fabulosa estrutura do Estado Novo. Por toda essa importância o DIP pode ser considerado o porta-voz oficial do Estado-Novo, responsável não só pela propaganda oficial do governo, mas, sobretudo pela perpetuação da auto-imagem de Getúlio Vargas e de seu projeto político. Soma-se a isso o fato de que o DIP era a expressão máxima da coerção do livre pensamento e expressão, incumbido da tarefa de moldar a cultura brasileira aos propósitos do Estado-Novo (SANTOS, Marco, 2007, p.1).

Entende-se que, nessa época, a atividade do jornalismo foi extremamente cerceada e construiu uma imagem do Estado Novo conforme o modelo pretendido pelo governo. Foi um período de grande perseguição ao jornalista que intencionasse publicar qualquer nota contrária aos interesses governamentais, com prisões e cassação de registros.

As mudanças que o jornalismo sofreu a partir de então, podem ser justificadas

através do contexto político e econômico que se desenhou na Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939 e que aproximou o jornalismo brasileiro do modelo norte-americano, não havendo distanciamento futuro até os dias atuais.

Para que possamos entender como chegamos a essa aproximação, é necessário um contexto sobre o posicionamento do governo brasileiro diante da Segunda Grande Guerra. O Governo Getulista manteve uma posição neutra com relação à guerra até 1941 e somente no início de 1942, durante uma conferência dos países sul-americanos que ocorreu no Rio de Janeiro, foi decidido condenar os ataques japoneses aos Estados Unidos. A decisão dos dirigentes dos países sul - americanos que, se deu a contragosto de Getúlio, era a de romper relações diplomáticas com os países do Eixo: Japão, Alemanha e Itália. Getúlio publicou em seu Diário, que se ocorresse o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, o Brasil estaria sujeito a ataques.

A opinião pública no Brasil estava dividida. Todavia em 1942 submarinos alemães atacaram navios mercantes brasileiros e, após esse fato não sobrou alternativas a Getúlio que acabou por declarar Guerra à Alemanha e à Itália. A declaração de Guerra aos Países do Eixo abriu para o Brasil algumas oportunidades de apoio junto aos Estados Unidos, uma delas foi um acordo em que o governo Norte-Americano se comprometia a financiar a construção de uma usina siderúrgica brasileira, tratava-se da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Em troca o Brasil dava aos EUA a autorização para que instalassem bases militares e aeroportos em algumas cidades do Nordeste e em Fernando de Noronha.

Após a Segunda Guerra Mundial (1945) o jornalismo brasileiro foi marcado por uma forte influência norte-americana e, do capital exterior, que passou a ditar regras para a imprensa nacional. Como vimos, essa influência ganhou força com as relações políticas e comerciais entre Brasil e EUA e, não se limitou a oferecer modelos de jornalismo. Passou por diversas áreas que foram desde a mecanização das redações, com equipamentos gráficos; a participação acionária em veículos nacionais, mesmo contra a legislação nacional e culminou com a intervenção na formação acadêmica de jornalistas, que aprofundaremos no Capítulo II.

A profissão de jornalista, durante o Estado Novo, não era regulamentada e não havia ainda uma formação específica universitária para este profissional no Brasil. Os jornalistas ainda eram formados em direito, engenharia ou medicina. Quem formava os jornalistas nessa época eram os próprios veículos de comunicação, na prática.

É nesse período que se iniciam mais fortemente as discussões sobre a formação universitária do jornalista. Entretanto, somente mais tarde, essa formação seria

concretizada como uma profissão, cujo exercício legal, dependeria do diploma de graduação em uma Escola de Jornalismo, como foram conhecidas no início da formação universitária e, que depois passaram a ser denominadas Escolas de Comunicação e, não mais de jornalismo, como também aprofundaremos no Capítulo II.

Havia nesse período, em que a sociedade brasileira encontrava-se extremamente desgastada pela Guerra e, pelo medo da mesma, uma grande expectativa de que ocorresse, de fato, um desenvolvimento da sociedade democrática no país. Entretanto, essa foi frustrada com o Golpe Militar de Outubro de 1945, que trouxe para o poder o General Eurico Gaspar Dutra, e, que deu continuidade ao regime ditatorial de Vargas.

Nessas condições, foi elaborada a nova Constituição Nacional de 1946. Com relação à imprensa, a Carta Magna, determinava que as empresas jornalísticas, obrigatoriamente, tinham que ser nacionais, ficando estrangeiros impedidos de mantê-las. O artigo 160 da Constituição que versava sobre a imprensa dizia o seguinte:

É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa. (BRASIL. Constituição Nacional de 1946)

O caráter inócuo do artigo, conforme afirma Bahia (1990), não possibilitou resguardar o caráter nacionalista da imprensa brasileira. Como já visto, não houve respeito à Lei Brasileira e o Imperialismo Norte–Americano não tomava conhecimento da mesma quando lhe convinha. A revista *Seleções* e a revista *Visão* são dois grandes exemplos da participação norte-americana na imprensa brasileira naquela época.

E não foi apenas o capital estrangeiro que determinava, diariamente, o que seria publicado nas páginas da imprensa brasileira, mas também, como expõe Genro Filho (1987), a imprensa perdeu para a hegemonia norte-americana até mesmo as características de um jornalismo opinativo que havia se desenvolvido na América Latina e mais especificamente no Brasil. Ou seja,

[...] desde o final do século XVIII, quando nasceu, a imprensa latino-americana era entendida como uma corrente de opinião, tendo se constituído em expressão significativa das lutas pela independência e libertação nacional. No século passado (se refere ao século XIX, nota da autora), quando a imprensa norte-americana já tinha um caráter sensacionalista, a imprensa latino-americana seguia seu estilo literário e opinativo. A partir dos anos trinta, com a presença mercante do rádio, começa a impor-se o conceito de notícia objetiva.

Principalmente pela integração econômica, cultural e política crescente da América Latina, o que se produzia era uma crescente dependência informativa. (GENRO FILHO, 1987, p. 172. Grifo nosso).

A imprensa brasileira contemporânea adquiriu, na época, alguns conceitos próprios, entretanto, espelhada sempre na imprensa norte-americana. O surgimento do Lead muda a forma de organização do texto jornalístico e as agências de notícias diminuem o tempo e a distância para as coberturas jornalísticas. Passa a haver, por parte dos jornais brasileiros, a intenção de incutir no público a impressão de que são imparciais; apartidários e, que têm como foco, o interesse público.

Podemos afirmar que essa intenção ainda é presente nos dias de hoje, pois a credibilidade, como já vimos, tem que ser mantida para que o veículo de comunicação possa garantir a sua sobrevivência. O público deve, pelo menos, ter a impressão que está comprando um produto que tenha crédito. Por esse ângulo, podemos dizer que a imprensa capitalista conseguiu incutir em seu público a idéia da imparcialidade, à medida que este se identifica com a ideologia do veículo de comunicação e do jornalismo praticado por ele.

Assim, fica encoberta a parcialidade existente no jornalismo que, com a imprensa capitalista é ainda maior, mas que já existia desde o seu início. Os donos dos meios de produção tomaram o conceito de jornalismo informativo como sinônimo de imparcialidade e diziam que as técnicas de redação como o Lead, por exemplo, garantiriam esse caráter. Na verdade, esse discurso, próprio do capitalismo, não é real, mas vende e, todos os dias, ao eleger um determinado jornal, emissora de televisão ou de rádio ou site de notícias estamos comprando um produto originário dessa imprensa capitalista.

Isso pode ser facilmente compreendido pelo fato do jornalismo brasileiro ter alicerçado suas bases no capitalismo e, se aprimorado, seguindo as necessidades desse sistema. Num contexto em que interesses políticos e econômicos eram fundamentais para a manutenção da hegemonia da classe burguesa, garantindo as condições sociais para a reprodução do capital, desenvolveu-se uma imprensa que passa de artesanal para industrial e, conseqüentemente, de minúscula a grandes conglomerados, a exemplo dos demais meios de produção no sistema capitalista.

No Brasil, especificamente, como cita Sodré, Nelson (1999), as crises da imprensa são constatadas tanto quanto no restante dos países de sistema capitalista, apesar de se darem em épocas distintas. Entretanto, as peculiaridades da crise na imprensa nacional da primeira metade do século XX, perpassam a aquisição do papel através da

importação e, assim embute em seu debate o câmbio e o comércio exterior. A complexidade do maquinário para a produção do jornal e do fato de também serem importados, são elementos a serem considerados para a crise além de funcionarem como instrumentos de controle, uma vez que os donos dos meios de comunicação dependiam não apenas dos incentivos do governo para a importação como também do capital estrangeiro para que esta fosse viabilizada.

Essas dificuldades enfrentadas pela imprensa da época podem ser analisadas por alguns fatos pontuais, como, por exemplo, no Governo Vargas, a dívida das grandes organizações de imprensa com os bancos estatais, como o Banco do Brasil e Caixa Econômica do Estado de São Paulo (a chamada nos dias atuais Nossa Caixa).

O endividamento das empresas de comunicação se deveu em grande parte a sua reestruturação para acompanhar os avanços tecnológicos que permitiriam a ampliação no sistema de impressão e conseqüentemente uma maior amplitude nos canais de comunicação que garantem a chamada comunicação de massa.

Teoricamente, a parcial liberdade política que a imprensa da época havia conseguido por vias do poder econômico dado pela publicidade, foi novamente perdida, uma vez que muitos veículos contraíram dívidas com os governos federal e/ou estaduais.

Assis Chateaubriand, Roberto Marinho e Samuel Wainer, por exemplo, tinham dívidas imensas com o governo e, por isso, não faziam oposição a este. O fato levantou muita polêmica e foi bandeira de partidos políticos como da União Democrática Nacional (UDN) contra o governo getulista. E em 1953, a imprensa nacional, que fazia oposição ao governo, recebeu deste, três bilhões, quinhentos e seis milhões e duzentos mil cruzeiros, sendo que mais de dois terços desse montante foi destinado a jornais e revistas de agências estrangeiras sediadas nos EUA. O escândalo ficou conhecido como Blitz publicitária.

Havia nessa mesma época, uma inquietação dos EUA com relação à prática jornalística não apenas no Brasil, como também em toda a América Latina. Essa preocupação, que se traduziu, posteriormente, em controle, tinha como objetivo fortalecer a hegemonia norte-americana diante dos países latino-americanos. Para isso utilizaram-se dos instrumentos que estavam às suas mãos, como: a exportação do papel e, principalmente, do maquinário gráfico. Havia, assim, incentivos, até financeiros, para as empresas jornalísticas que defendessem sua hegemonia, e nenhum tipo de incentivo às empresas que fossem contrárias a essas idéias.

A partir das mudanças causadas pelo período pós-guerra, como a hegemonia norte-americana sobre os países menos desenvolvidos, a corrida armamentista entre os

EUA e URSS, a crescente industrialização, entre outros, fica mais evidenciada a distinção das classes sociais dentro da sociedade industrial brasileira. Essa divisão social vai trazer para o jornalismo uma separação de públicos. Os jornais passam a incorporar entre os seus públicos, uma classe social de menor poder político e econômico, apesar de que as idéias que veiculam continuarem sendo a da classe dominante. As colunas sociais ganham e dão notoriedade e publicidade. Os *press releases*<sup>8</sup> das grandes empresas e multinacionais invadem as páginas dos jornais.

Os grandes grupos de comunicação do país, como Folha da Manhã, O Estado de S. Paulo e o Globo, articularam-se e fundiram-se com o capital externo a partir do final da década de 1950. As empresas já existentes ampliaram-se e incorporaram revistas, emissoras de rádio e televisão. Essa realidade persiste ainda hoje, embora haja limitações da legislação brasileira no que tange a concessões e participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação brasileiros.

A Constituição de 1988 estabelece em seu artigo 222, que a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Apesar das restrições da legislação brasileira à influência exterior, pode-se afirmar que, do ponto de vista editorial, a liberdade de imprensa é a liberdade dirigida pelo capital, uma vez que todas as idéias veiculadas são a da classe detentora do poder, seja do ponto de vista político ou econômico.

A década de 1960 foi marcada por imensas transformações na imprensa. Essas mudanças ocorreram em uma época de grande instabilidade política nacional e de idas e vindas da censura à imprensa. Por exemplo, em 1961, uma tentativa de Golpe de Estado contra a posse do vice-presidente João Goulart e, em seguida, a renúncia de Jânio Quadros, ocasionou novamente uma intensa censura à imprensa. O grupo Folha da Manhã foi duramente censurado, pois divulgava idéias contrárias aos interesses do governo. Como sinal de protesto diante do forte controle sofrido, o jornal veiculou páginas em branco ou com receitas culinárias e poesias.

O ano de 1964 também foi marcado por uma movimentação por parte dos proprietários dos meios de comunicação em prol da saída de João Goulart do governo e, em busca pelo fim da censura. Sodré, Nelson (1999) retrata o episódio como o último da chamada imprensa empresarial do país. Entretanto, mais recentemente, a história volta a

---

<sup>8</sup>Press Release – texto jornalístico elaborado por assessores de imprensa e enviado aos jornais para serem publicados em forma de notícia.

registrar a eleição do presidente Fernando Collor de Melo e depois o seu impeachment, ambos articulados pela imprensa. Esse caso é forte argumento que o jornalismo, através da imprensa, pode ser utilizado como instrumento de poder hegemônico ou contra-hegemônico, conforme já abordamos na introdução do presente estudo.

O Golpe de 1964 no Brasil representou o início de vários acontecimentos que constituíram o ciclo de ditaduras militares em toda a América Latina e, cujas conseqüências ainda são sentidas nos dias de hoje, pois foram responsáveis pela estruturação do Estado Brasileiro. Poulantzas apud Costa (2004) traça uma caracterização das mudanças estruturais trazidas pelas ditaduras militares. No rol de modificações por ele apontadas, citamos: a) controle dos aparelhos, estatais ou não, por um só aparelho; b) o papel da ideologia desse aparelho dominante na legitimidade da repressão e da submissão dos demais aparelhos; c) violação do sistema jurídico; d) abolição ou restrição ao sufrágio; e) a burocratização e por fim o surgimento de redes paralelas e correias de poder (formadas por interesses comuns entre os integrantes da classe dominante).

Esses fenômenos trazidos pela ditadura aos mais diversos países da América Latina podem ser compreendidos ao analisarmos os conflitos internos entre os diversos grupos militares, suas raízes históricas e mudanças ao longo desse período. Também, suas ideologias muito específicas, permitiram com que triunfasse a visão do militarismo e justificasse o emprego da tortura e eliminação do inimigo público como atos de patriotismo.

Nesse contexto, a imprensa marcada pela Ditadura Brasileira vivida, principalmente, entre 1960 e 1980, nos oferece elementos de análise ofuscados pela censura rigorosa da época. Apesar disso, de maneira geral, o jornalista em atuação nessa época é um profissional com uma visão bastante crítica, entretanto, também tolhido pelo poder de controle político e econômico vivido nessas duas décadas.

O período ditatorial no Brasil foi uma época de difícil atuação para os jornalistas. Constantemente estes eram submetidos a todos os tipos de censura, desde as não aprovações de registros de jornais e revistas por parte do governo até as torturas físicas e psicológicas, o exílio e as prisões. Mais de 300 registros de revistas e 400 de jornais foram negados pelo governo nesse período. Os motivos da negação eram os mais banais possíveis, mas na realidade escondiam a verdadeira origem das proibições: o controle do governo sobre a atividade jornalística no país.

Apesar das dificuldades trazidas pelos interesses da classe dominante e do Estado às atividades jornalísticas, havia uma inquietude por parte daqueles que compunham a imprensa da época e que não se deixavam intimidar. Para isso usavam

como recursos desde o anonimato, a publicação de jornais clandestinos e muitos jornalistas se expunham diante da sociedade, mesmo sabendo das punições que lhes seriam aplicadas. Essas atitudes, contraditoriamente, acabaram por fortalecer o jornalismo na época, dando-lhe credibilidade e legitimidade. Essas mantidas pelo interesse do Capital até os dias atuais.

Alguns exemplos dessas iniciativas emancipatórias, que, nessa época, iam contra os interesses governamentais, estes apoiados por uma imprensa que se corrompia diante dos benefícios recebidos deste mesmo governo, podem ser observadas em Jorge (2004). São inúmeros relatos de jornalistas e até mesmo proprietários dos meios de comunicação da época que não se submetiam às ordens do governo.

O jornal O Brasil, um periódico de oito páginas publicado clandestinamente e no anonimato, entre o final dos anos de 1930 e início de 1940, em plena ditadura Vargas, tirou o sono de muitos militares brasileiros. As autoridades chegaram a oferecer uma recompensa de 200 contos de réis (moeda corrente na época) a quem pudesse oferecer informações sobre quem era o responsável pela publicação. A polícia técnica do governo de Getúlio contratou exímios peritos com o objetivo de identificar as máquinas que imprimiam o jornal.

Tudo em vão, relata Jorge (2004). O jornal só acabou mesmo quando os dois suspeitos pela sua redação, os jornalistas Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho, este último proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, foram exilados. No entanto, o governo nunca conseguiu comprovar que eram ambos os jornalistas, de fato, os redatores do jornal que representou uma ameaça a ordem política da época, pois na clandestinidade e no anonimato, seus redatores publicavam informações e críticas sobre o regime militar e suas posturas.

Outros jornalistas optaram por utilizarem pseudônimos e outros ainda se declararam publicamente contrários ao governo da época e o criticaram em seus artigos. Estes foram vítimas de torturas, mortes e quando não de empastelamentos das redações e cassação de seus registros.

As tentativas de emancipação a essa censura violenta imposta pelo regime militar saíram caras aos jornalistas e a muitos proprietários de jornais que defendiam suas posições ideológicas contrárias às do governo da época.

Começou neste período uma seleção, não podemos dizer natural, mas sim de afinidades de idéias entre os proprietários dos jornais e o governo. Foram dessa forma, separados os donos da produção que se submeteram aos interesses do governo e comungaram com os mesmos e aqueles que se declaram opositores a estes interesses

e, portanto, além de não receberem os incentivos governamentais, ainda sofriam represálias constantes.

Os primeiros aderiram à modernização dos seus parques gráficos e foram se transformando em grandes empresas. Os últimos, aos poucos, foram se extinguindo por falta de viabilidade financeira ou por retaliação do governo militar com torturas, exílios, cassação de registros entre outros instrumentos de controle já amplamente apresentados.

O surgimento de novos títulos e as reformas gráficas, editoriais e administrativas implantadas pelas publicações já consolidadas na época, como o próprio Jornal do Brasil, no final dos anos 1950, caracterizam um período considerado de modernização da imprensa brasileira. Essa modernização, decorrente do crescimento empresarial no país e da profissionalização, vai preparar a mídia jornalística para ingressar no período das indústrias culturais, o que ocorre a partir do final da década de 1960, consolidando-se nos anos de 1970.

De acordo com Fonseca (2004), a constituição das empresas de comunicação do Brasil em indústrias culturais é um fenômeno que está diretamente vinculado a entrada do país na fase monopólica do capitalismo internacional. Sendo que, no Brasil, da mesma forma que ocorreu nos países de capitalismo avançado, realizou-se sob regimes de acumulação distintos.

Nos anos de 1970 e 1980, sob a influência do fordismo<sup>9</sup>, observa-se a plena subordinação do jornalismo à lógica capitalista e, a partir dos anos de 1990, no período pós-fordismo, “[...] o regime de acumulação dominante no início do século XXI, tem-se um aprofundamento dessa subordinação, desse caráter mercadológico da informação, que passa a ser um dos instrumentos de lucro e poder mais importantes nas sociedades contemporâneas” (FONSECA, 2004, p.7).

Marcondes Filho (1989) traduz esse conceito mercadológico para o fato de que

[...] o aparecimento do jornal está subordinado ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica. Ou seja, o jornal surge como o instrumento de que o capitalismo financeiro e comercial precisava para fazer que as mercadorias fluíssem mais rapidamente e as informações sobre exportações, importações e movimento do capital

---

<sup>9</sup> Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o **Fordismo** é um modelo de Produção em massa que revolucionou a indústria automobilística na primeira metade do século XX. Ford utilizou à risca os princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor e desenvolveu outras técnicas avançadas para a época. Suas fábricas eram totalmente verticalizadas. As maiores contribuições foram a introdução de esteira rolante na linha de produção e o uso intensivo da propaganda.

chegassem mais depressa e mais diretamente aos componentes do circuito comercial (MARCONDES FILHO, 1989, p.37).

A história e seus contextos marcam não apenas a imprensa, mas também modificam as técnicas e conceitos das atividades e, muitas vezes, até o conceito do que é notícia e de qual o seu papel no jornalismo.

As notícias eram, até a Revolução Industrial e suas conseqüências para a indústria jornalística, relatos de acontecimentos importantes – para o comércio e os meios políticos. Muito rapidamente, com as conquistas do grande público, passaram a ser artigos de consumo, sujeitos a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas de marketing. Artesanal, a notícia incorporava de início (e incorpora ainda, nos testemunhos), crenças e perspectivas individuais. Impessoal, tende, nos meios de comunicação social de agora, a produzir-se de modo a eliminar aparentemente crenças e perspectivas. No entanto, a melhor técnica apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante. O maior prestígio recai sobre as notícias desprovidas de emoção, o que corresponde à preocupação de abarcar intelectualmente o mundo sem envolver-se afetivamente (LAGE, 2001, p.49).

Lage (2001), em sua análise anterior, revela que o conceito da objetividade ganha maior valor nesse período. Destacando que a notícia que importa não é a desprovida de emoção, mas sim aquela que é narrada pelo jornalista, sem o envolvimento próprio do jornalismo opinativo. Genro Filho (1987) também acredita que é nesse período que se consolida o jornalismo informativo. O conceito de que os fatos por si só são “[...] sagrados e de que a opinião é pertencente a uma órbita autônoma, tornou-se a expressão prosaica do que viria a ser a ideologia da objetividade” (GENRO FILHO, 1987, p. 75).

Assim, foi marcado o fim de uma época, na qual a notícia, sempre, era redigida com comentários e adjetivada. Também mudaram os temas da notícia e ao lado das questões políticas, econômicas, literárias ou científicas, apareceram as informações sobre acontecimentos banais e até rotineiros, mas que, cada vez mais, despertavam interesse nos novos leitores e ocuparam um espaço crescente nos jornais.

A notícia passou então a ser depreciada, pois além de se tornar um produto industrial (os chamados enlatados), foi direcionada para a comunicação de massa<sup>10</sup> e, é justamente nesse sentido, que ganhou força a Teoria da Alienação das Classes Sociais e, conseqüentemente, o papel da imprensa no caminho dessa alienação. Pois, se tomarmos a idéia de cultura de massa como manipulação e do jornalismo como fenômeno redutível a sua forma mercantil, teremos como resultado um conteúdo essencialmente alienado e

<sup>10</sup> O conceito de Meios de Comunicação de Massa é referente à capacidade de atingir, através da mensagem, um grande número de indivíduos. O conceito de comunicação de massa está diretamente ligado ao conceito de Indústria Cultural.

alienador. Se a imprensa nasceu com o capitalismo e acompanhou toda a sua evolução, é certo afirmar que ela espelha a crise do sistema capitalista e representa a chamada consciência desse sistema.

Definição do que é notícia não nos falta na literatura sobre o jornalismo brasileiro assim como mundial. São tantos os significados, os objetivos, as áreas e temas de interesse que podemos redigir outra tese somente acerca da história da notícia e suas inúmeras concepções ao longo dos anos e nas diferentes visões. Contudo, as mais difundidas nos Cursos de Graduação em Comunicação têm como inspiração o conceito norte-americano que, como já vimos anteriormente, trata a notícia de forma objetiva e que defende a maior imparcialidade possível. Como sabemos isso não é possível.

Nessa perspectiva Bond apud Genro Filho (1987), cuja primeira edição de sua obra foi publicada em 1954, define que considera como deveres da imprensa: a independência, a imparcialidade, a exatidão, a honradez, a responsabilidade e a decência. Ao analisar esses deveres Genro Filho (1987, p.176) diz que “A complexidade ética e política que envolve cada um desses conceitos não parece ter abalado o professor emérito da Escola de Jornalismo da Universidade de Nova York”.

Genro Filho (1987) ainda, ao criticar a obra de Bond, diz que a partir do momento que o autor omite essa discussão, adota as acepções correntes que a ideologia dominante atribui a essas palavras. “Independência e imparcialidade significam ter como pressuposto que o capitalismo norte-americano e sua hegemonia imperialista é um tipo de sociedade "normal" e, deve ser preservada, contra todas as "patologias" políticas, sociais e econômicas” (GENRO FILHO, 1987, p.173. Grifos do autor).

É importante aqui um parêntese para que possamos nos posicionar acerca das discussões sobre os diversos conceitos de notícia. Entendemos que a notícia, como produto do sistema capitalista, atende a visão de uma classe dominante e, portanto, toda a independência e imparcialidade estão excluídas. Como consequência torna-se absurdo o conceito de imparcialidade da notícia.

A notícia mudou e acompanhou os objetivos da imprensa capitalista, assim também houve a necessidade de mudanças na concepção do que é notícia para o próprio jornalista. Essa nova visão de notícia é que irá garantir o seu espaço na estrutura de produção nos veículos de comunicação. E para entender essas mudanças, assim como outras que serão apresentadas no decorrer desta tese, é necessário que estas estejam contextualizadas temporalmente na história do jornalismo.

Com essa reconstrução histórica pretendemos apresentar os processos de constituição, de desenvolvimento e de objetivação do jornalismo a cada período e que

está subentendido nas diversas formas de organização institucional que o jornalismo brasileiro vem experimentando ao longo do tempo. Com exceção do período em que os veículos de comunicação foram lançados diretamente pelo Estado ou por ele subsidiados, como no processo de estruturação do Estado-Nacional, pode-se afirmar que o desenvolvimento da imprensa jornalística no Brasil caminha no rastro do desenvolvimento do capitalismo nacional, confirmando a tese habermasiana<sup>11</sup> a respeito do desenvolvimento da imprensa.

O jornalismo que ora se configura sofreu mudanças radicais ao longo de toda a sua história e passou a ser constituído e, ousamos dizer, normatizado pelo discurso da ética da liberdade capitalista pós-moderna. Como diz Marshall (2003), a constituição da nova estética que estrutura as empresas jornalísticas passam a relativizar os conceitos de verdade, de realidade, de informação. Para ele “[...] o jornalismo pós-moderno transforma-se em um “jornalismo cor-de-rosa<sup>12</sup>”, marketizado, mercantilizado, estetizado e essencialmente *light*, um amálgama estético e capitalista, um instrumento-meio dos objetivos diretos ou indiretos do sistema ultraliberal” (MARSHALL, 2003, p.17. Grifo do autor).

Assim como o corpo material do jornalismo: a imprensa, a sua matéria-prima: a notícia nos é apresentada hoje de forma superficial e, mesmo que, aparentemente, mostre alguns sinais de crítica ao sistema, não contribui com elementos que possam constituir uma opinião pública contestadora. Na televisão, a notícia apresentada em forma de mosaicos, além da superficialidade incute ainda no público a falsa idéia de que tudo está em equilíbrio.

Marcondes Filho (1989) é muito feliz para ilustrar esse conceito de cultura mosaico que se instituiu no jornalismo atual.

A notícia, tal qual se apresenta para o receptor, como forma quebrada da realidade, como um pedaço do real, de onde se abstrai somente o fato específico que a originou, e como disposição múltipla e diversificada no jornal, na televisão, no rádio, no cinema, atua no receptor participando de um jogo psíquico, em que num momento desencadeia processos de preocupação e, noutro, de alívio e descontração. (...) Trata-se da dialética da atemorização e da tranquilização, que compõem o fato noticioso (MARCONDES FILHO, 1989, p.14).

Todos esses recursos utilizados pela nova linguagem do jornalismo atual, na

---

<sup>11</sup> A tese sustenta que o desenvolvimento da imprensa decorre tanto do desenvolvimento capitalista, na medida em que a revolução comercial fomenta simultaneamente o trânsito de mercadorias e de informações, quanto da intervenção do Estado, na medida em que este patrocina direta ou indiretamente os jornais, usados para comunicação com a classe letrada (Habermas, 2003, p.29).

verdade, não se configuram como tão novos assim e, sempre, objetivaram a utilização do jornalismo, através da imprensa, como instrumento a favor da lógica capitalista. Para isso, tanto governo quanto os donos das empresas de comunicação, fizeram e ainda fazem uso do controle para garantir que as vozes dos conglomerados econômicos e/ou grupos políticos dominantes, sejam as que irão figurar nas notícias divulgadas diariamente na imprensa.

Essa reconstrução histórica da imprensa e do jornalismo nos permitiu apreender que os governos, desde a época do Império até os dias atuais, sempre utilizaram instrumentos de controle em nome da manutenção da ordem da sociedade capitalista. Todavia, o que nos fica claro é que as formas de controle utilizadas estão cada vez mais subliminares e, muitas vezes, imperceptíveis.

A forma clara de controle que se dá durante o período ditatorial brasileiro, com a censura coercitiva, através de torturas físicas e psicológicas, a censura prévia através dos censores oficiais do governo dentro das redações; a censura econômica tanto por parte do empresariado quanto do próprio governo; as restrições legais à importação de maquinário; de papel; legislação; entre outras dificuldades desapareceu diante da sociedade democrática que se vislumbrou a partir de 1985, com o movimento denominado Diretas Já, cuja data marca o fim da Ditadura Militar no Brasil.

O discurso da Liberdade de Expressão e, portanto, de imprensa, que justificou o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalista no ano de 2009, de fato, é apenas retórica. Essa liberdade que seria garantida pelo fim da censura política ganha novos contornos, cada vez mais complexos e, na maioria das vezes, imperceptível aos olhos do público e, muitas vezes do próprio jornalista.

Durante a ditadura, como já vimos anteriormente, o público, conhecedor da censura prévia, conseguia ler as proibições nas entrelinhas dos jornais. O empastelamento das redações, a prisão de jornalistas e até a sua apregoação em praças públicas serviam como indícios da censura se fazendo presente junto à imprensa brasileira.

Na situação atual que o jornalismo se encontra, numa sociedade democrática, cuja Constituição Nacional Federativa garante a liberdade de expressão a todos, de maneira igualitária, sem possibilidades de censura, como o público pode ler, claramente ou mesmo nas entrelinhas, esse controle? Realmente, as estratégias mercadológicas que se aperfeiçoam juntamente com o sistema, passam a domesticar, ou melhor, a submeter os anseios da população aos seus próprios modelos de satisfação e consumo. Essa é, sem

---

<sup>12</sup> Ismar de Oliveira Soares define como Jornalismo Cor-de-Rosa o que está preparado para não desagradar ninguém, seja leitor, usuário, consumidor, cliente, dono, anunciante.

dúvida, a mais eficaz forma de controle que pode ser exercida e também a mais difícil de ser desvelada.

Encontramos então uma imprensa que passa a oferecer o produto jornalístico ao gosto popular e com isso submete também as suas posições ideológicas a esse. Essa prática do mercado contribui para a formação de um público despolitizado e, tira do mesmo, não apenas a possibilidade de emancipação, mas o que é pior, o anseio por essa, pois ele não se sente controlado e só a necessidade de se sentir livre levaria à busca pela emancipação.

A sociedade democrática brasileira atual nos traz algumas falsas ideologias, vendidas, cotidianamente, através do jornalismo e que nos tiraram qualquer ambição de emancipação. O discurso da equivalência de que todos são iguais perante a Lei; o Direito de ir e vir; a liberdade de expressão; acessibilidade e inclusão são alguns exemplos que mascaram o controle social e que, conseqüentemente, não propiciam que se desperte a necessidade de emancipação. A questão passa a ser: emancipar-se do que, se sou livre?

Essa venda da notícia como mercadoria ideológica a que a imprensa se submete e submete o jornalista, enquanto porta-voz dessa ideologia, só foi possível a partir da credibilidade e legitimidade conferida ao jornalismo pelos próprios receptores da informação divulgada por ela. Todavia, é nosso dever alertar para o fato de que antes da venda dessa notícia, a imprensa vendeu a sua própria credibilidade, recebendo, em conseqüência, do público uma legitimidade para falar em seu nome.

Como vimos na reconstrução da história do jornalismo e de seu campo material, essa credibilidade foi vendida pelas vias do discurso da objetividade jornalística, plantado em solo brasileiro pelo imperialismo norte-americano e, comprado não apenas pela imprensa, como também pelos cursos de jornalismo e, pela sociedade de maneira geral. Não emitir opinião ou juízo de valor passou a ser sinônimo de um jornalismo sério, comprometido com a verdade, com a informação. Esse conceito ainda é apregoado por muitos docentes nos cursos de jornalismo.

A partir dessa premissa, a realidade do mundo atual, passou a ser aquela que é ditada pela mídia. Ou seja, algo existe ou deixa de existir a partir do momento em que é comunicada pela mídia. Um exemplo claro desse conceito de realidade determinado pelo que é divulgado ou não é, pode ser observado na citação: “Já acabou a greve? A resposta é: deve ter acabado, pois o jornal não diz mais nada” (GUARESCHI, 2004, p.14).

Podemos dizer que, em primeiro lugar, foram o jornalismo e o seu corpo material: a imprensa, desde os seus primórdios, objetos de controle e, em toda a sua transformação, até chegarmos aos dias atuais, passou por distintos instrumentos que

fiscalização.

Localizamos na censura do período militar a representação mais evidente de todos os instrumentos de controle utilizados no país e, talvez, a mais estarrecedora nos casos de tortura, de violências físicas e psicológicas e muitas vezes até sexuais. Ou seja, essa censura se fez presente nas inúmeras arbitrariedades das quais os jornalistas brasileiros foram vítimas desde o início da imprensa no Brasil até o fim do Regime Militar.

Todavia, apesar da censura, o jornalismo presente de 1960 a 1980 foi o mais politizado, mais engajado, mais corajoso e o que, sem dúvida alguma promoveu as maiores tentativas de emancipação que, mesmo sem êxito total, representaram grande importância para a condução do Brasil a condição de um país democrata.

Como vimos, na reconstrução histórica, a própria censura passou por fases distintas de acordo com o período temporal em que a localizamos. Podemos dizer que a censura em terras brasileiras, assim como a imprensa, desembarcou junto com a família real. Portanto, foi uma censura que representou os interesses do colonizador, ou seja, de Portugal.

Para tanto, impossibilitou à sociedade o acesso à informação e às ideologias que estavam sendo difundidas na Europa, principalmente na França, de liberdade, igualdade e fraternidade. Essa censura pode ser considerada muito mais por negar a informação do que por tolher a informação aqui produzida, mesmo porque só o próprio governo produzia e divulgava as notícias, cujas versões eram sempre as oficiais.

Com o desenvolvimento da imprensa fora do domínio exclusivo da Família Real, passou-se a utilizar a censura para realmente vetar a opinião aqui produzida e que não reproduziam os interesses de Portugal. Depois, a censura ganhou com a Ditadura Militar, ora configurações violentas ora apoio financeiro do governo e, posteriormente, objetivando a liberdade política caiu nos braços da censura trazida pela publicidade. O que não podemos confundir é que, apesar das suas diferentes configurações, tanto a censura, enquanto instrumento de controle, quanto o controle como um todo, sempre estiveram a serviço do capital.

Hoje, encontramos um jornalismo vítima não apenas da censura vinculada à publicidade que financia suas atividades, mas uma censura dos discursos de liberdade e igualdade propostos pelo Estado e encampados pela mídia e, conseqüentemente, vendido à opinião pública. Ambos os tipos de controle se concretizam na pior de todas as censuras que o jornalismo poderia enfrentar e, que não nasceu hoje, mas sim, evoluiu junto com os movimentos da sociedade brasileira. Trata-se da autocensura.

Todavia, quando abordamos a categoria controle não podemos nos restringir apenas a censura política e econômica ou a autocensura. Outras formas de instrumentalizar esse controle às atividades jornalísticas, à formação dos seus profissionais, assim como ao conteúdo a ser veiculado, se evidenciam em outros campos, tais como legislação da educação e profissional e nas Instituições de Ensino Superior, seu papel, seus docentes e discentes. Dessa forma passamos para o segundo capítulo desta tese que pretende desvelar essas outras formas de controle.

## **CAPÍTULO II**

### **AS CONDIÇÕES SUPERESTRUTURAIS DA PROFISSÃO: A FORMAÇÃO ACADÊMICA, A LEGISLAÇÃO DA PROFISSÃO E DA EDUCAÇÃO JORNALÍSTICA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

O capítulo que se inicia objetiva incorporar ao debate as condições superestruturais da profissão do jornalista. Vamos analisar a educação acadêmica do jornalista e de que forma seus regulamentos profissionais, as normatizações da educação jornalística, assim como as Instituições de Ensino Superior, em um movimento histórico e dialético, configuraram o profissional tal qual o apreendemos hoje.

Para tanto, faremos uma análise dos regulamentos para o exercício da profissão de jornalista, assim como reflexões sobre a obrigatoriedade do diploma para os profissionais da área e, mais recentemente, sua revogação. Para tal estudo servimo-nos dos seguintes documentos: Lei de Imprensa (como já mencionado na Introdução desse relatório, esta Lei foi revogada em 30 de abril de 2009) e a Constituição Federal, no que tange a Liberdade de Expressão; Lei do Jornalismo – Decreto nº 83.284, de 13 de Março de 1979 que dá nova redação ao Decreto-Lei nº 972 de 1969 e que dispõe sobre o exercício da Profissão de Jornalista e o Código de Ética dos Jornalistas: Lei nº 6.612, de 07 de dezembro de 1978.

No que tange ao ensino superior vamos abordar os Currículos Mínimos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social. Iremos incluir ainda nesta perspectiva as Instituições de Ensino Superior que oferecem o Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo. É importante que tenhamos claro o objetivo dessa abordagem, não intenciona analisar o ensino em si, mas sim o papel da educação na mediação entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, estabelecendo o controle sobre o exercício profissional do jornalista.

Antes de partirmos para uma reflexão sobre essas condições superestruturais da profissão do jornalismo e iniciarmos uma análise sobre Leis, Decretos, Currículos, Diretrizes, Códigos, entre outros, pretendemos deixar claro que já iniciamos esse estudo não com o preconceito no sentido pejorativo que recebe, mas sim com o pré-conceito de que todas as normatizações se configuram como instrumentos de controle.

Com uma declaração bastante autoritária e, por isso, conflituosa, o Ex-Presidente da República, Epitácio Pessoa, exemplificou esse pré-conceito a que me refiro.

Todavia, não tenho intenção alguma de referendar ou mesmo aprovar sua declaração. Cito-a, no intuito de desmistificar o conceito de Liberdade de Expressão que os discursos neoliberais tentam nos vender. “Todas as liberdades individuais são limitadas. [...] Por que não estaria a liberdade de imprensa, precisamente a mais perigosa de todas as liberdades?” Epiácio Pessoa apud (JORGE, 2008, p.111).

Após deixarmos claro que a legislação, assim como todas as normatizações, são também instrumentos de controle e que, a própria liberdade de expressão é submetida a um código de leis que a determina e regulamenta, iniciamos nossa análise refutando qualquer ideal romântico sob o qual esta liberdade se constituiria como inatingível por qualquer tipo de instrumento cerceador.

Nessa perspectiva adentramos a seara da formação acadêmica do jornalista. Para tal ingresso faremos anteriormente duas considerações necessárias. A primeira delas é a de que, para proporcionar um esclarecimento maior durante a nossa análise, entenderemos ensino conforme é conceituado pelo Materialismo Histórico, como uma instituição da superestrutura social – referenciada na infra-estrutura – que é onde se dá a produção e reprodução da sociedade.

A segunda diz respeito a esta mesma superestrutura: o ensino, no qual nos apoiaremos apenas no sentido de identificá-lo como instrumento que é, ao mesmo tempo, resultado do controle da legislação educacional, dos interesses da sociedade capitalista e instrumento de controle sobre a formação do jornalista. Portanto, não teremos como objetivo abordá-lo sobre o ponto de vista de suas metodologias e conceitos, mesmo que, em alguns momentos, indicarmos direções para a emancipação do mesmo.

Para analisarmos a formação acadêmica do jornalista no Brasil e o controle sofrido pela mesma em todos os âmbitos descritos no título deste capítulo, torna-se imprescindível ainda, para nossa posição epistêmica e metodológica, procurar os fios da meada nos interesses econômicos e políticos dos países desenvolvidos, cujas influências incidiram diretamente aqui, principalmente devido aos aspectos geopolíticos estratégicos. Para o entendimento destes, apresento uma breve caracterização da imprensa mundial, mais especificamente européia e norte - americana, pois foram as que mais influenciaram o jornalismo brasileiro.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a organização das chamadas potências vencedoras em dois lados, instalaram uma relação de competição pela hegemonia mundial, denominada de Guerra Fria. Esta acarretou conseqüências em todo o globo por mais de quarenta anos, como coloca Lage (2005). Algumas áreas de controle social e econômico, consideradas estratégicas, como a comunicação e, ainda mais especificamente

a imprensa, passam a alvos de constante atenção quanto ao conteúdo publicado.

Desta forma, estabeleceu-se o controle sobre o jornalismo e sobre o seu corpo material: a imprensa; atribuiu-se ao poder público o direito de concessão de veículos de comunicação, mediante contrato de exploração de serviço público, como no caso da televisão e das rádios e chegou-se à censura propriamente dita.

Antes mesmo da configuração do primeiro curso de jornalismo no Brasil que só ocorre em 1947, apesar de ser uma luta da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), desde 1919, já havia uma preocupação latente, por parte do Estado, na regulamentação dessa atividade. Tanto é verdade que a legislação brasileira de imprensa é anterior à própria Proclamação da Independência do Brasil.

Para estabelecer normas, até os dias atuais, os governos brasileiros já criaram cinco leis de imprensa. A primeira lei de imprensa brasileira foi outorgada por um decreto de Dom Pedro I, em vinte e dois de novembro de 1823, exatamente dez dias após o imperador ter dissolvido a Assembléia Constituinte devido a sua insatisfação com os deputados que tinham como intenção a redução do poder imperial. A lei, de acordo com Marques de Melo (1992), não tinha inovação alguma e, era uma cópia fiel da Lei Portuguesa de 1821.

Esta primeira lei vigorou até 1830 quando então a Assembléia Nacional, novamente constituída, aprovou uma lei para a imprensa que tinha como fundamento a própria Constituição de 1824. Essencialmente, a segunda lei de imprensa repetiu os mesmos preceitos da anterior, incluindo apenas novos tipos de crime para garantir poder aos agentes públicos e regulava somente o artigo 179 parágrafo IV da Constituição Federal de 1924, imposta pelo imperador. Esse parágrafo dizia que

Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercício deste Direito, nos casos, e pela fôrma, que a Lei determinar (BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil de 25 de Março de 1924).

A redação desse artigo revela os movimentos em busca da liberdade de expressão, entretanto, suas punições contra o abuso do exercício desse direito seriam arbitradas pelo legislador.

A Lei de 1830 mantinha as penas corporais e pecuniárias para quem a excedesse causando dano a outrem, com detalhamento sobre o Tribunal de Imprensa, dividido no Júri de Acusação e no Júri de Julgação, ambos populares, mas indicados pelo Regente.

A Liberdade de Expressão já era uma preocupação dos governos desde a primeira Lei de Imprensa permanecendo nas outras quatro e perdurando até 2009, quando a última Lei de Imprensa foi revogada. Essa liberdade, ao mesmo tempo em que é garantida pela legislação, é passiva de punições com o objetivo de proteção aos direitos individuais e éticos que norteiam a veiculação das notícias. Todavia, é indiscutível que essa liberdade pode ser questionada, uma vez que, o acesso a essa expressão não é de todos e nem para todos, tanto em termos de direito à informação quanto de espaço para veiculação dessa expressão.

Veremos, ao longo do estudo de toda a legislação que regulamenta as atividades da imprensa e do jornalista, a questão da liberdade, uma vez que a própria história da imprensa brasileira é indissociável da história da democracia e, portanto da busca pela liberdade de expressão.

Precisamos ter claro que, para a doutrina jurídica brasileira, existe distinção entre as liberdades de expressão e de informação. Enquanto a liberdade de expressão tutela o direito de externar as idéias e opiniões, a de informação trata do direito individual de comunicar, de forma livre, os fatos e, também o direito difuso de obtê-los.

Com a Proclamação da República o país passou a ser regido por um novo Código Penal, que a partir de 11 de outubro de 1890, englobou os crimes de imprensa, quais sejam: calúnia, injúria e difamação; estes, mantidos até os dias de hoje. E, quando promulgada a primeira Constituição Republicana, na data de 24 de fevereiro de 1891, permaneceram os princípios liberais sobre atuação da imprensa que determinavam a total liberdade de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar.

As grandes inovações foram o veto ao anonimato, que tinha como objetivo acabar com o recurso utilizado pelos jornalistas do final do século XIX, que, temendo represálias, usavam fartamente o anonimato como proteção para publicar suas idéias. E ainda a punição às expressões dos meios de comunicação que fossem consideradas anárquicas, a publicação de segredos do Estado, os atentados à honra alheia e ofensas à moral e aos bons costumes.

Podemos pontuar aqui um dos primeiros conflitos no que tange ao controle sobre o exercício da profissão de jornalista: o anonimato. A Constituição de 1891, apesar de preconizar total liberdade de imprensa, veta o anonimato por este representar uma contradição aos princípios de liberais. Todavia, esse discurso oficial sobre o fim da censura e da defesa da liberdade de expressão, tirou do anonimato, empregado pelos

jornalistas como proteção contra a violência dos poderes Estatais, a credibilidade que garantia, apesar da censura, com que as informações de interesse público e contra o sistema fossem divulgadas e, depois, legitimadas pela opinião pública.

Ao ser proibido, o anonimato tira uma parcela de verdade das informações divulgadas. Amparados pela Lei que garante a liberdade de expressão, o poder dominante apresenta o anonimato como uma infração à normatividade e um despropósito diante de uma sociedade livre. Todavia, esse discurso liberal que desqualifica o anonimato também cala a imprensa através de moedas de troca. Ou seja, os incentivos publicitários, as concessões políticas dos meios de comunicação, os investimentos para modernização das redações entre outras iniciativas, silenciaram a imprensa.

Podemos claramente perceber o movimento dialético da sociedade e de seus instrumentos de controle à informação. Esse controle exercido, inicialmente pela censura prévia, ganhou novos contornos juntamente com os próprios movimentos da sociedade capitalista. Como vimos no Capítulo I, o discurso da Liberdade, de uma Sociedade Democrática, onde todos são iguais perante a Lei, introduz uma das formas mais efetivas de controle, pois uma sociedade liberta não tem necessidade de emancipação.

Quando esse controle, com base na ideologia libertária, sofre ameaças, então o poder dominante volta, em um movimento histórico dialético, a fazer uso da Lei como instrumento de controle coercitivo. Assim, o Decreto nº 4.291 de 17 de janeiro de 1921, que altera a legislação anterior, assinado para reprimir o anarquismo no Brasil, trouxe de volta restrições e penalidades à imprensa. Dentre elas, as principais foram às penas privativas de liberdade, que representaram também um abuso de poder em uma época marcada pela militância do Movimento Operário, no qual o pensamento anarquista era de suma importância e, que tinha na imprensa seu principal instrumento de divulgação ideológica.

Um exemplo dessa imprensa e dos seus objetivos pode ser visualizado nas finalidades do jornal *A Plebe* que “[...] não se propunha apenas a representar a voz do operariado paulista. Seu intento era maior: ser “eco” dos protestos e do conchamar ameaçador desta plebe imensa” (GONÇALVES, 2004, p.116. Grifo do autor).

Segundo Pereira, Moacir (1993), o Decreto de 1921, composto por 14 artigos, não constituía um novo código para regular as atividades de imprensa, mas, sua importância histórica é ressaltada por ter sido empregado pelos governantes como um instrumento rigoroso para cercear a liberdade de expressão. Através dele, o governo estava autorizado a fechar associações, sindicatos e sociedades civis, sob qualquer indício que incitasse opinião contrária a do governo. Os condenados por delitos de imprensa

eram presos e até exilados.

Houve nesse período um crescimento da organização e da luta do operariado. Os trabalhadores exigiam melhores condições de trabalho, assim como melhores salários. Por parte do governo a resposta veio com forte repressão. A política anti-- operária praticada pelo governo durante a chamada República Velha (1889–1930) atendia aos interesses da crescente burguesia industrial brasileira que, apesar da oposição do liberalismo oligárquico, fortalecido pela vocação agrária, estava aos poucos ganhando espaço.

Depois do Decreto de 1921 veio a Lei nº 4.743, de 31 de Outubro de 1923, conhecida como Lei Adolfo Gordo, em referência ao seu relator no Senado. Seu conteúdo representou um verdadeiro bombardeio sobre os jornalistas, em decorrência da instabilidade política ocasionada pelas divergências entre a burguesia industrial e a oligarquia cafeeira, pelos movimentos operários assim como pela vigência do Estado de Sítio, vivida naquele momento. Foi considerada a primeira Lei de Imprensa da República brasileira. No entanto, como seu objetivo era o de silenciar essa imprensa, foi denominada, pelos opositores e pelos jornalistas, de Lei Infame.

Para o jornalista Barreto Leite Filho, em entrevista dada ao jornal Folha de S. Paulo, no dia cinco de janeiro de 1979, a Lei Adolfo Gordo foi uma lei antioperária e não contra a imprensa. Segundo ele, a Lei foi resultante das grandes greves de 1917 e

1919, consideradas os maiores movimentos operários ocorridos no país até os dias de hoje. Os movimentos objetivavam melhores condições de trabalho e a instituição de uma legislação trabalhista e social que lhes dessem maiores direitos e melhores salários.

Leite (1979) considera que a Lei foi votada contra o movimento operário, que era um movimento essencialmente sindical. “A lei se destinava a reprimir o movimento operário. Não atingia, ou pelo menos não pretendia e, de fato, não atingia a imprensa não-operária, atingia a imprensa liberal” (LEITE, 1979, p.1).

O jornalista conta que, na época, havia dois tipos de publicações no Brasil, uma que vivia dos subsídios oficiais dos governos e outra, a imprensa independente, de características essencialmente anarquistas. O jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, segundo Leite (1979), era um exemplo dessa imprensa independente, não pelas características anarquistas, mas sim pela enorme tiragem e, conseqüentemente por atrair muita publicidade, o que lhe garantia certa independência econômica do governo. Este publicou em sua manchete após a aprovação da Lei Adolfo Gordo, “Lei infame, lei celerada”.

É importante aqui, fazermos uma análise acerca dessa imprensa independente citada por Leite (1979). De um lado tínhamos uma imprensa subsidiada pelo governo e, portanto, não fazia oposição a ele. De outro tínhamos uma imprensa que, para fazer frente ao governo, buscou na publicidade e na venda dos jornais a sua independência. Entretanto, é importante que a consideremos livre apenas dos subsídios governamentais, mas comprometida com a política editorial dada pelos anunciantes e, pela visão dos detentores dos veículos de comunicação.

Podemos, dessa forma, concluir que se constituiu, naquele momento, uma imprensa de direita, que representava os interesses do governo e, uma imprensa de esquerda, que criticava esse governo. Todavia, não havia liberdade em nenhum dos lados, ou seja, cada qual defendia os seus próprios interesses e o jornalista era apenas um mero reproduzidor desses discursos.

Segundo Leite (1979), a convivência da imprensa com o Estado de Sítio vivido pelo país era a pior possível. “O Bernardes<sup>13</sup> marcou na imprensa brasileira, um passo - em primeiro lugar ele foi o primeiro beneficiado da Lei de Imprensa e depois ele governou quase todo o tempo sob estado de sítio” (LEITE, 1979, p.1). Beneficiado, pois a Lei que trazia aparentemente uma maior liberdade de expressão para a imprensa amenizou as críticas jornalísticas com relação ao governo e imediatamente a isso, governou em Estado de Sítio, no qual a lei era simplesmente ignorada.

Ao ser questionado sobre a censura na época, Leite (1979) traz uma contribuição importante para a nossa reflexão sobre a liberdade de expressão e as diversas formas de censura feitas a esta durante toda a existência da imprensa brasileira. Ele conta que a censura da época não era como a de hoje.

O Bernardes foi o primeiro sujeito que proibiu a fórmula clássica, até então adotada, de censura à imprensa. Antes acontecia o seguinte: você censurava uma matéria qualquer, ou um parágrafo, uma linha, uma palavra e isso saía em branco. Não sei quem é que teve a idéia, não sei se foi o Bernardes, ou se foi o chefe de Polícia dele, marechal Fontoura, que era um perfeito chefe de Polícia, do tipo mais odioso que você possa imaginar. Não sei quem é que teve essa idéia, ou se foi o ministro da Justiça dele, de proibir deixar em branco o espaço censurado. Se você deixar em branco o espaço censurado, o leitor fica, imediatamente, advertido que aquele pedaço foi cortado. Se você encher aquilo, o leitor não sabe. Este foi o grande passo, foi o primeiro passo importante no sentido de limitação da liberdade de imprensa no Brasil e este passo foi dado sob o governo de Bernardes (LEITE, 1979, p.1).

A informação sobre a forma de censura em que se riscavam trechos de uma matéria ou algumas palavras era sem dúvida mais perceptível aos leitores que podiam ter

---

<sup>13</sup> Refere-se ao Presidente do Brasil na época Arthur Bernardes.

o conhecimento de que a matéria havia sido proibida. Atualmente, e mesmo após a Lei Adolfo Gordo, a censura velada que se passou a praticar, tira do leitor o conhecimento de que houve a proibição e, dessa forma, a liberdade de expressão tão perseguida nas sociedades democráticas aparece como fato, quando na verdade sabemos que esta ainda é cerceada.

Além dessa mudança na forma de censura imposta pela Lei, o projeto trazia ainda outra inovação, a teoria da responsabilidade solidária, na qual, os proprietários da empresa de comunicação eram, em conjunto com os jornalistas, responsáveis pelo que fosse publicado. Assim, substituiu a tradição legislativa da responsabilidade sucessiva para os crimes de imprensa, pela qual, desconhecido ou inidôneo o autor, responderão as pessoas arroladas no que discrimina a lei.

Tínhamos uma sucessão de pessoas que iam respondendo pelo crime imputado. Primeiro responde o autor do escrito ou transmissão incriminada, se for pessoa idônea e residente no País. Ressaltamos que o significado da palavra idoneidade na Lei de Imprensa, abrange tanto a idoneidade moral quanto financeira, e também, a imputabilidade. Trazia ainda de volta, nesse caso sem novidade alguma, a censura prévia.

Pereira, Moacir (1993) diz que com a aprovação desta lei de 1923, volta a ocorrer um clima de instabilidade na imprensa brasileira. “Não havia mínimas garantias para uma discussão legislativa ampla, aberta e ponderada”. Evaristo de Moraes apud (PEREIRA, M. 1993, p.31), advogado criminalista e historiador brasileiro, chamou a Lei 4.743 de Lei Contra a Imprensa, pois a mesma, composta por trinta e sete artigos, trazia a prisão especial para os jornalistas infratores. Sobretudo, preocupava-se com as responsabilidades, as penas, com o processo em caso de reclamos e o registro das oficinas impressoras.

O parágrafo único do artigo 2º se refere à punição por divulgação dos segredos de Estado, no caso de notícias e informações relativas às suas forças militares, pudessem colocar em risco a segurança do país ou criar atritos nas relações internacionais. Completa com a seguinte ressalva: “[...] é, entretanto, permitida, a discussão e crítica que tiver por fim esclarecer e preparar a opinião para as reformas e providências convenientes ao interesse público, contanto que se use de linguagem moderada, leal e respeitosa” (BRASIL. Lei 4.743 de 31 de Outubro de 1923).

Uma das únicas contribuições trazidas por essa lei refere-se ao artigo 16 e diz respeito à instituição do direito de resposta, que,

[...] consiste, essencialmente, no poder que assiste a todo aquele que seja pessoalmente afetado por notícia, comentário ou referência saída num órgão de comunicação social, de publicar nesse mesmo órgão, gratuitamente, um texto seu contendo um desmentido, retificação ou defesa (MOREIRA, 1994, p.43).

É importante que tenhamos claros os objetivos dessa instituição, ou seja, a preocupação inicial de assegurar não apenas a liberdade de expressão, mas, principalmente, garantir meios de proteção dos indivíduos diante da imprensa.

Entretanto, seus objetivos não foram alcançados à medida que esses eram abstratos e não reais, pois como já dissemos na imprensa capitalista não há espaço de acesso de todos aos direitos à informação.

Com a Revolução de 1930, o governo provisório Vargas, instaurou um regime de direito pleno, no entanto, este, não caminhava para a democratização. Muito ao contrário disso, ampliaram-se as limitações ao livre fluxo de informação. Lembra Sodré, Nelson (1979), que a Nação vivia, na época, uma espécie de *trailer* que antecipava os acontecimentos que viriam ocorrer quando da instauração do Estado Novo.

Pela primeira vez na história, a censura prévia constaria no texto constitucional, apesar de ter existido de fato e, ter sido largamente utilizada no início da imprensa brasileira, na época da chamada Imprensa Colonial, também já abordada por este relatório em seu primeiro capítulo.

Nos dois dias que antecederam a promulgação da Constituição de 1934, Vargas baixou o Decreto nº 24.776, com o objetivo de revogar as disposições vigentes na lei de 1923. Basicamente, o Decreto que, significou uma perda significativa na liberdade de expressão, instaurou novamente a censura prévia, instituiu a prisão especial (em celas separadas de presos comuns, pois os jornalistas eram considerados presos políticos) para os condenados que cometessem crimes de imprensa e dobrou as penas quando o delito cometido atingisse a pessoa do Presidente da República.

Durante o governo Vargas, em 1939, foi criado ainda o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que era vinculado diretamente ao gabinete da Presidência da República e tinha como principais funções o controle de conteúdos dos rádios, jornais e revistas impressos, do cinema e do teatro.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, em 09 de janeiro de 1979, o jornalista Joel Silveira conta como a imprensa foi tratada durante o Estado Novo. Segundo ele, quando Getúlio deu o golpe, em dezembro de 1937, recebeu o apoio das forças armadas e com ela dos generais Dutra, Góes Monteiro e Milton Cavalcanti. “Foi o Monteiro que, num dos primeiros atos, baixou a censura total e absoluta à imprensa”

(SILVEIRA, 1979, p.1).

Conta o jornalista que, logo depois, o DIP foi ampliado e Lourival Fontes, passou a assumir o controle total da imprensa. Silveira (1979) relata que, quando um ou outro jornal tentava se rebelar contra o Estado Novo era imediatamente fechado. Por isso, toda a grande imprensa da época aderiu ao Estado Novo, com exceção de O Estado de S. Paulo. Até mesmo o Correio da Manhã, que apesar dos pequenos elogios ao regime imposto com o golpe, teve que se submeter a ele.

Silveira (1979) ao ser questionado durante a entrevista se as ordens da censura eram plenamente acatadas diz: “Ah, claro, plenamente. Se a gente não acatasse, eles fechavam. [...] a gente dizia: um momentinho. Botava o papel na máquina e pedia para repetir a ordem. Datilografava e pregava numa cartolina” (SILVEIRA, 1979, p.1).

Com relação ao DIP o jornalista explica que esse departamento exercia um duplo controle, ou seja, um autoritário proibitivo e outro da censura propriamente dita. E completa:

E tinha o controle através da corrupção. O caso da isenção para a importação do papel da imprensa. Você importava o papel da Finlândia, do Canadá, mas tudo sob o controle do DIP. E tinha o derrame de dinheiro, que era tentador. Por exemplo, o DIP criou uma série de livros pequenos, tudo sobre o Getúlio: "Vargas e o Teatro", "Vargas e o Cinema", "Vargas e a Literatura". Pagavam um dinheirão, em termos de época. Um pobre intelectual que ganhava, vamos dizer, Cr\$ 1.500,00 com a edição de um romance, eles botavam dez mil cruzeiros no bolso dele para escrever quarenta páginas sobre a coisa. Isso era um negócio terrível. Poucos resistiram (SILVEIRA, 1979, p.1).

O jornalista faz ainda um relato sobre o mercado de trabalho para o jornalismo na época e explica porque a imprensa não tinha muita saída.

O mercado de trabalho era limitadíssimo, porque os jornais tinham tudo pronto da Agência Nacional. Vinha tudo mastigado. As redações tinham quatro ou cinco pessoas que faziam o jornal todo. Vinha tudo pronto, com ordem, inclusive, de publicar em tal página, com tal destaque. O DIP chegava ao ponto de dizer que tipo devia ser usado: negrito, corpo 9, à esquerda. Entendeu? E qualquer sinal de rebeldia cortavam o papel e a publicidade. A publicidade o governo controlava, vamos dizer, 60% e ao mesmo tempo intimidava as empresas privadas. Ninguém queria ficar contra o Banco do Brasil. Sob o ponto de vista da censura, eu considero o Estado Novo mais tenebroso, porque não tinha saída. Hoje existe o recurso de você deixar o espaço em branco. Naquele tempo, se fizesse isso, fechavam o jornal (SILVEIRA, 1979, p.1).

Com esses poucos exemplos, podemos perceber que de 1934 a 1945 os anos não foram nada fáceis para a imprensa e para os jornalistas. Com o fim do Estado Novo, outro governo provisório foi instituído, desta vez de José Linhares, que dirigiu o país por

apenas três meses e cinco dias, de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.

Linhares que tinha como objetivo angariar o apoio da imprensa, buscou o estabelecimento de regras mais liberais para esta, abolindo a censura prévia da Constituição da Ditadura, através do Decreto-Lei nº 8.356 de 12 de dezembro de

1945, que eliminava os órgãos encarregados da repressão e da censura e retornava a vigência do Decreto nº 24.776/34. Entre os principais conteúdos estava o fim da censura prévia à manifestação de pensamento por meio de rádio, mas com responsabilidade de responder pelos abusos que fossem cometidos.

Um dos pontos que também nos mostra a contradição entre as relações da imprensa e do Estado é o fato da primeira depender de concessão do segundo para manter as suas atividades produtivas. Podemos dizer que a televisão e o rádio, veículos que dependem da concessão do Estado e também de sua renovação permanente para funcionarem como meios de comunicação, já nasceram sob o enquadramento do controle Estatal, mesmo que tenham suas atividades produtivas financiadas pela iniciativa privada através da publicidade.

Nem por isso, podemos considerar os jornais e revistas impressos mais livres, pois foram esses os primeiros veículos de comunicação de massa, principalmente os jornais, a sofrerem todo o tipo de controle tanto por parte do Estado como por parte do Capital. E, como já analisamos, num movimento contraditório, para se verem livres do controle dos governos, muitos jornais, acabaram prisioneiros do capital ao se associarem definitivamente à publicidade como seu principal financiador.

Ainda durante o Estado Novo, a censura chegava ao cúmulo de fazer listas do que podia ou não ser publicado. O jornalista Hermínio Sacchetta, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo em 10 de janeiro de 1979, nos dá uma amostra dessas proibições ou autorizações que podem ser consideradas no mínimo curiosas, mas que revelam as duras penas sofridas para se fazer jornalismo nesse período.

JANEIRO DE 1943: Nada sobre o caso Cauby de Araujo, a não ser o que já havia sido passado em julgado. Nenhuma fotografia da Rússia. Não noticiar a viagem do sr. Benjamim Vargas ao Rio Grande do Sul. Reiteração da ordem de proibição de fotografias da guerra da Rússia. Nenhum ataque a Companhia Antarctica Paulista. Nenhuma notícia sobre a doença do sr. Getúlio Vargas Filho. Não notificar a passagem pelo Brasil, de autoridades norte-americanas. EM FEVEREIRO: Nenhuma fotografia da Rússia. Nada pode ser publicado, referente ao fechamento da agência de apostas do Jôquei Clube. Toda a propaganda da Editorial Calvino deve ser submetida à censura. Liberada a propaganda do "Urodonal". MARÇO: Nada sobre um navio norte-americano afundado nas costas da Bahia. O ministro João Alberto recomenda que, até ulterior deliberação, nada pode ser divulgado a respeito das extorsões a súditos do Eixo. Nada sobre o reatamento de relações entre Brasil e Rússia. Nada sobre diligências em torno de mercadores de entorpecentes, ordem do chefe de

Polícia. Nada sobre a rede de espionagem nazista no Brasil (SACCHETTA, 1979, p. 8. Grifo do autor).

Nesse contexto histórico, sócio-econômico e político brasileiro é que os primeiros cursos de Jornalismo vão se configurando. De 1946 a 1950 o governo brasileiro ficou nas mãos do General Eurico Gaspar Dutra e foi durante o seu governo que o primeiro curso de jornalismo brasileiro foi instituído em 1947.

Em 1950, candidato à presidência pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Vargas, é eleito e volta ao governo, dessa vez com o respaldo do voto popular. Por ter sofrido uma pesada carga oposicionista por parte da imprensa, principalmente dos jornais cariocas, pelas duras censuras que impôs a esta, segundo Pereira, Moacir (1993), influencia a elaboração de uma nova proposta para a Lei de Imprensa. Foi uma forma encontrada para manter a imprensa sob controle.

Trata-se da Lei nº 2.083 de 12 de novembro de 1953, que tinha entre os principais conteúdos os seguintes: apesar de ser livre a circulação de periódicos em todo o território nacional a lei fazia as ressalvas de que não houvesse clandestinidade, isto é, que funcionassem com editores, diretores e redatores conhecidos. Fazia também referência a que não atentassem contra a moral e os bons costumes. O artigo primeiro, em seu segundo parágrafo dizia que durante o Estado de Sítio, os jornais ou periódicos ficariam sujeitos a censura em matérias que se referissem aos motivos que o tivessem determinado, assim como aos executores daquela medida.

Com relação ao capítulo segundo que aborda os abusos e penalidades, o artigo 8º da Lei diz que “[...] a liberdade de imprensa não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício” e o artigo 9º estabelece as penas que seriam imputadas aos seguintes fatos, considerados como abusos: fazer propaganda de guerra, de processos violentos que subvertessem a ordem política e social ou propaganda que alimentasse preconceitos de raça e classe; publicar notícias falsas ou divulgar fatos verdadeiros deturpados que provoquem alarme social ou perturbação da ordem pública; incitar à prática de qualquer crime; publicar segredos de Estado, notícias ou informações relativas à sua força, preparação e defesa militar ou ainda assuntos prejudiciais à defesa nacional; ofender a moral pública e os bons costumes; caluniar, difamar ou injuriar alguém ou a memória de alguém; obter favor ou proventos indevidos, mediante a publicação ou ameaça desta.

O artigo 15º se refere aos fatos que não constituiriam abusos de liberdade de imprensa cujo conteúdo coloca os seguintes: opinião desfavorável de crítica cultural; publicação de debates nas assembleias legislativas ou de relatórios por elas impressos;

por autoridades judiciais ou pelos tribunais e, por fim, a exposição de qualquer doutrina ou idéia. O artigo 17º assegura o direito de resposta e o artigo 26º estipula os responsáveis pelos delitos de imprensa de maneira sucessiva: o autor do escrito; diretor ou diretores; redator ou redator-chefe, quando o autor não puder ser identificado ou estiver ausente do país ou ainda se não dispuser de idoneidade moral e financeira; o dono da oficina gráfica; os gerentes dessas oficinas; os distribuidores e por último os vendedores das publicações.

A análise da lei de 1953 possibilitou as seguintes conclusões, segundo Pereira, Moacir (1993), “[...] se de um lado, procurou oferecer algumas vantagens aos jornalistas, de outro exigiu dos mesmos e das publicações, medidas preventivas que conduzissem à autocensura ou ao exercício parcial da liberdade inserida na própria Constituição de 1946” (PEREIRA, Moacir, 1993, p.3).

Podemos pontuar a Lei de 1953 como sendo um dos grandes instrumentos que favoreceram o movimento de transformação da censura, na sua forma explícita, em autocensura que até hoje afeta o jornalismo brasileiro e ajuda a alimentar a crise de identidade do jornalista.

A lei foi considerada retrógrada por seu tecnicismo, redação confusa, imprecisa nas suas especificações e, ainda por não ter contemplado os meios eletrônicos de comunicação, já em franca expansão na época. Todavia, a lei sobreviveu, apesar de todas as críticas, até a aprovação da Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967 que a substituiu e, que vigorou até 2009.

Em 1958, em uma conferência realizada em Paris pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, entidade sob forte influência norte-americana, resolve-se dar atenção ao jornalista que seria formado no Terceiro Mundo. De acordo com o discurso da organização, na época, o jornalismo poderia tornar-se um instrumento de desajuste entre grupos e partidos e levar, até mesmo, ao risco de extinguir os últimos, conforme relata Kelly (1966).

Para minimizar tais perigos é que a UNESCO inicia a criação de Centros de Formação de Professores de Jornalismo no Terceiro Mundo, surgindo em 1960 o Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo, CIESPAL<sup>14</sup>, com sede na

---

<sup>14</sup> Sediado em Quito no Equador a idéia da fundação do CIESPAL nasceu em 1958, em Paris. Na ocasião, um seminário reunia diretores de escolas de Jornalismo e diretores de jornais, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), e revia os problemas de informação e de formação educacional na América Latina. Foi fundado, oficialmente, em 1959, como organismo não governamental, autônomo, sem fins lucrativos. Propunha como finalidade, trabalhar para o desenvolvimento e democratização da comunicação, informação e cultura latino-americanas, através de atividades de investigação, formação profissional, documentação e produção de materiais educativos impressos de áudio e vídeo.

Universidade de Quito, no Equador.

Em 1961, durante a Conferência de Punta del Este, é traçado um Programa de Modernização dos Sistemas Educacionais do Continente Sul-Americano que apontava para quatro pontos principais de abordagem: o controle centralizado do ensino; a prioridade ao ensino técnico e profissional; a tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e, principalmente, a despolitização das relações internacionais.

Para Lage (2001) essa preocupação por parte dos Estados Unidos da América, EUA, derivou-se da perda do controle que permitiu a Revolução Cubana, e que levou à adoção de uma política mais incisiva de contra-insurgência na América Latina. Esta foi apresentada como um “[...] programa de modernização, que Florestan Fernandes denominou de modernização conservadora e Darcy Ribeiro de modernização reflexa” (LAGE, 2001, p.58).

Esse programa deu origem a uma ruptura na linha teórica, anteriormente centrada na formação clássica-humanística. Tal proposta foi rejeitada pelo CIESPAL, por considerá-la como de caráter não científico e, substituída por outras disciplinas cujos conteúdos valorizavam o funcionalismo norte-americano, cuja concepção, está na afirmação de que “[...] o organismo social é um tecido de inter-relações entre órgãos e funções que respondem a certas necessidades fundamentais e que asseguram, assim, seu futuro” (GENRO FILHO, 1983, p.29). O autor completa dizendo que está em foco, na essência do próprio método, é a reprodução e a estabilidade do sistema social.

Esse controle aguçado por políticas implantadas pelo CIESPAL, ao implantar o Comunicador Polivalente no lugar anteriormente ocupado pelo Jornalista, acabou criando um abismo entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, o que gerou grande distanciamento entre ambas as extremidades da formação, ou seja, a teoria e a prática.

Estabeleceu-se, assim, a crítica mútua entre as Instituições de Ensino Superior e o Mercado de Trabalho que se prolongou até os dias de hoje e vem sendo objeto de discussões que influenciaram diretamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Comunicação Social, assim como o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional de jornalista.

No curso de jornalismo isso se torna ainda mais evidente, em virtude do profissional formado atuar diretamente junto à opinião pública, como instrumento primordial da comunicação de massa.

Naquela época, já sob alguma influência do CIESPAL, mas ainda configurado para o Curso de Jornalismo, surge o primeiro Currículo Mínimo implantado, contemplado pelo Parecer 323/62 do Conselho Federal de Educação, CFE, que previa como a sua

especificidade a própria generalidade. Pretendia formar um profissional que estivesse capacitado para a atuação nos impressos, rádio e televisão, um generalista. E, para isso, apresentava disciplinas gerais obrigatórias e as disciplinas técnicas compreendiam treinamentos, estágios em redações, rádios e televisões, assim como em empresas de publicidade.

O Parecer de 1962 dividia a estrutura curricular do curso de jornalismo em três módulos compostos por disciplinas gerais, especiais e técnicas. Determinava um período mínimo de três anos para a integralização do curso e não estabelecia um período máximo. Também não especificava a carga horária mínima ou máxima do curso.

Assim, os cursos de comunicação social brasileiros, desde 1962, estiveram sob a regência do chamado Currículo Mínimo, homologado pelo então, na época, Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo que atualmente o MEC ficou apenas como Ministério da Educação e a cultura foi transferida para uma pasta específica. Entretanto, anteriormente a homologação do MEC já havia, por parte do Conselho Federal de Educação (CFE), uma deliberação sobre o assunto.

Segundo Souza (1991), o CFE fixou o Currículo Mínimo para os cursos superiores de forma geral, e este era dividido em dois conjuntos: o que se referia à formação dos profissionais para ocupações já regulamentadas por lei e o que foi criado no seio das próprias instituições de ensino, no intuito de atender a demanda do mercado de trabalho. Essa afirmação pode ser constatada no artigo 18 da Lei nº

5.540/68, que diz “O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional”. (BRASIL. Lei nº 5540 que foi revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, denominada de LDB).

Cumprindo o Currículo Mínimo, tornava-se função das instituições superiores, ampliarem-no para o chamado Currículo Pleno, completando-o com disciplinas específicas para a formação profissional. Inúmeras críticas foram tecidas desde a implantação do Currículo Mínimo, fazendo com que passasse por diversas mudanças, até que se extinguisse em definitivo, substituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A academia, segundo Souza (1991), entendia que eram duas as principais questões que suscitavam a crítica ao Currículo Mínimo para os cursos de comunicação social: a primeira era o fato de que ao fixar o Currículo Mínimo o CFE tirou a autonomia acadêmica dos projetos curriculares dos cursos e a segunda se referia diretamente ao conteúdo do Currículo, que ao ser tão minucioso transformava-se de mínimo em máximo.

O curso de comunicação social e suas habilitações foram normatizados, no

que se refere aos currículos implantados, por vários pareceres do CFE e também por resoluções do MEC. A cronologia dessa legislação está impressa a seguir no quadro elaborado por Moura (2002, p.35):

#### Quadro 01 - Pareceres e Resoluções

PARECER DO CFE	RESOLUÇÕES DO MEC
Parecer nº 323/62 de 16/11/1962	
Parecer nº 984/65 de 19/04/1965	
Parecer nº 631/69 de 02/09/1969	Resolução nº 11/69 de 06/08/1969
Parecer nº 1203/77 de 05/04/1977	Resolução nº 03/78 de 12/04/1978
Parecer nº 02/78 de 30/01/1978	Resolução nº 01/79 de 08/01/1979
Parecer nº 480/83 de 06/10/1983	Resolução nº 02/84 de 24/01/1984

De volta aos registros históricos localizamos um Estado brasileiro que, com o Golpe de 1964, faz com que a Universidade Brasileira incorpore plenamente o modelo do CIESPAL e, é imposto um novo currículo mínimo enquadrado em normas de controle rigoroso, cuja forma (com disciplinas obrigatórias) não deixava liberdade para se propor conteúdos que fugissem aos interesses representados por esse modelo. O qual será exposto e analisado logo mais.

Logo em seguida, em 1965, o CIESPAL, propõe, em seminários realizados na América Latina, a transformação dos Cursos de Jornalismo em Institutos de Comunicação, nos quais se retira da formação o foco no jornalismo e, passam a formar um comunicador polivalente. Isso se reflete na ampliação do ensino de técnicas, tanto do próprio jornalismo como das áreas de Publicidade e Relações Públicas, em detrimento dos conteúdos teóricos, que são pulverizados em várias áreas da comunicação, tirando da formação, o caráter mais político e social que caracterizava a profissão de jornalista.

A concepção do comunicador polivalente prevê que este, não apenas desempenha a profissão de jornalista, mas incorpora às suas atividades e rotinas, práticas próprias das profissões do publicitário e de relações públicas. Transformando-o assim, num profissional chamado de completo, mas que na verdade, perdeu as particularidades que definiam a essência do jornalismo.

Essa apresentação das condições em que se deu a instituição do Curso de Jornalismo no Brasil leva a uma análise dos muitos equívocos na formação do jornalista que ocorreram ao longo da história da profissão e, que perduram até os dias atuais. As causas desses equívocos foram fortemente instauradas no rígido controle ao qual foi

submetida à formação profissional do jornalista, e que, como já analisamos, não está alicerçada apenas na formação acadêmica, mas também no exercício profissional.

As estratégias políticas utilizadas na Guerra Fria e que, não apenas propuseram, mas sim impuseram a separação entre mercado de trabalho e formação acadêmica, trouxeram conseqüências decisivas à formação acadêmica do jornalista. Conseqüentemente, estas se estendem aos produtos jornalísticos, cuja função está diretamente ligada à formação da opinião pública da sociedade brasileira, através das informações divulgadas.

O objetivo do CIESPAL era de direcionar o ensino do jornalismo, pois a UNESCO acreditava que se mal direcionado politicamente o jornalismo contribuiria para o agravamento de desajustes entre classes e partidos políticos não apenas no Brasil, mas em todos os países do terceiro mundo.

LAGE (2001) também acredita que esse era o objetivo do Centro e avança nessa reflexão, ao passo que acredita que a introdução da figura desse comunicador polivalente, se dê muito mais por razões de ordem política que científica.

Essa estratégia política unificou a linguagem acadêmica da área de comunicação em todo o continente americano, com a desculpa de promover o intercâmbio, ao tempo em que facilitava o controle. Como argumento para a introdução deste profissional, a UNESCO divulgou uma pesquisa, realizada pela própria organização, cujos resultados de que “[...] naquela época, 80% da população urbana latino-americana nunca tinha visto ou lido um jornal” (BATTEZZATI, 2006, p.15) apontavam, de acordo com a Organização, para a necessidade de uma reformulação do fazer jornalístico para que esse passasse a ser um instrumento que servisse de fato ao interesse público.

A Formação Acadêmica do Jornalista brasileiro, ainda sob o domínio do primeiro Currículo Mínimo, e os veículos de comunicação submetidos à quarta Lei de Imprensa, contextualizam-se numa realidade política marcada por um governo instável e, submetido, constantemente, a golpes militares que antecederam um regime ditatorial que duraria quase 30 anos.

No dia 31 de março de 1964 foi deflagrado no Brasil, o golpe militar que afastou da Presidência da República, João Goulart. Neste período, sucederam-se vários governos militares e, com eles trouxeram a limitação dos direitos civis dos cidadãos, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, perseguições e censura à imprensa.

A ditadura pós 1964 instituiu vários Atos Institucionais<sup>15</sup>, os chamados AIs, que foram baixados pelos sucessivos governos militares. O AI-1, decretado logo após o golpe, suspendeu os direitos políticos de centenas de pessoas. O AI-2, de 1965, extinguiu todos os partidos políticos. E o mais famoso deles para o jornalismo, o AI-5, de 1968, decretado logo após freqüentes e fortes ondas de oposição ao governo por parte da imprensa, acarretou a intervenção direta do Estado em vários veículos de comunicação. O governo chegou ao ponto de enviar às redações, normas e até manuais para serem seguidos pelos jornalistas.

De acordo com Kushnir (2004) o manual que foi distribuído nas redações cariocas, em 13 de dezembro de 1968, publicava as seguintes recomendações:

1. Objetivos da censura: a) obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa a consolidação da democracia; b) Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas, que possam vir a trazer a intranqüilidade ao povo em geral. 2. Normas: a) Não deverão ser divulgadas notícias que possam: - propiciar o incitamento à luta de classes; - desmoralizar o governo e as instituições; - veicular críticas aos atos institucionais; - veicular críticas aos atos complementares (KUSHNIR, 2004, p.108).

O regime, em vigor na época, trouxe de volta a censura violenta, prisões indiscriminadas e tortura nos porões da ditadura. O governo atacava ainda os movimentos de guerrilhas na cidade e no campo. O AI-13, por exemplo, decretado pela junta militar, criou a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo brasileiro que "se torne inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional", vários jornalistas foram banidos nessa época tendo que se refugiar em outros países com asilo político. O AI-14 chegou a estabelecer a pena de morte para os casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva. Apesar da pena de morte nunca ter sido formalmente aplicada, “[...] preferindo-se a ela as execuções sumárias ou no decorrer de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e as forças da ordem ou como desaparecimentos misteriosos” (FAUSTO, 1999, p 481).

Nesse período, a censura à imprensa funcionou como um dos maiores pilares da repressão imposta pela ditadura e, nesse sentido, tentava impedir que qualquer crítica ao governo fosse publicada ou veiculada. Mas, não apenas calou a imprensa com a censura, como também divulgou propagandas, realizadas por agências governamentais, que

---

<sup>15</sup> Os Atos Institucionais foram decretos que vigoraram nos anos após o Golpe militar de 1964 no Brasil. Serviram como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra-constitucionais. Na verdade os Atos Institucionais eram um mecanismo para manter na legalidade o domínio dos militares.

objetivavam mostrar um país bom, em crescimento. Criando assim um clima de patriotismo.

Em uma análise mais profunda da origem e da evolução histórica da legislação brasileira de imprensa, não se lê, nos principais autores da área, nenhum comentário favorável à elaboração e aplicação de Lei de Imprensa. Neste sentido pontual, é a definição dada pelo jornalista Carvalho Filho (1990), a que melhor reflete o sentimento da categoria com relação à legislação brasileira de imprensa, ou seja, "[...] a Lei de Imprensa é ao mesmo tempo severa contra o jornalismo e ineficiente para proteger a honra e a intimidade das pessoas". (CARVALHO FILHO, 1990, p.18).

Apesar de todas as normas impostas ao jornalismo, o objetivo era proteger apenas o governo e não a sociedade. Prova disso é que os jornais sensacionalistas abusavam ao publicar intimidades de artistas e pessoas públicas (desde que não do governo) e não públicas, sem sofrerem censura, mas bastava publicar uma única linha contra o governo, imediatamente suas redações eram invadidas, confiscadas suas máquinas e destruídas as redações. O termo utilizado pela imprensa para estas ações era empastelamento.

Podemos afirmar que, diante dessa postura, o Brasil não ingressou ainda em um patamar ideal para convalidar a atividade social da imprensa com a democratização, não apenas dos veículos de comunicação, mas de toda a conjuntura formadora da sociedade brasileira. O motivo principal desse impasse se deve aos interesses particulares em detrimento aos públicos, que atuam nesta área da legislação.

Podemos verificar que em cada período histórico do Brasil surge determinado interesse, na grande parte das vezes, de cunho autoritário, com o objetivo de cercear a liberdade de imprensa, tornando-se um impeditivo para o cumprimento da função social do jornalismo como divulgador de notícias de interesse público.

Na forma como está até hoje constituída a imprensa brasileira, a censura não é mais instituída por leis, decretos ou atos institucionais, como no período ditatorial, todavia, continuamos a viver uma censura dos interesses políticos e econômicos e, portanto, a convalidação da mesma só pode ser viável por meio de uma imprensa alternativa à imprensa capitalista. A Imprensa Alternativa é defendida por nós, como saída para que o jornalismo atual possa encontrar-se com a sua função social.

Neste mesmo período em que o CIESPAL apresenta total domínio sobre os cursos de jornalismo no Brasil, o primeiro Currículo Mínimo é modificado e sua estrutura muda radicalmente, surgindo, em 1965, o segundo Currículo Mínimo para o curso de jornalismo. O Parecer nº 984/65 do CFE instituiu algumas reformulações, cujos objetivos

destinavam-se a formar um profissional com base em três níveis: o cultural, o fenomenológico e o instrumental. Moura (2002) explica que o nível cultural se daria através das disciplinas de formação humanística; o fenomenológico pelas matérias teóricas da comunicação e o instrumental por meio das disciplinas técnicas ou de especialização.

No texto do Parecer nº 984/65, elaborado por Celso Kelly, podemos observar a justificativa que oferecem para essa reformulação.

O conceito de jornalismo ganhou maior ampliação, compreendendo todas as modalidades de transmissão de notícias: jornalismo diário, jornalismo periódico, jornalismo ilustrado, jornalismo radiofônico, jornalismo televisionado, jornalismo cinematográfico, jornalismo publicitário e relações públicas. A todos esses ramos são comuns os estudos do fenômeno jornalístico, bem como seus conhecimentos gerais, variando a intensidade de cada técnica particular, decorrentes todas de uma teoria geral da informação. A profissão não comporta cursos diversificados, pois as ofertas de trabalho levam os jornalistas a freqüentar mais de um setor. Recomendável, pois, é a formação de jornalista polivalente, cuja especialização seria complementada mediante cursos pós-graduados (BRASIL. Parecer nº 984 de 19 de abril de 1966, Item 4).

Essa formação generalista é reforçada por Kelly, durante todo o texto do Parecer. Um jornalista polivalente que pudesse transitar em todas as áreas da comunicação e, como citado no texto, até mesmo na publicidade, área que passa a contar, a partir de junho daquele mesmo ano, com uma regulamentação própria para o seu exercício profissional.

Vale ressaltar que o Parecer em questão é de abril e, portanto, anterior a regulamentação do exercício profissional para o publicitário. Entretanto, o currículo mínimo instituído só passou a ter validade um ano após, em 23 de agosto de 1966, quando foi homologado pela Portaria nº 20 do MEC.

O Parecer 984/65 prevê também a ampliação do tempo de duração do curso de três para quatro anos e passa a especificar uma carga horária mínima de 2.700 horas-aula. Percebemos que há uma preocupação focada na formação do jornalista e, para isso, o modelo norte-americano, fortalecido com a criação do CIESPAL, como já vimos, introduz, definitivamente, nos cursos de graduação em jornalismo, a técnica como parte principal da formação.

Essa afirmação pode ser constatada através deste trecho do Parecer nº 984/65: “[...] exercícios intensivos de treinamento, para o que se impõe a existência de laboratório (oficina ou emissora), próprio ou em convênio, a fim de que seja integralmente confeccionado um jornal, bem como programas de rádio e tevê”.

Concomitante a implantação do Segundo Currículo Mínimo e a todas essas mudanças sócio-políticas e econômicas vividas no Brasil na época, a quarta Lei de Imprensa de 1953 começa a ser mudada por não atender mais as necessidades e o discurso do governo atual. Dessa forma, chegamos, finalmente, à Lei nº 5.250, que vigorou de 14 de março de 1967 até abril de 2009, tendo sido, anteriormente, a sua revogação, modificada em algumas determinações, pela Constituição Federal de 1988.

Como descrito no início da própria Lei 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, esta objetivava a regulação da liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, ocorrida em 05 de outubro de 1988, a Lei de Imprensa sofreu algumas modificações, sendo que a principal delas se refere à legitimação das liberdades de expressão, informação e de imprensa, abordadas no Capítulo V – Título VII, artigos 220 a 224 da referida Constituição. Este capítulo descreve novas normas de comunicação coletiva, extingue a censura, institui o direito de resposta, o dever de informar e o direito de ser informado. Percebe-se claramente nesses capítulos, conforme veremos mais adiante, um discurso que evidencia a preocupação com a postura ética do jornalismo no Brasil.

Podemos dizer que esta Lei, basicamente, conserva o conteúdo da Lei nº 2.083 de 1953, incluindo regulamentações para o rádio e a televisão, omitidas na de 1953. A inovação fica a cargo do sigilo das fontes e da permissão de utilização de pseudônimos, desde que registrados em livro próprio do jornal seguidos da assinatura do jornalista que o utiliza e, que deve ficar a disposição na redação do veículo para exibição em juízo caso seja solicitado.

Não podemos deixar de ressaltar aqui, que o Regime Militar, logo após a aprovação da lei de 1967, aplicou severas restrições ao exercício profissional do jornalista e das empresas de comunicação. As medidas, além do amparo da Lei em questão, ainda contaram com a ampliação das penas dos delitos de imprensa na Lei de Segurança Nacional<sup>16</sup>, e, com o Ato Institucional nº 5, que vigorou de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978.

Foi mais de uma década de cerceamentos pesados sobre a atuação do jornalista. A presença da figura do censor, que tinha autoridade total para decidir o que podia e o que não podia ser publicado, dentro das redações era uma constante.

---

<sup>16</sup> A Lei de Segurança Nacional visava garantir a segurança nacional de um estado contra a subversão da lei e da ordem. No Brasil, a atual Lei de Segurança Nacional (LSN) é a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, além de estabelecer seu processo e julgamento. O país teve diversas leis de segurança nacional. O Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967, transformava em legislação a doutrina de Segurança Nacional, que fundamentou o Estado após o Golpe militar de 1964.

Observamos que esta Lei sofreu fortes críticas dos profissionais da área, assim como, da opinião pública. A proposta elaborada no governo do Presidente Castello Branco teve como relator o Deputado Federal, do Rio Grande do Sul, Ivan Luz, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Partido este de extrema direita que tinha como objetivo elaborar um texto que defendesse os direitos do governo. O deputado, através de uma manobra política no Congresso, impediu a aprovação de um substitutivo que objetivava dar maior liberdade à imprensa para que esta pudesse servir aos interesses políticos da oposição. O relator, com isso, pretendia conter a oposição contra o regime autoritário.

De acordo com Pereira, Moacir (1993), o Congresso não tinha, na época, condições mínimas para discutir e votar com liberdade qualquer nova lei. O motivo? Estava assolado por cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos.

A Lei que durou até 2009 chegou a ser considerada por alguns autores até como liberal em seu texto. Entretanto, o fato de várias restrições permitirem que fosse possível a implantação da censura prévia, a apreensão de publicações tanto nacionais quanto internacionais que circulassem dentro do território nacional, a prisão de jornalistas e até a proteção de autoridades diante do trabalho investigativo da imprensa, já mostra a forte intenção de intervenção do governo ditatorial na atividade jornalística.

Não é permitida a censura, mas a Lei admite a apreensão de periódicos que possam ofender a moral e os bons costumes, que façam apologia ao crime, divulguem segredos de Estado, causem algum tipo de alarde na população, entre outras. Ocorre que a interpretação dessas restrições era feita de forma extremamente subjetiva, pois o governo, através dos censores que, apesar da Lei, foram mantidos dentro das redações até meados da década de 1970, julgava o que fazia parte dessas restrições e o que não fazia.

A defasagem da Lei nº 5.250/67 com relação aos dias atuais é tão evidente, nos seus sete capítulos e setenta e sete artigos. Podemos fazer essa constatação já a partir do Parágrafo 1º, artigo 1º, que fala sobre a subversão da ordem pública, um conceito um tanto quanto subjetivo, mas que "[...] no auge do militarismo, estimular um movimento de trabalhadores na justa luta por melhores salários, pelo recurso da greve, era motivo para classificar o gesto de subversão da ordem" (MIRANDA, 1993, p.87).

O contexto apresentado até então, nos parece tão distante da realidade atual, mas não o é, uma vez que a Lei, carregada do autoritarismo presente na época, ficou exatamente como estava na ocasião e, até bem pouco, encontrava-se em vigor. Como reflete Laner (2006), “[...] essa desatualização cria graves prejuízos aos interesses públicos, pois não aplica os dispositivos da Constituição e atrasa o processo de

democratização dos meios de comunicação” (LANER, 2006, p.3). Completa ainda que, como conseqüências, proliferam-se a impunidade e o Direito à Informação de forma não normatizada.

É nesse clima de medo e opressão por parte do Governo que surge o Terceiro Currículo Mínimo, quatro anos após o Segundo. Este é ainda mais espelhado no modelo norte-americano e nos seus interesses de controle na formação do jornalista, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. A primeira grande mudança a compor esse novo Currículo está no fato de que o jornalismo passa agora a ser uma habilitação do curso de Comunicação Social. Esse conceito tira totalmente o jornalismo do foco principal e passa a considerá-lo uma das muitas vertentes trazidas pelo curso de Comunicação Social.

O argumento para a introdução desse novo conceito e para a revisão do currículo surgiu a partir de um relatório de quatro seminários organizados pelo CIESPAL e das demandas do Mercado de Trabalho. Todavia, esse discurso que justificaria as mudanças, tem como objetivo principal esconder os interesses de controle do CIESPAL e sofreu inúmeras críticas de jornalistas ao longo de todas essas últimas quatro décadas.

Ao se enfatizar a prática mais especializada e a formação teórica mais generalista, a formação do jornalista passa a desvincular totalmente a teoria da prática, uma vez que a teoria deixa de ser focada no jornalismo para tornar-se da comunicação, perdendo assim sua aplicabilidade. Podemos exemplificar essa mudança com as substituições das disciplinas mais focadas no jornalismo como a História da Imprensa foi substituída por Meios de Comunicação; Ética e Legislação da Imprensa passou a ser Ética e Legislação dos meios de Comunicação.

Considero este o principal momento de análise no que se refere à intensidade com que essa reformulação fez a ruptura entre a teoria e a prática na formação do jornalista. A valorização dada às atividades práticas no Parecer nº 631/69 do CFE e referendadas na Resolução nº 11/69 do MEC, que instituiu o terceiro Currículo Mínimo, não é a responsável por essa ruptura, mas sim o fato de que esse currículo passa a ofertar uma matriz curricular em que a teoria é apenas voltada para o tronco comum e, as disciplinas específicas do curso, passam a ter apenas um enfoque prático.

Para que possamos ter claro de que forma foi estruturada essa matriz curricular, fundamental para essa ruptura entre teoria e prática, apresentamos um quadro comparativo com todas as disciplinas, desde o Parecer nº 323/62 do CFE até a Resolução nº 02/84 do MEC.

## Quadro 02 - Comparativo das Disciplinas

<b>Parecer nº</b>	<b>Parecer nº</b>	<b>Resolução nº</b>	<b>Resolução nº</b>	<b>Resolução nº</b>
<b>323/62</b>	<b>984/65</b>	<b>11/69</b>	<b>03/78</b>	<b>02/84</b>
Cultura Brasileira	Cultura Brasileira	Cultura Brasileira	Cultura Brasileira	Cultura Brasileira (E)
História e Geografia do Brasil	História do Brasil; Geografia do Brasil	-	-	-
Civilização Contemporânea	Civilização Contemporânea	-	-	-
Estudos Sociais e Econômicos	Estudos Sociais e Econômicos	- Sociologia; - Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	- Sociologia; - Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	Sociologia (Geral e da Comunicação); Realidade Socioeconômica e Política Brasileira; Realidade Socioeconômica e Política Regional (E)
História da Cultura Artística e Literária	História da Cultura Artística e Literária	História da Cultura (meios de comunicação)	-	História da Arte e do Cinema (E)
História da Imprensa (meios de difusão)	História da Imprensa (meios de difusão)	-	-	História da Comunicação (E)
Português e Literatura	Português e Literatura	-	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral
de Língua Portuguesa	de Língua Portuguesa			

<b>Parecer n°</b>	<b>Parecer n°</b>	<b>Resolução n°</b>	<b>Resolução n°</b>	<b>Resolução n°</b>
<b>323/62</b>	<b>984/65</b>	<b>11/69</b>	<b>03/78</b>	<b>02/84</b>
Língua Estrangeira Moderna	Língua Estrangeira Moderna	Idiomas Estrangeiros (E)	–	Língua Estrangeira (E)
Ética e Legislação da Imprensa	Ética e Legislação da Imprensa	Ética e Legislação dos meios de Comunicação	Deontologia dos Meios de Comunicação; Legislação dos Meios de Comunicação	Legislação e ética do jornalismo; das Relações Públicas; da Publicidade; da Indústria Editorial; do Radialismo; do Cinema
Técnicas de Jornal e Periódico	Técnicas de Jornal e Periódico	Introdução às técnicas de comunicação	Técnicas de Codificação; Técnicas de Produção e Difusão	Fotojornalismo; Planejamento Gráfico em jornalismo; Radiojornalismo; Telecinejornalismo; Técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística
Técnica de Rádio e Telejornal	Técnica de Rádio e Telejornal			
Administração de Jornal e Publicidade	Administração de Jornal e Publicidade	Política e Administração (E)	Técnicas de Administração	Teoria Geral de Sistemas (E); Administração em Publicidade e Propaganda
–	Teoria de informação	Fundamentos científicos da comunicação	Teoria da Comunicação	Teoria da Comunicação
–	Jornalismo Comparado	Jornalismo Comparado	Comunicação Comparada	Comunicação Comparada
–	–	Pesquisa de opinião e mercadologia	Técnicas de mercadologia	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública
–	Redação de jornalismo	Redação e Edição (E)	–	Edição
–	–	Paginação e	–	Preparação e

		Revisão (E)		Revisão de Originais, Provas e Videotexto
-	-	Produção e Emissão (E)	-	-
-	-	Biblioteconomia e Bibliografia (E)	-	Técnicas de Editoração na indústria editorial
-	-	Cibernética (E)	-	-
-	-	Direito Usual (E)	-	-
-	-	Introdução à Documentação (E)	-	Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação
-	-	Economia (E)	-	Economia (E)
-	-	Estatística (E)	-	Estatística (E)
-	-	Filosofia (Lógica) (E)	-	Filosofia; Lógica (E)
-	-	Psicologia Social (E)	Psicologia	Psicologia (E)
-	-	-	Antropologia Cultural	Antropologia Cultural (E)
-	-	-	Sistemas de Comunicação Social no Brasil	Sistemas Internacionais de Comunicação (E)
-	-	-	Estética e Comunicação de Massa	Estética e Cultura de Massa (E)
-	-	-	-	Teoria Política (E)
-	-	-	-	Comunicação Comunitária (E)
-	-	-	-	Planejamento em Comunicação (E)
-	-	-	-	Política de Comunicação (E)
-	-	-	-	Comunicação em Tecnologia Educativa (E)
-	-	-	-	Realidade Regional em Comunicação (E)
-	-	-	Projetos Experimentais Projetos Experimentais	Projetos Experimentais Projetos Experimentais

Legenda: (E) = disciplina eletiva  
Fonte: Moura (2002)

Como podemos ver muitas disciplinas foram abolidas, outras tiveram seus conteúdos desdobrados e outras ainda foram incluídas. Ao analisar esse movimento das disciplinas ao longo desses 22 anos, ou seja, de 1962 a 1984, temos alguns pontos fundamentais de abordagem e que vão ao encontro das causas que ocasionaram a ruptura já mencionada, no que tange a estrutura curricular e que constituem instrumentos de controle.

Ressalto que essa análise não tem como objetivo dissecar o ensino e seus movimentos, mas sim, compreender a dialética, através da história, na qual a educação mediou o controle sobre a formação do jornalista.

Exemplos desse controle podem ser verificados através de alguns movimentos das disciplinas nestes currículos. As disciplinas de História e Geografia do Brasil que foram abolidas a partir da Resolução de 1969 e só retornam na de 1984 como eletivas. Podemos entender que em plena ditadura, uma disciplina que analisasse os movimentos históricos de país não era do interesse do Estado. O mesmo se dá com Civilização Contemporânea que abolida em 1969 não mais retorna às estruturas curriculares posteriores, acredito que pelo mesmo motivo.

As disciplinas de História da Cultura Artística e Literária e a de História da Imprensa são fundidas na disciplina de História da Cultura, com conteúdo específico voltado para os meios de comunicação, o que faz com que o acadêmico perca a visão global de cultura e tenha o conhecimento focado apenas nos meios de comunicação.

A disciplina Português e Literatura da Língua Portuguesa também foi abolida pela resolução de 1969 e, só retorna ao currículo em 1978. A omissão dessa disciplina do Terceiro Currículo Mínimo foi um dos alvos das críticas por parte dos jornalistas, profissionais que trabalham fundamentalmente com o discurso, e, por isso, têm especial necessidade do conhecimento ortográfico e gramatical da Língua Portuguesa.

O mercado passa a aumentar suas críticas à formação do jornalista que chega às redações cometendo erros crassos na estrutura dos textos. Podemos constatar essa afirmação na declaração de Lage (2005) quando se refere às questões do ensino da Língua Portuguesa aos estudantes.

A língua nacional já não é praticamente ensinada no 1º e 2º graus, onde a substituem, em geral, por supostos exercícios de criatividade. Mesmo na Universidade este ensino está se tornando raro. No entanto, jornalistas escrevem na língua padrão – e a inadequação dos jovens profissionais para a produção de textos é a maior queixa de editores e empresas (LAGE, 2005, p.4).

Se de um lado é abolido o ensino da língua materna do Brasil é mantido o de idioma estrangeiro Inglês, o que nos remete novamente à forte influência norte-americana nos cursos de Comunicação Social no país. A disciplina de Ética e Legislação deixa de ser específica da imprensa e passa a ser de toda a área da comunicação, o mesmo se dá com as Técnicas de Jornal e Periódico; de Rádio e Telejornal; de Jornalismo Comparado.

Essa mudança tira do foco a formação em jornalismo para formar o comunicólogo. Tornando o conhecimento mais generalizado, esse deixa de se aprofundar em áreas importantes e próprias da profissão.

O argumento utilizado para a implantação desse currículo, que configura o comunicador polivalente, foi o de ampliar a capacidade de análise do jornalista. Todavia, acabou por fragmentar ainda mais o conhecimento, além de reduzir o conteúdo de outras disciplinas, uma vez que não há aumento na carga horária do curso, muito pelo contrário é reduzida de 2700 horas-aula do Parecer de 1965 para 2200 horas-aula na Resolução de 1969.

Esse, na verdade, era o objetivo real dessas mudanças, ou seja, garantir a manutenção da ordem da sociedade capitalista, pois já se percebia no jornalismo uma grande força motriz que poderia ser utilizada como instrumento de emancipação desse modelo social.

As disciplinas do “tronco comum” e, como vimos, até as disciplinas que eram específicas para jornalismo foram transformadas em disciplinas de comunicação, com isso perdemos, a partir deste Currículo Mínimo, uma estrutura curricular específica do jornalismo para dividir os conteúdos com profissões da mesma grande área.

Como a teoria passa a ser para o comunicólogo e não mais só para o jornalista, estabelecer as relações entre essa teoria e a prática profissional específica de cada habilitação torna-se uma das tarefas mais difíceis para o docente. Por isso, os conteúdos vão perdendo as possibilidades de interdisciplinaridade e de co-relação entre a teoria e sua aplicação prática.

As críticas tecidas ao terceiro Currículo são muitas. Entretanto, a grande preocupação, que é uma constante, se refere à formação polivalente. Marques de Melo (1974), em sua crítica ao currículo, expõe questões de âmbito jurídico, pois este passa a formar um profissional polivalente quando a própria legislação brasileira regulamenta as profissões de forma independente e há requisitos específicos para o registro profissional junto aos órgãos de classe. Apesar disso, nunca foram negados registros

profissionais ao jornalista por essa razão.

Outro foco de críticas, conforme observa Vieira (1978), diz respeito aos aspectos referentes à influência norte-americana nesta formação polivalente, sem que esta seja voltada minimamente para a realidade brasileira.

[...] uma mesma sala de aula preparava, e prepara, um jornalista, um publicitário, um relações públicas, sendo dada a todos a mesma formação teórica, isto é, uma informação alienante; a todos se transferiam e transferem, em bloco, técnicas européias e norte-americanas, notadamente norte-americanas, sem nenhum comprometimento com a realidade brasileira, e sem que ao aluno, futuro comunicador social, fossem dadas condições de proceder, ele mesmo, essa redução (VIEIRA, 1978, p.277).

Ambos os autores dirigem suas críticas à formação polivalente. As justificativas, sejam elas jurídicas ou pedagógicas, foram tecidas no sentido de levantar argumentos que se contrapusessem à formação que esse Currículo Mínimo pretendia, sobretudo, do ponto de vista do jornalismo. Todavia, as críticas não tiveram resultado, uma vez que, mesmo com os novos currículos mínimos e depois com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o jornalismo continua sendo uma habilitação do Curso de Comunicação Social e não um curso independente.

De acordo com Battezzati (2006), para os empresários do ramo, os cursos de comunicação não preparavam profissionais habilitados com competência e conhecimento técnico para atuar no mercado. “Eles entendiam que a universidade não estava preocupada com as mudanças ocorridas na sociedade e quando os diplomados enfrentavam o mercado, se deparavam com uma realidade totalmente diferente daquela apresentada nas escolas de comunicação” (BATTEZZATI, 2006, p.17). Porém, devido aos objetivos políticos contidos nas reformas, estes últimos não foram ouvidos em suas argumentações.

Não iremos considerar que os proprietários dos veículos da comunicação, conceituados nesta tese como donos da produção, estivessem corretos com relação ao que entendiam como qualidade desta formação, uma vez que seus interesses eram de qualificar para domínio dos meios de produção, atendendo assim a imprensa capitalista.

Argumentos a parte, o que fica evidente, a partir daí, é o distanciamento que se instala entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, e, que leva as Escolas de Comunicação a buscarem meios alternativos para que os estudantes pratiquem as atividades profissionais.

O Parecer nº 1.203/77 do CFE apresenta uma nova reformulação e define o quarto Currículo Mínimo. Na descrição dos antecedentes que motivaram este novo currículo, são elencadas as regulamentações das profissões que eram oferecidas nas diversas habilitações do curso de Comunicação Social. Sendo que a profissão de jornalista teve sua regulamentação através do Decreto-Lei nº 972 de 1969 e que dez anos mais tarde foi substituída.

Essa nova proposta, prevista no Parecer nº 1.203/77 emitido pelo CFE, teve a participação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), que ofereceu subsídios, ressaltamos, parcialmente utilizados, para o embasamento da redação do referido Parecer. Seu conteúdo referendava um curso que deveria “[...] aliar a formação teórica ao aspecto prático do ensino e ao fornecimento ao aluno, do instrumental teórico e técnico de intervenção” (MOURA, 2002, p.93).

O objetivo do argumento era que o comunicador social, de posse de um conjunto de profissões cujas estruturas são interligadas, mas, que funcionam de formas diversificadas, desempenhasse seu papel de agente transformador da sociedade. Ou seja, apesar das habilitações se constituírem em profissões diferentes elas estavam interligadas e, por isso, juntas ocupariam essa função de instrumento de divulgação do discurso social.

A Resolução nº 03/78 do Conselho fixou o quarto Currículo Mínimo com base no Parecer nº 1.203/77 emitido pelo Ministério da Educação. Como verificamos no quadro comparativo das Portarias e Resoluções que estabeleceram os cinco currículos mínimos para o curso de Comunicação Social no Brasil, as principais mudanças nesse Currículo estão no âmbito do Projeto Experimental<sup>17</sup> que deveria ocupar pelo menos 10% da carga horária total do curso e do Estágio Supervisionado. Deixam de existir as habilitações em Editoração e a Polivalente e surgem duas novas habilitações, sendo uma em Rádio e Televisão e, outra, em Cinematografia.

O chamado Tronco Comum abriga as disciplinas de Fundamentação Geral Humanística e de Fundamentação Específica que ocupam metade da carga horária do curso, as demais horas ficaram destinadas às disciplinas de natureza profissional, não havendo nisso muita mudança com relação ao terceiro currículo. As durações mínimas e máximas são mantidas em três e seis anos respectivamente e a carga horária permanece em 2.200 horas-aula. Entretanto, nessa carga horária é incluído ainda o Projeto

---

<sup>17</sup> A disciplina de Projeto Experimental tem a proposta de desenvolvimento de um produto jornalístico para um determinado meio de comunicação, utilizando para tal o conhecimento teórico e prático apreendidos no decorrer do curso.

Experimental e excluídas as horas destinadas às disciplinas Estudo dos Problemas Brasileiros e a Educação Física.

Alguns exemplos das alterações que ocorrem neste currículo e que podem ser analisadas no quadro comparativo das disciplinas apresentado anteriormente, deixam evidente o objetivo de caracterizar o ensino de Comunicação como técnica, além de generalizar ainda mais, o que era de cunho específico. Paralelamente a essas alterações do Currículo Mínimo, como vimos originadas por objetivos controladores, também há uma mudança na regulamentação para o exercício profissional do jornalista e, podemos dizer que com os mesmos objetivos.

É nessa perspectiva que passamos a analisar o Decreto 83.284 de março de 1979, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Guedini (2002), Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, desmascara algumas crenças acerca da regulamentação profissional dos jornalistas e que entendemos serem oportunas. Em seu artigo: O jogo dos sete erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos jornalistas, Guedini (2002) responde a sete questões sobre essa regulamentação. A primeira delas, transcrita a seguir, refere-se ao Decreto de 1979.

1 - A legislação que regulamenta a profissão é ilegítima porque foi feita na época do regime militar? É verdade que a base da legislação que regulamenta a profissão, o Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969, foi assinado pela junta militar que governava o país na época. No entanto, esse Decreto e a legislação posterior que o modificou (Lei 6.612 de dezembro de 1978 e Decreto 83.284 de março de 1979) responderam a um anseio dos jornalistas que, desde 1918, reivindicavam a implantação do ensino de nível superior para o jornalismo no país. Por isso, o movimento sindical dos jornalistas no país nunca teve dúvidas sobre a legitimidade de tal legislação, a ponto de confirmá-la integralmente, com algumas melhorias, no projeto de lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Jornalismo, que está para ser enviado ao Congresso Nacional (GUEDINI, 2002, p.62).

Realmente, o fato de ser um decreto originado na ditadura, deu margens a várias críticas por parte daqueles que não defendem a regulamentação da profissão e, conseqüentemente, a obrigatoriedade do diploma.

Em termos de uma contextualização político social é, de fato, necessário que haja a consideração de que a obrigatoriedade do diploma teve origem entre um conjunto de medidas que foram tomadas pela ditadura militar e que visava profissionalizar a área de comunicação como forma do governo acabar com a atividade informal. Fato que facilitava com que os veículos de comunicação contratassem jornalistas que fizessem

oposição ao governo.

O diploma serviu como um instrumento para substituir jornalistas simpatizantes e/ou militantes de partidos políticos contrários a ditadura, por jornalistas graduados que recebiam orientação para realizar a atividade profissional, cuja formação conformava atender aos interesses do governo.

Apesar da origem ditatorial da obrigatoriedade do diploma, este ganhou ao longo da sua história outro objetivo que, apesar de não ter sido cumprido em sua maioria, justificaria a defesa da permanência dessa obrigatoriedade e que estaria ligada a uma maior qualificação profissional do jornalista. Dessa forma, não queremos omitir o contexto político e as intenções para que essa obrigatoriedade passasse a ser exigida até bem recentemente, entretanto, a defesa se dá diante da necessidade de uma formação que possa oferecer possibilidades de um exercício profissional livre das linhas editoriais político-mercantis da grande imprensa.

Voltando aos intentos do governo militar, ao substituir os jornalistas de esquerda por jornalistas graduados, podemos dizer que estes objetivos não funcionaram bem por muito tempo, pois grande parte desse novo profissional acabou por aderir à filosofia da esquerda e os movimentos sindicalistas passaram a ganhar força. A opção política dos jornalistas se deu através da confluência entre dois movimentos do jornalismo: o estudantil e o sindical.

De acordo com Tavares; Weis (1998), do ponto de vista histórico a estrutura sindical brasileira, que teve suas fundações em 1930 e era embasada na formação de um ambiente político estabelecido na harmonia entre as distintas classes sociais, atravessou o regime populista e a ditadura militar. Nesse momento, é importante para a nossa análise essa contextualização, uma vez que, a ditadura deu evidência ao caráter autoritário da legislação trabalhista. Entre outros, um exemplo que nos interessa, foi o fato de comunistas procurarem ocupar cargos de chefia nas redações dos principais jornais brasileiros, formando uma rede de proteção a outros militantes e simpatizantes, conforme relatam Abramo, Cláudio (1993) e Conti (1999).

Esse sindicalismo sediado dentro das redações tinha como objetivo a defesa da autonomia sindical diante do Estado e dos partidos políticos; a organização do local de trabalho e a demanda de novos direitos sindicais e trabalhistas, entre eles o de greve. Entretanto, como conta Cardoso (1999), esses objetivos foram frustrados pela ditadura com perseguições a lideranças contrárias ao regime e o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, assim como uma repressão policial às greves. Como diz o autor isto

não apenas contribuiu para “[...] a forte politização do movimento sindical como permitiu aos sindicalistas colocarem o direito de greve no rol das liberdades democráticas, associando-os aos temas da liberdade de imprensa e dos direitos humanos” (CARDOSO, 1999, p.12). Com isso, o sindicalismo ganhou maior visibilidade e incorporou lutas políticas pela redemocratização.

Como podemos verificar os diferentes posicionamentos entre patronato e jornalistas não é recente, e, não está somente calcado na obrigatoriedade do diploma. Guedini (2002) diz que os proprietários dos veículos de comunicação e todos aqueles que tentam derrubar a regulamentação da profissão de jornalista argumentam que a exigência do diploma para o jornalista em seu exercício profissional se choca com o princípio constitucional da liberdade de expressão.

O argumento é estapafúrdio, pois confunde liberdade de expressão com o exercício da profissão de jornalista. É tão absurdo quanto dizer que todas as pessoas que não escrevem nos jornais, ou não aparecem no vídeo apresentando notícias em telejornais, ou não têm voz nos programas jornalísticos do rádio, têm sua liberdade de expressão cassada. Se assim fosse, a única forma de garantir a liberdade de expressão para a sociedade seria que todos os cidadãos praticassem o jornalismo, o que até poderia ser muito saudável, observados os parâmetros deontológicos da profissão, mas é francamente impossível (GUEDINI, 2002, p.42).

O que se percebe com relação aos ataques impostos rotineiramente ao Decreto de 1979 é que as críticas não se voltam especificamente a ele, mas sim, exclusivamente, ao seu artigo 4º, parágrafo III que regulamenta os quesitos necessários ao exercício da profissão de jornalista.

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho, que se fará mediante a apresentação de: I - prova de nacionalidade brasileira; II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal; **III - diploma de curso de nível superior de Jornalismo ou de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11** (BRASIL. Decreto-Lei nº 83.284 de março de 1979. Grifo nosso).

Essa exigência, no entanto, já era prevista no Decreto-Lei nº 972 de 1969 que também no seu artigo 4º, parágrafo V, dizia:

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de: I - prova de nacionalidade brasileira; II - folha corrida; III - carteira profissional; IV - declaração de cumprimento de

estágio em empresa jornalística; **V - diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de "a" a "g" no artigo 6º.** (BRASIL. Decreto- Lei nº 972 de 17 de outubro de 1969. Grifo nosso).

É importante ainda salientar que o Decreto-Lei 972 foi responsável por fomentar o aumento de oferta dos cursos de comunicação e que, nessa época, junto com outros cursos constituíram importantes centros de resistência democrática. “A militância sindical e estudantil dos jornalistas provocou sérios desconfortos em diversos setores do mercado e governo, que temendo a esquerdização do jornalismo, passaram a defender o fechamento destes cursos” (WEBER, 1994, p.5).

Era visível o engajamento político entre os jornalistas dos jornais alternativos e que foi intensificado com a morte de Wladimir Herzog<sup>18</sup>. Fato considerado como um marco de fundamental importância na articulação de um grupo composto pela classe média para fazer frente ao governo militar. Esse grupo era composto pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cuja representação estava a cargo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Essa organização se deu no meio do fortalecimento sindical dos segmentos médios e foi acompanhado por greves, especialmente entre os bancários, profissionais da área da saúde, do ensino público, de artistas e jornalistas, conforme relata Trópia (2000).

Nesse contexto, podemos considerar que ocorreu um agrupamento de fatores no meio jornalístico, que envolvia uma conjuntura sindical, acadêmica e econômica e que foram responsáveis pela sindicalização dos jovens jornalistas que estavam sendo formados nas escolas de comunicação.

Isto ocorreu num quadro complexo, no qual houve a predominância de um discurso marxista, centrado nas premissas da luta de classe (nós jornalistas contra eles, os patrões). O teor classista de defesa do diploma foi reforçado pelo fato de um dos principais agentes contrários a essa exigência ter sido o patronato dos jornais. Diante disto, a oposição à legislação alimentava o sentido da luta corporativa dos sindicatos e ao mesmo tempo o senso de identidade de classe dos jornalistas. Afinal, ser contra o diploma podia levar algum jornalista ser visto como defensor dos interesses dos Patrões (SILVA, Marco, 2008, p.6).

Vale à pena ressaltar que essa organização se deu, em grande parte, devido à

<sup>18</sup> Vlado Herzog foi jornalista, professor e dramaturgo, tornou-se famoso pela luta por uma ditadura comunista, autodenominada movimento de resistência contra o regime do Brasil, e também pela sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro. Sua morte causou impacto na ditadura militar brasileira e na sociedade da época, marcando o início de um processo pela democratização do país.

valorização que a classe média dava à formação superior. Era uma maneira de manter uma hierarquização profissional no mundo do trabalho. Portanto, não podemos deixar de dizer que, as intenções do governo ao exigir o diploma para o jornalista, veio ao encontro do pensamento da classe média que via no curso superior a oportunidade de garantir uma melhor ocupação dentro do mercado de trabalho.

É preciso ainda ter claro que, esses movimentos de oposição à ditadura e a luta pela democracia, nasceram e cresceram nos bancos dos cursos de graduação e tiveram uma importância indubitável para o fim da ditadura. Por isso, renegar o diploma, sem dar-lhe a devida importância histórica, é renegar também as lutas travadas em busca da democracia.

De acordo com Boito (2004), apesar do alto grau de sindicalização e de uma solidariedade ao operariado, substituindo o termo classe média por classe trabalhadora, não houve inibição, por parte dos jornalistas, ao protestarem contra a desvalorização da profissão quando a mesma oferecia a eles condições de vida semelhante a do operariado fabril ou de garis, motoristas e outros que não precisavam de diploma superior. Essa afirmação pode ser verificada no discurso do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo ao declarar à revista *Unidade* que, “[...] em termos globais, o salário dos jornalistas estava mais baixo do que recebia um metalúrgico, mas que no caso dos jornalistas é exigido curso superior” (BOITO, 1978, p. 5).

Podemos dizer que, até o ano de 1981, os ataques à obrigatoriedade do diploma aconteciam de forma mais ostensiva nos jornais paulistas, devido à greve dos jornalistas em 1979. Entretanto, de acordo com Dines (1986), em 1981 houve uma assembléia realizada pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), em que o seu presidente, Charles Scrips, fez uma crítica com relação à obrigatoriedade do diploma, alegando que este conferia ao jornalismo o status de profissão.

Essa declaração teve uma enorme contribuição para que a discussão sobre o diploma fosse nacionalizada. Depois, conforme relata Dines (1986), o jornalista Mauro Santavana foi acusado pelos colegas de agir em nome das empresas jornalísticas ao propor o fim da exigência do diploma durante a discussão da Constituição em 1986.

A questão levantada por Charles Scrips, ao negar ao jornalismo o status de profissão, ganhou apoio dentro das redações dos jornais com a figura do colaborador. Uma vez que os jornais abusavam da utilização desses colaboradores para evitar o pagamento de encargos sociais, conforme avalia Silva, C.E.L. (1991).

O Decreto 83.284 de 1979, que deu nova regulamentação ao Decreto-Lei 972, definiu a figura do colaborador que ficava autorizado a escrever nos jornais somente sobre assuntos de natureza técnica, científica e cultural, conforme a sua especialidade e, a matéria só poderia ser publicada divulgando o nome e a qualificação do autor. Assim, os sindicatos objetivavam limitar a participação da figura dos colaboradores.

O Sindicato de São Paulo percebeu que o aumento do número de jornalistas empregados no mercado não se refletia em um aumento da arrecadação do imposto obrigatório. Ao entrar em contato com as empresas para saber o que estava ocorrendo, o Sindicato diagnosticou o problema: empresas não recolhiam a contribuição por não terem jornalistas profissionais, mas só colaboradores. Isto motivou o seguinte comentário da entidade de classe: *as assessorias de imprensa sem jornalistas, revistas técnicas sem jornalistas, enfim, há todo um mercado que precisamos abrir à força* (SILVA, Marco, 2008, p.7. Grifo do autor).

As empresas de comunicação utilizavam a figura do colaborador para baixar os custos com os jornalistas e não faziam nenhum critério de avaliação profissional, apenas avaliavam o prestígio que estes poderiam conferir ao jornal. Com a fiscalização dos Sindicatos para que essa prática não fosse abusiva, os proprietários dos veículos de comunicação ganharam apoio daqueles que se sentiram excluídos e limitados a expressar suas idéias.

A concretização do monopólio até mesmo do exercício opinativo dos jornais significava a exclusão dessa prática de um contingente enorme e diverso de agentes sociais, como políticos, empresários e até mesmo sindicalistas de outras categorias, com a conseqüente perda da pluralidade de opiniões e limitação do debate de idéias nas páginas dos jornais. Na defesa deste argumento ganharam visibilidade os empresários de comunicação e os chefes de redações dos principais jornais do país. De forma geral, os argumentos variavam entre agentes. Uns defendiam a concepção de que não caberia ao Estado impor qualquer tipo de regulação das relações profissionais no jornalismo e outros entendiam ser necessário algum tipo de regulação do jornalismo, porém menos restritivas. As justificativas de alguns grupos que defendiam e outros que eram contra a regulação da profissão tinham um ponto em comum. A afirmação de que jornalista deveria sustentar seu senso de autonomia profissional e garantir sua empregabilidade no aprimoramento técnico. Embora eles divergissem sobre quem poderia fornecer essas técnicas. Os que eram contra a legislação afirmavam que era na vivência prática e os a favor, ressaltavam a importância das escolas de comunicação (SILVA, Marco, 2008, p.8).

Um exemplo clássico dessa postura dos jornais e dos sindicatos diante da questão do colaborador pode ser ilustrado com o cantor Léo Jayme que mantinha uma coluna no Segundo Caderno do Jornal O Globo. O Sindicato do Rio de Janeiro apresentou uma queixa crime na 15ª Delegacia Policial Carioca alegando que o

cantor estava exercendo ilegalmente a profissão de jornalista, pois não era graduado em jornalismo, não tinha nenhum curso superior e, portanto, não poderia exercer a profissão de jornalista.

Com isso o cantor violava o artigo 47 do código penal, que previa a proibição do exercício da profissão cuja licença para exercê-la dependa de autorização especial do poder público. Convocado a depor o cantor alegou que um dos diretores de jornalismo do jornal, Armando Nogueira, lhe disse que sua atividade não era crime e que tinha um dos principais atributos para a prática do jornalismo, ou seja, um bom texto.

SILVA, Marco (2008, p.8) diz que

[...] isto expunha os critérios de avaliação do jornalístico trabalho de Jaime. De um lado estavam os que entendiam que uma coluna podia ser aberta a qualquer um e a qualquer tipo de assunto. A avaliação era a qualidade literária. A aceitação ou não do conteúdo da colaboração era de critério exclusivo do conselho editorial do jornal, como preceituava o que os diretores como Armando Nogueira entendiam ser a própria liberdade de imprensa. De outro, os sindicatos alegavam estar a colaboração sujeita às regras da lei e, não a critérios jornalísticos subjetivos. Isto visava proteger a função social do jornalismo e não permitir que ele fosse entregue à estranhos que não sabiam valorizar a importância da profissão.

Podemos dizer que o cantor Léo Jayme, em sua visão sobre o que é jornalismo se aproxima da visão de muitos leitores, para quem o jornalismo é uma atividade literária cujo requisito básico é escrever bem. O cantor avaliou a postura do sindicato como sendo um reflexo da cultura brasileira subdesenvolvida na qual os grupos sociais de elite valorizavam o *status* pela formação universitária. Entretanto, como relata Silva, Marco (2008), ao depor, orientado por um advogado, o cantor alegou que não fazia jornalismo e que suas crônicas não eram reportagens, pois não apresentavam entrevistas e nem informações, eram apenas literatura banal ao gosto do público.

Outro exemplo de colaborador que contribuiu, sobremaneira, para as discussões sobre a obrigatoriedade do diploma foi o de José Carlos Dias, advogado famoso pela sua luta pelos direitos humanos e que publicava freqüentemente no jornal Folha de S. Paulo artigos sobre tortura. Dias apud Silva, Marco (2008), durante um debate entre os jornais e o sindicato dos jornalistas, disse que achava muito complicado essa limitação aos colaboradores isso porque,

[...] todas as vezes que deixamos a uma interpretação subjetiva a restrição de um direito, corremos o risco de entrar numa linguagem autoritária. Eu acho muito difícil dizer onde termina minha liberdade de escrever. Eu me sentiria censurado se pudesse escrever só sobre o Direito Positivo. Pois como

advogado, eu me sinto apto a escrever sobre a Lei de Segurança Nacional, a minha profissão me levou a defender mais de 500 presos políticos. Como cristão e ligado à Igreja, me sinto habilitado a escrever sobre religião e direitos humanos. Este assunto é muito amplo ou nós vamos restringir os direitos humanos? (SILVA, Marco, 2008, p. 8-9).

Ainda durante o debate, fez uma recomendação aos jornalistas para que mudassem suas estratégias de luta, visto que a regulamentação do exercício profissional do jornalismo era autoritária, uma vez que, imposta pelo Estado permanecia a este subordinada. O que ocasionava uma oposição entre valores fundamentais para os jornalistas como trabalhadores assalariados: o direito ao trabalho e a liberdade de expressão e pensamento. E opinou que, para uma harmonia desses valores, os sindicatos deveriam lutar para desvincular a profissão de jornalista do Ministério do Trabalho e criariam assim uma identidade para todos os que escreviam e trabalhavam em jornais, seja como colaboradores ou com vínculos trabalhistas.

A questão do colaborador estaria absolutamente superada na medida em que ele fosse registrado no sindicato. Em que o Sindicato fosse árbitro de onde podem ou não terminar suas funções e traria o colaborador para a luta dos problemas comuns que dizem respeito ao jornalista profissional e a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta estão ligados à letra impressa, até mesmo quanto à fixação de sua remuneração (SILVA, Marco, 2008, p. 8).

Uma afirmação do autor, ainda mais polêmica para os representantes dos sindicatos e para os defensores do diploma, foi a de que, a partir do momento em que se exigia que todo material que fosse publicado ou veiculado em um jornal passasse antes pelo jornalista profissional, constituía também uma espécie de censura do monopólio profissional.

O sindicato, por sua vez, alegou que defendia o profissionalismo, a liberdade de imprensa e o direito de trabalho ao jornalista e que, ao admitir uma imprensa de colaboradores, seria o mesmo que empurrar a profissão para o amadorismo. “Não podemos admitir uma imprensa de diletantes em defesa do direito do leitor ser informado sobre aquilo que o dono do jornal quer que ele seja informado” (SILVA, Marco, 2008, p. 10).

Como podemos perceber, a questão deixou de ser apenas legal para se tornar uma questão moral, por isso Dias foi acusado por jornalistas e sindicalistas de não se sensibilizar com os muitos jornalistas demitidos em função do aumento de colaboradores nas redações. Só no jornal Folha de S. Paulo em 1986 foram 36, sendo que o jornal mantinha 100 colaboradores nessa mesma época, entre eles Dias. Entretanto, esse

declarou não se sentir responsável pelas demissões e que entendia como paradoxal o fato de que uma categoria como a dos jornalistas, a quem atribuía um dos principais instrumentos na luta contra a ditadura, fizesse uso de uma Lei criada pelo próprio regime autoritário.

Apesar de todo o debate ocorrido, a exigência do diploma permaneceu vigorando até bem recentemente e, ainda hoje, acende chamadas de discussão. Essa manutenção fez com que, durante um bom tempo, tenha havido certa aproximação entre os sindicatos e o universo acadêmico fato que transformou a exigência do diploma em referência da identidade do jornalista. Entretanto, aos poucos, essa aproximação foi cedendo, principalmente, pelos interesses dos proprietários das IESs particulares que, apesar da defesa óbvia com relação à obrigatoriedade do diploma, não queriam os sindicatos interferindo em seus cursos.

Outras críticas que, ao se referirem ao Decreto de 1979, abordavam a obrigatoriedade do diploma, era a do caráter elitista da formação superior, da mesma forma mencionada por Léo Jayme em sua defesa. O fato de que o jornalismo é uma questão de talento, já citada nesse relatório, é rebatida por Guedini (2002) com dois argumentos em uma análise de fatos históricos. Até a década de 1950, e mesmo antes da existência dos cursos de jornalismo, a profissão era vista como uma ocupação de boêmios, poetas e escritores. “Gente de talento, e, às vezes nem tanto. Os candidatos a jornalista aprendiam muito no dia-a-dia da profissão, com os profissionais mais antigos” (GUEDINI, 2002, p.43).

Todavia, desde 1950 no Brasil, e, antes disso na Europa e nos EUA, muita coisa mudou. O ritmo do trabalho nas redações intensificou-se e, com isso, os profissionais mais antigos não tinham tempo em ensinar os mais jovens, o que passa a exigir dos jovens profissionais mais conhecimento, desde o início da carreira.

O autor diz que assim sendo, “[...] passar pelo curso específico de jornalismo é a condição mínima para quem pretende ser jornalista. É lógico que essa formação deve ser complementada, seja com o aprofundamento na formação humanística, seja com especializações” (GUEDINI, 2002, p.43). Essa exigência obriga, hoje, muitos jornalistas a fazerem mais de um curso superior ou a frequentarem especializações em outras áreas. Completa ele: “Assim, nada impede que pessoas talentosas façam o curso superior de jornalismo” (GUEDINI, 2002, p.43).

No que se refere à questão elitista do diploma superior em jornalismo, a observação de Guedini (2002) é de uma obviedade gritante e, só não a acata, aquele que

não quer ver que a educação superior no Brasil ainda é elitista. A abordagem responde a sua terceira questão e está transcrita a seguir.

3 - A exigência do diploma é elitista, pois restringe a profissão aos que têm acesso à faculdade? O mesmo argumento serve para todas as profissões que têm em sua regulamentação a exigência de curso superior. É falacioso, pois esconde que a sociedade em que vivemos é excludente e injusta, pois não assegura educação de qualidade para todos os seus integrantes, como, aliás, está na Constituição e deveria ser meta de qualquer governo sério. Jogar a culpa pelas enormes discrepâncias sociais existentes no país na regulamentação profissional dos jornalistas é algo que beira a má fé e só pode ser compreendido como um truque dos donos dos veículos, para enganar os menos avisados, ou de profissionais de outras áreas. Não está vedado a nenhum brasileiro que tenha concluído o ensino médio tentar uma faculdade de jornalismo. A barreira econômica que existe é a mesma para outras profissões tão importantes quanto a dos jornalistas, como, por exemplo, a dos juizes, que precisam fazer um curso de direito se quiserem trilhar esse caminho profissional. Na verdade, a exigência do diploma específico é hoje uma garantia de acesso universal à profissão. Do contrário, os donos dos veículos seriam também os donos dos critérios para dizer quem poderia ou não ser jornalista (GUEDINI, 2002, p.44).

Até mesmo minimizar os requisitos profissionais que o jornalista deve ter foi argumento utilizado por aqueles que são contrários à obrigatoriedade do diploma. A pergunta de número cinco se refere aos questionamentos acerca do que é preciso para ser jornalista. Ao que responde com exemplo de qualificações necessárias ao jornalista e que seguem no texto:

Para ser jornalista, é preciso bem mais do que talento no trato com as palavras. É preciso ter um conhecimento amplo sobre cultura e legislação; uma formação sólida sobre os valores éticos que fundamentam a vida em sociedade e que consolidam as conquistas da civilização; o conhecimento das regras deontológicas da profissão, como, por exemplo, ouvir sempre as várias partes interessadas em uma disputa; uma disciplina quase que doentia para checar as informações antes de divulgá-las. Além disso, é preciso que o profissional adquira conhecimentos técnicos, necessários para entrevistar, reportar, editar e pesquisar os assuntos mais variados. Mas, para ser um batalhador da verdade, é preciso tudo isso e mais um pouco. O jornalista precisa ter condições de olhar criticamente os processos sociais, inclusive os meios de comunicação de massa. Isso permite que o profissional veja sempre de vários ângulos as questões que estão sendo tratadas e não embarque, ingenuamente, na primeira versão. O curso de jornalismo deve servir para cultivar esses valores e essas práticas nos jovens que pretendem trabalhar na profissão. Essas são as exigências para a formação do jornalista, e são importantes para que a população receba uma informação de qualidade (GUEDINI, 2002, p.44)

Esse conjunto de atribuições e atividades de natureza jornalística foram texto do Decreto-Lei 972 e assim, o diploma passou a ser o único referencial em comum para profissionais que exerciam um conjunto de atividades diversificadas que iam desde

repórter policial, assessor de imprensa ou parlamentar até comentarista esportivo, críticos literários, entre outros.

Para os líderes patronais das empresas de jornalismo, essa regulamentação e a obrigatoriedade do diploma, assim como o aumento no número de cursos de comunicação, fizeram com que os sindicatos arrecadassem mais verbas com mais jornalistas filiados. Entretanto, o que ocorreu de verdade foi que, para um crescente número de graduados em jornalismo que estavam trabalhando em atividades não jornalísticas, a defesa dos sindicatos com relação à legislação profissional tornou-se um importante referencial para afirmação de suas identidades como jornalistas profissionais dentro da sua própria classe e perante a sociedade. Uma defesa em prol de uma reserva de mercado que corroborou na formação de identidade profissional do jornalista brasileiro.

Assim se configurava a relação entre os donos da produção, os jornalistas, sua representação sindical e sua formação acadêmica. Apesar das muitas mudanças, desde a implantação do primeiro Curso de Jornalismo, chegamos ao Quinto Currículo Mínimo, que representa a base dos Cursos de Comunicação Social mais recentes, sem, no entanto, conseguir resgatar a criticada ruptura entre teoria e prática instituída pelo CIESPAL, com a figura do Comunicador Polivalente.

Esse último Currículo Mínimo foi implantado pela Resolução nº 02/84 e trouxe mudanças significativas no currículo do curso e de suas habilitações. O Parecer nº 480/83 do MEC, deu origem ao texto do novo currículo e que depois foi instituído pela Resolução nº 02/84, elaborada por uma comissão composta por três conselheiros do Conselho Federal de Educação, CFE, e por mais três professores universitários.

O documento, segundo o exposto no Parecer, apresentaria a síntese da opinião das categorias profissionais, dos discentes, dos docentes, das escolas, assim como, dos representantes dos veículos de comunicação. A busca dessas opiniões foi ao encontro do discurso que interessava não só à imprensa capitalista e aos donos da produção, como também atendia aos objetivos do Estado de controlar a formação do jornalista.

A Comissão relatora do Parecer, inicialmente composta por seis integrantes, sente necessidade ampliar os representantes e convida para compô-la uma equipe de estudantes de comunicação, IESs, entre elas podemos citar a USP, a UNB e a PUC- SP, publicitários, jornalistas e relações públicas. Os quais totalizaram vinte e um membros para a elaboração do documento. Teoricamente, com representantes de todos os segmentos interessados envolvidos, o quinto Currículo Mínimo deveria conter o consenso

e atender às necessidades de todo o conjunto de interesses da área.

As diretrizes para a elaboração desse novo currículo, como expõe o Parecer nº 480/83 do MEC continham as seguintes recomendações:

Incorporar as três áreas de conhecimento necessárias à formação: Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e da Linguagem e Filosofia e Arte; respeitar o princípio da flexibilidade do ensino; ampliar, fortalecer e especificar as matérias técnico-laboratoriais, com objetivo de reforçar as atividades de caráter prático, entendendo como tal não a prática meramente imitativa, mas a prática acompanhada da reflexão crítica sobre seu significado; recomendar aos cursos que organizem as atividades em torno de projetos, a fim de permitir a integração curricular horizontal e vertical e de se evitar a fragmentação do ensino; recomendar o rompimento da tendência à divisão rígida entre matérias teóricas e práticas; exigir que os cursos se equipem da maneira mais completa possível; incorporar ao currículo novas matérias decorrentes do desenvolvimento de novas áreas dentro da Comunicação; recomendar a articulação de uma relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer o ensino de Redação em Língua Portuguesa. (BRASIL. Parecer nº 480 de 06 de outubro de 1983).

De acordo com Moura (2002), as três áreas de conhecimento recomendadas pelo Parecer nº 480/83 do MEC e fixadas pela Resolução nº 02/84 do CFE, objetivavam o seguinte: as Ciências Sociais pretendem fazer com que o acadêmico a ser formado conheça a realidade social, através de modelos teóricos e metodológicos, e com isso desenvolva a capacidade de analisar o sistema de produção e os processos de mudança social; as Ciências da Comunicação e da Linguagem darão subsídios para o conhecimento dos sistemas de comunicação da sociedade e de interpretação dos mesmos de forma a operá-los mediante técnicas e linguagem e, por fim, a Filosofia e Arte serviriam para a compreensão dos aspectos existenciais e estéticos, assim como as reflexões sobre valores socioculturais.

As diretrizes explicitadas, se realmente fossem aplicadas, com certeza teriam resultado em estruturas curriculares melhores, no que concerne a integração entre a teoria e as atividades práticas, tal qual abordamos nesta tese, pois os conteúdos favoreceriam que o profissional de jornalismo, quando formado, tivesse conhecimentos necessários para a análise do sistema de produção e os processos de mudança social, capacidade de operar e interpretar os sistemas de comunicação e, por fim, proporcionar a reflexão ética sobre os valores socioculturais.

Todavia, o Currículo Mínimo proposto no início de 1984, conservou uma estrutura praticamente idêntica a de 1978 e, todas as mudanças de Currículo não foram capazes, por si só, de provocar transformações significativas na estrutura do ensino de jornalismo. O mesmo, também aconteceu, como veremos, no caso das

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social.

Neste quinto currículo volta a ser definida a duração dos cursos de comunicação em quatro anos letivos, podendo chegar à duração máxima de sete anos letivos. A carga horária também retorna às 2.700 horas-aula. Com relação à estrutura curricular, foram acrescentadas algumas disciplinas, outras deixaram de ser obrigatórias e passaram a eletivas, enquanto algumas foram desmembradas entre as diversas habilitações. O desmembramento ocorreu também com as disciplinas técnicas, que se tornam específicas para cada área, não mais das habilitações, mas também dos segmentos de cada uma das profissões. Essas mudanças podem ser verificadas no quadro comparativo dos currículos mínimos apresentado neste capítulo, na página 121.

Esse tira e põe de disciplinas ao longo desses quarenta anos, deixaram as IESs insatisfeitas, o Mercado de Trabalho sem parâmetros e, de maneira geral, criticando cada vez mais os profissionais formados pela falta de preparo e, lutando pela extinção da obrigatoriedade do diploma para os jornalistas. Também o corpo docente ficou a mercê de legislações que não condiziam com os próprios regulamentos da profissão e em situação de principais vilões da má formação dos jornalistas.

Entendo que as críticas foram ocasionadas não pelos Currículos propriamente ditos, mas, principalmente, pela falta de flexibilidade dada por eles. Também pelos desvios que ocorreram diante das Diretrizes que os estabeleceram. Isso pode ser mais facilmente percebido no último currículo mínimo, cujas diretrizes preconizavam uma coisa e a estrutura curricular se deu de outra forma, sem respeitar os objetivos propostos.

A categoria, logo após ter a implantação do quinto Currículo Mínimo em sua formação acadêmica, cria o seu Código de Ética. Nele, há condutas, talvez, muito mais importantes que as do próprio Decreto de 1979 que regulamenta o exercício da profissão, mas que, de maneira geral, não é debatido ou refletido pela categoria e nem mesmo por aqueles que tecem amplas críticas à profissão de jornalista. Não quero com isso diminuir a importância do Decreto de 1979, mas sim chamar atenção de todos os envolvidos no processo da produção jornalística de que é preciso estar mais atento à conduta e à responsabilidade social do jornalista.

O Código de Ética quando criado, segundo Silva, Marco (2007), tinha como proposição assegurar a subordinação do trabalho jornalístico aos deveres dos profissionais para o conjunto da sociedade. Como já apresentamos no início deste capítulo, todas as normas têm um objetivo controlador inerente. Podemos, assim, entender essa subordinação, a qual o autor se refere, como um substantivo que materializa

esse controle.

O Capítulo I do Código de Ética versa em seu artigo 1º, sobre a questão do direito à informação pública como condição de vida em sociedade. Diz ainda que, o mesmo, não pode ser impedido por nenhum interesse. Se formos analisá-lo friamente, à luz do que é constatado diariamente nos veículos de comunicação, não nos é possível dizer que este artigo é plenamente aplicado. Essa afirmação não se refere apenas aos interesses dos proprietários dos veículos, mas também ao fato do acesso à informação a todos, pois ainda não há no país, uma política que garanta a todos, igualmente, esse direito. Apesar do discurso de igualdade, a própria divisão da sociedade em classes, resultante do capitalismo, não propicia esse direito.

No Brasil, ainda há um índice de analfabetismo muito acima do aceitável, além disso, o direito a informação requer, muitas vezes, um maior poder aquisitivo. Os índices de acesso à internet, TV a cabo e mesmo TV aberta não nos deixam dúvidas de que a informação não está disponível para todos. A partir dessa premissa, podemos afirmar que a falta de acesso à informação a todos, de maneira igualitária, como o previsto no texto constitucional já analisado, configura um exercício de controle do Estado sobre a sociedade.

O artigo 2º do mesmo capítulo reza sobre a correção das informações divulgadas, e determina como dever dos meios de comunicação a publicação precisa das informações. O artigo 3º prevê que a pauta destas informações se dará pela real ocorrência dos fatos e tendo como finalidade o interesse social e coletivo, sendo que o artigo 4º diz que é uma obrigação social das instituições, sejam elas públicas ou privadas e/ou particulares, a prestação de informações que possam ser de interesse da sociedade. Finaliza o capítulo, o artigo 5º que alerta quanto a “[...] obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são delitos contra a sociedade”.

Novamente, uma análise sobre estes quatro artigos, nos permite dizer que as atividades jornalísticas, não refletem, em sua maioria, a aplicação deste Direito à Informação que todos, igualmente, teriam. Sendo que estas informações seriam corretas, regidas pelo interesse social e coletivo e, ainda, manifestadas por todas as instituições de direito público ou privado, sempre que fossem de interesse social.

Ora, é ingenuidade, acreditar que esses artigos sejam aplicados de forma irrestrita, até porque quem comanda o fluxo destas informações não é o jornalista e, sim, os proprietários dos veículos de comunicação e estes têm os seus interesses próprios, sejam políticos, sociais ou econômicos e são estes que movem as empresas jornalísticas e

não os do jornalista ou da sociedade.

O Capítulo II do Código de Ética se refere especificamente à conduta profissional do jornalista que, está prevista em cinco artigos. O Artigo 6º define o exercício da profissão como uma atividade de natureza social e de finalidade pública. O compromisso fundamental do jornalista com a verdade dos fatos e de um trabalho pautado pela apuração dos acontecimentos e precisa divulgação dos fatos é o que reza o artigo 7º. E, no artigo 8º, está previsto o resguardo das fontes de informação sempre que considerar correto e necessário.

Dos três artigos já citados e, que se referem à conduta profissional, o mais aplicado, sem dúvida, é o do sigilo da identidade das fontes, pois este está mais diretamente vinculado a uma postura do jornalista, em que pouco pode influir os proprietários dos veículos de comunicação, sob o argumento de que ao preservar a fonte, o jornalista estabelece um vínculo de confiança e fidelidade.

Este argumento ganhou espaço, principalmente, com a corrida nos anos de 1970 e 1980 pelo furo de reportagem. Hoje, apesar do furo de reportagem não ser mais a força motriz do jornalismo, conseguiu-se manter o sigilo das fontes. Contudo, é importante fazermos aqui uma análise sobre o uso indiscriminado do sigilo da fonte no jornalismo contemporâneo.

Como já mencionamos no Capítulo I, o número reduzido de jornalistas nas redações e a concorrência pelas vagas no mercado de trabalho faz com que, alguns jornalistas produzam fatos jornalísticos em que, muitas vezes, o sigilo da fonte torna-se fundamental, pois os fatos sequer existem e as fontes, por sua vez, são fictícias tais quais os fatos.

Os artigos 9º e 10º abordam os deveres do jornalista e, também, o que este não pode fazer. Em seu dever figuram oito itens que de alguma forma vêm ressaltar o que já foi mencionado em Capítulos anteriores do Código de Ética. Essa repetição deve-se à importância de que o profissional tenha um maior nível de consciência sobre a responsabilidade social da sua função. Entre eles destacamos: divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; lutar pela liberdade de pensamento e expressão; defender o livre exercício da profissão; opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão; combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação.

O dever de “[...] combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação”, é importante na nossa

reflexão acerca de alternativas não para a formação do jornalista, mas, para a sua atuação em uma imprensa mais livre, que, como temos defendido nessa tese, seria a única alternativa como emancipação ao jornalismo praticado pelos interesses do capital.

O Artigo 10º elenca ações que o jornalista não deve praticar. Entre elas destacamos as seguintes: aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria; submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação; frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate; concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual; exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha. Ora, estas ações também só poderão não ser praticadas diante de uma imprensa livre e, para que essa possa ser constituída, a formação do jornalista deverá prever essa abordagem.

Entre as atividades vetadas para o jornalista pelo Artigo 10º, não há uma sequer que não seja rotineiramente exercida pelos profissionais de jornalismo. Fica o questionamento, seria porque as escolas não ensinam o Código de Ética ou se o fazem é de forma superficial. De acordo com os princípios do direito, nenhuma pessoa pode alegar desconhecimento da Lei, desta forma não se justificaria o argumento. Entretanto, quase diariamente, o jornalista é exposto pelas empresas de comunicação a enfrentar situações em que o Código de Ética, mesmo que devidamente conhecido nas suas aulas quando estudante, simplesmente, é ignorado. A começar pelo piso salarial. Essa regulação pode até existir em São Paulo e Rio de Janeiro, estados em que os Sindicatos estão mais fortes, entretanto, não é, definitivamente, uma realidade nacional.

Posso servir-me do exemplo de uma capital com mais de 700 mil habitantes, como Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, local onde defendo essa tese. Não há em Campo Grande piso salarial para o jornalista, pelo menos não até o ano de 2008. O motivo é o de não haver Sindicato Patronal na cidade e nem no Estado do Mato Grosso do Sul. Para que haja um piso salarial é necessário que haja Sindicato dos Empregados e Sindicato Patronal. Assim cada empresa remunera os seus profissionais como lhe convém. Os demais itens, pela evidência que denunciam, tornam dispensáveis quaisquer comentários.

O Capítulo III do Código de Ética aborda a questão da responsabilidade profissional do jornalista. Trata-se de uma matéria de extrema importância para reflexões do próprio jornalista, até porque, como vimos, o seu exercício profissional sofre diversas influências que não são apenas próprias da sua ação isolada.

Segundo o Artigo 11, é da responsabilidade do jornalista toda a informação que divulga desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros. Se tomarmos como exemplo o repórter, uma das funções descritas no Decreto de 1979, é sabido que o editor, em qualquer veículo de comunicação, é responsável pela edição do texto do repórter, portanto este último torna-se vulnerável diante das modificações que possam a vir a ocorrer em seu trabalho. Sabe-se também que, um editor tem como compromisso a linha editorial do veículo que representa e, sendo assim, também, de certa forma, não está vulnerável, mas neste caso sujeitado a essa linha.

O Artigo 12 traz outra reflexão importante. Diz que o jornalista, em todos os seus direitos e responsabilidades, terá o apoio e respaldo das entidades representativas da categoria. Trata-se de um importante amparo para a atividade jornalística e, em uma análise um pouco mais sistêmica, pode-se compreender também, o motivo pelo qual os proprietários dos veículos de comunicação têm mantido uma postura contrária, não apenas ao diploma, como a toda forma de organização da categoria. Quanto mais desamparada estiver a profissão, maior será o domínio sobre a atividade jornalística pelas empresas de comunicação.

O artigo 13 aborda duas questões, a primeira sobre o favorecimento pessoal do jornalista e a segunda se refere às notícias de caráter mórbidas e contrárias aos valores humanos. Estes dois aspectos constituem tema para amplo debate, talvez até, cada um deles poderia ser objeto de uma Tese inteira. Com relação ao favorecimento pessoal do jornalista no uso das suas atribuições pessoais existe um jargão profissional que o chama de Jabá<sup>19</sup> ou Jabaculê. É fato que eles existem e que são condutas de difícil controle tanto por parte dos Sindicatos quanto por parte das próprias empresas de comunicação.

Com relação à publicação de notícias de caráter mórbidas ou contrárias aos valores humanos, como as que visam despertar o caráter sensacionalista, como por exemplo: violência sexual, tragédias, entre outras. É até surreal o Código atribuir essa responsabilidade ao jornalista, pois se observarmos a imprensa sensacionalista e mesmo, a imprensa dita séria, encontraremos todos os dias, não só em pauta, como estampadas nas primeiras páginas notícias com esse caráter. Faltariam prisões no país

---

<sup>19</sup> Algumas relações entre jornalistas e os assuntos de suas matérias chegam a ser promíscuas, principalmente quando as fontes e personagens oferecem benefícios materiais em troca de exposição na mídia, publicidade ou elogios. Na maior parte das vezes, porém, este tipo de "propina" ou "suborno" ocorre tacitamente, veladamente, para evitar que alguma das partes seja formalmente acusada. Uma maneira comum de oferecer esta troca é enviar presentes ao responsável pela matéria. No Brasil, esta prática de suborno implícito é chamada pelo jargão jabaculê ou simplesmente jabá. O jabá ocorre

para punir os jornalistas, caso condenados por estas publicações.

Também, não quero com isso dizer que devemos fechar os olhos à relação do jornalista e seus entrevistados. O fato existe e merece uma reflexão, mas não pode ficar restrito a sanções aos jornalistas e, nem que estes, ao lerem a seu Código de Ética tenham a sensação constante de que o estão infringindo.

A imprensa capitalista é a grande responsável por esse tipo de notícia, uma vez que atrai a atenção do público, não pelo caráter de interesse público e, sim pelo poder apelativo que estas notícias têm sobre a população. Não é do domínio do jornalista publicar ou não esses fatos mórbidos, mas as alternativas na formação do jornalista devem ser mostradas para que ele possa ter a liberdade de escolha por uma imprensa mais livre e, portanto, mais voltada aos reais interesses públicos.

O Artigo 14º refere-se aos deveres do jornalista. Deveres estes que vemos também, com certa frequência, serem menosprezados ou pior desprezados. O primeiro item diz que é dever do jornalista “[...] ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas”. Isso nem sempre ocorre e, o que é mais grave, muitas vezes de forma intencional.

Quando se trata de denúncias graves e que podem render suítes<sup>20</sup> nas próximas edições, é rotineiro que os jornalistas tentem entrar em contato com o acusado, minutos antes do fechamento da edição e, não o encontrando, publicam a matéria com a ressalva: fulano foi procurado pela redação e não foi encontrado. Uma prática totalmente antiética, questionável e que não é considerada por nós jornalistas que, na rotina estressante das redações, acabamos por achá-la normal.

Podemos dizer que o inverso também ocorre com frequência, uma vez a notícia divulgada e constatada sua falha ou tendência em dar maior espaço para uma das partes, cabe o famoso Direito de Resposta, que infelizmente não é levado a sério pelos veículos de comunicação, como deveria ser. Esse Direito, no geral, fica reduzido a pequenas notas nos rodapé dos impressos ou em breves chamadas nos jornais televisivos ou radiofônicos.

Não podemos observar a mídia com olhares inocentes e sem uma visão crítica, sabendo que a própria mídia não tem contribuído para que essa criticidade se dê, uma vez que, a formação da opinião depende dos conteúdos divulgados, na grande maioria, por essa própria mídia, que como já vimos tem a função de *agenda setting*, já

---

freqüentemente com críticos e no Jornalismo Cultural.

<sup>20</sup> No jargão jornalístico, suíte (do francês *suite*, seqüência, série) significa retomar um assunto, perscrutar seus desdobramentos, a fim de transformá-lo outra vez em notícia.

explicada na introdução deste relatório.

Ainda no Artigo 14, o seu segundo item aborda a forma como o jornalista deve tratar as pessoas mencionadas nas informações que divulgar. Dentre o estabelecido, reza que ninguém é culpado até que seja julgado. Já os Artigos 16 e 17 parecem jamais ter feito parte do Código de Ética do jornalista. O primeiro diz que “[...] o jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social; e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias”. E por fim, o segundo aborda o dever do jornalista quanto à preservação da língua e da cultura nacional.

Na verdade, não é que não sejam cumpridos pelos jornalistas, mas pela própria imprensa capitalista que não tem interesse na vontade da maioria e nem em respeitar os direitos das minorias.

O interesse é o da classe dominante, detentora do poder econômico e político. No caso do respeito à Língua e da Cultura Nacionais, como já vimos na história da formação da imprensa nacional, absorvemos padrões e a cultura norte-americana e, junto com essa absorção o uso de estrangeirismos, sobretudo, nas matérias de economia e tecnologia, além do mais grave, os jornalistas cada vez mais despreparados, não têm sequer o domínio da nossa língua quanto mais a capacidade de preservá-la.

O Direito de Resposta é matéria do Artigo 15 do Código de Ética e prevê que o veículo de comunicação deve permitir a resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções. O Código de Ética dos Jornalistas brasileiros, em vigor desde 1987, prevê como punições desde advertência até expulsão do sindicato respectivo.

Com o objetivo de evitar processos judiciais, os proprietários dos veículos de comunicação, atualmente, mantêm um responsável jurídico para adequar textos que possam difamar; caluniar e injuriar pessoas. É importante ressaltar que a maior preocupação destes proprietários não é a observância do respeito recomendado para o trato com os aspectos sociais e democráticos do direito do indivíduo, mas porque os processos judiciais saem muito caros e danosos financeiramente para os veículos de comunicação e sua imagem.

O Direito da Sociedade à informação de maneira igualitária e sem outros interesses que não o público só será possível a partir de um conjunto de ações que não se limitam apenas a uma maior regulamentação aos veículos de comunicação, como ocorre em outros países, mas também pela possibilidade de criação de uma imprensa

alternativa que faça frente à grande imprensa e possa formar uma identidade profissional do jornalista que, por longas décadas permaneceu amparada apenas na obrigatoriedade do diploma e que agora, diante do fato irrefutável que não permite mais essa exigência, precisa encontrar um novo caminho.

Contudo, para que esse novo caminho possa ser traçado, é importante que façamos uma análise sobre qual foi a conformação desse profissional ao longo da história de sua formação e sobre o controle exercido sobre a sua formação. Entendendo assim, todo o cerco que envolve o controle sobre a atuação profissional do jornalista. Controle esse que envolve os contextos sociais e históricos sobre a imprensa e o jornalismo que vimos no Capítulo I, legitimados por uma Legislação analisada no presente capítulo e que ganha contornos em sua formação acadêmica que, por sua vez, também conforma uma Legislação específica.

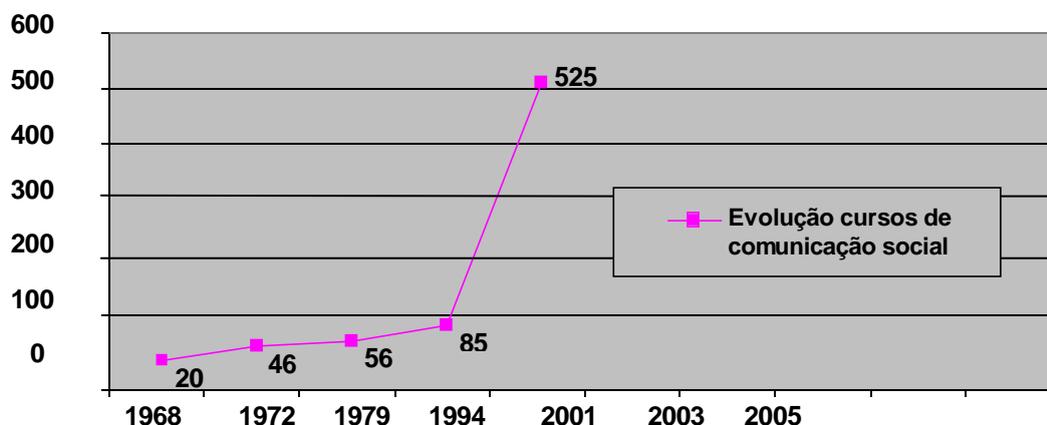
Assim como a Legislação que regulamenta a profissão aponta para o controle que se pretende através desta, as direções em que se desenvolveram a formação acadêmica do jornalista também têm o mesmo objetivo. Entretanto, a crítica não pode ficar restrita às legislações que instituíram os Currículos Mínimos e por último as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Para Caldas (2003) a grande expansão dos cursos de Comunicação Social no Brasil a partir de 1994, de forma totalmente desordenada, também, é um dos fatores que contribuíram para a queda na qualidade do ensino.

A curva ascendente dos cursos de Comunicação Social, acentuada na década de 90, revela-se crítica num curto período de apenas três anos, de 1998 a 2001, coincidindo com a “abertura” das comportas na área empresarial do ensino privado, devido à filosofia do Ministério da Educação em expandir vagas no ensino superior. Como a capacidade de expansão de vagas nas escolas públicas é limitada, cabe ao ensino privado ocupar esse espaço (CALDAS, 2003, p.23).

Para se ter uma idéia dessa expansão desenfreada, um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação, ABEPEC, de 1968 a 2001, mostra que a curva ascendente salta de 20 cursos em 1965 para 525 em 2001, sendo que a maior curva se concentra no período de 1994 e 2001.

Gráfico 01 -Evolução dos Cursos de Comunicação Social



A chamada mercantilização do ensino não é uma tendência recente, ela já nos acompanha há mais de três décadas, entretanto, nesta última década foi acentuada e também é uma das grandes responsáveis pela falta de qualidade nos cursos superiores de maneira geral. A educação superior tanto pública quanto privada sofre hoje uma reorientação influenciada pela lógica do mercado e assim a formação superior perde a função de bem público e passa a ter uma condição de prestação de serviço.

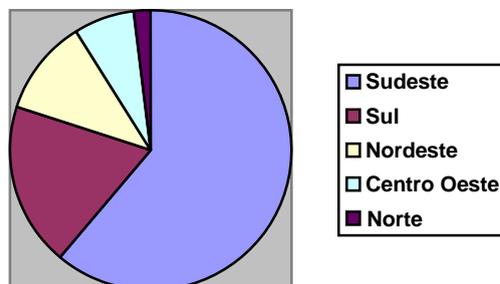
De acordo com Scremin, L.; Martins, P. (2005) esse processo se dá com a necessidade de expansão do capital para setores econômicos que ainda não se organizavam sob a lógica de produção capitalista. Podemos afirmar que esse processo ganhou ainda mais forma com as políticas neoliberais que têm suas bases no livre mercado e, como consequência, impulsionam para as privatizações.

Caldas (2003) considera que o grande problema da ausência de qualidade no ensino ainda reside, principalmente, “[...] no tamanho das turmas, que variam de 60 a 80, em escolas particulares” (CALDAS, 2003, p.17). Para ela, o argumento de que as conferências ou palestras ministradas em escolas norte-americanas para até 500 alunos, em que apenas o convidado expõe o seu ponto de vista, não é válido para o modelo de educação brasileira. Ela justifica que ainda é preciso estimular o debate para ampliar a capacidade analítica dos alunos, diferentemente do modelo americano que propõe que os alunos devem apenas ouvir.

O crescimento desordenado não se deu apenas no âmbito da quantidade, mas também na distribuição desses cursos no território brasileiro. A pesquisa da ABEPEC constatou que a maior concentração dos cursos de Comunicação Social está na região Sudeste, com 61%. Depois vem a região Sul, com 19%. Assim, estas são responsáveis

pelo oferecimento de 80% dos cursos em território nacional.

Gráfico 02 - Concentração Geográfica dos Cursos de Comunicação Social



Esse cenário vem mudando um pouco com uma maior regionalização da mídia. As Regiões Nordeste e Norte apresentam uma demanda crescente para o Curso de Comunicação Social, fato que, nas Regiões Sul e Sudeste, vêm ocorrendo de forma inversa, há hoje mais oferta de vagas que demanda. O resultado são IESs particulares deixando de oferecer turmas ou juntando as habilitações ainda mais do que o já previsto nos projetos pedagógicos, com o objetivo de garantir um número mínimo de alunos por sala e assim viabilizar economicamente a abertura das turmas. Com isso acabam por prejudicar ainda mais a qualidade dos cursos.

Até chegarmos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social, o Currículo Mínimo, em todas as suas versões, sofreu ao longo de quatro décadas críticas das representações de todas as áreas ligadas à comunicação. Todas essas críticas geraram a necessidade de uma maior reflexão sobre o que estava ocorrendo com o ensino de Comunicação Social no país. Marques de Melo (1986) critica o Currículo Mínimo pela sua enorme instabilidade, pois praticamente de cinco em cinco anos, em média, o currículo sofreu alterações.

O autor afirma que a falta de flexibilidade do Currículo Mínimo tirava da academia toda e qualquer mobilidade para uma intervenção necessária. Até mesmo as IESs afirmavam, segundo Pasquali (1987), que todas as reformulações promovidas pelos Currículos Mínimos foram incapazes de ocasionarem mudanças reais e transformações relevantes na estrutura do ensino.

Pós CIESPAL, ocorreram várias formas de controle na formação acadêmica do jornalista até se chegar ao debate atual em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social, que norteiam, ou pelo menos pretendiam nortear, os cursos de Comunicação Social no país. Há a necessidade, neste momento, de

pontuar nossa visão nesta tese com relação a estas diretrizes que estão alicerçadas em objetivos políticos e econômicos do Estado e da Classe dominante e que não têm como objetivo a qualidade da educação.

Como diz Leão (2003), as proposições gerais para a formação universitária apoiada pelo Ministério da Educação, contrárias a formação generalista e promotora de uma especialização precoce, se baseiam nos paradigmas defendidos pelos organismos internacionais. Estes se posicionam em “[...] defesa dos interesses e proposições para a difusão e manutenção da ordem econômica e política do mundo globalizado e suas divisões inerentes de mercado produtor e consumidor”. (LEÃO, 2003, p.114).

Essas e outras formas de controle, em específico, sobre a formação acadêmica do jornalista, vão desde a interferência de objetivos políticos específicos com relação à educação no Brasil; perpassam por questões da má formação no ensino fundamental e médio que acarreta universitários sem embasamento mínimo para os conteúdos dos cursos de graduação. E chegam até mesmo, ao excesso de cursos de graduação em Jornalismo oferecidos no Brasil.

Uma das primeiras contradições que se configuram na educação jornalística é a formação do docente dos cursos de comunicação. Como a formação universitária do jornalista se dá através do bacharelado e não das licenciaturas, são os mesmos cursos de graduação que formam o jornalista, que também formam os professores destes cursos. Dessa forma, os dirigentes das IESs, assim como os coordenadores de curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e todo o corpo docente precisam refletir sobre o papel do curso para a prática docente.

O professor dos cursos de Comunicação Social, mesmo depois de concluir uma pós-graduação, teve suas bases teóricas acerca da profissão originadas na graduação. Logicamente, essa formação será complementada através dos cursos de pós-graduação, de experiências profissionais, em pesquisas e leituras, todavia a base para que este possa futuramente optar pela docência tem que ser dada na graduação.

Atualmente, o que tem ocorrido, de maneira geral, aos docentes dos cursos de jornalismo, é a escolha da docência por falta de outra opção na grande imprensa ou então como uma segunda atividade e, não como uma preferência. Esse fato resulta em professores despreparados que, muitas vezes somente com a graduação e, alguns oriundos dos veículos de comunicação, com formação em áreas distintas, tomam como base para suas aulas a reprodução das atividades desenvolvidas na mídia e nas assessorias.

Não há base teórica e o conhecimento especializado acaba por formar

profissionais acríticos com relação à mídia e ao jornalismo atual. A formação docente tem que ser refletida no sentido de qualificar melhor os professores. Se a graduação como bacharelado não permite essa qualificação os cursos de pós-graduação devem suprir essa deficiência.

Todavia, não apenas a formação do docente dos cursos de jornalismo se constitui um ponto a ser refletido. Ao longo de toda a história do ensino de jornalismo no Brasil pode-se observar que muitas são as preocupações concernentes aos Cursos de Comunicação Social e, estas mudam de acordo com os contextos políticos e econômicos em que se constituem os meios de comunicação, mesmo que o fim seja o mesmo: os interesses da classe dominante.

O Curso de Comunicação Social no Brasil absorveu conteúdos teóricos das ciências humanas e das ciências sociais e políticas, entretanto, essa absorção deu-se sem que proporcionasse um desenvolvimento crítico necessário e com conteúdos superficiais.

O espaço para as disciplinas técnicas são maiores que os destinados ao estudo da sociedade em que o profissional irá atuar. Dessa forma, este não consegue ter uma atitude de construção, tornando-se reprodutor das atividades laborais, tais quais são praticadas pelo mercado de trabalho.

Na atualidade, principalmente nas Instituições de Ensino Superior privadas, têm-se a preocupação constante de que o ensino acompanhe o uso das novas tecnologias da comunicação e da informação que são utilizadas para a produção midiática, como novos programas de computação, ilhas de edição digitais, rádios digitais, entre outros. Para isso, investem em equipamentos e softwares e, a formação teórica superficial é posta de lado definitivamente, direcionando quase todas as atividades de ensino às técnicas da profissão, demonstrando assim, que estão preocupadas com a absorção desse profissional pelo Mercado de Trabalho.

Entretanto, ocorre que, em sua maior parte, os proprietários dos grandes veículos de comunicação, são contrários à formação universitária do jornalista e sempre defenderam a extinção da exigência do diploma de jornalista. Esta é a posição, por exemplo, da Folha de S. Paulo, Organizações Globo e do O Estado de S. Paulo, apesar de que alguns deles tecem seus discursos fazendo apologias às Universidades.

A experiência no ensino de Jornalismo no Brasil é considerável, afinal desde a década de 1940 já tínhamos instituído o Curso de Jornalismo em nível do Ensino Superior. Apesar disso, ainda temos um corpo docente pouco titulado, sem muita preocupação com a produção científica, discutindo minimamente as estruturas

curriculares e, muitas vezes, reféns das exigências do Mercado Profissional no que tange ao conteúdo de suas disciplinas, adaptando-as ao que abrange a expectativa dos veículos de comunicação com relação à formação do jornalista. Mesmo tentando formar o profissional-modelo, esperado por esse Mercado, este último não se satisfaz com o ensino de jornalismo como está hoje estruturado.

Essa contradição é bastante complexa, pois, de um lado temos as IESs particulares tentando formar profissionais para o mercado de trabalho que, por sua vez os rejeita dizendo-os despreparados. De outro temos as IESs públicas que tentam formar profissionais mais críticos e que também são rejeitados por esses mesmos veículos.

Na verdade, os donos da produção não conseguem traduzir o profissional pretendido, pois querem, ao mesmo tempo, que esse acadêmico venha preparado dos cursos de graduação tanto do ponto de vista técnico como tenha capacidade analítica; (logicamente esta apenas voltada para a sua linha editorial, resultando em uma sujeição do profissional) de lingüística e de linguagem, um grande problema enfrentado pelos cursos de jornalismo, sobretudo, pelos particulares que, como vimos, oferecem um processo seletivo falho.

Isso pode ser facilmente explicado se analisarmos a seguinte postura por parte da imprensa capitalista: o ensino superior que se posiciona dessa forma é o que já desistiu de colaborar com a inteligência do país. É de fato um formador de mão-de-obra para o capital e, este como se efetiva com competência e agilidade nas alternativas para aumentar a mais valia, não aceitará que o ensino superior forme adequadamente os seus trabalhadores. Estes, bem formados, serão os primeiros que os criticarão e se forem mal formados, exigirão investimento em treinamentos para o desenvolvimento de suas capacidades de operar os caros instrumentos do capital

Assim, de um lado temos nas universidades públicas uma forte capacidade intelectual, mas sem a infra-estrutura que permita o experimento necessário a fim de proporcionar a inter-relação teoria-prática. Do outro lado, nas IESs privadas temos a infra-estrutura necessária, laboratórios com os melhores equipamentos e não temos um corpo intelectual dedicado ao desenvolvimento dessas atividades.

A contradição que se visualiza nesse aspecto, explica que as IESs, sejam elas públicas ou privadas, não estão dando conta, como provedoras de recursos humanos ou materiais, para a formação de um ambiente que possa propiciar ao estudante a possibilidade do experimento, da práxis, de conseguir de fato a inter-relação entre teoria e prática que atenda os interesses da imprensa capitalista.

Não que esse deva ser o objetivo, muito pelo contrário, entretanto esses fatores têm sido responsáveis, em grande parte, pela crítica tão recorrente sobre a má formação dos profissionais de jornalismo. Uma vez que quem detém os meios de divulgação dessa crítica são os próprios veículos de comunicação, e estes, logicamente, o fazem em seu benefício, formando uma opinião pública de acordo com os seus interesses, ou seja, contrária à obrigatoriedade do diploma.

Uma das responsabilidades que está entregue diretamente nas mãos das IESs, refere-se à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, propostas para os Cursos de Comunicação Social e suas habilitações. Estas preconizam que o ensino de comunicação deve primar não apenas pelas técnicas da boa redação, mas, principalmente, pelo papel social deste profissional, que é formador da opinião pública e contribui de forma direta para a composição dos valores e comportamentos de toda a sociedade onde está inserido.

Essa concepção apesar de descrita pelas DCN para os Cursos de Comunicação Social não é efetivada, de maneira geral, na aplicação dos Projetos Pedagógicos dos cursos e, muitas vezes se restringe a constar no texto desses Projetos, entretanto, não saem do papel. Por outro lado, o governo, enquanto órgão fiscalizador da educação é falho, muitas vezes, age apenas para tornar pública uma postura fiscal, pois também não tem interesse de confronto.

Esse modelo de ensino preconizado pelas Diretrizes poderia ser atendido com êxito se houvesse uma maior atenção às atividades laboratoriais, de extensão e pesquisa, que pudessem em consonância com o ensino teórico, desenvolver atividades voltadas para a função social do jornalismo. É importante ressaltar aqui que a função social do jornalismo não deve ter caráter filantrópico ou assistencialista, como muitos confundem, o papel social do jornalista está na direção da educação, da informação, da prestação de serviço público, enfim, de ampliar a oportunidade de acesso à informação e à reflexão.

Em um diagnóstico apresentado por Marques de Melo (1991) acerca das dificuldades pedagógicas enfrentadas pelas Escolas de Jornalismo, são apontadas inúmeras falhas. Estas, por sua vez, estão vinculadas a problemas que vão desde os didáticos e metodológicos, perpassam pelas complexidades dos modelos universitários e chegam aos currículos inadequados. Assim, como na fragilidade das avaliações tanto para seleção quando para o desempenho no ensino/aprendizagem.

A formação básica pouco consistente do ingressante nos cursos de graduação, que não oferece possibilidades de cumprir um currículo universitário, são fatores apontados no diagnóstico. Aliás, esse é o discurso de defesa das IESs, principalmente das particulares, que também em outro processo histórico contraditório, recebe os alunos das escolas públicas, em sua grande maioria.

Esse fato é real, entretanto, essa crítica das IESs particulares ao ensino fundamental e médio das instituições públicas não pode ser utilizada de forma irresponsável para justificar a má qualidade do profissional que está formando, quando se vê diante de resultados ruins em avaliações externas, como é o caso do Exame Nacional de Cursos, ENADE<sup>21</sup>.

Os donos das IESs particulares não podem simplesmente responsabilizar o ensino público, pois o problema não é só consequência deste, mas, também de suas próprias seleções falhas que aprovam alunos despreparados em função das suas reais intenções, ou seja, o acúmulo de capital.

Não tenho como proposta criticar ou defender o ENADE ou qualquer outro instrumento de avaliação do ensino superior. Mas o fato é que, algumas discussões se tornam fundamentais nessa análise, principalmente, no que se refere às IESs diante dessas avaliações. Uma das discussões é a de que, não as avaliações em si, mas sim os resultados destas, tornados públicos com ampla divulgação da imprensa, fez com que o desempenho dos seus estudantes no ENADE se transformasse em indicador de qualidade para estas instituições de ensino. Esse fato, de alguma forma, está pelo menos tirando as IESs particulares da zona de conforto em que se encontravam desde a expansão do ensino superior privado.

Entretanto, como sempre, o acúmulo de capital dita às regras num processo de mercantilização do ensino. As IESs particulares têm ao invés de melhorar a qualidade do ensino, transferido aos alunos a responsabilidade de obterem um bom desempenho nessas avaliações e, assim o ENADE passou de instrumento de avaliação, digamos falho, para indicativo publicitário para os vestibulares das IESs.

Essas dificuldades foram discutidas no Encontro Nacional em Defesa da Qualidade do Ensino de Comunicação (ENDECOM) de 2006, durante a Conferência Inaugural, proferida pela professora Eunice Durhan, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP. Durhan (2006) acredita que uma das grandes

---

<sup>21</sup> O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

dificuldades em se cumprir a proposta pedagógica de um curso de graduação, seja em qual área for, é o despreparo do alunado que ingressa no ensino superior, apesar dos processos seletivos.

Para Durhan (2006), o desenvolvimento do conhecimento deve ser uma seqüência natural do ensino médio para o ensino superior. Ocorre que não há como o ensino superior, no conceito de Trabalho Produtivo para Marx, permear essa seqüência, uma vez que não é oferecida bagagem anterior suficiente que, permita essa continuidade natural.

Segundo Saviani, as escolas, aqui no caso específico as IESs, estão voltadas "[...] para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber" (SAVIANI, 1991, p. 23). Mas a questão permanece: como oferecer os instrumentos para o saber produtivo se os instrumentos da escolarização anterior não foram oferecidos ou pelo menos não foram apreendidos?

Temos ainda a discussão sobre o fato de que os valores impostos à educação, por meio da mercantilização do ensino, diretamente no ensino privado e indiretamente no público, atendem plenamente os discursos do poder hegemônico. O governo, em suas ações e em parceria com a iniciativa privada, passa a promover a inclusão social, através da educação-mercadoria e, assim, efetiva sua falsa ideologia de que todos são iguais, têm direitos e deveres idênticos e equiparados na forma da Lei.

O controle implícito e inerente a esse processo não deixa margens para possibilidade de emancipação. Em analogia à análise que fizemos sobre o controle na imprensa, podemos constatar que esse domínio se dá idênticamente através da educação.

A prática docente também sofre a interferência do controle. Soares (2003), ao analisar as práticas docentes dos professores de jornalismo e suas principais dificuldades, acaba nos oferecendo um rico material que expõe o controle exercido sobre essa prática e, principalmente, como esse controle é percebido e acatado ou rechaçado pelos docentes.

Nesse sentido, vamos iniciar uma análise sobre depoimentos colhidos por ela e publicados em artigo sob o título: “Com a palavra o professor” (SOARES, 2003, p.82). A autora, denominou-os como professor 1, professor 2, [...], professor 16. Pudemos identificar, em trechos de vários depoimentos, o controle muitas vezes explícito, assim como as tentativas de emancipação a este. Os exemplos podem ser observados a seguir. O professor 2 diz que “[...] tudo é aprendido sim [...] Na relação com os alunos você aprende [...] na relação com os colegas também [...] agora na relação com a

instituição, pela visão de ensino da instituição, eu aprendo o que eu não quero ser como professora”. (SOARES, 2003, p. 83). Ela justifica essa visão dizendo que o que eles (a instituição) querem como formação do aluno não é a visão que ela tem. E completa: “[...] infelizmente, a visão da instituição é assim, do certinho, do que tem que ser, da nota no final, do pagamento no final, do que se espera que a pessoa saiba, do que o mercado quer para eles, do que dá dinheiro” (SOARES, 2003, p. 83).

O professor 7 fala sobre a questão do espaço formal de aprendizagem: a sala de aula e do espaço informal: a cantina, o pátio, entre outros. “Foi num desses espaços que surgiu o Festival de Vídeo, o grupo teatral, (...). eu acho que dá muito certo, sobretudo, nessa instituição porque ela ainda não deu conta disso, não encampou como idéia dela”. Depois volta ao assunto para dizer que “eu acho que se a instituição homologar esse espaço, referendar, enfim, oficializar, ele não vai ser mais a mesma coisa. Porque aí ela já vem com aquele ranço, com aquela coisa do controle, entendeu?” (SOARES, 2003, p.87).

O mesmo professor novamente expressa esse controle ao abordar o trabalho do corpo docente do curso de jornalismo, ao dizer: “[...] acho que os professores têm conseguido se sair bem, com toda a resistência, toda a censura, com todo o sistema de controle mesmo [...]. Eu acho que esse grupo tem conseguido, embora haja todos os senões”. (SOARES, 2003, p.87).

Esse mesmo professor que critica o controle exercido sobre a prática docente pela instituição de ensino, nos traz a tática que utiliza para impor suas opiniões diante dessa organização que o oprime. E, de maneira interessante, usa as profissões de jornalista e de professor, para efetivar essa tática.

Eu não acho que a gente seja nem só jornalista, nem só professor. Eu acho que a gente tem as táticas. Quando você precisa provar para a direção da faculdade que os alunos precisam ser questionadores, você fala – Como é que eu vou formar alunos que vão ser jornalistas se eles não podem nem perguntar aqui dentro? Eu acho que é uma estratégia, uma tática e a gente vai lá e lança mão da “plaquinha” de jornalista põe no peito e fala isso. Ao mesmo tempo, quando a gente tem que colocar a faculdade pra refletir sobre alguma coisa – eu acho que ele não tem que aprender só o lide por causa do provão, ele tem que aprender a refletir, a gente põe a “plaquinha” de jornalista do lado, põe no peito a “plaquinha” de professor e fala: - a gente tem que refletir sobre isso. A bem da verdade, eu penso o seguinte: ou a gente é as duas coisas ou a gente não é nem uma nem outra, elas já se misturaram” (SOARES, 2003, p.89. Grifo do autor).

O professor 8 diz que para fazer o seu trabalho não leva mais “a ferro e fogo as normas da faculdade como levava antes. Até porque tem coisas que a instituição realmente propõe, coisas que ela exige, que são completamente incompatíveis com a realidade que você tem dentro da sala de aula”. E depois ainda completa para justificar os motivos pelos quais não segue as normas: “Muita coisa que a instituição passa, são coisas pra regular os comportamentos, pra engessar os professores e alunos” (SOARES, 2003, p.90).

O depoimento do professor 10, reforça a mesma estratégia do professor 7, sobre o uso de ser jornalista para fugir do controle da instituição e apresentar o seu ponto de vista.

Nós jornalistas somos indóceis quando sentimos amarras, não é? Então, no colegiado, óbvio, a gente está dentro de uma instituição particular, existem donos aqui dentro, são donos, e eles querem que as coisas às vezes sejam assim e não assada e, nessa hora é melhor dizer que somos jornalistas, porque já é do nosso perfil fugir das amarras. [...] – Olha, nós somos jornalistas e o jornalista é isso, aquilo e aquilo e nós estamos tentando formar jornalistas. [...] Às vezes convém dizer que sou jornalista, sou anárquico, sou aquele que ... convém (SOARES, 2003, p.91).

O professor 10 embute ainda no seu depoimento outro fator de interesse para a nossa análise e que se refere a um questionamento sobre o projeto da instituição. Ele diz que o papel aceita tudo, mas são os professores que têm um projeto interessante que é o da contestação, “[...] um abrir de olhos, que não se dá no colegiado, que se dá dentro da sala de aula” (SOARES, 2003, p.91).

Os depoimentos dos professores colhidos por Soares (2003) são riquíssimos e trazem, a cada ponto de vista uma revelação sobre as relações entre docente, discente e instituição que configuram a mediação do controle sobre a formação do jornalista e, conseqüentemente, sobre sua atuação profissional. O professor 12, por exemplo, fala sobre o manual do professor da faculdade e diz que “[...] ele foi feito pra acabar com o professor” (SOARES, 2003, p.92). Fala que para fugir às regras da instituição para a relação professor-aluno, os professores acabam se aproximando dos alunos. E completa com uma afirmação ainda mais indicativa das conseqüências da mercantilização do ensino: “[...] O professor, pelo fato de ser mais amedrontado, ele tem uma relação mais próxima com o aluno. Porque ele sabe que é ali que ele se segura” (SOARES, 2003, p.92).

Essa relação descrita pelo professor mostra a insegurança do docente dentro das instituições de ensino particulares, espaço no qual, o aluno, como cliente, é que define se aquele professor é bom ou não para permanecer fazendo parte do quadro funcional daquela organização. Mais um problema trazido pela mercantilização do ensino à cultura educacional privada no Brasil.

Esses problemas enfrentados pela educação superior vão desaguar no mercado de trabalho que recebe esse profissional com severas críticas à sua formação, como se esta deficiência fosse exclusiva dos Cursos de Graduação. Conforme explicita SCHUCH (2002, p.31)

[...] não havendo suficiência através da formação universitária, o graduado desempenhará no mercado de trabalho o que aprendeu no "ensino possível" (período profissionalizante), reproduzindo os conhecimentos adquiridos via experiência profissional dos professores e reforçando a relação causal. Isto mostra a ascendência e a importância do mercado de trabalho no ensino, mas mostra também – e é isso que nos importa – a fragilidade da formação, já que esta, no que tem de estrutura profissional, se dá através de partes extra-universidade, numa situação onde os conhecimentos apenas transitam, mas não se desenvolvem. As empresas jornalísticas, não recebendo acréscimo de conhecimento dos cursos, além do que já dominam, buscarão apoio em outras áreas da universidade para sua expansão, melhoria e inovação, como também em outros profissionais. (Grifo do autor).

Essas dificuldades constituem, em suma, os principais desafios a serem superados pelos Cursos de Comunicação no país, tanto na rede privada quanto na rede pública. Torna-se quase que impossível articular os conteúdos de forma que o conhecimento construído faça sentido às demandas da sociedade brasileira, ofertando ao acadêmico, diretrizes políticas e pedagógicas que possam efetivamente contribuir para a sua formação.

Sabemos que a prática jornalística, permanentemente, esteve associada às tecnologias do seu tempo, pois a velocidade de noticiar os fatos e acontecimentos sempre foram metas e sinônimos do bom jornalismo que esteve vinculado à rapidez das informações, assim como à atualidade das mesmas.

As mídias diversificaram-se e hoje compõem uma nova era tecnológica que, na verdade, teve seu início no Brasil com o rádio, na década de 20, século XX e foi massificada, a partir dos anos de 1950, com a chegada da televisão ao Brasil. Depois, com o advento da internet, houve e, ainda persiste, uma revolução na produção jornalística onde tempo e espaço ganham um novo sentido, ainda de maior velocidade e menor distância. Criam-se assim, novos conteúdos, novas formas de produção e de interação.

Genro Filho (1987) afirma que o jornalismo é uma forma específica de apreensão da realidade e, em virtude disso, os fatos estão interligados ao fluxo objetivo dessa realidade, mediados pela singularidade, particularidade e universalidade. É uma percepção do jornalista enquanto sujeito que divulga os fatos de uma determinada sociedade, acoplando a esta visão determinantes culturais, políticos, econômicos e obviamente direcionados pela linha editorial do veículo que representa.

Nesse sentido é importante que as IESs ofereçam condições de trabalho ao seu corpo docente para que este possa transmitir ao acadêmico, no processo de ensino e aprendizagem, elementos que embasem uma reflexão social, política e econômica de maneira que esse futuro profissional possa, de fato, ser instrumento formador de uma futura opinião pública. Assim, o acadêmico poderá compreender que o contexto histórico e a produção jornalística são ações sociais e se surgem predeterminados o são em função dos interesses do capital. Esse nível de consciência é necessário para que possa haver possibilidades de contraposição.

Caso não haja pelo menos a conscientização da sua submissão e do controle, não haverá também qualquer possibilidade de transformação e emancipação. Isso só pode ser possível com uma compreensão crítica da sociedade em que o indivíduo está inserido e, sem dúvida, essa possibilidade se dá através de uma perspectiva teórico reflexiva.

Por isso é que reforço que o tecnicismo exacerbado cria um discurso que não dá conta de promover a evolução da comunicação e da informação em qualquer que seja a mídia utilizada. Ou seja, se o jornalista aprender as técnicas profissionais sem uma capacidade analítica, os discursos produzidos continuarão sendo os mesmos da imprensa capitalista e não haverá oportunidades que objetivem a função social do jornalismo, esta voltada para a prestação de serviço e o interesse público da sociedade.

Embora um diagnóstico do ensino de jornalismo possa parecer fácil se analisado de forma superficial, torna-se muito complexo ao se percorrer os meandros da formação do docente de jornalismo, suas dificuldades e deficiências, como veremos adiante. Essa formação universitária dos jornalistas evidencia alguns indicadores que podem ser os principais componentes das dificuldades enfrentadas pela área no Brasil. Eles variam entre a dicotomia da teoria com a prática; a falta de credibilidade e até desprezo do diploma pelo mercado de trabalho; currículos incoerentes; formação não integral em jornalismo, à medida que a formação em Comunicação Social amplia conteúdos e não foca nos objetivos específicos da profissão de jornalista.

Essa relação entre causa e efeito pode ser constatada em um indicador, já citado, de que os cursos de graduação é que formam os seus próprios professores de jornalismo. Apesar de que, na década de 1980, na resolução 02/84, do Conselho Federal de Educação era previsto que os professores das disciplinas específicas deveriam ter no registro profissional três anos de experiência na área da sua habilitação, atualmente, após as Diretrizes Curriculares Nacionais não há mais essa exigência. Assim, apesar da exigência da pós-graduação para ministrar aulas, onde deveriam aperfeiçoar os seus conhecimentos, os professores, em sua grande maioria, adquirem a sua formação na graduação e no mercado de trabalho.

Atualmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social se omitem com relação à exigência de experiência profissional na área e do registro profissional como jornalista para ministrar aulas. E, apesar da Legislação exigir do docente do ensino superior, no mínimo, formação em cursos de especialização, nível *Lato Sensu*, de acordo com o Censo realizado pelo MEC, o número de graduados em atividades de docência ainda é muito significativo, chegando a atingir, em determinadas regiões do país, mais de 50% do corpo docente do curso.

No documento intitulado *Sursum corda*, Gomes (2001), representante da Área de Ciências Sociais aplicadas I na Capes, em resposta as críticas à avaliação trienal dos programas de pós-graduação em Comunicação, diz:

De fato, há programas na área em que ocorre, mais do que em outros, o fenômeno que poderia ser chamado de deslocamento disciplinar. (...) Que novidade há em consideramos que os fenômenos da comunicação midiática e da cultura de massa constituem o objeto próprio da área de conhecimento? Que formamos senão profissionais dos processos técnicos da comunicação (que se estendem numa faixa já consideravelmente extensa que vai desde a comunicação organizacional e em meios alternativos até a comunicação e a cultura de alcance massivo). (...) Uma graduação pouco inseminada e pouco sedimentada pela pós-graduação, cuja cabeça está nas nuvens das ciências humanas e/ou da linguagem e parece considerar ignóbil ocupar-se com os fenômenos e objetos próprios da área de conhecimento que a acolhe. Se a pós-graduação em comunicação não for capaz de produzir conhecimento científico em sua área, quem o fará?. E no Documento de Área, é dito: No caso da área de comunicação isso tem implicações particularmente sérias por causa de uma longa tradição de programas com parte das áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa, da especialização docente, das atividades de formação, da pesquisa, das teses e dissertações ou da produção intelectual dedicadas a outras áreas de conhecimento. (...) À cobrança por uma maior adequação à área de conhecimento, esses programas têm historicamente reagido com pelo menos uma das três formas abaixo apresentadas: a) com a proposição de um conceito de comunicação consideravelmente alargado de tal maneira a incluir, mesmo que apenas através de analogias, os fenômenos e objetos de que trata o curso. (...) b) com a reiteração da inexistência de um consenso epistemológico fundado sobre quais seriam os fenômenos e objetos da comunicação. (...) c) com uma variedade de argumentos referidos a epistemologias

contemporâneas, normalmente apoiados no louvor indiscutível a práticas científicas designadas por categorias como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e outras assemelhadas. Estes dois documentos, como também o documento À comunidade dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação deveriam, por sua importância, ser conhecidos e analisados por todos os professores de jornalismo (GOMES, 2001, p. 7).

Podemos assim compreender que o motivo que levou o Conselho Federal de Educação às exigências para o docente do ensino superior, previstas na Resolução 02/84, encontram explicações no contexto social e situacional da profissão na época em que vigorou o currículo mínimo. Houve uma pressão muito forte por parte das Instituições de Ensino Superior, assim como dos professores dos Cursos de Jornalismo, para que a formação jornalística fosse focada apenas nas atividades jornalísticas. Muitos defendiam inclusive a criação do Curso de Jornalismo autônomo, totalmente desvinculado do Curso de Comunicação Social.

A pressão tinha como objetivo primordial assegurar um mínimo de especificidade ao curso de jornalismo, que resultasse numa melhor qualidade na formação desse profissional. Essa especificidade é traduzida pelo foco nos objetivos do jornalismo, descartando a necessidade de apreender conteúdos vinculados a comercialização de publicidade, criação de propagandas, entre outros. Os docentes refletiam na ocasião que, apenas a graduação e até mesmo a pós-graduação, não garantia esse preparo para atividade docente. Deveria aliar-se a isso a experiência do mercado de trabalho para que se pudesse superar a dicotomia entre a teoria e a prática.

A exigência das disciplinas laboratoriais também fazia parte da pressão que orientou essa resolução e, isso garantiu, pelo menos, que fosse reproduzida a prática das redações nas salas de aula e laboratórios. As experiências laboratoriais garantiriam o mínimo de enfoque profissional necessário a uma maior afinidade entre as escolas e o mercado de trabalho. Entretanto, o jornalismo não conseguiu dar continuidade da teoria nos laboratórios. Divide-se em disciplinas teóricas e disciplinas práticas e não faz a conciliação destas.

Sem intenção de discutir currículo ou projeto pedagógico, nosso objetivo é levantar quais foram os instrumentos de controle utilizados nessa mediação da educação na formação do jornalista. Dessa forma, entendemos a estrutura curricular de um curso como um norteador, onde estão previstos os conteúdos necessários à determinada formação, assim, como a metodologia do processo de ensino e aprendizagem.

O grande equívoco dos currículos atuais na maioria dos cursos de Comunicação Social com habilitação em jornalismo, assim como também nas outras habilitações, é a

separação entre as disciplinas teóricas e as disciplinas práticas. Esse equívoco, no entanto, não se traduz em reprodução ou treinamento para domínio dos meios de produção como alguns autores têm defendido.

Para fazer um contraponto a essas defesas iremos tomar Schuch (2002) que faz reflexões sobre temas importantes para a formação do jornalista, mas que, no entanto, de forma equivocada acaba por defender o mesmo discurso do mercado de trabalho.

Um ensino suficiente é aquele que direciona a carga total do currículo para a formação em jornalismo, com todos os conteúdos focados para o desempenho profissional – neste caso, não há disciplinas sem conexão com a profissão, nem divisão entre disciplinas "teóricas" e "práticas", mas apenas disciplinas. Para a suficiência deste ensino, como em qualquer outro curso universitário, o aluno deve iniciar sua formação já nas primeiras disciplinas e, cumprindo o currículo, agregar conhecimento acadêmico-profissional. A teoria e a prática não são decididas *a priori*, mas obedecem à natureza dos conteúdos. Há disciplinas teóricas (expositivas), e disciplinas teórico-práticas, mas não é possível uma disciplina "puramente prática", porque sempre haverá a aplicação de conhecimento, aprendido teoricamente (SCHUCH, 2002, p.35).

Como já abordado anteriormente, e insistimos em ressaltar: é que essa graduação está formando também os futuros docentes, que na sua maioria quando especialistas ou mestres e doutores o são em Comunicação Social, pois é o foco desses cursos. Em virtude disso, também ficam reféns dos conteúdos generalistas da comunicação social e não do jornalismo e, ainda, recebem conteúdo teóricos dissociados da prática. Assim se caracteriza o ensino para os docentes que irão formar os novos jornalistas.

Essa preocupação também é abordada por Schuch (2002) que a reforça com algumas razões bastante significativas. Todavia, entendemos que de maneira mais uma vez equivocada. Dizemos isso, pois, à medida que, o jornalista usa o próprio discurso dos donos da produção e, que nos leva a entender o porquê a formação acadêmica para o jornalista ficou tão desacreditada a ponto de ser julgada desnecessária a obrigatoriedade do diploma.

Por que não se constitui um currículo onde o jornalismo possa ser aprendido de forma integral, sem esta dicotomia, e evoluindo para outros conteúdos de enfoque profissional? Pode-se elencar, pelo menos, as seguintes razões: 1) a atividade comercial-industrial da mídia jornalística, que é o setor de trabalho e de pesquisa, apresenta complexidades que este ensino tem dificuldade em abordar (por falta de interesse e de professores, distanciamento do mercado, escassa pesquisa vinculada ao setor profissional e de oferta de cursos de pós-graduação em jornalismo, já que o que predomina são os de Comunicação); 2) disso deriva a ênfase em conteúdos desviados das necessidades de formação, numa ampla distribuição de disciplinas típicas das ciências humanas e sociais, e também de conhecimento geral; 3) **falta de contemporaneidade com a atividade jornalística profissional, o que provoca distanciamento cada vez**

**maior do seu setor produtivo e torna mais difícil sua abordagem científica** (SCHUCH, 2002, p35. Grifo nosso).

Entre os argumentos utilizados por Schuch (2002) na citação anterior no item três, a afirmação sobre o distanciamento entre academia e mercado de trabalho, também merece uma reflexão bastante crítica e que já abordamos, mas que nos suscita retomá-la nesse momento. Temos defendido durante o desenvolvimento desta tese, a necessidade de haver uma aproximação da academia com o mercado de trabalho, exatamente a mesma defesa que faz o autor, todavia, essa aproximação, por si só, com o setor produtivo não deve representar um estreitamento da formação e do conhecimento ao domínio dos meios de produção.

Essa aproximação só deve ocorrer objetivando uma abordagem crítica e reflexiva desses meios de produção para que possamos formar um profissional com um maior nível de consciência sobre sua sujeição à imprensa capitalista e, a partir daí, ter condições de criar alternativas para a sua atividade profissional.

Outra questão que tem que ser refletida e discutida exaustivamente entre dirigentes, coordenadores, docentes e discentes é a dificuldade expressa nos currículos ao definir ou mesmo priorizar conteúdos e que acaba, de certa forma, sendo prejudicada pelas próprias Diretrizes Curriculares Nacionais que preconizam os conteúdos curriculares sejam

[...] diferenciados em Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos. Os conteúdos básicos são aqueles relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações. Os conteúdos específicos são aqueles que cada instituição, livremente, deve eleger para organizar seu currículo pleno, tendo como referência os objetivos e os perfis comum e específicos anteriormente definidos. a. Conteúdos Básicos: Os conteúdos básicos são caracterizadores da formação geral da área, devendo atravessar a formação dos graduandos de todas as habilitações. Envolve tanto conhecimentos teóricos como práticos, reflexões e aplicações relacionadas ao campo da Comunicação e à área configurada pela habilitação específica. Estes conhecimentos são assim categorizados: conteúdos teórico-conceituais; conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade; conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, conteúdos ético-políticos. b. Conteúdos Específicos Os conteúdos específicos serão definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica. (Parecer CES 492/2001 24). Cada habilitação correspondendo a recortes dentro do campo geral da Comunicação, organiza conhecimentos e práticas profissionais, aborda questões teóricas, elabora críticas, discute a atualidade e desenvolve práticas sobre linguagens e estruturas (BRASIL. DCN para os Cursos de Comunicação Social, de 2002, p. 12).

Novamente, encontramos em Schuch (2002), um discurso voltado aos interesses capitalistas quando este diz que a formação deve-se dar através de conteúdos que se especializam em jornalismo e, essa especialização se dá por meio do domínio profissional da atividade jornalística. O erro desse argumento está em acreditar que esse domínio se dá através da reprodução das atividades do mercado de trabalho, pois dessa forma seria treinamento e, para este, realmente, não há necessidade de diploma de graduação.

O que concordamos com o autor é que na proposta para a formação do jornalista não deve haver lugar para disciplinas teóricas e práticas desvinculadas, apenas disciplinas convergentes para a formação, com o objetivo de tornar o graduado especializado naquilo que ele deve ser: jornalista.

Durante o Fórum Nacional em Defesa da Qualidade do Ensino de Comunicação, ENDECOM, realizado em maio de 2006 na ECA – USP, em São Paulo, reuniram-se, para discutir a qualidade do ensino em comunicação, representantes de vários segmentos da sociedade, entre eles profissionais, docentes e representantes do sindicato. No Painel dois, sob o tema: Mercado de Trabalho de Comunicação: Profissionais demandados pelas empresas, órgãos públicos e setor terciário, sentaram lado a lado representantes das Organizações Globo, o jornalista Luis Cláudio Latgé, o jornalista Eugênio Bucci, representando as empresa públicas, no caso específico a Radiobrás, e o jornalista Sérgio Murilo, presidente da FENAJ.

Esse painel, do qual participamos como ouvinte, foi marcado por posições distintas entre os interesses das empresas privadas, das públicas, assim como da FENAJ. Latgé posicionou-se contrário ao diploma de jornalismo e chegou a dizer que ele (enquanto empresa) tem que formar na prática o que as escolas não fazem. Em sua fala explicitou que os cursos de jornalismo não deveriam se preocupar tanto com a técnica, que isso eles (o Mercado) dariam lá fora.

Entretanto, ao criticar a formação disse que os jornalistas recém formados chegam às redações sem saber redigir um *lead*, e isso nada mais é que técnica. Todas as críticas se deram nesse sentido, o que nos leva a concluir que eles (o mercado) querem mesmo um profissional treinado para o domínio das técnicas profissionais.

Logicamente, isso não é verbalizado por Latgé, mas também não conseguiu conceituar qual seria a formação acadêmica que atendesse as necessidades do mercado de trabalho. A FENAJ, por sua vez, condenou a forma como alguns veículos exploram o jornalista e, de que forma o estágio tem que ser acompanhado para não se tornar uma

válvula de escape dos veículos de comunicação para substituírem os profissionais já formados.

Ao mesmo tempo em que se evidencia a crítica mútua, não se tem um diálogo mais produtivo em torno das reais necessidades da profissão, uma vez que, nos meandros dessa formação, existem muitos interesses que vão além da simples formação. Entendemos que tais interesses enveredam pelo campo da massificação, da publicidade, da sedução, da persuasão, do controle, do poder, das concessões e outros tantos que usaríamos páginas e páginas para citar.

Não tivemos aqui a intenção de condenar as instituições que oferecem curso de Comunicação Social com habilitação em jornalismo, mas sim apontar os principais gargalos e deficiências para que possamos contribuir para a qualidade da educação para o jornalista.

No que tange a normatização da Comunicação Social, em toda sua História, desde a Proclamação da Independência, ocorrida a 07 de setembro em 1822, passando pela Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, por situações de conflitos provocados por revoluções e golpes de Estado, o Brasil tem hoje em vigor a sua sétima Carta Constitucional.

Em sua trajetória, apenas no texto atual da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi que a Comunicação Social recebeu a devida atenção e mereceu um capítulo próprio, com cinco artigos (números 220, 221, 222, 223 e 224), todos eles, com exceção do artigo 224, foram divididos em vários parágrafos e incisos. Há ainda, em outros capítulos do texto constitucional, várias referências diretas e indiretas de interesse e relevância para a Comunicação Social.

Uma delas se refere à competência do Poder Executivo Federal que, representado pelo Ministério das Comunicações, é o responsável pelas outorgas e renovações de concessões, permissões e autorizações para a prestação de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, é matéria do artigo 223. Não há autonomia, por parte da iniciativa privada, para a abertura de rádio ou televisão, sem que, anteriormente, seja feita a autorização para tal. Todavia, o Governo Federal pode conceder emissoras para si mesmo, como é o caso das TVs educativas. Vale lembrar que em ambos os casos é necessário ainda a manifestação do Congresso Nacional.

Essa competência de concessões e renovações sob a aprovação do Governo representa, é sem dúvida, um dos grandes instrumentos de controle da mídia no Brasil, por parte do Estado. Assim as redes de televisão e rádio ficam sujeitas as normas

do Estado e, portanto, não têm como intenção provocar uma possível revisão dessas concessões e renovações. Sem contar que grande parte das redes de televisão e de radiodifusão está nas mãos de líderes políticos que, fazem uso da mídia para defender os seus interesses.

Outro aspecto que não podemos deixar de fora da nossa análise, pois nos revelam uma relação íntima com a comunicação social e, portanto, ao jornalismo, refere-se ao Artigo V da Constituição de 1988 e que é composto por setenta e sete incisos, destinados aos direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos. Essa relação torna-se tão evidente quando, por exemplo, trata no inciso IV do referido artigo, da consagração da liberdade de manifestação de pensamento e o veto ao anonimato. “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

Sapper; Heberlê (2006) dizem que muitos se perguntam se a garantia da liberdade de pensamento seria mesmo necessária. Ou seja, “[...] os indivíduos continuarão exercitando a função do pensamento. Em verdade, é essencial que este direito esteja consubstanciado na Carta Constitucional, eis que a exteriorização comunicacional depende da liberdade do pensamento”. Os autores acrescentam ainda que “[...] sem isso, não há criação nem expressão de nada, tampouco a circulação de informações. Ademais, em algumas épocas, muitas nem tão distantes, em que se punia o chamado delito de pensamento”, (SAPPER E HEBERLÊ, 2006, p.4), como vimos durante a ditadura militar.

Todavia, podemos dizer que, ao legitimar essa liberdade de expressão na Constituição da forma como ocorreu, o Governo favoreceu que reacendessem as discussões acerca da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do Jornalista. Outro argumento que se colocava contrário ao diploma, diz respeito ao fato do Brasil ser um dos únicos países em que havia, à época da publicação do artigo (2002), a exigência, prevista em Lei, de obrigatoriedade do diploma.

Para este argumento, Guedini (2002) faz algumas colocações muito pertinentes, como, por exemplo, o fato de que apesar da não obrigatoriedade o número de cursos superiores em vários países, vem crescendo, pois mesmo com a ausência da Lei, o próprio mercado de trabalho vê o diploma do ensino superior em jornalismo como sinônimo de qualidade e aptidão profissional.

Para o autor, no Brasil, a ausência dessa determinação em Lei, configura um perigo, à medida que “[...] os donos dos veículos no Brasil formam um dos grupos mais poderosos, corporativos e privilegiados, com inúmeras ramificações no parlamento e uma existência incestuosa com o poder” (GUEDINI, 2002, p.44). Acredita que, com a falta de

uma formação acadêmica adequada, o jornalista ficará ainda mais suscetível aos argumentos dos proprietários dos veículos de comunicação.

Finaliza seu argumento dizendo que, no Brasil, a existência da obrigatoriedade do diploma se configura (configurava) como garantia à liberdade de expressão para toda a população e, não ao contrário, como vem sendo apregoado, pois só assim, teremos profissionais melhor preparados, com uma visão crítica para que não acatem puramente as determinações da imprensa capitalista.

Na verdade, a questão da obrigatoriedade do diploma é importante, no entanto, esta deve vir acompanhada de uma discussão sobre a qualidade desta formação e não somente a sua obrigatoriedade ou não. Temos perdido muito tempo com uma reflexão centrada apenas na exigência do diploma e não da sua qualidade.

Aliás, este também é um argumento que as opiniões contrárias a obrigatoriedade do diploma utilizam para justificar sua oposição. Guedini (2002) também aborda esta questão no seu artigo em defesa do diploma. Inicia a sua argumentação dizendo que “[...] não é verdade que o ensino de jornalismo seja ruim. Existem escolas de todos os níveis de qualidade. Depois, o ensino, no Brasil, passa por maus momentos, em todas as áreas, em todos os níveis” (GUEDINI, 2002, p.46). O autor diz que a má qualidade que, ora se apresenta, para o ensino no país é decorrente de uma política do MEC que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade.

Desta forma, argumentar que os cursos são ruins e, portanto, não devam ser obrigatórios, é aceitar, sem reservas ou contestações, que as autoridades do país não tenham responsabilidade alguma na fiscalização da qualidade do ensino, é negar as políticas públicas e o próprio SINAES<sup>22</sup>. Achar que o mercado de trabalho, por si só, dará conta da melhora da formação do jornalista, a partir do que o próprio mercado considera como sendo o ideal, é tolher possibilidade da existência de uma imprensa mais livre. O autor diz que, ao se dar crédito a esse argumento, não deveria ser obrigatória a exigência do diploma para nenhuma profissão.

Por fim, indo ao encontro do que também defendemos nessa tese, o autor diz que: “[...] em contrapartida, seria uma atitude bem mais responsável, socialmente falando, criticar a qualidade do ensino e se envolver nas iniciativas necessárias para melhorá-lo” (GUEDINI, 2002, p.46). No caso específico do ensino de jornalismo, essa obrigação, segundo Guedini (2002), é dos estudantes e professores de jornalismo, dos jornalistas

---

<sup>22</sup> Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)** é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

profissionais, de seus Sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas. Também das empresas de comunicação e de toda a sociedade, diante da importância que tem a informação de qualidade para a própria democracia.

O fato é que, ao se concentrarem todas as atenções no artigo 4º, tanto do Decreto de 1969 quanto do de 1979, referente à obrigatoriedade do diploma, outras matérias de suma importância para o exercício da profissão, acabam por ficar esquecidas sob a sombra desse debate que não pode estar isolado. Um exemplo disso se refere aos artigos 19 e 20 do Decreto de 1979, cujos textos seguem abaixo:

Art 19. Constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento. Art 20. O disposto neste decreto não impede a conclusão dos estágios comprovadamente iniciados antes da vigência da Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978, os quais, entretanto, não conferirão, por si só, direito ao registro profissional. (BRASIL. Decreto-Lei nº 83.284 de 13 de março de 1979).

A proibição do estágio para os estudantes de jornalismo se constitui também como uma das principais causas da ruptura entre a teoria e a prática no ensino de jornalismo e tem permanecido à margem das discussões. São evidentes os prejuízos acarretados pelo Decreto de 1979, que em seu artigo 19, torna proibitivo o estágio para a área. Voltaremos ainda a tratar dessa matéria.

O exercício profissional da Comunicação e de suas habilitações, no caso específico do jornalismo, transformou-se em uma estrutura bastante complexa com o objetivo de se adaptar às sociedades modernas contemporâneas. Portanto, não basta analisá-lo sob o ponto de vista único da Constituição e de suas cláusulas de liberdades públicas. Precisamos ter claro que o jornalismo é uma prática social e profissional, além de ser uma atividade econômica, e, para tanto, necessita de renovar constantemente sua linguagem jornalística assim como da atualização quase diária das novas tecnologias que se apresentam para a área.

Passamos, a partir de agora, apresentar e analisar, como parte integrante deste relatório de tese, as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas em 2002, através da Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE, de nº 16/2002.

O objetivo dessa análise é primeiro verificar como se deu a transição do Currículo Mínimo para as Diretrizes Curriculares Nacionais evidenciando as contradições e contexto em que ocorreram. Em segundo lugar, com base nessas contradições e nas do próprio texto das DCN para o Curso de Comunicação Social, de que forma têm influenciado

na formação do jornalista atual e sendo responsável pela mediação do controle nas atividades profissionais do mesmo.

Nesse cenário de críticas constantes e tentativas de uma maior aproximação entre a academia e o mercado de trabalho de comunicação surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social e suas habilitações (Resolução CNE/CES 16, de 13 de Março de 2002).

Publicadas no Diário Oficial da União, Brasília, 09 de Abril de 2002. Seção 1, p.34, as DCN começam a ser articuladas cerca de cinco anos antes de sua publicação, por meio do Edital nº 4/97 do CNE que convocou as Instituições de Ensino Superior a apresentarem propostas para definir os objetivos dessas e, que seriam operacionalizadas por uma Comissão de Especialistas, criada para esse fim. Houve uma mobilização para apresentação dessas propostas por parte das IESs, principalmente, no que se refere a uma maior flexibilidade para as estruturas curriculares.

Antes mesmo de começarmos uma análise acerca dessas Diretrizes é necessário dizer que, apesar de ainda estarem em vigor, tantas foram as críticas ao conteúdo e à forma generalista como aborda todas as habilitações do Curso de Comunicação Social que, o MEC instituiu uma nova comissão de especialistas em ensino de jornalismo no início do ano de 2009 para discutir uma Nova Diretriz específica para a habilitação em Jornalismo.

O referido relatório já foi entregue ao MEC no dia 18 de setembro de 2009 e o seu conteúdo será utilizado nesta Tese como um instrumento de confronto ao longo da análise das Diretrizes instituídas em 2002 e que permanecem em vigor até que uma nova venha substituí-la.

De acordo com o texto das Diretrizes Nacionais o seu objetivo é a garantia de ampla liberdade às instituições de ensino superior para a estruturação do curso. Reforça que o Perfil do curso deverá estar de acordo com as necessidades de cada região onde o mesmo estiver localizado.

O documento registra ainda um estímulo à formação generalista, mas que permita várias habilitações num mesmo programa. Justamente, o fato de o jornalismo ser descrito nas Diretrizes como uma habilitação, foi uma das críticas às Diretrizes atuais feitas pelo atual relatório de 2009, que defende a especificidade da profissão. Por isso faz um adendo à própria determinação da legislação ao dizer que

[...] desde o título, e por todo o texto, as diretrizes em vigor conduzem a interpretações equivocadas, ao confundirem a área acadêmica da comunicação

com os cursos de graduação voltados para a formação das profissões que dela fazem parte. É provavelmente um caso único de diretrizes formuladas para uma área, pois a Lei 9131, de 25 de novembro de 1995, estabelece em seu Art. 9º § 2º que as diretrizes devem ser formuladas “para os cursos (Relatório da Comissão de Especialistas, instituída pela Portaria Nº 203/2009 do MEC, 2009, p.9-10)

E essa especificidade é defendida no relatório sob o seguinte argumento

O Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho. A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões. É também uma área acadêmica que engloba diversas disciplinas específicas, como ocorre também em outras áreas das ciências aplicadas como, por exemplo, a da Saúde, que reúne em seu âmbito as profissões (e respectivas disciplinas) de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, etc. Desta forma, é inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde. (Relatório da Comissão de Especialistas, instituída pela Portaria Nº 203/2009 do MEC, 2009, p.9-10)

Outro ponto importante citado pelas Diretrizes é a integração da Teoria e Prática. A sugestão do documento é que esta se dê através do relacionamento entre o saber acadêmico e o saber profissional agregando pesquisa, extensão e estágio.

A dicotomia teoria versus prática também é discutida no Relatório que, não se restringe apenas às diretrizes, mas atribui a responsabilidade, como também já o fizemos nessa tese, à imposição de um modelo único do curso de Comunicação Social proposto pela UNESCO para os países do Terceiro Mundo. Como justificativa analisa que o desaparecimento ou dissolução de conteúdos fundamentais como ética, deontologia e história do jornalismo, em disciplinas gerais voltadas à área da comunicação e que não correspondem às questões específicas do jornalismo fragmentaram o conhecimento.

O jornalismo não pode ser guiado por objetivos de publicidade, relações públicas ou mero entretenimento. Decorre daí o grave problema da ruptura entre a teoria e a prática nos cursos de comunicação, falha esta que, quarenta anos depois, ainda não foi solucionada de maneira adequada: por se voltarem inicialmente a um outro tipo de profissional, as disciplinas teóricas do currículo mínimo imposto abandonaram as referências fundamentais para a prática do jornalismo, quando não se voltaram contra elas. (Relatório da Comissão de Especialistas, instituída pela Portaria Nº 203/2009 do MEC, 2009, p.12-13)

A comissão que faz, no Relatório, uma contextualização histórica, diz que, mesmo com o fim do Currículo Mínimo e com as Diretrizes Curriculares, não houve uma retomada da teoria voltada para as questões específicas suscitadas por cada uma das

habilitações profissionais. E, ao contrário do esperado, segundo o relatório, ganhou crescente autonomia em relação às práticas da comunicação, “[...] na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. O conteúdo profissional do curso passou a ser caracterizado como meramente técnico e destituído do interesse teórico”. (Relatório da Comissão de Especialistas, instituída pela Portaria Nº 203/2009 do MEC, 2009, p.13).

O mesmo ocorreu com a Teoria da Comunicação que, de acordo com o Relatório da Comissão de Especialistas (2009), evoluiu sem vínculos com o exercício profissional e se focou na crítica geral da mídia, descompromissada em estabelecer um diálogo que objetivasse uma intervenção prática nessa mídia.

Em decorrência, os estudantes de Jornalismo desde então têm sido forçados a uma opção dramática e pouco razoável entre negar a sua profissão, em nome do espírito crítico, ou desprezar a teoria estudada nos cursos para se voltarem à prática, reproduzida de maneira acrítica e envergonhada (Relatório da Comissão de Especialistas, instituída pela Portaria Nº 203/2009 do MEC, 2009, p.13).

Esse novo Relatório de 2009 tem realmente uma preocupação bastante apropriada no que se refere à aplicabilidade da teoria na prática. Essa aplicabilidade se justifica pelo fato de que essa teoria tenha que ser utilizada no sentido reflexivo da atuação profissional e de crítica à imprensa capitalista. Caso contrário será novamente uma forma de dividir os estudantes entre as verdades da academia e as verdades do mercado de trabalho, ou seja, entre a cruz da academia e a espada do mercado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social e suas habilitações, que ainda vigoram, estabelecem a garantia de um Perfil Comum e Perfis Específicos<sup>23</sup> para o Curso de Comunicação Social nas suas mais diversas habilitações. Com relação ao Perfil Comum, deve homogeneizar uma identidade aos cursos. Dessa forma o Graduado em Comunicação Social deve se caracterizar pela “capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e as suas inserções culturais, políticas e econômicas” (BRASIL. DCN para os Cursos de Comunicação Social, 2002, p. 7). Apreende-se que, indubitavelmente, mantém a intenção de se formar um comunicólogo e não um jornalista, publicitário, relações públicas, ou qualquer outra habilitação preferida.

---

<sup>23</sup> O Perfil Comum é aquele cujo conteúdo deve objetivar abranger todas as habilitações do Curso de Comunicação Social e o Específico é aquele voltado pontualmente para cada uma das habilitações.

As recomendações contidas no documento e que orientam a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais oferecem as características comuns que os egressos dos cursos de Comunicação Social devem alcançar ao final do curso, o que se estendem em mais três itens:

Sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais da área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo; sua visão integradora e horizontalizada – genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem e utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo, portanto, competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social. (BRASIL. DNC para os Cursos de Comunicação Social, 2002, p.3)

Podemos refletir o que este Perfil Comum constrói. Vamos pensar que os Perfis Específicos deixassem de existir, qual seria a profissão desse profissional formado por um perfil tão generalista, que poderia ser qualquer coisa entre o leigo e o especialista?

A liberdade concedida pelas Diretrizes ocasionou alguns resultados bastante graves para a qualidade do ensino de comunicação, seja em qual for a habilitação oferecida. As Instituições de Ensino Superior Públicas, sem tradição no saber profissional e sem investimentos em laboratórios têm como prioridade a formação teórica.

Já as Instituições de Ensino Superior Particulares, na sua grande maioria, apesar de terem uma tradição mais voltada para a técnica, com valorização das práticas laboratoriais, estão tendendo a aumentar a carga horária do Perfil Comum, de conteúdo teórico, para diminuir custos com docentes e laboratórios. O que resta para a prática laboratorial é totalmente desvinculado da teoria.

Nesse contexto do ensino particular ou público, nascem os futuros jornalistas, frutos de uma educação capitalista, subordinada às influências diretas da demanda do mercado de trabalho e de seus interesses econômicos e políticos. Como vimos na análise da imprensa, no Capítulo I, um mercado criado pelos interesses da burguesia, sobretudo, na comunicação, no qual, os veículos de comunicação estão concentrados nas mãos de poucos e, portanto, defendem seus interesses.

Se de um lado o Perfil Comum não forma profissional algum, ao Perfil Específico é reservado, pela maioria das matrizes curriculares, um espaço muito pequeno e, como já dito anteriormente, totalmente desarticulado da teoria.

Segundo o texto que instituiu as Diretrizes Curriculares, espera-se que o profissional de jornalismo, formado por esse curso, seja caracterizado pela capacidade de produzir informações referentes aos fatos, circunstâncias e contextos do momento presente; por exercer a objetividade durante a apuração dos fatos, a interpretação, registro (redação) e finalmente na divulgação da notícia; pela tradução e disseminação das informações com objetivo de atender ao interesse público e, enfim, pelo exercício das relações com outras áreas sociais, culturais, políticas e econômicas de sua interface.

As DCN para o Curso de Comunicação Social dão ao jornalista funções que o caracterizam, mas que, no entanto, figuram como contradições inerentes ao processo de produção da notícia, tal como se configura para a imprensa capitalista atualmente. As Diretrizes dizem que o profissional formado pelo curso de Comunicação na habilitação em jornalismo seja capaz de produzir informações referentes aos fatos. Como já pudemos analisar, o jornalista, diante da imprensa como está configurada, não produz a informação, mas sim a reproduz, uma vez que é porta-voz de um discurso dos interesses das classes dominantes.

Diante desse fato, a questão é a de como exercer a objetividade se não é ele o produtor da informação, mas sim o seu reproduzidor. Também, não é ele o responsável pela divulgação da notícia e sim os donos dos meios de produção que, não apenas a divulgam, como também definem o que é notícia para o seu veículo, como deve ser abordada, qual será a sua importância e quem terá acesso à mesma. Fazendo valer seu poder determinante, diante da sociedade em que se insere, do que merece ser informado para a efetivação de uma opinião pública sobre o tema em questão. Seguem assim, os donos dos veículos de comunicação e os poderes dominantes, definindo o que será discutido amanhã pela opinião pública.

No que tange à liberdade de expressão, garantia Constitucional, pode ser considerada uma das grandes aliadas no sentido de testemunhar contra a obrigatoriedade do diploma para o jornalista, uma vez que o principal argumento utilizado contra essa exigência é o de que fere esse princípio básico do cidadão.

A partir do momento em que a própria Constituição, em seu Artigo 220, Capítulo V, que se refere à Comunicação Social, prevê que “[...] a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nessa Constituição”, abre precedente para que juízes, através de liminares, dêem autorização aos profissionais de

outra área a atuarem como jornalistas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social preconizam em seu artigo 53, que trata sobre a autonomia das universidades, a fixação dos seus currículos e dos conteúdos programáticos das disciplinas. Lembrando que, o mesmo artigo apresenta uma autonomia para que as IESs possam elaborar o seu currículo, oferece uma falsa idéia de liberdade, uma vez que esta é regida pelas limitações próprias das normas gerais pertinentes. Ou seja, a autonomia dada pelas Diretrizes é limitada pelas suas próprias normas.

Essa flexibilidade a que se refere o texto das Diretrizes também é preocupante, uma vez que, acredita-se no fato de que, apesar dessa maior liberdade na elaboração dos currículos significar um avanço para a educação brasileira, poderá ser utilizada com abuso do direito de interpretação, além de poder cultivar corporativismos locais (com relação a privilégios das empresas onde o curso está inserido) e de categorias profissionais.

Independente da constatação dessa flexibilidade ou não, a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais foi indubitável ao oferecer a possibilidade de abertura para que os mais variados segmentos da comunicação refletissem sobre os problemas curriculares apresentados até então.

Os principais fatos que marcaram a trajetória das Diretrizes Curriculares para os cursos de Comunicação Social foram discutidos conforme relata, Moura (2002), em movimentos nascidos a partir de 1995 e que, tinham como objetivo uma reflexão que abrisse possibilidades para um novo currículo que pudesse sanear as dificuldades encontradas no ensino de Comunicação Social no país.

Entre outros, os principais argumentos desses movimentos se referiam a uma flexibilidade da estrutura curricular que pudesse atender as necessidades regionais para a Comunicação Social. Havia também uma preocupação em garantir um mínimo das especificidades de cada uma das habilitações, evitando assim que as IESs pudessem abusar de sua liberdade na elaboração das matrizes curriculares para a junção de turmas de diferentes habilitações em uma mesma disciplina.

As discussões ainda foram seguidas por encontros promovidos pela Associação Brasileira das Escolas de Comunicação Social (ABECOM) e culminaram pela proposta das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Comunicação, elaboradas pela Associação Nacional de Programas em Comunicação (COMPÓS), em 1999 após encontro realizado na cidade de Campinas.

O documento que teve por objetivo suscitar a discussão acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais foi preliminar e não definitivo, procurando, em termos gerais, pontuar aquilo que as entidades de Comunicação, Docentes, Discentes haviam debatido, assim como sintetiza os consensos e as divergências ocorridas durante o evento.

As principais discordâncias e que permaneceram no documento enviado ao MEC foi com relação à formação do Comunicólogo e não o Jornalista, exatamente o mesmo ponto de divergência que, agora em 2009, deu origem a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo especificamente, tratando-o separadamente do Curso de Comunicação Social, uma reivindicação já presente no documento elaborado pelo COMPÓS em 1999.

LAGE (1999, p.3) reforça essa posição ao dizer que

A principal falha é que ela fala sobre uma profissão que não existe: comunicador. Ignora as profissões existentes, trata essas profissões como meras sub-retrancas de uma coisa chamada comunicador social, que não existe. Ignora diferenças enormes de perfil e valores éticos entre, por exemplo, publicitários, jornalistas e relações públicas. Essa é a principal deficiência. A segunda é a inespecificidade do documento: ele não é específico. A terceira é que ele permite que exista um curso de Jornalismo em que não se ensine jornalismo. Ele se apropria de uma obrigação legal, o diploma da formação profissional, para fazer cursos baratos que escolas particulares possam propor com pouco dinheiro, enganando os jovens.

O Seminário reconheceu, dessa forma, como válida e legítima a possibilidade de existência de um Curso Superior de Jornalismo, não necessitando, assim, se constituir como uma habilitação do Curso de Comunicação Social. A proposta ainda fazia a ressalva de que, além da exigência genérica, de que a Estrutura Geral do Curso defina um percentual mínimo de disciplinas técnico-profissionais (citando como exemplos: reportagem, redação e edição para diferentes mídias), previstas no documento. O Seminário também encaminhou à Comissão de Especialistas do MEC a proposta de que este percentual mínimo seja fixado nas Diretrizes Curriculares em 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do curso. Esta recomendada em 2700 horas-aula.

Muitas das propostas foram utilizadas pela Comissão de Especialistas do MEC para a redação final das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social e suas habilitações, todavia, a mais importante delas, ou seja, o resgate do jornalismo como um curso independente do Curso de Comunicação Social foi ignorada. Dessa forma, as demais recomendações perderam o sentido e foi instituído um documento que, não só não atendeu a demanda das entidades da área de comunicação,

dos docentes, discentes e nem mesmo o mercado de trabalho.

A resposta do MEC a esse pedido foi dada através do Parecer nº 687/99 da Câmara de Educação Superior do CNE e foi contrária à solicitação justificando que: “[...] a comunicação social é uma área essencialmente interdisciplinar e multidisciplinar, que engloba a produção de sentido e mesmo do próprio real mediante símbolos consubstanciados em múltiplas linguagens” (BRASIL. Parecer nº68 de 21 de janeiro de 1999).

Essa justificativa não era argumento suficiente para que não houvesse o desmembramento do jornalismo do Curso de Comunicação Social. Esta tese defende o curso de Jornalismo independente da área de comunicação, não que este não faça parte da grande área, mas as especificidades pedem a formatação de um curso com teorias e técnicas próprias da profissão. O prejuízo da implantação do Comunicador Polivalente para a formação do Jornalista foi muito grande, a ponto da profissão de jornalista perder a sua identidade, o que facilitou o fim da obrigatoriedade do diploma, assim como queriam os donos da produção.

O MEC apresentou como alternativa uma alteração que possibilitou que houvesse dois tipos de estruturas pedagógicas, uma com referência a Cursos de Comunicação Social com várias habilitações ou a Curso Superior de uma habilitação específica em jornalismo. Resultado, nenhuma instituição de ensino fez essa segunda opção, que é inviável do ponto de vista financeiro e, nem mesmo para a estruturação do curso parece trazer algum benefício.

A tentativa separatista para transformar a habilitação de jornalismo num curso específico foi mais uma vez frustrada por interesses econômicos e políticos. O CNE se defende dizendo que atendeu ao pedido, mas a forma da abertura não interessou a ninguém, principalmente as IESs particulares que não vislumbraram vantagens econômicas nessa separação.

Podemos dizer hoje que essa negativa do CNE resultou não apenas em uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social, realizada em 2009, mas o mais grave foi o enfraquecimento dos cursos e da própria categoria que culminou com o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

Após tantas discussões, debates, críticas, solicitações e recusas a estas, foi apresentada a versão final do documento oficial das Diretrizes Curriculares Nacionais. Esta, segundo Moura (2002), contém características relevantes para a elaboração da nova

estrutura curricular do curso, principalmente pela flexibilidade que proporciona para a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Não compartilho da opinião de Moura (2002), porque considero essa flexibilidade invalidada à medida que o Jornalismo continua não sendo visto como um todo e sim como uma parte da Comunicação Social. Portanto, essa flexibilidade além de limitada não se propõe a constituir uma estrutura curricular para o jornalismo, mas sim para a sua grande área.

Todavia, não podemos ignorar que o debate é sempre salutar e, assim como nas discussões do Currículo Mínimo, este se desenvolve e, principalmente, ocasiona uma maior organização das representações da área, no sentido de participar mais ativamente da formação dos profissionais. No que tange a área de jornalismo a organização das representações da área foi relevante e teve algumas vitórias no sentido de melhorias para o ensino da profissão no país.

Podemos constatar que, o principal foco dessas preocupações estava centrado na elaboração de uma proposta eficaz para a realização do estágio em jornalismo, todavia, de forma que houvesse uma supervisão por parte do Sindicato Nacional de Jornalistas e de suas representações estaduais e/ou regionais.

É importante nesse momento retomar a afirmação já feita nesta tese que o estágio traria ao acadêmico um contato mais direto com o Mercado de Trabalho, entretanto, não deveria ter como objetivo apenas o domínio dos meios de produção, mas, principalmente, usar essa proximidade para uma análise crítica desses meios. A observação direta e a aplicação das técnicas em consonância com a teoria seriam fundamentais para que o futuro profissional desenvolvesse a capacidade reflexiva sobre a imprensa capitalista e sobre seus instrumentos para atingir os objetivos próprios da mais valia.

Essa discussão tem que ocorrer em todas as direções. A crítica da academia ao mercado e o inverso também tem sua parcela de contribuição para que possamos refletir a educação jornalística. Distintamente de outras profissões cujas formações acadêmicas são reconhecidas e valoradas pelo mercado de trabalho, o jornalismo nunca encontrou esse reconhecimento. Até mesmo a sua implantação, como já vimos, foi de difícil execução.

Essa complicada relação entre os donos da produção e a formação acadêmica deve-se ao fato dos primeiros, para manter os resultados financeiros próprios da imprensa capitalista, necessitem de profissionais que estejam qualificados para executar a produção intelectual no intuito de dar a credibilidade ao veículo de comunicação. Ao mesmo tempo essa qualificação pode (e defendo que deve) diferir dos objetivos do

capital. Com isso, se constrói uma relação conflituosa que acabou favorecendo o fim da obrigatoriedade do diploma.

Segundo o Relatório-Síntese do MEC, os cursos, agora sob as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tinham que cumprir exigências mais claras visando à necessidade de um perfil comum e dos perfis específicos para cada habilitação. Entretanto, de acordo com Caldas (2003), ainda hoje, diante da interpenetração das áreas e fronteiras tênues com relação ao exercício de muitas habilitações, permanecem as dúvidas acerca da manutenção ou não do modelo que propõe o jornalismo como habilitação ou como um curso específico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social e suas habilitações distribuíram a Estrutura Curricular em duas partes. A primeira indicada pela Comissão de Especialistas e que abrange o Conteúdo Básico. A outra, de Conteúdo Específico, que deve ser proposta pelas IESs nos seus Projetos Pedagógicos. Não existe mais, como havia no Currículo Mínimo, uma relação de disciplinas obrigatórias e/ou eletivas para o Tronco Comum ou Específico. São indicados apenas tópicos de estudo dos Conteúdos Básicos e dos Conteúdos Específicos.

Concordo que as Diretrizes Curriculares abriram possibilidades de flexibilização das estruturas dos cursos de graduação, entretanto, sozinhas não irão obter êxito na melhoria da qualidade do ensino de jornalismo no país, pois como já vimos essa flexibilidade não permite o desenvolvimento da formação do jornalista, mas sim da formação do comunicador.

Essa realidade é ainda somada ao fato de que, não é apenas na Matriz Curricular que se localiza o foco do problema que aponta para a baixa qualidade do ensino de jornalismo. Há muitos fatores que incidem nessa questão como, por exemplo: a formação docente que, como vimos, está localizada dentro da mesma graduação que forma o jornalista; a disseminação dos cursos; a falta de infra-estrutura; a prática docente; os interesses das políticas institucionais; os interesses econômicos das IESs particulares e os interesses do próprio Mercado de Trabalho.

Todavia, ignorando o jornalismo como curso específico, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Área de Comunicação e este como sua habilitação, prevêem que os tópicos de estudos para os Conteúdos Básicos sejam compostos por conhecimentos teóricos, técnicos, práticos, reflexões e aplicações ao campo, numa perspectiva crítica.

São conhecimentos teórico-conceituais – conceitos e teorias gerais e específicas, para interpretar a realidade social e profissional; conhecimentos analíticos e informativos sobre a atualidade – informação como matéria-prima essencial e análises qualificadas da realidade; conhecimentos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas – domínio e reflexão, pesquisa e inovação das linguagens, técnicas e tecnologias empregadas na comunicação e nas habilitações. E, por fim, conhecimentos ético políticos – que englobam a atuação dos profissionais, o exercício do poder, constrangimentos, repercussões sociais, demandas e necessidades na área da Comunicação. Ou seja, são conhecimentos teóricos que não formam um profissional específico, mas sim uma área e que, depois se perdem da prática profissional ao se distanciarem da mesma.

Analisando o perfil dos formandos previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais entendemos que o pretendido se refere a um profissional generalista, característica fortemente incutida a partir do primeiro Currículo Mínimo e definitiva a partir do terceiro, sob a influência do CIESPAL, como vimos anteriormente. O texto prescreve que os egressos devem apresentar as seguintes características:

O egresso do Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por: 1. sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção e análise crítica referente às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas; 2. sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo; 3. sua visão integradora e horizontalizada – genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem; 4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo, portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social (BRASIL. DCN para o Curso de Comunicação Social, 2002, p. 12).

Um dos principais problemas apresentados por esse perfil é o de se propor a formar um generalista e ao mesmo tempo especializá-lo, sem ao menos saber onde este irá atuar. E quando chegamos ao texto que define os Perfis Específicos isso só piora à medida que encontramos uma tendência a caracterizar a especificidade como se fosse a prática pré-profissional. No caso da habilitação em jornalismo, o perfil do egresso, de acordo com as Diretrizes, se caracteriza:

[...] pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente; 2. pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais; 3. pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum; 4. pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface. (BRASIL. DCN para o Curso de Comunicação Social, 2002, p.11)

Quando se observam as Competências e Habilidades Gerais e Específicas por habilitação percebemos que a divisão entre teoria e prática permanece, assim como nos Perfis. As Competências e Habilidades Gerais se baseiam em conteúdos teóricos enquanto que as Específicas pelos práticos. Entendo que essa forma de caracterização não colaborou para que pudesse haver uma relação mais efetiva entre teoria e prática.

O discurso das Competências e Habilidades não tem nos levado a muitas soluções na tentativa do estabelecimento de uma estrutura curricular que realmente atinjam as necessidades da formação profissional. Talvez, essa problemática apresentada, esteja centrada em equívocos que acompanham a história da formação profissional na área do jornalismo, uma vez que faltam respostas para algumas questões básicas e a primeira delas é qual o conceito de jornalismo que estamos perseguindo.

A segunda questão seria qual o papel ético e cultural que se pretende à Universidade. Brum e Ijuim (2003) abordam essas questões e as consideram “[...] ingredientes de uma amálgama, de um sistema complexo no qual se integram – influenciam e são influenciados – para a finalidade comum e maior: a formação de jornalistas/seres humanos”. (BRUM, Eron; IJUIM, Jorge, 2003, p 31)

Como já descrito na introdução, o conceito de jornalismo que adoto para esta tese e, que nos serve para a análise, como bem caracterizam Brum e Ijuim (2003, p.33), é um “[...] jornalismo que supere o conceito simplista de reproduzir o cotidiano para alcançar a construção de narrativas que consigam atribuir significados aos fenômenos sociais”. Dentro desse conceito, as habilidades e competências que são previstas nas Diretrizes são apenas conseqüências e não objetivos a serem atingidos.

Uma das poucas vitórias para o ensino da área, trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social, foi a manutenção das 2.700 horas-aulas e os quatro anos de duração como carga horária mínima. Estes já previstos no último Currículo Mínimo. A vitória se dá, pois havia uma tendência, defendida por dirigentes de IESs e, até de algumas representações da mídia, que pretendia a criação de um curso com uma duração menor e com características essencialmente técnicas, assim como os cursos tecnológicos que variam entre dois e três anos.

Faro (2003), membro da Comissão de Especialistas do MEC, responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares para os cursos de Comunicação Social, diz que “[...] é verdade que as Diretrizes Curriculares, sozinhas, não teriam mesmo condições de mudar um perfil de ensino marcado por um longo período de acomodações e nem a assimilação de sua complexidade seria – como ainda não é – instantânea e uniforme” (FARO, 2003, p.145).

Realmente as Diretrizes Curriculares, sozinhas, não irão mudar o ensino em comunicação social, sobretudo, o ensino de jornalismo, pois além do problema conceitual de jornalismo como habilitação do Curso de Comunicação, os demais conceitos propostos pelas Diretrizes, quando assimilados pelas IESs, estão apenas num projeto pedagógico que muitas vezes não se aplicam na prática.

Alguns equívocos podem ter parcelas de responsabilidade no insucesso da qualidade nos cursos de Comunicação Social. Dentre eles se destaca a visão de que o Mercado de Trabalho é que deve ditar quais as necessidades o ensino deverá suprir e os tipos de conteúdos e técnicas que deverá ministrar. Um princípio que orienta a política implantada pelo próprio modelo das DCN para o Curso de Comunicação Social. Também podemos acrescentar ao rol de equívocos a concepção errônea do conceito de jornalismo que o mercado de trabalho acabou por determinar, assim como o do papel da Universidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social prevêm, de maneira geral para todas as habilitações, que “[...] o estágio orientado por objetivos de formação refere-se a estudos e práticas supervisionados em atividades externas à unidade de oferecimento do curso” (BRASIL. DCN para o Curso de Comunicação Social, 2002, p.15). Acrescenta que esse tipo de ação pedagógica visa à interação com o mundo do trabalho.

Define também que, o estágio supervisionado, em conjunto com as atividades complementares, não pode ultrapassar 20% da carga horária total do curso. Não estão incluídas nesse computo os 20% dedicados ao Trabalho de Conclusão de Curso ou Projeto Experimental. Apenas essas duas referências são feitas nas Diretrizes Curriculares Nacionais acerca do Estágio Supervisionado, uma vez que não foram acatadas, em seu documento final.

A FENAJ abre então discussões sobre a possibilidade de implantação de um programa de estágio proposto por ela e já mencionado nessa tese. Começam assim os problemas causados pelo conflito entre o texto das DNC e a legislação própria para o

exercício profissional do jornalismo que proíbe o estágio. Essa proibição, feita através do artigo 19 do Decreto 284/79 que regulamenta a profissão não tem o poder de regulamentar a educação, mas por outro lado não permite que se abram campos de estágio.

Como vimos, as próprias Diretrizes Curriculares são omissas com relação à implantação do estágio e sua atividade, explorada superficialmente em seu texto, fica indeterminada quanto a sua obrigatoriedade. Apesar da participação do Sindicato Nacional dos Jornalistas nas discussões que antecederam o texto final das Diretrizes e deste ter apresentado um programa de estágio sob a sua supervisão, o mesmo não foi implantado e, nem sequer, considerado pelo documento final das DCN.

Muitos dos projetos encaminhados à Comissão de Especialistas do MEC, responsável pela redação do texto final das DCN para o curso de Comunicação Social, já se encontravam amadurecidos como podemos observar na consideração de Faro (2003).

Conselhos profissionais, eventualmente, já dispunham de projetos que refletiam sua preocupação com o ensino, enquanto as entidades acadêmicas da área, como a INTERCOM e a COMPOS, não só estavam distantes do problema, como também pouco se engajaram na promoção de sua discussão interna, ainda que tenham participado de todo o processo subsequente de formulação das Diretrizes Curriculares. De qualquer forma, de todos esses diferentes graus de acumulação do debate em torno das questões do ensino de graduação, tudo indica que o projeto mais amadurecido era aquele que vinha sendo defendido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) juntamente com os sindicatos estaduais da categoria e que ganhou corpo com a criação, em 1998, de uma comissão específica para a elaboração do Exame Nacional de Cursos de Jornalismo (FARO, 2003, p.5).

Relato que, nessa época, o então presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo e atualmente vice-presidente da FENAJ, Frederico Ghedini, manteve contato com as IESs do Estado de São Paulo, que ofereciam o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, para discussões periódicas sobre a questão do estágio em Jornalismo e a criação de uma regulamentação que permitisse essa prática desde que submetida à fiscalização das instituições em conjunto com o Sindicato.

O Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo na época avançou bastante nas discussões junto aos coordenadores de cursos de jornalismo, mas não houve, em contrapartida, o apoio da maioria dos dirigentes de IESs particulares. Atesto que, na época, na condição de coordenadora de curso em uma IESs do interior paulista, recebi pessoalmente Ghedini, que visitou as escolas para incentivar a discussão acerca da

possibilidade de implantação de estágio supervisionado na área do jornalismo.

Esse contato nos rendeu inúmeros convites para debates promovidos pelo Sindicato na capital paulista. Todavia, não fui liberada e nem mesmo recebi apoio para a participação nesse debate. O dirigente acreditava que seria muito perigosa uma aproximação com o Sindicato que poderia junto aos docentes e discentes passar a cobrar maiores investimentos em laboratórios, assim como fiscalizar os contratos de estágio extracurricular que eram amplamente utilizados para alunos de jornalismo desde o primeiro ano do curso.

O medo, de certa forma, justificava-se pela seguinte situação: os acadêmicos de jornalismo que freqüentavam a instituição pertenciam à classe trabalhadora e muitas vezes dependiam da remuneração advinda da atividade de estágio, mesmo que ilegalmente, para sustentarem financeiramente os seus estudos. Havia o temor de que se o Sindicato passasse a fiscalizar essa atividade junto aos veículos de comunicação e estes, por sua vez, deixassem de contratar os seus alunos, a consequência poderia ir até além da inadimplência, poderia atingir maiores índices de evasão.

Mesmo com o apoio limitado às suas iniciativas o Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo conseguiu algum sucesso na implantação de um estágio supervisionado sob a sua supervisão em conjunto com algumas IESs. Esse programa (que pode ser encontrado no site da FENAJ) teve respaldo nas DCN, uma vez que, mesmo de maneira superficial, faziam essa previsão. Em matéria publicada no site do Sindicato, em 12 de setembro de 2005, a entidade expõe a sua posição com relação ao estágio. Há no texto, a argumentação de que apesar de proibido o estágio por lei, a FENAJ entende que a realização do mesmo tem componente pedagógico importante na formação dos futuros jornalistas.

Em 2006, durante um Congresso dos Jornalistas realizado em Ouro Preto, foram discutidas regras para o exercício do estágio. Para essa discussão foram convidados representantes de cursos de Comunicação Social na habilitação em Jornalismo, assim com representantes do corpo discente. Essas regras passaram a valer a partir de 2007, entretanto, como já vimos, essa discussão é antecedente às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Mesmo sendo um ponto chave para a tentativa de aproximação da teoria e prática, e, mais que isso, entre o mercado da comunicação e a academia, não foi contemplado por elas. Essa resistência por parte das IESs, uma vez que já havia a possibilidade para a implantação do estágio a partir das DCN para o curso de

Comunicação Social e suas habilitações, está no fato dessa intermediação, ou melhor, fiscalização por parte do Sindicato, que se fazendo valer da proibição legal do estágio, só o reconhece à medida que o programa é estabelecido por suas vias. Dessa forma não houve interesse nem dos veículos de comunicação e nem dos dirigentes das IESs nesse programa.

Anteriormente a essa proibição e ao Decreto de 1979, a profissão era regulamentada pelo Decreto-Lei 972 de 17 de outubro de 1969. Esse texto abordava a questão do estágio e dizia que as empresas de comunicação tinham que destinar espaço em seus quadros para a contratação de estagiários, principalmente os quartanistas. Valverde (2006) ressalta que o estágio em jornalismo passou por três fases distintas. A primeira a da obrigatoriedade do estágio para a obtenção do registro profissional; a segunda, iniciada em 1978 com a Lei 6.612/78, que levou o estágio à categoria de facultativo e, finalmente, o Decreto de 1979 que o proibiu. A quarta fase é a que vivemos hoje, a das Diretrizes Curriculares que assumem uma postura própria da posição neoliberal em que não proíbe e nem torna obrigatório.

Assim sendo, o estágio continua proibido pela Lei que regulamenta a profissão, mas os Sindicatos, sob o discurso de um esforço contínuo na colaboração pela qualidade do ensino na formação profissional, criam regras para que essa prática pré-profissional possa ocorrer sob a sua supervisão.

Realmente é lastimável que um problema com essa gravidade tenha sido resolvido com uma proibição ao exercício e pior ainda é o fato de que hoje, as Diretrizes Curriculares Nacionais nem tentarem apresentar soluções que resolvam essa questão. Além disso, o próprio Sindicato dos Jornalistas se fazer valer dessa posição neoliberal das DCN para o Curso de Comunicação Social para fazer valer o que tanto criticou ao longo da sua história, ou seja, o controle da educação, através de um programa de estágio sob a sua supervisão.

Entre as tentativas para suprir a deficiência da falta do estágio para os alunos surgiram algumas alternativas consideradas eficientes por uns e ineficientes por outros, cujas discussões nasceram também anteriormente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social na habilitação em Jornalismo e foram contempladas por elas em forma de exigência de produção. Este é o caso do Jornal Laboratório, que, de acordo com as DCN para o Curso de Comunicação Social, tem a obrigatoriedade de elaborar oito edições anuais.

Esta é, ainda hoje, uma das alternativas utilizadas pelas escolas de comunicação para suprir o estágio, uma vez que considerada obrigatória pelas DCN para o curso de Comunicação Social também é aceita como atividade de estágio o que a torna uma opção interessante para as instituições particulares que não precisam estar sob a fiscalização dos sindicatos.

## CAPÍTULO III

### AS CONDIÇÕES MATERIAIS DO JORNALISMO: O MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo central caracterizar como o mercado de trabalho para a área de jornalismo exerce o controle sobre a atividade profissional do jornalista. Frente a esse objetivo central encontramos outros objetivos que lhe serão complementares como o de esclarecer o que este mercado entende como uma boa formação para o profissional da área, quais seriam suas propostas e, conseqüentemente, o porquê esse mercado é contrário ao diploma universitário, cuja obrigatoriedade foi revogada, como já descrito na introdução desse relatório.

O Decreto nº 83.284 de 1979, responsável por regulamentar a profissão de jornalista, em seu Artigo 3º considera como empresa jornalística aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal. Faz ainda duas ressalvas em seus incisos, sendo que a primeira faz alusão ao fato de que deve equiparar-se à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agências de publicidade ou de notícias, onde sejam exercidas as atividades previstas pelo Decreto no Artigo 2º e já especificadas no Capítulo II.

A segunda se refere às entidades públicas ou privadas não jornalísticas, mas sob cuja responsabilidade está editar publicações destinadas à circulação externa que, também, estão obrigadas ao cumprimento deste decreto, relativamente aos jornalistas que contratar. Nesta última se enquadram as assessorias de imprensa e de comunicação.

Com base nessa definição conceituamos como Mercado de Trabalho para a atividade jornalística, os veículos impressos como os jornais e revistas; os jornais televisivos ou telejornais; os programas de rádio de caráter jornalístico; os jornais e revistas *on line*; as agências de notícias e as assessorias de comunicação, que poderão constituir uma empresa ou o jornalista atuar dentro de instituições públicas ou privadas.

Vamos iniciar a nossa discussão acerca do Mercado de Trabalho para o jornalista situando-o em seu estado atual, uma vez que há muito tempo este mercado deixou de ser apenas o jornal impresso. Atualmente, as assessorias de comunicação são responsáveis pelo setor da comunicação que mais cresce no Brasil, sendo responsável por mais de

40% do mercado de jornalismo no país, estimado em mais de sessenta mil jornalistas com registro profissional. Só para se ter uma idéia, na Câmara Federal e Senado trabalham mais de 200 jornalistas.

Pode-se justificar o crescimento das assessorias de comunicação e de imprensa pela redução de vagas para jornalistas na grande imprensa ocasionada pelas novas tecnologias que demandam menor mão-de-obra e pela crescente aquisição de informações através das agências de notícias. Outro fator que originou o crescimento das assessorias foi que com a própria redução de jornalistas na grande imprensa os veículos de comunicação precisavam receber as informações de algum lugar e as empresas e instituições públicas e privadas, de maneira geral, viram na assessoria uma forma de garantir seu aparecimento na mídia.

Como vimos na Introdução e no Capítulo I deste relatório, grande parte destes jornalistas que está fora dos veículos de comunicação que formam o corpo da imprensa, originaram o jornalismo denominado Cidadão ou Jornalismo das Fontes. Este tipo de jornalismo, apesar de se constituir como uma alternativa à imprensa capitalista tem, na verdade, como objetivo divulgar os interesses de um determinado grupo político, partidário, religioso, entre tantos outros.

Sant'Anna (2004) confirma essa constatação ao afirmar que é muito tênue a linha entre o que é causa e o que é consequência neste processo de redução de mercado, tornando-se assim de difícil identificação. A história nos indica que os veículos de comunicação reduziram suas equipes, eliminaram coberturas jornalísticas setorializadas, dispensaram os profissionais especializados em temas considerados pelo novo paradigma mercadológico da imprensa como de segunda importância e, passaram a atuar nestas áreas, quase que apenas com os informes institucionais. Desta forma, o noticiário de determinados setores passou a ser assegurado em maioria pelas próprias fontes ou então pelas agências de notícia.

Nesse movimento do capital, o jornalista deixa de ser o único profissional responsável pela produção da notícia e passa a fazer parte de uma engrenagem das empresas de comunicação de massa, que no início do último quarto do século XX, embora embrionária no Brasil, já exercia um peso importante nas rotinas jornalísticas.

Sant'Anna (2004) atribui a fatores distintos a contribuição para que nos anos de 1980 o Brasil vivenciasse uma grande migração de jornalistas atuantes nos veículos de comunicação para as assessorias de imprensa. O autor cita os primeiros anos de aplicação do Decreto nº 83.284/79 que, classificava como jornalísticas uma série de atividades, já

citadas no Capítulo II, independente do seu local de desempenho, como um dos fatores motivadores para esta migração.

Assim, como determinava que mesmo nos órgãos públicos, onde eram executadas tais funções (assessorias de imprensa e coordenações de comunicação social), a regulamentação profissional do jornalista deveria ser respeitada. Desta forma, o jornalista além de ganhar um novo espaço, assegurou sua situação profissional com relação à reserva de mercado.

Por outro lado, a imprensa brasileira vivia uma grave crise econômica, acelerada pela introdução de modernas tecnologias que possibilitaram a redução da mão-de-obra, mas que endividaram os veículos de comunicação. Estes, por sua vez, foram obrigados a modernizar sua produção. Com isso, um menor número de jornalistas cobrindo o cotidiano nos veículos de comunicação, minimizou as possibilidades de pauta acentuando o interesse de diversas instituições em garantir seus espaços na mídia. Outro fator foi o de que, nas assessorias, o jornalista passou a receber salários maiores que os pagos pelos veículos de comunicação e sem o estresse da rotina das redações.

Assim, vários profissionais especializados viram-se, repentinamente, em um novo território: o espaço, do outro lado do microfone, do outro lado das lentes das objetivas. Em 1986, as estruturas de comunicação institucional respondiam pela contratação de contingentes equivalentes ao total de Jornalistas trabalhando para todas as rádios, TVs, jornais e revistas do país. Cerca de dez mil profissionais de cada lado do balcão, alguns dos dois lados, simultaneamente (SANT'ANNA, 2004, p.25).

Sant'Anna (2004) diz ainda que a corporação da categoria (organização sindical e seus associados) não ofereceu oposição à idéia de que o campo da assessoria de imprensa era composto por atividades jornalísticas e, por isso, deveria ser exercício exclusivo daqueles que detivessem o registro profissional. Não houve, por parte das empresas que contratavam esses assessores, nenhuma reação significativa no sentido de cumprir essa orientação de reserva de mercado ao jornalista.

Esta posição gerou um conflito nas relações entre jornalistas e relações públicas, profissionais anteriormente responsáveis pelas atividades de assessoria de imprensa junto às empresas. Vale ressaltar que até hoje esse conflito existe. Resultado deste embate é que os jornalistas ampliaram seu território de atividades no mercado de trabalho e os profissionais de Relações Públicas foram obrigados a recuar na sua atuação, uma vez que sem regulamentação profissional, não se viram amparados em seus direitos.

Um exemplo da amplitude que o jornalista ganhou no mercado das assessorias

de imprensa pode ser constatado nas rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. Diga-se de passagem, onde se concentrava o maior número de jornalistas *per capita* do Brasil, ou seja, seis mil e quinhentos jornalistas para uma população de dois milhões de habitantes, um jornalista para cada trezentos e cinquenta habitantes.

Desta forma, segundo Adghirni (2005), ficam evidentes as influências que a notícia passou a sofrer das fontes oficiais. Esta interpretação é possível ao analisar as “[...] rotinas produtivas do jornalismo a partir do conceito de “mídias das fontes”, ou seja, como os órgãos institucionais dos Três Poderes interferem (ou tentam interferir) na pauta das mídias convencionais para influenciar o *agenda-setting*” (ADGHIMI, 2005, p.53). Denominamos como mídias convencionais aquelas de caráter comercial, tradicionais veículos de empresas e redes de comunicação instaladas no mercado para distinguir de mídia das fontes. As instituições criaram seus próprios serviços de comunicação para falar com rádio, jornais, televisão e internet.

Assim sendo, as empresas jornalísticas perderam o monopólio que exerciam na produção de notícias. Esta se configura como uma das grandes mudanças no jornalismo brasileiro a partir da década de 1980. Os assessores de imprensa, agora fontes jornalísticas, criaram suas próprias mídias e passaram a interferir definitivamente nas pautas da chamada mídia convencional. “E quando estas fontes jorram do poder político estruturado que governa o país, os gêneros se embaralham, as funções se subvertem, os desafios e jogos de interesse tornam-se opacos e indistinguíveis para a sociedade” (ADGHIRNI, 2005, p.54).

Pereira, Fábio (2004) completa ainda que, [...] o surgimento do jornalismo representou a profissionalização da atividade de mediação (Correia, 1995). Mas o advento das novas mídias e o aumento de eficácia das assessorias de imprensa permite aos geradores de notícia uma comunicação direta com o público, sem o intermédio do jornalista. Essa nova situação induziria alguns teóricos (Neveu, 2002; Ramonet, 2001) a questionarem o papel do jornalista na sociedade. Outra consequência desse processo é a mudança no status das fontes. Ao se tornarem entidades ativas, oferecendo aos jornalistas um imenso volume de informações, eles perdem a condição de ‘fontes’ para se tornarem ‘produtores de notícias’. Submerso nesse dilúvio informativo o jornalista perde o espírito de iniciativa, antes intrínseco à sua imagem (PEREIRA, Fábio, 2004, p.11).

Para entendermos melhor como o mercado de trabalho para o jornalista se configurou, da forma como apresentamos, é necessário que retomemos um pouco o

passado e, sem fazer uma reconstrução histórica muito grande, que, neste momento, torna-se desnecessária, iremos apenas à chamada Época de Ouro da imprensa (final da década de 1940 a meados da década de 1970), quando começou a ganhar força a idéia do jornalismo como uma profissão voltada exclusivamente para os interesses do mercado.

É óbvio que a concepção de notícia como um produto comercial do Capitalismo, como já vimos anteriormente, é muito anterior à chamada Época de Ouro da imprensa. Entretanto, considera-se aqui, a atividade do jornalista com foco exclusivo no capital. Concepção esta que veio tirar definitivamente do jornalista os compromissos com a responsabilidade social e com a informação pública, outrora, assumidos.

Para Pereira, Fábio (2004), o que ele denomina de jornalismo de mercado, colocaria em xeque todo o ideal romântico que perpassa a profissão desde o início da sua existência. Ele acredita que, de certa forma, houve uma radicalização com relação ao caráter mercantil da imprensa, e, que esta foi intrínseca à própria produção noticiosa que teve origem com o Capitalismo.

Essa radicalização é resultado de alterações não só no jornalismo, mas em toda estrutura da imprensa. O autor aponta alguns fatores responsáveis por essas mudanças, e, chega à conclusão de que as “Mudanças na estrutura das empresas de comunicação levaram a uma submissão da produção jornalística à lógica de exploração do sistema capitalista” (PEREIRA, Fábio, 2004, p.8).

A maioria das grandes empresas de jornalismo norte-americanas, a partir da década de 1970 lançou suas ações na bolsa de valores. Como explica Pereira, Fábio (2004), em decorrência disso, tivemos o aumento da pressão pela busca de lucros e benefícios a um curto prazo que, conseqüentemente, ocasionaram uma queda na qualidade do jornalismo, ao mesmo tempo em que aumentou o poder dos departamentos de marketing. “Os processos de concentração e incorporação dos veículos por grandes empresas reduziram o jornalismo a um setor subsidiário dentro das corporações midiáticas. A submissão da imprensa à lógica empresarial alterou a pauta jornalística” (PEREIRA, Fábio, 2004, p.8)

Como diz o autor, as notícias sobre economia e política passaram a dar lugar às coberturas de outros assuntos mais comercializáveis, como, por exemplo, às chamadas *soft news*, com um alto conteúdo emotivo com objetivo de atingir um público ainda maior. Compartilha dessa afirmação Ramonet (2001) ao dizer que

[...] a informação se tornou, de verdade e antes de tudo, uma mercadoria. Não possui valor específico ligado, por exemplo, à verdade ou à eficácia cívica. Enquanto mercadoria, ela está em grande parte sujeita às leis de mercado: da oferta e da demanda em vez de estar sujeita a outras regras, cívicas e éticas, de modo especial, que deveriam, estas sim, ser as suas (RAMONET, 2001, p. 60).

No Brasil, o processo de profissionalização das empresas jornalísticas ocorreu de forma distinta da norte-americana. Não houve lançamento de ações na bolsa de valores, por outro lado, entretanto, foi marcado por um autoritarismo centralizador por parte dos grupos familiares e políticos que controlavam e ainda controlam os veículos de comunicação. “Enquanto a empresa transita entre dois estilos de gestão, impera um duplo discurso, ora com ênfase na confiança e no favor, ora na competência e na exigência” (RIBEIRO, Jorge, 1994, p.114).

De acordo com Pereira, Fábio (2004), a lógica comercial trouxe para as redações uma influência na redução de custos na produção da notícia. Além disso, favoreceu um processo de precarização do mercado de trabalho. Exemplos desse estado precário podem ser observados nos percentuais que indicam a redução dos jornalistas devidamente registrados. Na França, o número de *pigistes* (trabalhadores sem contrato permanente) aumentou de 8,5% em 1975 para 14,7% em 1990. Em

1999, esta proporção já passava os 40%. “A deterioração do mercado de trabalho traz um sentimento de resignação dos profissionais às condições impostas pelas empresas” (PEREIRA, Fábio, 2004, p.10).

O Jornalista, para se manter no emprego ou conseguir uma melhor colocação, é colocado em situações em que se vê tentado a desrespeitar algumas regras morais de conduta e deontológicas da profissão, como por exemplo, a checagem sistemática das fontes ou o respeito à veracidade da informação.

Com isso, o texto jornalístico adquire um caráter cada vez mais instrumental, identificado com os interesses do mercado. O jornal é produzido como um manual para a vida cotidiana. O jornalista perde a aura de herói e identifica-se, cada vez mais, como simples operário de um sistema de produção taylorizado (PEREIRA, Fábio, 2004, p.10).

No Brasil, a história do jornalismo é caracterizada pela busca de ideais até o surgimento da indústria cultural, que passa a separar de um lado os jornalistas e de outro os empresários. Essa interferência do meio físico tem atingido de forma natural a produção jornalística, mas segundo Santos, B.S. (2004) essa questão tem que ser analisada dentro de um contexto político e econômico assim como nas relações advindas dessa convergência.

O autor dá alguns pequenos exemplos que mudam o cotidiano das redações e dos jornalistas e que são claros para que possamos compreender como se dão essas interferências que geram o conflito entre empresários e jornalistas. As novas tecnologias permitiram ao jornalista rever e alterar os textos com maior facilidade. Isso representaria apenas um instrumento de qualidade para o texto jornalístico não fosse também à acessibilidade que os computadores das redações, ligados em rede, pudessem permitir que as chefias editassem esses textos, muitas vezes sem a permissão ou até mesmo conhecimento do jornalista que o elaborou. Ficando esse último ainda mais suscetível às linhas editoriais e interesses distintos da função social do jornalismo.

É também nesse sentido que Adghirni (2005) credita às novas tecnologias a responsabilidade por mudanças, não apenas estruturais nos veículos de comunicação, mas muito mais pela transformação das relações entre empresários, jornalistas e o modo de produção da notícia. “Mais recentemente, a introdução das novas tecnologias na produção e distribuição de notícias bem como a hibridização dos gêneros profissionais e redacionais, provocaram uma reviravolta sem precedentes no universo dos jornalistas” (ADGHIRNI, 2005. p.46).

A certeza é que, a idéia do jornalismo romântico e boêmio, que marcou o início da imprensa no Brasil e que passou pelo jornalismo militante e anarquista, está, definitivamente, findada. Atualmente a imprensa é sinônima de indústria da informação e se orienta na busca do equilíbrio entre a oferta do produto jornalístico e a demanda de público para consumi-lo. Essa relação entre oferta e demanda é que irá determinar a publicidade que será responsável pela manutenção econômica e pelo lucro dos veículos de comunicação. Os índices divulgados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) é um exemplo claro dessa relação entre oferta e demanda nas relações de produção da notícia e sua distribuição.

É certo que as novas tecnologias, sem dúvida alguma, ocasionaram mudanças significativas na produção jornalística, todavia, os profissionais e as escolas de jornalismo, em vez de apenas centrar sua discussão nos efeitos das novas tecnologias para

essa produção, “[...] deveriam se interrogar se as modernas empresas de comunicação estão de fato respeitando a plenitude do direito à informação e o direito de opinião de todos os grupos sociais, de todos os cidadãos, conforme exige a verdadeira democracia” (ADGHIRNI, 2005. p. 46). Na imprensa capitalista sabemos que isso não ocorre e, simplesmente, é um tema pouco explorado dentro da academia e sequer discutido pelos jornalistas atuantes no mercado de trabalho.

Ao analisarmos o papel atual e, principalmente, os objetivos dos veículos de comunicação da atualidade, é que percebemos como as mudanças ocasionadas no papel do jornalismo se deram, em grande parte, em função das próprias empresas de comunicação e das suas relações políticas e econômicas que definem a linha editorial dos veículos de comunicação.

Como todo trabalhador no Sistema Capitalista, o jornalista tornou-se apenas um instrumento nesse processo, e, a culpa atribuída ao ensino superior em jornalismo pela falta de qualidade no jornalismo brasileiro, pouca responsabilidade direta apresenta. Aliás, a principal responsabilidade deve ser atribuída, principalmente, aos objetivos econômicos das empresas de comunicação que fazem com que os princípios essenciais do jornalismo com foco no interesse público sejam deixados para segundo plano e, em alguns casos, simplesmente descartados.

Na imprensa capitalista não se pode acreditar em uma atividade jornalística que tenha como foco o interesse público, pois esse princípio entra em conflito com a lógica empresarial. “A empresa está explicitamente dizendo que uma porção dessa lealdade (dos jornalistas) deve ser dedicada a ela e aos seus acionistas – em vez de aos leitores, ouvintes ou espectadores” (PEREIRA, Fábio, 2004, p.13). Por outro lado, o autor diz que, apesar do desempenho do jornalista num trabalho ditado pela lógica econômico-empresarial, este, continua acreditando que não há exclusão do compromisso com o público. Nesse sentido podemos situar um jornalista alienado que

[...] apesar de desenvolver seu trabalho dentro de empresas, cada vez mais tipicamente representativas do capitalismo tardio, os jornalistas se movem numa direção que nem sempre é a mesma de suas empresas (...). Mesmo empregados em um circuito produtivo tipicamente capitalista, e apesar de que nele se introduziu a organização racional em múltiplos aspectos, os jornalistas continuam percebendo sua atividade como um serviço público destinado à fins extra-econômicos (ORTEGA; HUMANES, 2001, p.59- 60).

Consideramos essa análise não ingênua por parte do autor, mas sim, como uma justificativa profissional dos próprios jornalistas e, que não corresponde a realidade

no processo de veiculação da notícia. Se por algum motivo, os jornalistas continuam percebendo sua atividade como um serviço público destinado a fins extra- econômicos, só posso atribuir esse fato ao caráter alienante que hoje se coloca na educação deste profissional.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação Social na Habilitação em Jornalismo fazem a seguinte recomendação com relação à interação entre Sociedade e Mercado de Trabalho:

**Modos de Integração com a Sociedade e com o Mercado de Trabalho:** O Projeto Acadêmico do Curso deve ainda prever e expor com clareza os procedimentos através dos quais assegurará uma efetiva interação com a sociedade, cumprindo sua responsabilidade de fornecer recursos humanos qualificados ao mercado de trabalho e de aperfeiçoar o próprio funcionamento social através de suas perspectivas inovadoras e críticas. Devem, portanto, ser relacionados: as atividades regulares de Extensão; os meios de acompanhamento da integração dos profissionais formados pela escola ao mercado de trabalho; a interação entre o Curso, através de docentes, discentes e profissionais dos serviços de apoio, com entidades representativas dos diversos segmentos da área das comunicações, orientadas para a solução de problemas referentes ao mercado de trabalho e cooperação no que se refere às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; a interação entre o Curso, através de docentes, discentes e profissionais dos serviços de apoio, com entidades representativas dos diversos segmentos da área das comunicações e com setores da sociedade civil em geral, que atuem no sentido da busca de soluções para os problemas de interesse público da área; a existência de um programa de estágio orientado por objetivos de Ensino, Pesquisa e Extensão e que seja regulamentado e fiscalizado com a participação dos Sindicatos representativos dos setores profissionais pertinentes com jurisdição na região, para evitar o aviltamento do mercado de trabalho; a integração das atividades de formação com os veículos e estruturas de serviço e produção de comunicação da própria instituição de ensino superior (publicações, emissoras de rádio e TV, inclusive canais de TV por assinatura, produtoras, agências, editoras ou assessorias); previsões referentes ao desenvolvimento de uma vocação regional que oriente aspectos determinados e delimitados na formação, promovendo a adequação do curso às condições sócio-econômicas e culturais da região em que estiver localizada a Instituição e valorizando as habilitações frente às demandas sociais da região; o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão que estimulem a geração de mercado de trabalho e o surgimento de demandas sociais por atividades profissionais relevantes dos egressos (BRASIL. DCN para o Curso de Comunicação Social, 2002, p.31. Grifo nosso).

As recomendações feitas pelas Diretrizes, no entanto, não têm sido colocadas em prática com a devida eficiência, pois além dos problemas diretos da educação formal, ainda nos deparamos com a resistência do mercado de trabalho à formação universitária do jornalista. Assim, não se torna nada fácil a tarefa de proporcionar essa interação, mas, sem dúvida, uma análise mais profunda dos docentes e discentes com relação ao mercado de trabalho auxiliaria em muito a formação de profissionais com níveis mais conscientes de sua função e dos objetivos do mercado.

Só assim o jornalista teria condições de, mesmo diante dos objetivos mercadológicos dos veículos de comunicação, manter-se consciente, e, mesmo sujeitado ao mercado, não perder sua capacidade crítica.

A maioria dos estudantes que procura hoje um curso universitário de jornalismo tem como foco de atuação no mercado de trabalho as grandes empresas de comunicação. Esse motivo torna-se claro diante da deformação profissional do jornalista que percebemos na atualidade.

Os ideais políticos que acompanharam o perfil do jornalista até a década de 1980 desapareceram juntamente com o fim da Ditadura e do Regime Militar, apesar das mudanças já ocorridas com o desenvolvimento do sistema capitalista que havia sido responsável pela substituição de um jornalista romântico pelo profissional subordinado aos interesses empresariais.

Apesar do fim da ditadura trazer uma maior possibilidade de liberdade de expressão, no que tange a censura física, o jornalista continuou sendo utilizado como um instrumento a serviço do capital. Esse fato reforça a tese de que o sistema capitalista foi o grande responsável pelas mudanças ocorridas na função desse profissional e, não apenas a censura política, à qual são atribuídas pelos mesmos, como sendo a grande vilã de um jornalismo tolhido pela falta de liberdade de expressão.

Esse jornalista é o chamado trabalhador livre, mas que é prisioneiro do seu próprio trabalho social, pois como apresenta a concepção de Marx (1983, p.197) “[...] o trabalho não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades”. Embora, para Marx (1983), antes mesmo do trabalho social existe a relação de homem–natureza.

“O Homem é condenado a ser livre” diz Marx (1983, p.106) ao analisar o trabalhador localizado entre o fim do feudalismo e a passagem para o capitalismo. Classifica esse trabalhador como livre em sentido duplo: livre porque não é mais um meio de produção como o escravo ou o servo, mas que também não tem os meios de produção como o lavrador que é proprietário da sua terra, ou seja, “livres e donos de si mesmos” (MARX, 1983, p.106).

Dessa mesma forma foi constituído o jornalista ao longo de sua existência profissional. Apesar da liberdade aparente da democracia, há o sistema capitalista que transforma esse profissional, num processo de auto-alienação, no conceito de Marx (1987), em um produto elaborado a partir das gerações anteriores.

Em cada fase histórica, "o homem" foi introduzido sorrateiramente por sob os indivíduos anteriores e apresentado como a força motriz da história. Todo o processo foi então concebido como processo de auto-alienação "do homem", e isto se deu essencialmente porque o indivíduo médio da fase posterior sempre foi introduzido sorrateiramente na anterior e a consciência da fase posterior nos indivíduos da fase anterior. Graças a esta inversão, que desde o início faz abstração das condições reais, foi possível transformar toda a história num processo de desenvolvimento da consciência (MARX, 1987, p. 107. Grifo do autor).

A relação entre força produtiva e as relações de produção são uma constante, não apenas no sistema capitalista, mas em toda a história do trabalho, desde que se localiza o homem social. O pontual nesse contexto é que, apesar de todas as fases do capitalismo e das expropriações causadas ao longo dessa evolução, não se conseguiu um equilíbrio que pudesse tirar dos ombros do trabalhador, todo o ônus dessa relação.

Marx (1983, p.141) afirma que

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (...). A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal (...). Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral.

O que se tem como mais relevante nessa análise é que, apesar do capitalismo comprar o homem livre, trouxe em seu bojo uma série de correntes e cadeados que o aprisionaram de maneira tão implícita para os trabalhadores, embora explícita para os que detêm o poder. As conseqüências desse aprisionamento não ficam restritas ao aspecto econômico, mas principalmente às relações sociais, culturais e políticas, o que leva a uma reflexão de que a principal aliada dessa expropriação do trabalhador, em seus mais variados aspectos trazidos pelo capitalismo, foi a educação, ou melhor, a falta dela.

Podemos questionar o mercado de trabalho ou o Ensino Superior de Jornalismo, mas o fato é que ambos não se fizeram sozinhos. A sociedade é que coloca para si os modelos que são mais apropriados para ela. É claro que, na Sociedade Capitalista, esses modelos são postos por uma minoria, ou seja, aquela que detém o poder. Desta forma é

que vemos como possível uma transformação tanto no mercado como no ensino, somente a partir de um jornalista no conceito do intelectual orgânico<sup>24</sup>, de Gramsci (1989).

Entendo que se temos uma situação de conflito entre o Mercado de Trabalho e o Ensino Superior de Jornalismo, precisamos desenvolver uma postura crítica, de forma que se torne possível a visualização e a discussão dos elementos do conflito, identificando assim quais as soluções para a formação de um jornalista que tenha condições de interferir e modificar o fluxo da comunicação em prol da sociedade. Se ao estabelecer esses elementos, muitas vezes vazios, não se consegue atingir um objetivo comum na busca deste profissional, teremos então, para se alcançar uma solução, que reavaliar este Mercado e este Ensino e, para isso, o desenvolvimento de níveis maiores de consciência crítica é necessário.

Essa reavaliação, entretanto, só poderá ocorrer através dos jornalistas, tanto dos veículos de comunicação quanto da prática docente e, para isso, será necessário que ocorra uma postura contra-hegemônica do jornalista com relação à imprensa que esta posta hoje.

Parece que ambos os lados ao construírem uma crítica mútua não percebem que as escolas de jornalismo, hoje, fazem parte do mesmo sistema midiático que os veículos de comunicação; “[...] funcionam como um reforço do "jornalismo de mercado" e, não, como a sua contestação. [...] professores e alunos aceitam os mesmos manuais, paradigmas e praxes utilizados nas redações quando, ao menos, deveriam argüir suas validades” (DINES, 2001, p.2).

O autor reforça ainda a necessidade de desenvolvimento dessa postura crítica com o exemplo de que

Nas duas mais importantes escolas de jornalismo dos EUA (Columbia e NYU, ambas de Nova York) o dado novo em matéria de currículo é a cadeira de *media criticism*. Os responsáveis pela alteração chegaram à conclusão de que pouco adianta ensinar como se pesquisa e narra uma história se o narrador não tem uma visão crítica do processo em que está enfiado. O jornalismo contemporâneo ou se fará com esta visão crítica ou NÃO será um jornalismo contemporâneo (DINES, 2001, p.3. Grifo do autor).

<sup>24</sup> Para Gramsci, cada grupo social fundamental, com papel decisivo na produção, engendra seus próprios intelectuais, ditos "orgânicos" a este mesmo grupo social. Assim, a classe burguesa, ao desenvolver-se no seio do antigo regime, traz consigo não apenas o capitalista, mas também uma série de figuras intelectuais mais ou menos distantes dele: o técnico da indústria, o administrador, o economista, o advogado, o organizador das mais distintas esferas do Estado. Tais intelectuais são os responsáveis pela nova forma do Estado e da sociedade, são os "funcionários da superestrutura", que terminam por moldar o mundo à imagem e semelhança da classe fundamental. Analogamente, a classe operária - que, na visão de Gramsci, era a classe que então comandaria a mudança social - teria seus próprios intelectuais de novo tipo, que, no entanto, não é correto identificar aos intelectuais dos partidos de esquerda ou aos seus militantes

Na verdade, será muito difícil transformar os objetivos dos veículos de comunicação por estes se configurarem por empresas capitalistas. Estas, com certeza, não abrirão possibilidades para essa mudança. No entanto, a reavaliação desse mercado como está posto hoje, não ocorre diretamente com a eliminação destas empresas, mas sim, com a introdução de uma imprensa alternativa que possa se antagonizar com a existente e, desta forma, despertar na sociedade um nível maior de consciência crítica com relação ao jornalismo.

Para falar em imprensa alternativa, no entanto, é necessário que, através da história do jornalismo e de uma análise do que esta já representou, possamos visualizar as formas de ação para que uma nova forma possa emergir. De acordo com Abramo, (1988), a década de 1960, marcou a presença de uma Imprensa Alternativa em sua forma mais eloqüente. O autor diz que, a chamada imprensa alternativa nunca foi de fato uma alternativa à outra imprensa, ou seja, à grande imprensa ou imprensa burguesa. “Não foi alternativa no sentido de oferecer ao leitor uma opção de leitura, do tipo que levaria um cidadão a deixar de ler o Jornal do Brasil para ler o Opinião, ou trocar O Estado de S. Paulo por Movimento” (ABRAMO, Perseu, 1988, p.2).

Segundo Abramo, Perseu (1988), o motivo não foi apenas pelo fato de a imprensa alternativa ser periódica, muitas vezes mensais ou semanais, em contraposição aos grandes jornais diários, mas, principalmente, porque Opinião, Movimento, Versus e tantos outros também não constituíam uma opção alternativa à leitura de Veja, Isto É, Visão etc. A principal razão reside em dois argumentos. O primeiro deles é o fato de que os pequenos semanários ou mensários não tinham recursos financeiros, materiais e humanos para fazer frente às grandes empresas de comunicação, que se tornam ainda maiores com a implantação da Ditadura em 1964.

Abramo, Perseu (1988, p.2) diz ainda que,

[...] outra pista para entender o caráter real da imprensa chamada alternativa é o de que, na verdade, tratava-se muito mais de fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la. É como se, na Era da Ditadura, houvesse necessidade de colocar no papel o substrato de um movimento de contracultura, disperso e fragmentado sim, mas inegavelmente existente nos anos 60 e 70. Mas a contracultura só passa a ter existência real enquanto imagem invertida no espelho da cultura existente. Só existe contraponto quando existe o "ponto". A imprensa alternativa era fundamentalmente dependente da imprensa chamada grande, isto é, aquela que, de uma forma ou de outra, havia contribuído para a eclosão do Golpe de 64 e, constrangidamente ou não, era simultaneamente sustentáculo e beneficiário da ditadura.

Essa dependência da grande imprensa é contraditória, evidentemente, para não dizer dialética. Ou seja, os grandes jornais e revistas precisavam dizer alguma coisa para que a imprensa alternativa dissesse o contrário, “[...] ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro” (ABRAMO, Perseu, 1988, p.3).

Embora, essa dependência fosse real, como analisa Abramo, Perseu (1988), não era consciente por parte dos jornalistas que faziam a imprensa alternativa na época. E, é esse maior nível de consciência crítica, que abordamos anteriormente, como sendo imprescindível ao jornalismo, caso contrário cairíamos novamente nas mesmas teias de três décadas atrás que fizeram com que a imprensa alternativa fracassasse.

Para a nossa proposta de imprensa alternativa, precisamos ter um profissional que não se foque no conceito de jornalismo comercial e que conheça os artifícios usados pela grande imprensa, de forma que não sofra um processo de auto-alienação ou de autocensura. E, por isso, defendemos a aproximação da formação acadêmica com o Mercado de Trabalho. O objetivo dessa aproximação é o de entender a engrenagem do mesmo para que o futuro profissional possa oferecer uma postura contra-hegemônica à imprensa capitalista.

A imprensa alternativa da década de 1960 tinha a sua pauta alicerçada nas páginas dos grandes veículos de comunicação e mudavam apenas o ângulo de abordagem das matérias, as fontes e o posicionamento ideológico e político diante do tema noticiado.

A nossa proposta se difere totalmente dessa, uma vez que hoje, o modo de tratar os fatos jornalísticos, que são comercializados de forma massificada e homogênea pelas agências de notícias, nos coloca um jornalismo em que o furo de reportagem deixa de ser perseguido e torna-se importante veicular o que todo mundo está publicando.

Se formos criar uma imprensa alternativa hoje, que tenha como base as pautas da grande imprensa, só estaríamos criando uma miniatura da grande imprensa, que é o que fazem os pequenos semanários e jornais de bairro atuais, que configuram a chamada imprensa nanica. Têm apenas como diferença da grande imprensa: a ausência de recursos financeiros.

Essa imprensa alternativa proposta como instrumento emancipatório teria que obter seus recursos através de uma credibilidade e cumplicidade do público. Assim, os recursos para a manutenção da mesma viriam diretamente da venda dos produtos jornalísticos ao público e não do governo, organizações políticas e/ou empresariais.

Na verdade, a imprensa alternativa das décadas passadas, deveria ser chamada de imprensa combativa. De acordo com Abramo, Perseu (1988), a situação se transforma, apesar de minimamente, na fase final da ditadura, nos últimos anos da década de 1970. Essa alteração se deve muito mais às mudanças operadas no movimento social concreto, do que propriamente no âmbito da imprensa alternativa. Ou seja, começa a surgir, apesar da ditadura, uma forte resistência civil, organizada por “[...] movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos comitês de anistia e, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista” (ABRAMO, Perseu, 1988, p.5).

Naquele momento, ocorre um movimento mais concreto, uma vez que expresso por entidades e, por líderes que se transformavam em fontes alternativas de informações e opiniões, e, que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa.

Uma questão se torna fundamental para que possamos entender a imprensa alternativa da época, ou seja, quem era o seu público? Com certeza não era a grande massa, essa, como fala Abramo, Perseu (1988), “[...] infelizmente a grande maioria não tinha e, continua não tendo, os meios materiais e culturais, o tempo, a paciência, a disposição e o hábito de ler coisas impressas, entre as quais, os jornais e as revistas” (ABRAMO, Perseu, 1988, p.4). Os leitores de jornais diários tinham preferência pela imprensa popular e sensacionalista. “Sobram as minguadas camadas mais esclarecidas e politizadas da grande massa” (ABRAMO, Perseu, 1988, p.4).

Essa minoria era composta pela chamada aristocracia operária dos grandes centros industriais, setores médios não alienados, os políticos, os ativistas sindicais, os quadros intermediários e centrais, os dirigentes e militantes de organizações políticas revolucionárias. Um público bastante diversificado na sua heterogeneidade, mas exíguo em número, entretanto, esse mesmo público não podia dispensar a grande imprensa. Era nela que eles se atualizavam; que recebiam as informações tecnocráticas da sociedade burguesa, cujas versões oficiais não figuravam na imprensa alternativa. Só então iam à imprensa alternativa, receber o contraponto, ou seja, a versão oposicionista.

Ivana Bentes, diretora da Escola de Comunicação da UFRJ e professora universitária, em entrevista concedida a Revista *On Line* da Unisinos, IHU on line em 2008, faz algumas considerações acerca da imprensa alternativa de hoje. Bentes (2008) diz que, atualmente, esta se encontra num meio termo, tem vários projetos interessantes de mídia alternativa, principalmente em revistas e na internet. Acredita que esta mídia

independente é a grande beneficiada com estas mudanças no contexto tecnológico e econômico que proporcionaram o barateamento das tecnologias.

A professora discorre que esta imprensa alternativa ou mídia independente, como se refere à mesma, sempre teve problemas históricos de sustentabilidade econômica, de visibilidade política, de mercado, “[...] mas sobreviveu, durante todo esse tempo, num trabalho de guerrilha: é singular e individual. Só foi a partir do próprio advento da internet que essa mídia independente passou a ter alguma visibilidade” (BENTES, 2008, p.7).

Bentes (2008) cita ainda exemplos que considera representantes positivos dessa mídia como as agências Carta Maior, Carta Capital e Vermelho, também dos sites de jornalistas, como os de Paulo Henrique Amorim que, apesar de ligado a uma emissora, possui uma marca de singularidade muito grande.

Menciona ainda o de Luís Nassif, que funciona como grande formador de opinião, uma vez que, com discurso de análise da própria mídia, faz uma espécie de, não só observatório neutro da mídia, mas representa uma militância, um engajamento. Traz um trabalho um pouco parecido com o dos professores universitários que, segundo ela, deveriam estar com os olhares mais atentos ao se debruçarem sobre essa mídia. “Parece-me que estamos vivendo um momento de transição com essa possibilidade da explosão do que chamamos sempre de mídia independente – que sempre existiu, mas com extremas dificuldades” (BENTES, 2008, p.5).

Os principais problemas enfrentados pela mídia independente ou imprensa alternativa é o fato da concentração não só econômica, mas alimentada pelo próprio setor público, ser responsável por uma má distribuição das verbas publicitárias.

Esse é um quadro um pouco crítico, mas absolutamente produtivo, na medida em que essa crise tem produzido alternativas muito distintas de modos de produção de mídia que não têm relação simplesmente com essa mídia *mainstreaming*<sup>25</sup>. Estamos num momento de transição de décadas de concentracionismo, de uma homogeneidade, de uma fórmula que está mais do que desgastada em termos de mídia, de produção de informação e uma descentralização. Além disso, temos uma fragmentação que, obviamente, precisa também ser analisada sob um olhar crítico, analítico, mas é extremamente interessante para todas as áreas. Essa transição de tecnologia e até de mentalidade amadureceu muito e deu alguns saltos nos últimos anos (BENTES, 2008, p.1).

---

<sup>25</sup> A grande mídia

A visão de Bentes (2008) sobre a grande imprensa brasileira, em primeiro lugar, aborda a clara redundância de pauta nos veículos de comunicação. “A impressão, quando se abre todos os jornais diários, é que têm as mesmas manchetes. Claro que há sempre os fatos do dia, mas o perfil dos jornais é muito parecido, o que leva a uma homogeneidade muito grande” (BENTES, 2008, p.2).

Segundo ela, seria preciso haver uma diversidade maior na grande imprensa, aliás, mais do que uma proposta editorial, deveria ocorrer a participação de segmentos de grupos distintos, com visões políticas e de mundo diferentes, pois só assim se conseguirá combater a homogeneidade existente entre os veículos de comunicação e suas linhas editoriais.

Bentes (2008) acha que as mudanças só são possíveis a partir do momento em que se rompe com esse modelo de jornalismo tradicional da grande empresa corporativa. Argumento também defendido por esta tese. A professora acredita que a utilização de uma tecnologia como a internet ou outras possibilidades eletrônicas poderão ser de grande valia para esse rompimento. “Qualquer sujeito, hoje, pode se tornar um produtor de mídia. Esse me parece o horizonte da universalização dessa atividade [...]. Hoje, é uma demanda de cidadania a produção de informação, análise, interpretação” (BENTES, 2008, p.3).

Temos aqui a evidência de que as mudanças só podem ocorrer através da resistência e contraposição ao que nos está posto. Essas mudanças têm que ocorrer no seio da sociedade, através do papel do intelectual orgânico, da infra-estrutura e da mudança nos meios de produção. Este deve ser o principal papel do ensino superior em jornalismo, ou seja, formar um profissional sob este conceito.

Esse profissional voltado para o jornalismo alternativo, que poderá ser construído através do papel do intelectual orgânico e terá uma enorme responsabilidade, melhor, terá um maior nível de consciência desta. Uma análise de Noblat apud (CAMPOS, 2003, p.4) exemplifica essa responsabilidade, pois,

[...] trata-se de uma verdade que deve ser objeto de reflexão, se lembrarmos que existe muito mais "liberdade de empresa" que "liberdade de imprensa" em todo o mundo. Dá para imaginar o poder e a responsabilidade das pessoas que "agendam o mundo", isto é, que decidem o que deve ser noticiado no mundo a partir de meia dúzia de agências internacionais. No caso do Brasil não é muito maior o número de famílias que controlam a imprensa, portanto, o pensamento nacional.

Rossi (1980) também é dessa mesma opinião. Ao ser questionado sobre liberdade de imprensa, ele afirma que atualmente há a “liberdade de empresa” à medida que o quadro brasileiro oferece uma razoável liberdade para a imprensa no que tange às ações governamentais, entretanto, essa liberdade é exercida pelos donos dos veículos de comunicação e não pelos jornalistas empregados por eles.

Em outras palavras: há razoável grau de liberdade para um determinado jornal veicular aquilo que lhe parece mais conveniente – respeitadas, é óbvio, as leis vigentes. Mas há sérias restrições ao direito social à informação, ou seja, ao direito de que toda a sociedade tem de se informar e, ao mesmo tempo, de veicular informações que lhe interessam. Essa limitação decorre da extrema concentração da propriedade dos meios de comunicação em poucas mãos. Creio não exagerar ao afirmar que a opinião pública brasileira é informada por pouco mais de uma dezena de meios de comunicação: os jornais Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, a Rede Globo, a revista Veja, Isto é e alguns jornais regionais de peso político como Zero Hora e Correio do Povo no Rio Grande do Sul, Estado de Minas em Minas Gerais, O Liberal no Pará, O Povo no Ceará, Jornal de Brasília e Correio Brasiliense em Brasília, e um ou outro mais. Todos esses veículos, sem exceção, situam-se, política e ideologicamente, entre a direita e o centro do espectro político, o que significa dizer que toda uma gama de opiniões, que vai do centro à esquerda, fica praticamente marginalizada do direito de manifestar sua opinião ou sua visão sobre os acontecimentos (ROSSI, 1980, p.60-61).

Agora, só nos resta perguntar, mas como podemos empreender essa formação com níveis maiores de consciência para o jornalista necessário? Em busca de soluções para este conflito registramos, através de entrevistas e de publicações, as críticas do mercado de trabalho em relação ao ensino superior e também a situação inversa. Estas críticas, que seguem abaixo analisadas, irão constituir elementos de suma importância na busca de uma emancipação para o jornalista e para o jornalismo.

Como já visto o principal instrumento de ataque por parte do Mercado de Trabalho à formação do jornalista até então, refere-se à obrigatoriedade do diploma, esse com sua exigência já revogada. O esforço empreendido para esta discussão vazia tem nos causado um atraso evidente para a busca de soluções que deve se focar de um lado no papel da educação e de outro no papel do Mercado de Trabalho para esta formação.

Ao ser ouvido para este trabalho, o jornalista Luís Cláudio Latgé, representando as demandas da empresa privada com relação ao jornalismo, durante o Fórum Nacional em Defesa da Qualidade de Ensino, ocorrido em São Paulo de 11 a

13 de maio de 2006, é muito reticente com relação a que tipo de formação as empresas privadas de comunicação esperam para o profissional de

jornalismo. Percebe-se que, não se tem, por parte das empresas de comunicação, um projeto mais elaborado para esta formação, nem ao menos tópicos para discussão. As críticas ficam restritas ao texto do profissional recém formado. “Os focas que chegam às redações, recém saídos dos bancos escolares, não sabem escrever, cometem erros crassos de ortografia e concordância, quem dirá saber construir um *lead*”. Depôs ele.

Ora, como já abordamos anteriormente, não há como o Ensino Superior assumir um papel que deveria ter sido cumprido pelos ensinos fundamentais e médios, e ainda dar conta do seu papel na formação de um profissional crítico, com uma visão mais abrangente e menos alienada, além do domínio dos conteúdos próprios da profissão escolhida. “Os estudantes passam onze anos cumprindo os conteúdos do fundamental e do médio e chegam ao ensino superior mal sabendo escrever, como poderemos sanar essa falha em quatro anos e ainda prepará-los para as atividades próprias do jornalismo?”. Questiona Eunice Durhan, ex-diretora da Capes e da Secretaria de Educação Superior do MEC e atual coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP.

Durante a abertura do Fórum Nacional em Defesa da Qualidade no Ensino Superior em 2006, Durhan focalizou os contrastes do sistema educacional brasileiro. Este marcado pela exclusão dos contingentes empobrecidos, bem como pela expansão vertiginosa da rede de ensino superior, que está em descompasso com a fragilidade da rede de ensino médio e a precariedade do segmento de ensino básico.

Esse tipo de situação-problema só poderá ser resolvido a partir de duas atitudes. A primeira seria um investimento maior nos níveis fundamentais e médios, com capacitação docente e condições mínimas de acesso à educação. Entretanto, apenas isso não seria garantia de melhorias no ensino superior. O segundo fator seria regular a oferta de vagas do ensino superior, objetivando como bônus um candidato melhor preparado. Isso se deu em função do governo em uma política de quantidade e não qualidade ter autorizado a abertura de cursos particulares de jornalismo em uma escala muito maior que a demanda.

Rossi (1980), ao considerar o jornalismo como uma batalha na conquista de mentes e corações, diz que a maior parte dos jornalistas entra nessa guerra com uma preparação insuficiente. Ele atribui esse despreparo a toda a estrutura educacional, considerada por ele “defeituosa”, cujos problemas foram sensivelmente agravados com a introdução do vestibular de múltipla escolha.

O teste de cruzinhas, condenado por todos os educadores responsáveis deste país. Como igualmente condenadas têm sido as escolas de jornalismo (...). Na verdade, a responsabilidade das escolas de jornalismo na precária formação de profissionais é apenas relativa” (ROSSI, 1980, p.69).

O autor ressalta que o estudante deveria chegar ao ensino superior com um nível de preparo e de informação que, os cursos primários e secundários (hoje fundamental e médio), não oferecem, em sua maioria. E ele completa que “pode parecer inacreditável, mas há muitos alunos das faculdades de jornalismo que não conseguem escrever corretamente uma única frase, por mais curta que seja. E, obviamente, não será a escola de jornalismo que irá corrigir esse defeito estrutural” (ROSSI, 1980, p.70). Completa ainda que em quatro anos o curso de jornalismo não conseguirá oferecer ao estudante toda a formação humanística básica que o jornalista acaba necessitando para suas atividades profissionais.

Essa reflexão de Rossi é importante, uma vez que hoje, se cobra muito o conhecimento técnico nas escolas de jornalismo, entretanto, o autor indica como fundamental o conhecimento humanista para uma boa atuação profissional.

A questão da vocação, apesar de ultrapassada, é outro argumento utilizado pelo Mercado de Trabalho para criticar a obrigatoriedade do diploma para o jornalista. Aliás, argumento que foi amplamente utilizado na crítica deste à introdução dos cursos de jornalismo no Brasil, pois os profissionais do mercado diziam não ser possível ensinar jornalismo uma vez que essa era uma carreira essencialmente vocacionada.

Latgé utilizou também esse argumento durante nossa entrevista. Para ele, não adianta o diploma universitário se este estiver desvinculado da vocação. Pergunto eu: mas este não seria um pré-requisito para qualquer profissão? Sim, responde ele, mas no jornalismo a vocação é indispensável, é ela que fará a diferença.

Embora com essa mesma visão sobre a necessidade de vocação, o jornalista Christofolletti (2001) argumenta que essa pode ser despertada pelas IESs.

É equivocado pensar que jornalismo é uma questão de talento. Não é. É uma questão de rigor, de critérios, de vontade, de vocação, de indignação social, de habilidade de escrita, de agilidade no raciocínio. E isso se aprende também. O aluno pode chegar à universidade com um bom caminho percorrido, mas é na escola que vai ser bombardeado de informações e vai despertar para uma série de novos caminhos e oportunidades. Engana-se quem pensa que pode aprender jornalismo em poucas semanas. Se isso acontecesse, as escolas teriam tantos semestres? E nós, professores, teríamos que repetir tanto e tanto como se faz uma legenda ou uma abertura de texto? (CHRISTOFOLETTI, 2001, p.3).

Antes de partir para novas visões expostas por profissionais do mercado de trabalho de jornalismo é necessário que deixemos registrado que a questão da vocação foi citada para registrar a opinião dos profissionais ouvidos e não como concordância desse conceito, já amplamente ultrapassado.

Para o jornalista Eugênio Bucci, da Radiobrás, que abordou o tema sobre as demandas da empresa pública para o jornalista durante o Fórum, as faculdades não são adestradoras e há uma mistificação com relação às competências do mercado de comunicação. Ele acredita que o Mercado de Trabalho, diante da corrida das novas tecnologias, até por criticar o ensino superior, acaba por criar a figura de um jornalista mitológico como o perfil esperado.

Enquanto se discute se a internet vai ou não vai tomar o lugar do jornal impresso como meio de informação rápida e eficiente, a maioria dos especialistas aconselha os jornalistas a se tornarem "multimídia", isto é, profissionais habilitados a escrever bem e rápido sobre qualquer assunto e para qualquer público, seja do impresso, do rádio, da TV, da internet. Também se espera que o novo jornalista saiba não apenas lidar com as novas tecnologias à sua disposição, mas que saiba "pensar visualmente", valorizando a imagem numa época em que os recursos digitais transformaram o próprio texto em imagem. O bom repórter discute a pauta com o pauteiro, a foto com o fotógrafo, o infográfico com o Departamento de Arte e a diagramação com o programador visual (CAMPOS, 2003, p.1).

Bentes (2008) nesse sentido se preocupa com as estratégias que possam ser utilizadas para esse adestramento ao qual Bucci se refere. Questionada sobre o fato de que algumas empresas jornalísticas estão incorporando aos seus meios de seleção de recursos humanos, cursos para *trainee*, para de certa forma moldar o jornalista, a professora diz que apesar de haver um avanço na formação do jornalista, em termos de diversificação, corre-se o risco destes programas limitarem essa formação ao adestrarem os profissionais.

Penso que seja preciso demonizar experiências, mas também é necessário haver algum tipo de acompanhamento ou, em alguns casos, não aceitar esse tipo de gerência na formação. Caso contrário, nos cursos universitários, que representariam o último lugar onde você ainda teria essa formação ampliada, valorizando os discursos políticos, existirá um fechamento, trazendo constrangimentos, limites e formatações para o aluno, antes mesmo de ele sair do curso. Talvez fosse muito mais interessante que as experiências de estágio nas empresas tivessem um acompanhamento qualitativo maior. É complicado se descobrir que nossos alunos estão sendo utilizados para trabalhar com telemarketing, vendas, distribuição de folheto. A saída do estudante dos cursos é um momento difícil, de crise, de mudança de vida, um momento de transformação, e os cursos devem estar atentos a isso também (BENTES, 2008, p.2).

O professor de jornalismo, Rogério Christofolletti (2001), critica os dois argumentos mais utilizados pelo Mercado de Trabalho contra a formação universitária do jornalista. O primeiro deles é o de que o Brasil seria um dos únicos países que mantinha a obrigatoriedade do diploma até então. Vale registrar aqui a argumentação de Christofolletti (2001) ao dizer que o Brasil não tem as leis rigorosas que os demais países têm; tem larga tradição de concessão de emissoras de rádio e TV como moeda política, o que não acontece acima da linha do Equador.

Com esse argumento, o jornalista objetiva, através da defesa do diploma, uma forma de garantir um instrumento ético para a profissão, uma vez que, a falta de legislação brasileira não daria conta desse controle. Ele diz que é, no mínimo, incoerente esse argumento que, para a defesa do diploma, se valorize formas de controle, mesmo que de caráter ético.

O segundo ponto é o de que as escolas são ruins; não formam os profissionais direito e a técnica se aprende em poucas semanas. O jornalista questiona que se as escolas são ruins, a responsabilidade não é do dispositivo legal que regulamenta a profissão, senão seria como culpar o código de ética do advogado pelas injustiças praticadas nos fóruns. “Se as escolas de Comunicação são ruins, por que os veículos empregam os recém-formados? Se as escolas não formam, são as redações que ensinam o jornalismo? Quantos jornalistas experientes estão nas redações e dão suas preciosas atenções aos focos?” (CHRISTOFOLETTI, 2001, p.1).

Segundo Christofolletti (2001), as escolas podem até não oferecer a formação adequada, mas, sem dúvida, ainda significa um avanço as suas existências e o fato de permitirem que os novos profissionais cheguem ao mercado de trabalho com um nível de formação formal e técnica, ao contrário do que ocorria no passado, quando a profissão era um “bico”. “Hoje é profissão, que interfere na vida das pessoas comuns e na das mais influentes e poderosas. Não dá para recuar” (CHRISTOFOLETTI, 2001, p.2).

Bentes (2008) é uma das poucas profissionais da área acadêmica do jornalismo, que têm uma visão contrária com relação à obrigatoriedade do diploma, uma vez que essa exigência é defendida pela categoria de professores, em sua grande maioria. Para a professora e diretora de curso de comunicação, a exigência do diploma representa hoje uma reserva de legitimação dos sindicatos. Apesar da importância histórica dos Sindicatos nas lutas políticas, ela acredita que deveríamos passar por uma mudança na concepção de que só o jornalista pode fazer jornalismo. “Nós temos vários outros grupos

sociais produzindo jornalismo. A partir do momento em que os sindicatos exigem o diploma de jornalista, cuidam apenas daquele com carteira assinada e sindicalizado” (BENTES, 2008, p.5).

Ela acredita que, dessa forma, os Sindicatos estão excluindo, deixando de prestar atenção num “fenômeno global que é o cognitariado, que abrange as pessoas que trabalham com produção de conhecimento a partir da mídia, desse campo de comunicação, encontradas em diversas áreas” (BENTES, 2008, p.5). Completa que o diploma já foi importante e que hoje não é mais. O argumento dela para isso é o de que as escolas de jornalismo não precisam vender reserva de mercado através do diploma, mas sim vender a qualidade na formação do jornalista. Por isso defende que não deveria haver a obrigatoriedade (que já não há mais), mas sim uma melhor qualidade para que o mercado valorize essa formação.

Apesar disso, fazer o jogo das empresas, segundo ela, é o argumento contrário à sua visão com relação ao diploma, mas justifica que as empresas de comunicação já burlam o diploma de várias formas, como por exemplo, com os colunistas. Ela diz que sempre pede aos seus alunos para analisarem quais os maiores salários das redações e o resultado é sempre o mesmo, o dos colunistas. “Quantos deles são formados em jornalismo? Quase nenhum! Os cronistas, os editores, os colunistas, isto é, os cargos mais nobres da redação são ocupados, geralmente, por não jornalistas. E isso há décadas!” (BENTES, 2008, p.5).

Dessa forma, ela diz que considera muito mais saudável o fato de que sociólogos, antropólogos, filósofos, economistas e artistas escrevam nos jornais. E completa ao definir que o jornalista não tem mais aquele perfil fechado, que se a exigência do diploma acabasse amanhã, os cursos de comunicação continuariam exatamente iguais (e isso podemos realmente constatar com o término da obrigatoriedade do diploma). “Os cursos que fazem a diferença dentro da formação desse profissional continuam formando profissionais de qualidade. O que muda e o que acaba são os cursos que realmente vendiam apenas o diploma” (BENTES, 2008, p.5).

Mesmo concordando com Bentes (2008) em muitos aspectos, acreditamos tratar-se de uma visão bastante utópica para a realidade do Brasil, pois como vimos, não há uma maior fiscalização ao exercício das empresas de comunicação como ocorre em outros países e, assim, os jornalistas, literalmente serão engolidos pelos meios de produção.

Alves (2001) faz, entre as suas considerações sobre a valorização do diploma de jornalista, uma comparação das relações existentes entre as empresas de comunicação e as IESs, aqui no Brasil e nos EUA. “Fui editor no JB, por cinco anos, e durante todo aquele tempo nunca tive contato com as faculdades de jornalismo do Rio. Aqui tenho sempre contato com os jornais, com as entidades jornalísticas dos Estados Unidos, participo de suas convenções” (ALVES, 2001, p.4). Ele diz que as empresas jornalísticas de todo o país mandam pessoal de recursos humanos para recrutar alunos nas faculdades. Completa ele, “[...] e olha que aqui o diploma não é pré-requisito para alguém trabalhar como jornalista” (ALVES, 2001, p.4).

Em um país em que ainda é necessária a obrigatoriedade do voto, que é a mais pura tradução do exercício de direito democrático, não podemos deixar, pelo menos ainda não, de também defender a obrigatoriedade do diploma de jornalismo, apesar do fim desta já ser fato consumado. Muito ainda teríamos que avançar em educação e melhoria nos níveis de consciência política para que pudéssemos deixar de ter essa obrigatoriedade.

## AS SÍNTESES POSSÍVEIS

Ao realizarmos uma reconstituição histórica da imprensa e do jornalismo no Brasil, à luz do Materialismo Histórico Dialético, pudemos constatar pontos importantes que contribuíram no passado e alguns que continuam presentes para que se configurasse o controle sobre a atuação profissional do jornalista. Permitiu-nos ainda analisar como se deram as mediações da educação, do mercado de trabalho e da legislação profissional na efetivação desse controle.

A primeira contradição que se materializa durante nossas análises e que, apesar de todo o movimento histórico social, ao longo do período delimitado para esta tese, manteve-se presente, é própria dos objetivos para os quais foi criada a atividade jornalística e, conseqüentemente, a imprensa que representa seu corpo material.

Esses objetivos como vimos no Capítulo I, estritamente mercantis, foram responsáveis por criar no jornalismo, desde os seus primórdios, uma verdadeira crise de identidade que perdurou até os dias atuais e se concretiza através de inúmeras outras contradições conseqüentes da primeira.

A Burguesia cria, para divulgar o livre comércio, os *Avisis*, considerados predecessores dos primeiros anúncios publicitários e da atividade jornalística. Essa última, já nasce carregando uma ideologia marcada pelos interesses econômicos. Assim, quando passa a assumir uma função de maior ideologia política e em defesa da divulgação de interesses públicos acaba por revelar a contradição com as suas próprias origens. Conseqüentemente, encontraremos decorrente dessa crise de identidade que se configura e, da sua função enquanto mediadora entre diferentes aspectos da realidade, conceitos e normatizações tanto no campo da sua formação acadêmica quanto profissional que irão refletir esse conflito, ainda que velado pelas novas formas de produção material e, conseqüentemente, pelas novas ideologias.

Esse conflito, vivido por jornalistas até hoje, faz com que esse profissional esteja constantemente questionando os objetivos do jornalismo. Isso porque os objetivos dos donos da produção são os do capital e os objetivos conceituados por um discurso ideológico do seu Código de Ética, pela Educação e veiculados pela própria mídia, numa espécie de doutrina para o seu público, é o de serventia ao interesse público, à informação de qualidade e à defesa pela liberdade de expressão.

Podemos, dessa maneira, concluir que o primeiro controle sofrido pelo jornalista,

no seu exercício profissional, é inerente às próprias condições que configuraram o surgimento da atividade jornalística. É um dilema moral de consciência. A publicidade, por exemplo, nunca enfrentou essa crise de identidade, pois seus objetivos estão claramente definidos desde o seu surgimento que, como vimos, ocorreu no mesmo processo que originou o jornalismo.

Localizamos, nesse sentido, um jornalista que vive angustiado na escolha diária entre o que sua profissão preconiza e o que os donos da produção determinam. É o que Freud chama de angústia social necessária para civilizar os homens, mas que para o viés da nossa análise se configura na alienação do trabalhador. É, tomando como base a concepção desse sujeito histórico, que partimos para responder três questões fundamentais na nossa análise e que foram propostas na Introdução deste relatório. Quem pode dizer? O que pode dizer? Como pode dizer?

Como já exposto no capítulo introdutório deste trabalho, a questão: quem pode dizer, suscita vários elementos de análise. O jornalista, sua educação, sua legislação, seu discurso, o discurso da imprensa e, por fim, a obrigatoriedade ou não do diploma. Passaremos então a tecer uma conclusão sobre esse primeiro questionamento e de todos os seus componentes de análise.

Primeiramente, vamos considerar esse quem pode dizer, como sendo o jornalista que recebeu uma formação acadêmica em nível superior e, deixaremos os demais emissores para o momento em que trataremos a discussão para o campo da não obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional. Como pudemos verificar nos Capítulos I e II, a influência norte-americana sobre o jornalismo brasileiro se configurou como um controle, não apenas sobre a imprensa (cuja influência também foi significativa), mas também sobre o ensino de jornalismo. Verificamos que ao introduzir no país a figura do Comunicador Polivalente, o CIESPAL, sob orientação da UNESCO, ocasionou a ruptura entre a teoria e a prática visivelmente sentida até os dias atuais.

Essa espécie de controle velado às atividades da imprensa com vistas a manter o jornalismo brasileiro, assim como o da América Latina, através da formação dos professores de jornalismo pelo CIESPAL e, conseqüentemente, desses docentes disseminando as idéias pregadas pelo mesmo nas recém-instituídas escolas de jornalismo, trouxe prejuízos inestimáveis à atividade jornalística no Brasil.

A formação de um jornalista que não era apenas mais a um jornalista, mas sim para um comunicador que dominava técnicas de publicidade e propaganda, relações públicas, cinema, rádio e TV e tantas outras, tirou o foco da profissão e adequou esse

profissional à visão comercial da imprensa capitalista. Essa formação que se estende até os dias de hoje, apesar das Diretrizes Curriculares.

Essa presença marcante de outras habilitações da Comunicação nos cursos de Jornalismo torna-se prejudicial, à medida que, falta espaço na estrutura curricular para disciplinas essenciais à formação do jornalista como, por exemplo, a crítica de mídia ou mídias alternativas. Conteúdos, considerados por nós, instrumentos imprescindíveis para estreitar o diálogo com o mercado de trabalho sem perder o perfil específico do jornalista na responsabilidade social que deve existir na profissão.

Por isso, defendemos nesse trabalho um curso específico para Jornalismo voltado para as questões eminentes da profissão e que foram descaracterizadas com a figura do Comunicador Polivalente, este, como vimos, implantado com objetivos altamente controladores pelo CIESPAL.

Descaracterizar esse Comunicador Polivalente e resgatar a formação e a educação do jornalista como área específica, contribuirá, sobremaneira, no enfrentamento ao controle e na construção de instrumentos para a emancipação. Dizemos isso, pois entendemos que, esse profissional, caracterizado pelo CIESPAL sob as determinações da UNESCO, tiraram da educação jornalística a capacidade crítica e reflexiva originária do jornalismo.

A evolução do Currículo Mínimo em suas cinco versões até as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação Social que, foram discutidos no Capítulo II, evidencia a participação da academia e da FENAJ nas discussões sobre o ensino para a habilitação de Jornalismo, muito mais acentuada que nas outras habilitações. Esse ponto tem que ser visto com otimismo, pois mesmo que ainda hoje o progresso no ensino de jornalismo para fugir da presença das amarras que persistem dentro das IESs, não tenha sido suficiente, pelo menos, estamos discutindo e refletindo.

Sem dúvida, esse é o caminho para qualquer Projeto Pedagógico que possa a vir ter sucesso, pois através das reflexões é que teremos condições de desenvolver possibilidade de emancipação com relação ao controle no jornalismo que vem sendo praticado hoje e que segue as regras da imprensa capitalista.

O discurso de que o Mercado de Trabalho pedia um Comunicador Polivalente ganhou força com a Globalização, entretanto, não é isso que vemos ocorrer. Estamos indo, na verdade, na contramão do que precisamos para melhorar a formação do jornalista, pois ao imputarmos a ele conteúdos de publicidade, de relações públicas, de cinema, entre tantos outros, tiramos o foco da profissão.

A formação do jornalista deve ser mais específica e, defendo até mesmo um módulo de aperfeiçoamento dentro da graduação na área escolhida pelo acadêmico. Ou seja, ele teria uma visão necessária de todos os veículos e linguagens e depois buscaria uma especialização na área escolhida, pois o jornalismo oferece uma diversidade de veículos de comunicação com características que embutem muitas especificidades e que estão cada vez mais com leques não apenas abertos como também ampliados em suas enormes possibilidades.

Essas possibilidades podem ser vislumbradas sob duas perspectivas. A primeira reflete as condições de aceitar as novas exigências do capitalismo globalizado e a segunda pode suscitar condições de emancipação. Cabe ao profissional despertar maiores níveis de consciência para que possa visualizar, na ampliação dessas possibilidades, a emancipação da formação e da educação jornalística dentro da sociedade capitalista.

Observo que a ligação entre o ensino e aplicabilidade desses conteúdos sugeridos, seria uma grande contribuição para a aproximação entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, não para imitá-lo ou reproduzi-los, mas sim para propor alternativas que possam ser utilizadas para exercer a função social do jornalismo.

O afastamento entre a academia e mercado de trabalho, promovido na área do jornalismo por interesses econômicos e políticos dos detentores dos meios de produção, de acordo com o discurso da mídia, foi agravado pelo caráter que se deu ao ensino com o aprofundamento de discussões teóricas e investigativas do conhecimento, de forma dissociada da sua aplicação prática. As IESs, por sua vez, se fecharam em seus próprios muros debruçadas sobre críticas ao mercado, mas sem oferecer alternativas aos seus acadêmicos para a construção de veículos que pudessem confrontar a realidade posta pelo mercado de trabalho.

Ao incluirmos os veículos de comunicação neste debate, não como tem sido feito até hoje, devemos integrá-los de forma crítica, analisando a imprensa de hoje, o que pode ser mudado e, não apenas oferecer a mídia alternativa como um instrumento de confronto, mas sim de alternativa ao jornalismo que o mercado nos coloca hoje.

Essa visão terá que ser trazida para os docentes e discentes dos Cursos de Jornalismo, principalmente através dos primeiros e, para isso é necessário que desenvolvam uma visão mais crítica da mídia e que conhecimento sobre o controle que a profissão sofre em todos os seus níveis, até mesmo enquanto o futuro profissional ainda está nos bancos escolares. Esse controle como analisamos é extensivo sobre a sua própria atividade profissional, ao serem usados como instrumentos de reprodução desse controle.

Defendemos, assim, uma formação específica para o docente de jornalismo (entendemos que este docente será quem dará a aptidão àquele que vai dizer) e, para isso as pós-graduações tanto *Latu Sensu* quanto *Stricto Sensu* devem preocupar-se com a ampliação da consciência do professor sobre todas as influências que sofre e formar um profissional mais crítico com relação ao mercado de trabalho, à mídia, aos próprios Projetos Pedagógicos e à própria sociedade, com seus determinantes de conservação e antagonismos que geram as mudanças.

No que tange à formação e atividades do corpo docente, nem só os dirigentes das IESs particulares têm responsabilidade, apesar de não estarem livres disso. Todavia, a exigência, enquanto vigorou o Currículo Mínimo, que estabelecia a obrigatoriedade aos professores de disciplinas específicas de cada habilitação, de terem seu registro profissional ativo e três anos de experiência na área deixou de existir. Esse fato também contribuiu para o afastamento do corpo docente de jornalismo das relações com o mercado de trabalho. Com as Diretrizes Curriculares não há mais essa exigência que foi trocada por um simples curso de especialização (no mínimo) e muitas IESs não cumprem nem isso.

Esse contato real com a profissão, mesmo que através do corpo docente com experiência no Mercado de Trabalho é fundamental, não para que o acadêmico domine os meios de produção da imprensa capitalista, mas sim para que possa ter capacidade de análise dos mecanismos utilizados por essa imprensa para garantir a mais valia.

Quando não há a experiência do docente junto aos veículos de comunicação, este por mais que conheça os fundamentos teóricos da profissão não consegue desenhar para o acadêmico a aplicação desta na prática e, por isso, as críticas acabam vazias e desprezadas pela sociedade, a ponto da profissão ter perdido sua identidade junto com a obrigatoriedade do diploma.

Constatamos no Capítulo II que professores de jornalismo, muitas vezes não evidenciam maiores níveis de consciência sobre o controle que sofrem em suas atividades docentes e nem mesmo da influência que recebem da imprensa capitalista. Tornam-se, dessa forma, reprodutores das técnicas do mercado de trabalho como se estas fossem os principais referenciais da profissão. O uso indiscriminado dos Manuais de Redação da Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, Jovem Pan, Abril, entre outros, nas disciplinas de Redação, Jornalismo Impresso, Telejornalismo, Radiojornalismo são exemplos clássicos dessa atividade reprodutória.

Quando falamos em ampliação da consciência sobre o processo comunicacional

torna-se necessário que o sujeito comunicador, nessa análise específica o docente, tenha a capacidade analítica de perceber que não é dono da comunicação, mas sim sujeitado por ela, condicionado por fatores externos. À medida que desenvolve esse nível de consciência que lhe permite entender os mecanismos da sua sujeição, deve encontrar caminhos que vislumbrem alternativas que fujam do discurso institucional.

Concluimos dessa forma que, o jornalista busca através da educação formal, esta localizada nas IESs, a aptidão para ser aquele que pode dizer. Essa afirmação levando em conta que até bem pouco tempo, havia a exigência pela obrigatoriedade do diploma. Todavia, como vemos, essa formação acadêmica está servindo de mediadora no controle que sofre, tanto durante a sua educação quanto em sua atividade profissional. Isso porque, como o Materialismo Histórico Dialético nos permite analisar, o jornalista que ora se configura é um jornalista que foi moldado por uma formação espelhada na educação norte-americana e sob o seu domínio quando da criação do CIESPAL, com a transformação do jornalista em comunicador social, com o discurso da objetividade, com as técnicas da Pirâmide Invertida e do *Lead*. Essa educação teve como objetivo manter as relações de domínio do capital.

Um jornalista que tem uma formação acadêmica com bases voltadas para o ensino técnico que, historicamente, traduz os anseios da sociedade capitalista e, cujo discurso não é a produção das ideologias da sua profissão, mas sim é um porta-voz do discurso dos donos dos meios de produção.

Outro conflito identificado na análise sobre a formação do Jornalista está centrado no descontrole do MEC em suas autorizações para abertura de Cursos de Comunicação nas mais diversas habilitações, que também tem sido motivo evidente para a falta de qualidade dos profissionais que estão sendo formados. A não qualidade desses cursos é uma das principais causas na ausência de promoção de ações emancipatórias, além de servirem aos interesses de manutenção do controle imposto à atividade jornalística.

Dessa forma, a mercantilização do ensino traz para o debate outra contradição. Teoricamente, a privatização do ensino com uma quantidade maior de vagas, daria oportunidades de mais pessoas se tornarem aptas a serem aqueles que podem dizer. Todavia, essa lógica encontra um caminho oposto em dois sentidos.

O primeiro se dá na relação à oferta e procura do mercado de trabalho. Ou seja, com um número maior de jornalistas formados, a oferta de vagas no mercado se torna altamente concorrida fazendo com que este, por sua vez, ao ter opções de escolha

de profissionais, exerça sobre estes um controle ainda maior que, como vimos, passa por más condições de trabalho, baixos salários, imposição do seu discurso, entre outros.

O segundo sentido se refere à concorrência entre as IESs particulares que, para o preenchimento das suas vagas, reduzem ao máximo seus custos para oferecerem mensalidades mais atrativas. Em busca de um lucro maior encontramos salas de aula cheias, professores com baixos salários e contratados em regime de trabalho como horistas, falta de infra-estrutura, falta de apoio para pesquisa e extensão.

O controle efetivado pelas IESs particulares sobre o docente pode ser materializado nas análises dos depoimentos de dezesseis professores transcritos nesse relatório de tese no Capítulo II. Como demonstrado, sua submissão às determinações das instituições às quais estão vinculados, fica latente num discurso que, através do anonimato, ganha contornos de opressão e desconforto vividos por estes docentes no seu exercício profissional.

Para se defenderem do clima de instabilidade gerado pelo medo do desemprego, uma cultura imposta pela mercantilização do ensino, os professores relatam que se aproximam dos alunos para criar uma relação de cumplicidade. Essa relação se dá como uma garantia de que o docente terá o respaldo do seu trabalho neste discente que, para a instituição é um cliente e que, portanto, tem voz ativa com relação ao prestador de serviço, neste caso o docente. Essa aproximação nos permite duas leituras. A primeira de submissão desse docente ao controle da instituição e a segunda de estratégia para fugir às suas determinações.

Outro fato revelado pelos depoimentos é sobre a identidade profissional do docente dos cursos de jornalismo. Este é, ao mesmo tempo, jornalista e docente e faz uso dos discursos pré-concebidos por um ou por outro, de acordo com a situação. Todavia, percebemos que sempre essa tática tem como referência o medo de ser entendido como opinião individual perante a opressão dos donos da produção e para essa defesa lança mão do discurso de classe.

A questão de quem pode dizer ganhou ainda outro viés com o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalista. Ou seja, a partir de 2009, diante de um discurso ideológico baseado nos ideais neoliberais preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de que a liberdade de expressão é um direito de todos; qualquer um pode exercer a profissão de jornalista.

Esse discurso de ideais neoliberais, a meu ver, proporcionou o mais perigoso de

todos os controles já empreendidos no exercício profissional do jornalismo. Ao analisarmos as categorias controle e emancipação que permeiam toda a nossa tese, nos fica claro que o jornalismo manifestou as mais representativas tentativas de emancipação diante de um controle evidenciado pela censura, pela violência, pelas torturas do Regime Militar e até mesmo no Brasil Colônia.

Como já afirmado durante as nossas análises nos capítulos I e II desta tese, uma sociedade só empreende tentativas de emancipação a partir do momento que constata o controle sofrido. Portanto, quando esse controle está camuflado sob as vestes de um discurso de igualdade e liberdade, como o discurso atual, esta sociedade não ousa buscar nem mesmo tentativas emancipatórias, ao passo que não se sente controlada.

Não quero defender com isso a volta da censura, mas sim uma educação que permita com que o jornalista esteja ciente deste controle e use, assim como durante a repressão, táticas que possam orientar a opinião pública sobre esse domínio, assim como esta ciência permitirá a ele próprio empreender tentativas de emancipação.

Surge outra questão com relação ao quem pode dizer. Trata-se do anonimato. Fato este que desperta atenção, uma vez que, durante os regimes autoritários o anonimato se fez presente e a censura justificava sua existência, contudo hoje, época em que qualquer indício de censura aos veículos de comunicação é duramente criticado pela opinião pública, o anonimato continua se fazendo presente através do Jornalismo das Fontes como vimos na Introdução e no Capítulo I deste relatório.

Como já dissemos que o uso do anonimato se caracteriza hoje como uma má utilização do espaço público para a livre manifestação de pensamentos, mesmo que esta liberdade não seja tão plena como os discursos neoliberais defendem que sejam. Essa má utilização se refere principalmente ao fato de que, hoje, esse discurso neoliberal tirou toda a credibilidade a qual o anonimato fez jus no passado.

Só podemos explicar a presença desse anonimato no momento atual, empregado, sobretudo, no Jornalismo das Fontes, como uma tentativa de ocultação do sujeito. Digo isso porque o Código de Ética dos Jornalistas preconiza que este jornalista possa atuar junto à grande imprensa, ao mesmo tempo em que assessora uma empresa ou organização governamental. Em outros países o profissional que atua como assessor não pode atuar junto à mídia como jornalista. Tem o seu registro profissional suspenso junto ao Sindicato dos Jornalistas pelo tempo em que estiver atuando como assessor.

A questão do quem pode dizer ingressa ainda no campo da Regulamentação dos Meios de Comunicação e aí então se configura com a mais literal expressão do controle

evidente. Ora, se é o Estado, através da União, o responsável pelas concessões e renovações destas para a exploração do Rádio e da Televisão, podemos dizer que é ele quem determina aquele que pode dizer. Nos impressos não há concessão, entretanto, a regulação formal de registro, estrutura, aquisição do papel entre outros, tudo passa pelas mãos do Estado.

Basta darmos uma pequena olhada para quem o Estado tutela o direito de ser aquele que pode dizer, para encontrar os monopólios dos meios de comunicação nas mãos de famílias de políticos e empresários. Aqui se configura uma das mais básicas concepções da Sociedade Capitalista, ou seja, a concentração da propriedade privada e do capital nas mãos da classe dominante.

Passo então a questão: como pode dizer? Esse questionamento, por sua vez, também dá origem a vários elementos de análise, quais sejam: estrutura do texto; opinião, informação ou interpretação; possibilidades de emancipação. Partindo do pressuposto de que o jornalista não tem a voz, pergunto: como pode dizer? Para que o mesmo possa se transformar de reprodutor em produtor de informação, precisa de atitudes de emancipação com relação aos donos da produção.

Esse posicionamento só vem ressaltar ainda mais as necessidades, primeira de maiores níveis de consciência e, em segundo as alternativas que podem ser vislumbradas a partir de Novas Mídias. Os estudos sobre as Teorias da Comunicação, não como são ministrados hoje, mas sim com objetivo de reflexão, também podem ser extremamente úteis para o desenvolvimento de uma postura que objetiva resgatar o estudo universitário como um espaço para a formação e negociação do sentido.

A crítica à mídia também é uma disciplina simplesmente descartada pelas matrizes curriculares dos Cursos de Comunicação Social, de maneira geral. Grande parte do corpo docente, assim como os dirigentes das instituições de ensino superior vêm no mercado de trabalho e que, portanto, no jornalismo, como este está constituído pela mídia, como seus pontos de referência.

Dessa forma entendem que a imprensa capitalista deve ser a referência para a qual devem formar a mão-de-obra qualificada para dominar os instrumentos do meio de produção e não para questioná-los ou encontrar alternativas aos mesmos. As alternativas de emancipação, como já abordamos em outros argumentos, fica cada vez mais restrita.

Temos clareza de que essas tentativas de formar um profissional crítico com relação ao mercado não serão empreendidas educação formal como está hoje constituída

e que atende aos interesses do capital. Portanto, o papel docente em despertar um maior nível de consciência crítica sobre esse mercado é ainda mais importante. Esse papel é que tornaria possível a abertura das estruturas curriculares fechadas, muitas vezes, ainda espelhadas no último Currículo Mínimo em vigor antes das DCN para o Curso de Comunicação Social, para disciplinas como a crítica das mídias que possa favorecer uma discussão mais profícua sobre o mercado que se configura hoje para o jornalista.

Reafirmo a necessidade de maiores níveis de consciência individual para que o docente perceba em suas atividades profissionais as implicações éticas de suas decisões e das interferências que poderá trazer para o processo da comunicação e do jornalismo. Essa conscientização do docente sobre suas possibilidades enquanto sujeito formador, poderá promover uma educação jornalística mais efetiva e que desperte no acadêmico suas possibilidade de interferência na sociedade onde está inserido.

Podemos passar agora para um dos mais evidentes e, nem por isso maior, questionamentos: o que pode dizer? Essa pergunta nos remete ao conteúdo que pode ser dito. Quando digo mais evidente me refiro ao controle sobre o exercício do jornalismo em todos os seus aspectos e ainda sobre o seu campo material: a imprensa.

Essa evidência se traduz, historicamente, através das várias formas de controle sofrido pelo jornalista sobre o conteúdo que pode ser divulgado. A censura imposta pela Ditadura no Brasil, como analisado, ofereceu a mais clara forma de controle que o jornalismo brasileiro já sofreu. Esse domínio sobre o conteúdo que poderia ou não ser publicado se deu, nessa época, através da força policial, dos empastelamentos de jornais, prisões de jornalistas, torturas, assim como da corrupção.

Todos os instrumentos que puderam ser utilizados para calar essa imprensa foram aplicados. Digo essa imprensa e não este jornalista, pois como já analisamos o discurso do jornalista, não representa o mesmo discurso da imprensa. O primeiro é porta-voz de um discurso que não é dele, mas sim, dos donos dos meios de produção. Vale lembrar que, nesta época, muitos jornalistas eram os donos dos seus próprios meios de produção e a ideologia da emancipação, não contra o poder econômico, mas contra o poder político, ainda levava alguns a levantar bandeiras contra os abusos do regime sobre a imprensa.

Como vimos no Capítulo I muitos jornalistas, durante as Ditaduras, empreenderam tentativas de um jornalismo que fizesse oposição ao poder hegemônico. Todavia, apesar da liberdade que buscavam, foram punidos pelo conteúdo que divulgavam, com uma censura muitas vezes ostensiva.

Todavia, nem sempre essa censura foi tão evidente e nem somente praticada pelo próprio governo, mas na maioria das vezes com interesses políticos. Foi assim que localizamos, por exemplo, a imprensa em torno de 1840. Esta, em virtude de interesses políticos conciliatórios entre liberais e conservadores, vai gradativamente diminuindo a abordagem a temas políticos trocando-os por literários e de entretenimento.

Em outras épocas os empresários da comunicação para se verem livres do domínio do governo à imprensa, acabam por mudarem os donos da imprensa para as mãos do capital privado através da publicidade que passa a ser o financiador do jornalismo brasileiro.

Ainda temos o controle exercido sobre a forma de redação do texto jornalístico quando este, sob a influência norte-americana adere ao modelo de jornalismo informativo e para legitimá-lo perante a opinião pública passa não apenas a desqualificar o jornalismo opinativo, uma marca da imprensa brasileira desde o seu surgimento, como também a vendê-lo como sinônimos de credibilidade, pois incorporam ao seu valor de uso os mitos da imparcialidade, da verdade e neutralidade.

O que pode dizer, como se não bastassem todos os controles externos e dos próprios meios de produção, ainda encontra controle dentro do próprio Código de Ética dos Jornalistas. As recomendações do Código sobre os cuidados com temas como o suicídio, por exemplo, também caracterizam um controle sobre o conteúdo a ser publicado. Não que esteja questionando se é boa ou ruim essa recomendação, mas configura sim, não apenas um controle, como mais uma vez coloca o jornalista frente a questões difíceis e diante de um mercado que quer vender, quer o lucro, e para isso, a utilização do sensacionalismo é um elemento positivo no texto jornalístico.

Concluimos que esse conjunto de fatores são os principais responsáveis pelo controle sobre a educação do jornalista atual. Assim sendo, não adianta, de forma isolada, propor a mudança em um ou outro. Essa mudança de perspectivas deve ocorrer de forma conjunta através de um diálogo franco e consciente entre IESs e seus principais componentes, ou seja, dirigentes, docentes e discentes; a Federação Nacional dos Jornalistas e os Sindicatos; as Representações Científicas de Jornalismo como a INTERCOM, COMPÓS, Fórum dos Professores de Jornalismo entre outras; Veículos de Comunicação e o Ministério da Educação.

Se, como vimos, o processo de comunicação nos apresenta múltiplas alternativas, é possível que a educação do jornalista possa apresentar também suas próprias alternativas que irão variar, de acordo com as necessidades regionais, mas que

devem estar voltadas sempre para a ampliação da consciência do jornalista sobre as formas de controle que são exercidas sobre sua atividade profissional, para que as perspectivas de emancipação não desapareçam.

No momento em que, pelo menos docentes e discentes envolvidos no processo de educação do jornalista apresentarem níveis de consciência que lhes permitam identificar este controle e discutir as possibilidades de emancipação tanto da educação quanto da atividade profissional, poderemos então dar à educação jornalística a opção de não ficar restrita ao ensino possível, mas sim dar possibilidades a esse ensino.

Para finalizar nossas sistematizações apresentamos as respostas às nossas três discussões apresentadas para a tese proposta a partir da nossa hipótese. A primeira delas é a de que o controle excessivo ocasionou a ruptura entre a formação/educação do jornalista e sua prática profissional e que, foram utilizados distintos instrumentos para a efetivação desse controle.

Podemos dizer que esse controle foi sim o responsável pela ruptura entre academia e mercado, principalmente, através da conformação de professores formados pelo CIESPAL, sob influência norte-americana e da transformação do Jornalista em Comunicador Social. Podemos afirmar que esse foi o principal dos agentes de controle responsável por dissociar a teoria da prática, todavia, essa ruptura não se deu apenas por esse fato isolado.

Como verificamos na reconstituição histórica da imprensa, do jornalismo e da formação do jornalista, assim como por suas regulamentações profissionais ou da educação, sua educação foi, desde sua implantação, ocasionada pelo controle. Como afirmamos esse controle faz uso de instrumentos diversos para se efetivar e hoje ainda se faz presente através de todas as normatizações da educação e da profissão e pelo mercado de trabalho.

Podemos ainda afirmar que o profissional que se configura hoje é um jornalista em crise de identidade e de consciência, que ao terem de escolher entre o que acredita como função do jornalista e o que os donos da produção determinam. Marcados pela censura durante toda a história da profissão e da formação, o jornalista de hoje traz consigo uma autocensura, pois não é dono do discurso, ao invés disso seu trabalho se constitui como sendo um reproduzidor do discurso das classes dominantes em favor da propriedade privada e do acúmulo de capital.

A segunda discussão apresentada é a de que a qualidade da educação do jornalista está vinculada aos interesses que impulsionaram o indivíduo buscar esta

profissão. Esta hipótese, por sua vez, encontrou respostas na reconstrução histórica da profissão e pode ser referendada de forma parcial.

Essa parcialidade se atribui ao fato de que, não apenas os interesses do jornalista que optou pela carreira constituem essa qualidade. Essa educação, como já analisamos, é mediada por diretrizes da educação formal que, por sua vez, além de estar em sintonia com interesses das agências de fomento internacionais ainda recaem sobre a problemática da mercantilização do ensino superior.

Podemos dizer que o jornalista que se configura em determinados períodos é fruto das relações sociais e, portanto isso se torna perceptível através do seu produto: o jornalismo e concretizado através do corpo material: a imprensa. Assim, localizamos hora o jornalista boêmio e literata que, para investir na carreira de escritor torna-se jornalista, como é o caso de Machado de Assis, Monteiro Lobato, entre outros; hora o sindicalizado que defende o operariado fazendo nascer uma imprensa mais crítica, combativa e outras vezes localizamos o jornalista que tem ambições políticas como foi, por exemplo, o caso de Rui Barbosa.

Agora, sem dúvida o que podemos dizer que o que leva um profissional a se dedicar ao jornalismo produz um melhor ou pior jornalismo, do ponto de vista ideológico. Logicamente que as idéias que motivaram Rui Barbosa a seguir a profissão de jornalista não foram às mesmas que motivaram a apresentadora da Rede Globo, Fátima Bernardes. Podemos dizer que um teve uma qualidade de educação melhor ou pior que a do outro? Essa qualidade passa a ser relativa, pois cada sujeito é um sujeito histórico e temos que analisá-lo sob este prisma.

O que podemos dizer é que cada momento histórico proporcionou uma imprensa, um jornalismo, uma linguagem jornalística e uma educação do jornalista que, tiveram, têm e terão sempre sua importância, uma vez que se constituem como instrumentos utilizados para a materialização do discurso que está incutido na sociedade da época, claro que sempre sob o controle das classes dominantes em defesa da propriedade privada e do acúmulo de Capital.

A terceira discussão é a de que não há níveis de consciência do educador e do acadêmico de comunicação que permitam a identificação do controle que sofrem por parte dos documentos que norteiam essa formação acadêmica e profissional, quais sejam: Diretrizes Curriculares; Matrizes Curriculares; Código de Ética; Lei de Imprensa e Regulamentação da Profissão.

Essa discussão, resultante da hipótese apresentada para a nossa tese, também se

constitui com parcialidade. Vou afirmar que esse nível desejável de consciência existe em grande parte do corpo docente dos Cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Brasil, contudo, é essa consciência não é plena. Vamos separar o corpo docente em duas esferas, uma das instituições públicas e outra das privadas.

Localizamos assim, nas Universidades Públicas um docente com maiores titulações porque essa é a exigência para ser admitido em concurso público. Os títulos, normalmente, nos acrescentam conhecimento, portanto, temos profissionais melhor qualificados e, portanto, mais críticos. Temos ainda uma situação de estabilidade garantida pelo concurso e, por fim, temos um professor com dedicação exclusiva ou integral ao ensino, à pesquisa e à extensão. Podemos dizer que esse profissional tem um nível maior de consciência deste controle. Contudo, a ausência de experiência nos veículos de comunicação leva a uma crítica baseada na sua experiência e conceitos teóricos e que, muitas vezes não refletem a realidade desta imprensa capitalista, principalmente no que tange aos seus meios de produção.

Na outra vertente localizamos o docente das instituições particulares. Com menores titulações e, portanto menor qualificação. Mais de 50%, como vimos, têm apenas a graduação. Oriundos, em sua grande maioria, do mercado de trabalho, trazem para as salas de aula, literalmente os manuais deste mercado. Vítimas da opressão marcada pela instabilidade de emprego se associam aos alunos numa relação de cumplicidade, que já abordamos, na tentativa de garantir seus empregos.

Essa aproximação, apesar dos seus motivadores, acaba, de maneira geral, trazendo uma boa prática docente, pois os alunos mais próximos dos seus professores estabelecem uma relação mais informal e na informalidade, muitas vezes o docente consegue se sentir menos oprimido.

Todavia, este docente, vê o mercado com endeusamento, pois é oriundo do mesmo e, quando não vê não tem a permissão de uma prática docente que estabeleça uma crítica com relação a ele. Também, não se aproxima ou participa de reflexões sobre os projetos pedagógicos que norteiam suas práticas. Dessa forma, deixam de lado o currículo formal e partem para o currículo prescritivo no qual referenciam suas relações com o mercado de trabalho.

Como pudemos perceber, as condições dadas pelo atual capitalismo globalizado e sua interdependência do capital em todo o mundo não são tão amplas nos seus limites em busca da emancipação. Todavia, não podemos fechar os olhos para as perspectivas existentes, por menores que se constituam. A necessidade de minimização do controle

para a permissão da circulação do capital, assim como de suas ideologias, encontra como contraposição a necessidade de controlar as resistências.

É nessa relação que se estabelecem também as possibilidades de emancipação, como a que vislumbramos através de uma imprensa alternativa que tenha sua viabilidade sustentada pela credibilidade e cumplicidade do público, através do financiamento do mesmo na compra de produtos jornalísticos conceituados como instrumentos a serviço e em defesa dos interesses públicos.

Para isso terá que fazer frente à concorrência esmagadora da imprensa capitalista e da classe dominante de maneira geral. Nada que a história do jornalismo já não tenha registrado e que nem se comparam aos períodos ditatoriais vividos pelos jornalistas brasileiros diante do extenso período de censura que marcou a categoria até hoje.

Em suma, o Sistema Capitalista, responsável pela produção noticiosa das grandes empresas de comunicação, tal qual a conhecemos hoje, não deixa abertura para que o jornalista encontre possibilidades de uma atuação mais focada nos interesses públicos, uma vez que, pela lógica do capital os interesses defendidos devem ser o da classe dominante. Dessa forma localizamos na imprensa alternativa um instrumento de posicionamento contra-hegemônico e, que, distintamente da sua atuação há cerca de três décadas, possa, de fato, se dedicar a uma produção voltada para o interesse público e, não apenas, a ser um veículo de contestação à grande imprensa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ABRAMO, Perseu. **Estágio, uma situação confusa: afinal, quem é o beneficiado**. In UNIDADE, São Paulo, Nº 2, Ano 1, setembro de 1975, pp. 8 e 9.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. **O Jornalista: do mito ao mercado**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.
- ALVES, Rosental Calmon. **Entrevista ao site: Profissão: Repórter**. 2001. Disponível em: < <http://prof.reporter.sites.uol.com.br/rosentalentrevista.htm>> acessado em 06 de janeiro de 2008.
- ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**; tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2005.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARROS, Roberto Della Santa. **Por um Jornalismo Sócio Histórico**. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da030420029.htm>> acessado em 15 de março de 2008
- BATTEZZATI, S. C. C.. **Vencer a Ruptura entre Teoria e Prática: um desafio para os Cursos de Comunicação Social no Brasil**. Sapiens (Curitiba), v. 2, p. 12- 26, 2006.
- BENTES, Ivana. **1º Fórum de Mídia Livre: avaliação e efetivação de propostas**. Entrevista especial com Ivana Bentes em 03 de julho de 2008. Disponível em: < [http://www.unisinos.br/\\_ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=15036](http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=15036)> acessado em 21 de janeiro de 2009.
- BOITO, Armando. **Classe Média e Sindicalismo. Política: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 4, nº 1, p. 211-234, 2004.
- BRUM, Eron; IJUIM, Jorge. **Ensinar Jornalismo... ou aprender Jornalismo?** In Peruzzo & Silva (Org.). São Paulo: INTERCOM, 2003. p. 29-44.
- CALDAS, Graça. **Ensino de Comunicação no Brasil: Panorama e Perspectivas**. In

Peruzzo & Silva (Org.). São Paulo: INTERCOM, 2003. p. 15-28.

CAMPOS, Pedro Celso. **Técnicas do Jornal Diário**. 2003. Disponível em: <<http://webmail.faac.unesp.br/~pcampos/TECNICASDOJORNALDIARIO.htm>> acessado em 05 de novembro de 2007.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARVALHO FILHO, L.F. **Dispositivos do texto são inconstitucionais**. Folha de São Paulo, 21 de outubro de 1990.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Decisão judicial põe fim ao vale-tudo**. 2001. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=353DAC001>> acessado em 15 de dezembro de 2008.

COELHO, José Sobrinho. **O ensino de jornalismo entre a honestidade e o merchandising**. 2008. Disponível em: <[http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2842](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2842)> acessado em 10 de janeiro de 2009.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto**. São Paulo, Cia da Letras, 1999.

COSTA, Henrique. **Estudantes reagem à presença de empresas no curso de jornalismo**. 2008. Disponível em <[http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2753](http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=2753)> acessado em 03 de novembro de 2008.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papyrus, 1997.

DEOLINDO, Jacqueline; LOSIVOLO, Hugo R. **Ética Jornalística no Brasil: o ideal, o real e os desvios de percurso**. 2008. Disponível em: <[http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Estudios\\_sobre\\_periodismo/ponencia\\_s/Periodismo\\_Deolindo.pdf](http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Estudios_sobre_periodismo/ponencia_s/Periodismo_Deolindo.pdf)> acessado em 30 de novembro de 2009.

DINES, Alberto. **A questão não é do diploma, mas do canudo**. In FENAJ (org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Cátedra FENAJ – UFSC. 2ª. Ed., 2001. p. 22-29.

\_\_\_\_\_. **Empresas em crise, ensino em baixa**. 1986. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da141120011.htm> acessado em 11 de novembro de 2006.

DORNELLES, Beatriz. **Características do Jornalismo Impresso Local e suas Interfaces com Jornais Comunitários**. Comunicação & Inovação: revista científica da USCS, São Caetano do Sul, SP, v.9, n.16, p.23-31, 2008.

DUARTE, Carlos. **A gênese do jornalismo periódico em Portugal**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-a-genese-do-jornalismo-periodico.pdf>> acessado em 05 de maio de 2009.

DURHAM, E. R.. **A situação geral da educação no Brasil e o ensino superior. O DNA da educação: Legisladores protagonizam as mais profundas e atuais reflexões sobre políticas públicas**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2006, v., p. 198-211.

ELLIOTT, Philip; GOLDING, Peter. **Making the news**. Londres: Longman, 1979.

FARO, José Salvador. **Jornalismo Cultural: espaço público da produção intelectual**. Projeto de pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

FERREIRA, Jorge Carlos Felz. **Reflexões sobre o ser professor: a construção de um professor intelectual**. 2004. Disponível em< <http://bocc.ubi.pt/pag/felz-jorge-reflexoes-sobre-ser-professor.html>> acessado em janeiro de 2009.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **O Jornalismo na Lógica do Capital: Mediação ou Prestação de Serviço**. 2004. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/estudos2004.htm>> acessado em 15 de fevereiro de 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. I Nº 1 - 1º Semestre de 2004.

\_\_\_\_\_. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GHEDINI, Fred. **Jogo dos sete erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos jornalistas**. In FENAJ (org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Cátedra FENAJ – UFSC. 2ª. Ed., 2002. p. 42-46.

GOMES, Wilson. **Sursum Corda**. 2001. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da101020016.htm,10/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da101020016.htm,10/)> acessado em 12 de março de 2009.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Comunicação e Controle Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

JORGE, Fernando. **Cale a Boca, Jornalista!** São Paulo: Vozes, 1988.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

KONDER, Rodolfo. **Estágio, uma situação confusa: afinal, quem é o beneficiado**. In UNIDADE, São Paulo, Nº 2, Ano 1, setembro de 1975. p. 08 e 09.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **A forja e o funil do consenso**. 1999. Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/biblioa24.html>> acessado em 22 de novembro de 2008.

KUSHNIR, Beatriz. **Colaboração e imprensa no pós-1964: um outro foco da questão**. Pós-História, v. 12, p. 101-110, 2004.

LAGE, Nilson. **O jornalista como fonte**. 1999. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/lage-jornalistafonte.html>> acessado em 21 de novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Elzevier Editora Ltda. (Campus), 2005. v. 01.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

LANER, Vinícius Ferreira. **A lei de imprensa no Brasil**. 2006. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=146>> acessado em 14 de junho de 2007.

LEÃO, Inara Barbosa; OSÓRIO, Antonio. **As políticas de educação profissional: discursos e desafios constantes**. GT 09 – Trabalho e Educação, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t094.pdf>> acessado em 23 de junho de 2009

LEÃO, Inara Barbosa; OSÓRIO, Antonio. **A Relação Impossível entre a Formação Acadêmica de Nível Superior e o Mercado de Trabalho**. Intermeio: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 9, n. 17, p. 112-120, 2003.

LEITE, Barreto Filho. **Na década de 20, a agonia do regime**. Entrevista ao repórter Gilberto Negreiros em 05 de janeiro de 1979. Disponível em <  
[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_1.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_1.htm)> acessado em 12 de março de 2008.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821 – 1823)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & Jornalismo – A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

\_\_\_\_\_. **Quem manipula quem?** Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. **O capital da notícia – Jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, José. **Pensamento Jornalístico: a moderna tradição brasileira**. 2007. Disponível em: <  
<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/3312/3121>>  
acessado em 17 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Modernidade ou anacronismo? Dilema do ensino de comunicação nos anos 90**. In.: KUNSCH, Margarida K. **O Ensino de Comunicação: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: ABECOM/ECA-USP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e Modernidade: O ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação**. São Paulo: Loyola, 1991

\_\_\_\_\_. **Comunicação: direito à informação**. Campinas: Papyrus, 1986

\_\_\_\_\_. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1974 (Comunicação Social, v.2).

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política)**, Livro 1: **O Processo de Produção do Capital**, 1ª edição, 1867, Volume 1, São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. In FERNANDES, F. (org.), K. MARX & F. ENGELS: História. São Paulo, Ática, 1983.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícias um produto à venda**. Rio de Janeiro: Ed. Forense – Universitária, 1978

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo**. Disponível em: <[http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php?html2=meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.html)> Acesso em Setembro de 2007.

MIRANDA, Darci Arruda. **Comentários à Lei de Imprensa**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MORETZSOHN, Silvia. **Jornalismo, Mediação, Poder: considerações sobre o óbvio surpreendente**. 2003. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-jornalismo-mediacao.pdf>> Acessado em Novembro de 2009.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **Relações Públicas a regulamentação para o Exercício do relacionamento**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM 2006, 2006, Brasília DF. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM 2006. Brasília DF : Universidade de Brasília UnB, 2006. v. 1. p. 1-17.

\_\_\_\_\_. **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo.

NEVEU, Érik. **Sociologie du journalisme**. Paris: La Decouverte, 2001.

NIXON, Raymond B. **O Ensino de jornalismo na América Latina**. In: Cadernos de Jornalismo e Editoração nº 3. São Paulo: ECA/USP, 1971.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.html>> acessado em 19 de abril de 2007.

PEREIRA, Moacir. **O direito à informação na nova lei de imprensa**. São Paulo: Global, 1993.

PASQUALI, Orlando Alberto. **O gueto da comunicação**. 2. ed. Porto Alegre: edição Particular, 1987.

PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais**. 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>> acessado em 19/01/2010.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 2ª Ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

REIMÃO, Sandra. **Reagindo à censura: criatividade em tempos sombrios**. Comunicação & Inovação: revista científica da USCS, São Caetano do Sul, SP, v.9, n.16, p.2-7, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado**. Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0199-1.pdf>> acessado em 10 de maio de 2008.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta - condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e Esfera Pública**. Campinas, 1998. Tese de Doutorado – UNICAMP.

ROSSI, Clóvis. **O Que é Jornalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1980.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

SACCHETTA, Hermínio. **1943, SP enfrenta a censura**. Entrevista ao jornalista Noel Jerdel em 10 de janeiro de 1979. Disponível em <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_6.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_6.htm)> acessado em 12 de março de 2009.

SANT'ANNA Francisco. **Jornalismo das Fontes**. França, 2004. Tese de Doutorado - Universidade de Rennes.

SANTOS, B.S. (2004) Entrevista disponível em: <[www.ces.fe.uc.pt/BSS/documentos/JornalOGLOBNov2004.pdf](http://www.ces.fe.uc.pt/BSS/documentos/JornalOGLOBNov2004.pdf)> acessado em 15 de dezembro de 2008.

SANTOS, Marco Cabral dos. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u56.jhtm>> acessado em 19 de janeiro de 2009.

SAPPER, Sadi Macedo; HEBERLÊ, Antônio Luiz O. **Regulações da comunicação social na Constituição Federal do Brasil**. UNIrevista - Vol. 1, nº 3: (julho 2006).

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SCHUCH, Hélio Ademar. **Adequação do ensino na formação de jornalistas**. Intercom, ene./jun. 2002, vol.25, no. 1, p.87-106. ISSN 0102-6453.

SCREMIN, Lucinéia; MARTINS, Pedro Paulo. **O processo de Mercantilização do Ensino Superior**. Revista da UFG, ano VII, V.7, n.2, dez, 2005.

SERRANO, Estrela. **Érik Neveu (2001) Sociologie du journalisme**. Media & Jornalismo, abr. 2003, vol.1, no. 2, p.151-154. ISSN 1645-5681.

SILVA, C. E. L. **O Adiantado da Hora: a Influência Americana Sobre o Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Marco Antonio Roxo da. **Quando até Roberta Close foi jornalista: O jornalismo e suas fronteiras**. Juiz de Fora: Lumina. Vol.2 • nº2 • Dezembro, 2008

\_\_\_\_\_. **Jornalistas, Prá Quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional**. Niterói, 2007. Tese de Doutorado em Comunicação – UFF.

\_\_\_\_\_. **Companheiros em Luta: A Greve dos Jornalistas de 1979**. Niterói, 2003. Dissertação de Mestrado em Comunicação – UFF.

SILVEIRA, Joel. **O Estado Novo e o Getulismo**. Entrevista ao repórter Gilberto Negreiros em 09 de janeiro de 1979. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_5.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_5.htm)> acessado em 12 de março de 2008.

SOARES, Maria Conceição da. **Ensino de Rádio e Televisão**. In Peruzzo & Silva (Org.). São Paulo: INTERCOM, 2003. p. 75-99.

SODRÉ, Muniz Cabral. **A Comunicação do Grotesco: Introdução à Cultura de Massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SODRÉ, Nelson Werrneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

\_\_\_\_\_. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino Superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991.

TARGINO, Maria das Graças; CARVALHO, Cristiane Portela; GOMES, Alisson Dias. **Centro de Mídia Independente Brasil: Jornalismo Cidadão e Democracia Representativa**. Comunicação & Inovação: revista científica da USCS, São Caetano do Sul, SP, v.9, n.16, p.50-66, 2008.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia; WEIS, Luiz. **Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar**”, in **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Sindicalismo Comerciário e Conservadorismo Político**. In *CadernosAEL*, v. 7, nº 12/13, Campinas, São Paulo, 2000.

VALVERDE, Franklin Larrubia. **O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista**. São Paulo, 2006. Tese de Doutorado – USP.

VIEIRA, R. A. Amaral (org.). **Comunicação de Massa, o impasse brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

VILALBA, Rodrigo. **Teoria da Comunicação. Conceitos básicos**. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Maria Helena. **Ditadura e Sedução: Redes de comunicação e coerção no Brasil - 1969/1974**). Porto Alegre, 1994. Dissertação de Mestrado – UFRGS.

ZANETIN, Roseli Pioli. **Poder, Cultura e IES particulares: desempenho e comunicação**. São Paulo, 2006. Tese de doutorado - USP, Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação.

## Sites

<http://www.abmes.org.br/>

[www1.capes.gov.br/Scripts/Avaliacao/MeDoReconhecidos/Area/GArea.asp](http://www1.capes.gov.br/Scripts/Avaliacao/MeDoReconhecidos/Area/GArea.asp)

[www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca\\_curso.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_curso.stm)

<http://www.fenaj.org.br/>

<http://www.mec.gov.br>  
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>

[www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da101020014.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da101020014.htm). *Documento de Área; Sobre Procedimentos e Princípios da Avaliação*, edição de 10/10/2001.

[www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da101020015.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da101020015.htm). *À comunidade dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, edição de 10/10/2001.

[www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da071120012.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da071120012.htm). *O despacho da juíza*, edição de 7/11/2001.

<http://www.ojornalista.com.br/pesquisa.asp>

### **Documentos, leis e resoluções:**

BOBBIO, Pedro Vicente (org). Decreto n. 22.245, de 06 de dezembro de 1946. Dá organização ao curso de Jornalismo. Coletânea de Legislação Federal. Notas coordenadoras e índices sistemáticos. São Paulo: Ed. LEX, ano X, 1946.

Brasil. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Documenta n. 1, 1962.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 323/62. Relatores: Celso Cunha e Josué Montello. Documenta n. 10, 1962.

\_\_\_\_\_. Lei De Imprensa: dispositivos constitucionais: Lei nº 5250 de 09 de fevereiro de 1967: normas correlatas. Brasília: Senado Federal, 2003. 104p.

\_\_\_\_\_. Lei 9.131, de 14 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Documenta n. 416, 1995.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. 23 dez.1996.

\_\_\_\_\_. Documento Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação Social. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), acesso em 2005.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 492/2001. Relator: Silke Weber. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), acesso em 2005.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - CES/CNE. Parecer 1.363/01-CES (aprovado em 12/12/2001). Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília (DF), 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Novo Currículo de Comunicação Social. Resolução 02/84, 24/01/84. Brasília (DF), 1984.